



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**Política Externa, Inserção Internacional e  
Desenvolvimento: O caso de Cabo Verde**

**José Luís Correia Semedo**

Orientação: Professor Doutor José Manuel Martins  
Caetano

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**

Dissertação

Évora, 2015

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**Política Externa, Inserção Internacional e Desenvolvimento: O caso de Cabo Verde**

**José Luís Correia Semedo**

Orientação: Professor Doutor José Manuel Martins Caetano

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**

Dissertação

Évora, 2015

## RESUMO

Desde a sua independência, Cabo Verde tem conseguido alguns resultados importantes no sentido de assegurar condições para o seu processo de desenvolvimento. Apesar das alternativas dependerem bastante de fatores externos, o país tem procurado usar a sua influência para transformar dificuldades em oportunidades conferindo-lhe um lugar de destaque a nível regional, não obstante os desafios que ao longo do tempo teve que enfrentar.

A política externa é reconhecida como meio eficaz para projetar internacionalmente a imagem do país e atrair recursos. Assim, a aproximação aos parceiros externos, através de parcerias específicas e outras formas de cooperação, revelam-se estratégias cruciais para a mobilização de ajudas para o desenvolvimento.

Neste contexto, o propósito desta dissertação é fazer uma análise detalhada dos vários vetores de afirmação da política externa do país, no sentido de prosseguir uma estratégia sustentada de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Política Externa; Desenvolvimento Económico; Cooperação para o Desenvolvimento; Internacionalização de Cabo Verde

## **ABSTRACT**

### **Foreign Policy, International Integration and Development: Cape Verde's case**

Since the independence Cape Verde has achieved some important results to ensure conditions for their development process. Despite the alternatives depend rather on external influences, the country has sought to use its guidance to transform difficulties into opportunities, giving it a prominent position at the regional level, even though the challenges that over time the country had to face.

Foreign policy is recognized as an effective instrument to project the country's international image and to attract external resources, particularly financial flows. Thus, the approach to external partners through specific and strategic partnerships and other practices of cooperation has proved to be relevant strategies to capture aid for development.

In this context, the purpose of this dissertation is to make a detailed analysis of the various claim vectors of the country's foreign policy, to pursue a sustainable development strategy.

**Keywords:** Foreign Policy; Economic Development; Development Cooperation; Cape Verde internationalization

## SIGLAS E ABREVEATURAS

- ACC – Acordo de Cooperação Cambial
- ACP – África, Caraíbas e Pacífico
- AGOA – African Growth and Opportunities Act
- APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- APE – Acordo de Parceria Económica
- BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
- CAMPO – Centro de Acolhimento ao Migrante no País de Origem
- CEDEAO – Comunidade Económica do Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental
- CEE – Comunidade Económica Europeia
- CEREE – Centro para as Energias Renováveis e a Eficiência Energética
- CNUAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento
- CNUCED – Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento
- CPDNU – Comissão de Política de Desenvolvimento das Nações Unidas
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa
- EUA – Estados Unidos de América
- FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento
- FMI- Fundo Monetário Internacional
- IAO – Instituto da África Ocidental
- IDE – Investimento Direto Estrangeiro
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IPAD – Instituto Português do Apoio ao Desenvolvimento
- LOPE – Lei de Organização Política do Estado
- MCA – Millenium Challenge Account
- MCC – Millenium Challenge Corporation
- Mercosul – Mercado Comum da América do Sul
- MFA – Movimento das Forças Armadas
- MIREX – Ministério das Relações Exteriores
- NATO – Organização do Tratado da Atlântico Norte
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento de Milénio

OMC - Organização Mundial do Comercio

OMVS – Organização para a valorização do Rio Senegal

ONG's – Organizações-Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização da Unidade Africana

PAC – Planos Anuais de Cooperação

PAICV – Partido Africano de Independência de Cabo Verde

PAIGC – Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAM – Programa Alimentar Mundial

PDM – País de Desenvolvimento Médio

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Programa Indicativo de Cooperação

PIN – Programas Indicativos Nacionais

PIR – Programas Indicativos Regionais

PMA – Países Menos Avançados

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RUP – Regiões Ultra Periféricas

SPG – Sistema de Preferências Generalizadas

UE – União Europeia

UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industria

URSS – União das Republicas Socialistas Soviética

## AGRADECIMENTOS

O trabalho que ora se apresentamos não seria possível sem a colaboração de muitos que nos rodeiam no nosso cotidiano, pois, muitos contribuíram de diferentes formas para a sua materialização. Neste sentido, sentimo-nos encorajados em endereçar algumas palavras de agradecimentos em jeito do nosso reconhecimento e respeito àqueles que de perto ou de longe nos criaram condições e nos encorajaram a encerrar esse desafio, cujo de seguida passaremos a citar.

Particularmente, em primeiro lugar agradeço a Deus pela força, pois, sem Ele nada será possível. Á minha família em especial a minha mãe que sempre soube entender a pertinência desse desafio e pelo encorajamento. Aos meus irmãos que de uma forma ou de outra foram importantes nessa caminhada.

O meu profundo reconhecimento ao meu primo Álvaro Rodrigues e aos meus colegas de labor Ana Celina Correia e Gracelindo Sanches pela confiança depositada em mim.

Um obrigado muito sentido e reconhecido ao Professor Doutor José Manuel Caetano, Orientador de todo esse processo, pela sua disponibilidade e empenho demonstrados desde os primeiros passos deste trabalho, pois, sem a sua sábia orientação, sou consciente de que o processo não seria fácil.

Ao Doutor Suzano Costa, pela sua disponibilidade em indicar algumas referências bibliográficas que contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

Aos Professores do Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus da Universidade de Évora, edição 2013/2015 que sempre souberam reconhecer as minhas limitações e potencialidades enquanto aluno desse Curso e que contribuíram para o meu crescimento.

Em fim, sem individualizar, vai também os meus agradecimentos aos amigos e colegas da Escola “Nhamita Prera” pela força manifestada nessa caminhada e aos meus amigos no geral.

O meu muito obrigado!

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº1: Evolução do Rendimento Nacional Bruto de Cabo Verde.....	59
Gráfico nº2: Evolução do PIB per capita (a preços correntes em dólares).....	59
Gráfico nº3: Distribuição setorial do PIB em %.....	60
Gráfico nº4: Dinâmica da contribuição do turismo em % do PIB.....	60
Gráfico nº5: Evolução do IDH de Cabo Verde e da África Subsariana.....	62
Gráfico nº 6: Evolução da APD (preços correntes em dólares).....	63
Gráfico nº 7: Volume da APD em % PIB.....	63
Gráfico nº 8: Remessas de Emigrantes em % do PIB.....	64
Gráfico nº 9: Remessas de Emigrantes por país de origem (milhões de escudos).....	64
Gráfico nº 10: Evolução das componentes do Comércio Exterior de Cabo Verde em % do PIB (bens e serviços).....	65
Gráfico nº 11: O comportamento e a evolução da balança comercial % do PIB.....	66
Gráfico nº 12: Principais países de importação em % (milhares de escudos).....	66
Gráfico nº 13: Principais países de exportação em % (milhares de escudos).....	67
Gráfico nº 14: A CEDEAO no Comércio de mercadorias de Cabo Verde (% do total).....	68
Gráfico nº 15: Estrutura setorial das exportações de Cabo Verde em % (milhões de escudos).....	68
Gráfico nº 16: Estrutura setorial das importações de Cabo Verde em % (milhões de escudos).....	69
Gráfico nº 17: Balança corrente em % do PIB.....	69
Gráfico nº 18: Peso da dívida externa em % do PIB.....	70
Gráfico nº 19: IDE em % do PIB.....	70
Gráfico nº 20: Fluxos de IDE por país de origem (% do total).....	71

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº1: Evolução temporal das componentes do IDH em Cabo Verde.....	61
Quadro nº 2: Análise SWOT da política externa cabo-verdiana.....	99
Quadro nº 3: Interação LOE 1 – forças, oportunidade, ameaças e fraquezas.....	116
Quadro nº4: Interação LOE 2 – força, oportunidade e ameaça.....	117
Quadro nº 5: Interação LOE 3 – forças, oportunidade, ameaças e fraquezas.....	119
Quadro nº6: Interação LOE 4 – força, oportunidade, ameaça e fraqueza.....	120
Quadro nº7: Interação LOE 5 – força, oportunidade e fraqueza.....	122



## ÍNDICE

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
LISTA DE ACRÓNIMOS.....	iii
AGRADECIMENTOS.....	v
INDICES DE GRÁFICOS E QUADROS .....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPITULO I: A POLÍTICA EXTERNA E O DESENVOLVIMENTO.....	6
1.1. A Política Externa.....	6
1.1.1. A Política Externa: noção e questões associadas.....	7
1.1.2. A Diplomacia como instrumento da Política Externa .....	12
1.1.2.1. A Diplomacia: conceito e a abordagem clássica.....	12
1.1.2.2. A Diplomacia Económica: a abordagem moderna.....	15
1.1.3. A Política Externa dos Pequenos Estados.....	18
1.2. O Desenvolvimento.....	20
1.2.1. O processo de desenvolvimento: conceito e referencial teórico.....	21
1.2.2. O Desenvolvimento Humano e Sustentável.....	25
1.3. Relação entre a Política Externa e o Desenvolvimento.....	29
1.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	31
CAPITULO II: A POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE E A SUA ORIENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO.....	33
2.1. Uma retrospectiva histórica e a génese da nação.....	33
2.1.1. O processo de libertação do país.....	35
2.1.2. O contexto internacional e a situação socioeconómica pós-independência.....	37
2.2. As diferentes fases da Política Externa de Cabo Verde.....	40
2.2.1. O período entre 1975 e 1980: A sobrevivência no contexto bipolar.....	41
2.2.2. A fase entre 1980 e 1990: aproximação a blocos de cooperação que favorecem melhores condições de desenvolvimento .....	47
2.2.3. Da transição política à atualidade: o enfoque na Diplomacia Económica.....	51
2.3. SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	54
CAPITULO III: CABO VERDE NO CONTEXTO INTERNACIONAL: O processo de Desenvolvimento, as relações económicas externas e as relações de cooperação.....	57
3.1. Relações Económicas Externas e o processo de desenvolvimento .....	57

3.1.1.	O processo de crescimento e Desenvolvimento Humano.....	57
3.1.2.	O comércio externo e o Investimento Direto Estrangeiro.....	65
3.2.	As relações de Cooperação de Cabo Verde.....	72
3.2.1.	Relações de Cabo Verde no plano bilateral.....	73
3.2.1.1.	Relação com Portugal.....	73
3.2.1.2.	Relação com Estados Unidos da América.....	78
3.2.1.3.	As relações com a União Europeia.....	81
3.2.2.	As relações de Cabo Verde no plano multilateral.....	85
3.3.	O processo de Integração Regional.....	89
3.3.1.	A génese da CEDEAO e adesão de Cabo Verde.....	90
3.3.2.	As dificuldades de integração de Cabo Verde na CEDEAO.....	92
3.4.	SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	95
CAPITULO IV: ANÁLISE SWOT DA POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE EM PROL DO DESENVOLVIMENTO.....		97
4.1.	Análise SWOT: questões associadas.....	97
4.2.	Os elementos que compõe a SWOT de Cabo Verde em prol do Desenvolvimento.....	98
4.2.1.	Pontos Fortes.....	100
4.2.2.	Pontos Fracos.....	104
4.2.3.	Oportunidades.....	108
4.2.4.	Ameaças.....	111
4.3.	Linhas de Orientação Estratégicas.....	114
4.3.1.	Aprofundar e desenvolver novos laços de cooperação e parcerias.....	115
4.3.2.	Reforçar a aposta na democracia, na liberdade e na boa governação....	116
4.3.3.	Diversificar e expandir a base produtiva para melhorar a competitividade.....	118
4.3.4.	Reforçar o desenvolvimento das energias renováveis.....	119
4.3.5.	Prosseguir a capacitação dos Recursos Humanos orientada para as necessidades mercado .....	121
4.4.	SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	122
CONCLUSÃO GERAL.....		124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		128

## INTRODUÇÃO

O fim da Segunda Guerra Mundial constituiu um marco importante no âmbito das relações internacionais, na medida em que veio reforçar o multilateralismo, isto é, foi o ponto de partida para a admissão das várias comunidades e com voz própria na vida internacional, através do Movimento em favor da descolonização sistematizado na Carta das Nações Unidas (Moreira, 2014). Foi o período em que se despertou para a necessidade de adotar medidas eficazes com objetivo de combater situações de subdesenvolvimento que se iam registando, sobretudo nos territórios que viveram experiências coloniais. Porém, em outro sentido, foi também o período em que o mundo conheceu novas modalidades de confronto e disputa baseadas na ideologia, denominada de Guerra-Fria devido às suas características, traduzindo deste modo um clima de insegurança global e a iminência de novos conflitos.

Foi também período em que focos de movimentos independentistas começaram a despontar, especialmente em África. Cabo Verde, em particular, não obstante os condicionalismos que a natureza lhe impõe, baseado na realidade em que se vivia internamente e na busca da afirmação da própria identidade, não quis perder a oportunidade de fazer valer as suas aspirações e projetar-se no plano internacional. Entretanto, em plena Guerra-Fria, concretamente em meados da década de 1970, fruto de grandes esforços e baseados nos princípios da diplomacia, o país ascendeu à categoria de independente, sendo reconhecido pelas Nações Unidas. Para além dos efeitos do cenário registado na época que traduziam na proliferação de conflitos a nível global e particularmente em África, o país padecia de outras restrições que suscitaram algum ceticismo sobre a sua viabilidade, situações essas que motivaram a tomada de posições em prol de soluções que garantissem a sua afirmação e o seu desenvolvimento.

Herdeiro de um passado colonial que deixou reflexos económicos, sociais e culturais visíveis, acrescidos de desafios naturais, como os prolongados períodos de seca, a insularidade e a dispersão das ilhas e a carência de recursos naturais, o novo país teve que apostar nas relações exteriores, através da multiplicação e diversificação de parceiros com vista a um desenvolvimento sustentável e à sua inserção internacional. Ficam por conseguinte pistas de que a principal arma usada pelo país na procura de respostas para as necessidades internas perante o clima controverso da época, foi a sua política externa. Por conseguinte, constatamos que em relação às diligências evidenciadas pelos dirigentes nacionais baseadas na política externa na procura de respostas às necessidades internas e que abordamos ao longo deste trabalho, mostramos a importância dessa ferramenta das relações externas. É nesse sentido que Costa e Pinto (2014) caracterizam a política externa de Cabo Verde como sendo realista, pragmática, independente e coerente virada para o fomento da paz e do diálogo.

Entretanto, ciente da equidistância em relação ao ambiente internacional, as primeiras orientações passaram pela dissolução das marcas deixadas pelo regime colonial, bem como o lançamento de bases para a reconstrução nacional. Deste modo, o país procurou trilhar um rumo credível e garantir espaço de manobra na arena internacional, cujo foco

e objetivo era a defesa dos interesses nacionais, de modo a assegurar a estabilidade interna, priorizando a criação do emprego e simultaneamente combatendo a pobreza. Tinha-se a clara noção de que as ajudas e apoios provenientes dos vários parceiros eram necessárias e imprescindíveis.

Posteriormente, o país foi-se adaptando de forma gradual, promovendo as bases para uma maior diversificação económica que lhe permitisse minimizar a dependência em alguns domínios. Assim, as políticas de desenvolvimento adotadas procuraram reforçar os laços com parceiros regionais, sem deixar de, em simultâneo, consolidar e estreitar o relacionamento económico e político com outros parceiros de outros horizontes. Foi nessa perspetiva que o país se aproximou e estabeleceu relações com Organizações multilaterais e regionais logo após a independência, além de se acercar de movimentos independentistas e outros agrupamentos vocacionados para o desenvolvimento. Por detrás dessas iniciativas estiveram os objetivos de se agregar a espaços que garantissem condições estáveis em termos de segurança política e estabilidade económica.

Ao analisar os métodos e estratégias escolhidos pelos governantes nacionais no período pós-independência para a condução do processo de desenvolvimento do país cuja base foi a política externa, constatamos que estes foram adotados de formas distintas, isto é, adaptados às exigências e condições de cada momento histórico. Nos primeiros anos, o modelo de desenvolvimento adotado era de carácter central, onde o Estado tinha o monopólio na condução do processo, através da criação e controlo de empresas, posicionando-se como o principal empregador.

A globalização do comércio e dos investimentos que se intensificou desde o início dos anos 90 trouxe novas oportunidades e renovados desafios em todo o mundo e para Cabo Verde em particular. O reforço dos fluxos económicos à escala global, incitou os Estados e as Organizações internacionais a articularem as suas políticas como forma de garantir o desenvolvimento harmonioso num clima de paz e segurança. Naturalmente, Cabo Verde movido pela sua ambição de desenvolvimento, não ficou indiferente a este fenómeno. Assim, o país alterou a sua configuração quanto aos meios de promoção do desenvolvimento, isto é, passou a ter a diplomacia económica no centro do processo como forma de implementar estratégias específicas de *marketing* capazes de captar investimentos privados. Foi assim que começaram as primeiras intervenções de agentes privados na economia, através da política de privatizações desencadeada pelo Estado sob os desígnios internacionais. Deste modo, o Estado deixou de ter exclusividade na promoção económica e no desenvolvimento e o setor privado passou a ter um papel fundamental, assumindo-se como motor do crescimento nacional.

Numa outra perspetiva, o processo de adaptação do país ao fenómeno da globalização por um lado, constituiu a oportunidade para configurar a sua posição na esfera internacional e, por outro, contribuiu para a evolução do regime político interno, dando lugar a um sistema pluripartidário e democrático. Essa mudança no plano interno e a gradual adaptação ao processo de globalização, deixaram marcas sociais e económicas indeléveis no país e estas refletem-se na melhoria dos padrões de desenvolvimento humano, amplamente reconhecidas pelas instituições internacionais. As políticas

interna e externa conferiram-lhe maior credibilidade internacional, em resultado da consolidação do Estado de Direito democrático e das normas de boa governação.

No entanto, em traços gerais, qualquer discussão à volta do desenvolvimento em Cabo Verde confronta-se com duas realidades distintas: por um lado, com a escassez de recursos naturais e outras situações de vulnerabilidades fazendo com que o país dependa de parceiros e fluxos externos e, por outro, com uma política externa empenhada na busca de soluções que contornem esses obstáculos.

Olhando os vários cenários que se sucederam e a trajetória do país desde os primórdios da independência, deparamos com progressos nos mais diversos domínios conseguidos no âmbito das suas relações externas, o que levou à passagem de um país inviável aquando da independência, segundo alguns analistas internacionais e alguns nacionais incrédulos, para um país de Rendimento Médio reconhecido pela ONU. Na verdade, o país apresenta boas perspectivas socioeconómicas e é tido como uma referência de sucesso em termos de crescimento e observância de regras e princípios internacionais na sub-região onde se insere. Citando Carvalho (2013:3), é considerado “o PALOP das boas práticas” e o “farol de democracia” na África. É desse ponto de vista que surgiu a ideia de avançarmos com este estudo de forma a tentar perceber a relação existente entre a trajetória de desenvolvimento de Cabo Verde e a influência da sua política externa.

Um país pobre em termos de recursos, limitado geograficamente e vulnerável nas suas condições naturais, conseguir trilhar o caminho de desenvolvimento e a inserção internacional numa dinâmica gradual como Cabo Verde tem feito, exige o bom uso de competências, estratégia e capacidades de influência internacional.

Assim sendo, o objetivo desta dissertação foca-se na análise dos diversos vetores de afirmação da política externa do país, no sentido de prosseguir uma estratégia sustentada de desenvolvimento. Deste modo, procuramos resposta à seguinte questão:

- *Como é que a política externa e a diplomacia conseguiram influenciar positivamente a afirmação do Estado e ao mesmo tempo promoveram a transformação e o desenvolvimento de Cabo Verde?*

Analisados os vetores da política externa do país, orientamos o trabalho para a identificação dos desafios que enfrenta na sua projeção internacional e no seu processo de integração regional e procuramos sistematizar os principais elementos a ter em conta na concretização de uma estratégia adequada da política externa orientada para o desenvolvimento, numa análise SWOT.

Partindo do pressuposto de que a política externa cabo-verdiana tem sido o principal impulsionador do desenvolvimento e para responder a questão atrás levantada, estruturamos o trabalho em quatro capítulos distintos.

No primeiro capítulo abordamos o quadro teórico e as interações entre a política externa e o desenvolvimento. Nesta parte procuramos dar um panorama sobre a política externa desde a sua origem, os elementos essenciais a ter em conta na sua

formulação, a sua relação com o ambiente interno, os instrumentos de que dispõe, com destaque para a emergência e consolidação da diplomacia. Procuramos também abordar o posicionamento dos Pequenos Estados, como é o caso de Cabo Verde, na sua formulação e, por último abordamos a relação que existe entre a política externa e o desenvolvimento. Da mesma forma, em outra secção, abordamos o desenvolvimento nas diferentes perspetivas e a sua ligação ao crescimento económico, assim como a suas conceções mais recentes, isto é, a o desenvolvimento humano e sustentado.

No segundo capítulo tratamos particularmente da política externa cabo-verdiana. Descrevemos os principais eventos em torno da política externa do país desde os primórdios da independência até à atualidade. Não obstante as diligências feitas em estabelecer contactos internacionais, sobretudo nas Nações Unidas, assim como a sua ligação a Movimentos independentistas e de libertação, só podemos falar da política externa cabo-verdiana após reconhecido o estatuto de país independente, segundo rezam os princípios internacionais (Cravinho, 2002). Entretanto, para melhor entender o posicionamento em relação ao contexto externo, procuramos fazer uma descrição histórica, desde o seu descobrimento, povoamento e processo de libertação, até à atual situação socioeconómica pós-independência.

Posteriormente, destacamos os três períodos considerados cruciais para a política externa do país. Esses períodos foram identificados tendo em conta o desenrolar das ações internas e que acompanham a realidade vivida no cenário internacional. Desse ponto de vista, destacamos o período em que o país teve que conviver com os dois blocos e procurou afirmar a identidade nacional; segue-se a fase em que a política externa esteve virada para blocos mais dinâmicos e que dão garantias de desenvolvimento e por último, o período em que a diplomacia económica domina as relações e tentamos abordá-la tendo em conta o seu aspeto mais marcante que é a atração do investimento externo.

No terceiro capítulo, procuramos destacar a performance do país no contexto regional e internacional, concretamente no seu processo de desenvolvimento e na evolução registada, onde recorreremos a uma breve comparação em termos do seu contexto regional. Também tratamos do comércio externo e das relações de cooperação, onde destacamos alguns parceiros tidos como importantes perante os seus objetivos. De entre esses, consideramos que UE, EUA e Portugal, têm sido os parceiros tradicionais e com maior ênfase sobre as vertentes da cooperação para o desenvolvimento. De igual modo, consideramos importante analisar as relações do país a nível multilateral, onde focamos a adesão à Organização Mundial do Comércio, uma das agências especializadas da ONU, que trouxe oportunidade comerciais e novos desafios a serem ultrapassados.

Por último, o quarto capítulo foi destinado à formulação prospetiva de uma análise SWOT do país, tendo em conta os elementos que interferem, facilitando ou restringindo a elaboração e condução da política externa orientada para a prossecução dos objetivos de desenvolvimento. Neste ponto, procuramos identificar no plano interno os aspetos que se revelam como pontos fortes e fracos e as características externas que se traduzem em ameaças e oportunidades que condicionam o desenvolvimento do país.

Pesem embora as suas vulnerabilidades, o país possui atributos relevantes que favorecem as suas relações externas. Fazendo menção a um desses pontos fortes, destacamos a reconhecida posição geoestratégica na confluência atlântica dos três continentes (Europa, América e África), cuja importância tem sido confirmada desde os longínquos tempos do comércio negreiro até ao cenário das disputas ideológicas da Guerra-Fria num mundo bipolar em efervescência. Ademais, o cenário da globalização faz reacender essa importância geoestratégica na redistribuição do comércio, aliás, o próprio país manifesta essa intensão em ser uma plataforma continental de distribuição.

A conclusão do trabalho ficou reservada para recapitular as linhas mestras e a apresentação das principais ideias e argumentos que, em nosso entendimento, permitem responder de forma cabal à nossa pergunta inicial.

Para a materialização do nosso estudo, procurámos utilizar uma metodologia que nos permitiu analisar os efeitos da política externa de Cabo Verde na promoção do desenvolvimento, bem como identificar os desafios que apresenta na sua inserção internacional. Assim, recorreremos a pesquisas documentais, concretamente estudos científicos, assim como outros levados a cabo por instituições e organizações, como sejam dissertações, teses, relatórios e documentos oficiais que nos consentiram inteirar da temática da interação entre a política externa e o desenvolvimento, assim como do panorama económico, social e político cabo-verdiano. Para recolhermos as informações, priorizámos consultas em bibliotecas, *sites* e jornais *on line* que abordam a temática, bem como nas páginas oficiais do Governo e instituições públicas cabo-verdianas e internacionais.

## **CAPITULO I: A POLÍTICA EXTERNA E O DESENVOLVIMENTO**

O presente capítulo tem como propósito abordar questões relativas à política externa e a diplomacia como meios facilitadores do desenvolvimento e inserção internacional de um país, tomando em consideração o caso concreto de Cabo Verde. Assim sendo, é nossa intenção abordar na primeira secção, assuntos que prendem ao Tratado que instituiu independência dos Estados, isto é, o Tratado de Vestefália, que pela sua natureza criou condições para se falar da política externa e dos seus instrumentos e, as diferentes visões referentes a sua forma de condução. É também nossa preocupação debruçar sobre os elementos-chave a ter em conta no desenho da política externa, elementos esses que serão capazes de conduzir ao desenvolvimento, sobretudo de um Pequeno Estado, como é o caso de Cabo Verde.

Na segunda secção vamos abordar alguns aspetos relacionados com o processo de desenvolvimento. Este é um processo complexo que ao longo dos tempos, tem ganhado alguma atenção das instituições e particularmente dos Estados, sobretudo, os em situação de subdesenvolvimento, cuja preocupação passa pela busca de alternativas viáveis que visam garantir melhores condições de vida às populações. Deste modo, abordaremos alguns conceitos básicos e, algumas questões alusivas, que nos permitirão melhor relacionar a política externa e o desenvolvimento de um país desprovido de recursos, a fim de melhor entendermos o comportamento de Cabo Verde, sendo este, o principal propósito do nosso trabalho.

### **1.1. A Política Externa**

As dinâmicas e as modificações que se verificam no ambiente internacional ao longo dos tempos, despertaram para novas realidades no âmbito da política externa, no que diz respeito a sua formulação e condução, trazendo por conseguinte novos aspetos que favorecem não só as tradicionais potências, como também aos designados Pequenos Estados, tendo em conta a sua participação e influência nas decisões de amplitude global.

Os interesses nacionais sempre estiveram no centro do desenho da política externa, passando pela segurança e defesa da fronteira territorial e a demarcação do território, fenómenos que marcaram a segunda metade do Século XX e tiveram grande impacto em torno das relações internacionais. Não obstante, nos finais desse período registaram mutações na constelação internacional com a propagação da integração política e económica, em concomitância com a emergência de novos atores que deram um novo alento ao panorama político internacional, motivando em consequência, o reajuste no âmbito da formulação e condução da política externa. Assim sendo, nesta secção, pretendemos fazer um enquadramento, abordando questões que lhe são inerentes nomeadamente, a sua origem, conceito, instrumentos concretamente a diplomacia e,



tentar apontar a importância que ela tem para os Estados que têm na mira o desenvolvimento, mormente de um Pequeno Estado. Neste âmbito, a partir dessa abordagem, pretendemos lançar pistas para capítulos subsequentes, sobretudo para estudo do caso da política externa cabo-verdiana.

### 1.1.1. A Política Externa: noção e questões associadas

Ao longo da história da Humanidade, registam-se traços de convivência e relações de amizade, interação, cooperação e nalguns casos, situações de conflito entre diferentes comunidades, estando por detrás a concretização de certos objetivos e interesses. À medida que o tempo evolui, essas relações foram moldando de forma a ajustar às necessidades que foram surgindo. É deste modo que, a partir da consagração da autonomia dos Estados internacionalmente, esses objetivos passaram a ser desenhados politicamente. As relações mudaram de configuração e passaram a desenrolar com base em instrumentos próprios e dentro de parâmetros que se convêm e, denominaram-se política externa. Na verdade, na linha de pensamento de Moreira (2014:26), é preciso uma organização política *“como expressão de uma racional organização de meios para obter certos fins”*.

Com efeito, a estruturação da política externa passou a ser uma das dimensões importantes dos sistemas políticos modernos e dos regimes contemporâneos, pelo facto de constituir uma ferramenta à qual os Estados recorrem para estabelecer e facilitar a cooperação com outros Estados. Por conseguinte, ela tornou a linha mestra do relacionamento entre Estados no campo político, económico, cultural e social, assim como da segurança a nível bilateral ou multilateral, para além da possibilidade de projetar um Estado internacionalmente. Deste modo, a política externa torna-se da responsabilidade das forças que dirigem as estruturas dos Estados e representa um projeto, uma proposta de ação.

Não se pode confundir as relações que existiam entre diferentes povos com política externa. Na verdade, só podemos falar dela a partir da instauração do Tratado de Vestefália<sup>1</sup>, assinado em 24 de Outubro de 1648, apesar de antes existirem tais relações entre diferentes comunidades como referimos anteriormente. Esse Tratado trouxe novidades pelo facto de ser marcado pela reestruturação da ordem internacional que privilegiou a distinção e autonomia territorial dos Estados baseados em dois princípios: a separação de poderes e a não interferência em assuntos internos de um dado Estado por parte de Estados terceiros. Isto é, a palavra-chave do Tratado é a não-dependência dos Estados, quer da Igreja como de outros Estados.

---

<sup>1</sup> “Conjunto de acordos assinados entre 14 e 24 de Outubro de 1648” (Magalhães, 2005:66), cujo início aconteceu em 1641 nas cidades de Vestefália, Munster e Osnarbruck. Na cidade de Munster foi negociada a paz entre a França e o Império. No que refere à cidade de Osnarbruck, as negociações foram pela paz entre o Imperio e a Suécia e seus aliados protestantes. As negociações para o Tratado, aconteceram verdadeiramente em 1644 e de âmbito realmente multilateral.

Uma das consequências desse marco internacional segundo avança Fernandes (1991), foi a instituição de forma estável dos deveres diplomáticos sendo estes, fruto da paridade jurídica decretada. Ainda, segundo Cravinho (2002), esse Tratado, durante a sua expansão, estipulou alguns elementos da sociedade internacional que desenvolveram ao longo dos tempos e caracterizaram o séc. XX, designadamente: o equilíbrio internacional de poderes – não há domínio absoluto ou imposição leis de nenhuma potência em relação à outra, o direito internacional – convivência com base em regras jurídicas, a concertação multilateral – momento de discussão com vista a resolução de assuntos comuns, a diplomacia permanente – enfoque a contactos bilaterais e, a promoção da economia – que facilita a troca de bens e cria condições para contactos entre diferentes povos.

De modo geral, ao longo dos tempos essas especificidades criaram condições para abordar as relações internacionais e em consequência falar de política externa. De facto, já não havia mais espaços para a supremacia da igreja sobre príncipes e reis na medida em que foi reconhecida a soberania e igualdade no seio de Estados. Em resultado, estes foram considerados os únicos com o privilégio de conclusão de tratados, salvo os territórios que não eram independentes, uma vez que para além de outros princípios, todos os Estados independentemente da sua dimensão, posição geoestratégica, população ou capacidade militar partilhavam de igualdade de direitos e obrigações.

Tomando em consideração estes pressupostos acima, consideramos pertinente definir o conceito de política externa, tendo em conta a visão de vários autores interessados na matéria. Na realidade, não é consensual o seu conceito, apesar de, as ideias ostentadas pelos diferentes autores apresentarem uma certa semelhança. O certo é que, as diferentes noções apresentadas referem-na como um conjunto de táticas adotadas por parte dos Estados no sentido de assegurarem a sua ligação a nível externo no âmbito político, económico, cultural e militar, conforme se mencionou. As características da conjuntura atual, marcadas pela dinâmica da internacionalização e a política de descentralização e regionalização, fazem com que estes conceitos vêm sofrendo alterações. Por detrás disso, estão as mudanças na conjuntura política internacional e a envolvimento de atores não estatais que também atuam em defesa dos seus interesses.

Segundo Magalhães (2005), as dificuldades em definir de forma precisa a política externa têm a ver com a confusão que se faz entre ela, a diplomacia e a política internacional, mesmo por indivíduos que entendem da matéria e, com alguma frequência nas diferentes interpretações, as vezes em situações conscientes e intencionais. Além disso, verifica-se situações de confusão<sup>2</sup> de forma mais abrangente, isto por parte de pessoas ou grupos não especializado no assunto, especialmente no campo do jornalismo, situação que de certa forma segundo o autor é mais justificável.

Clarificando os conceitos, a mesma referência, tem a política externa como conjunto de procedimentos de um determinado Estado além-fronteiras, com vista à obtenção de um

---

<sup>2</sup> Em 1978, na Georgetown University, criou-se o Instituto para a diplomacia em que o propósito foi alertar para a distinção entre a diplomacia e política externa (Magalhães, 2005:20).

resultado no campo das relações com outros Estados. Ela, do ponto de vista teórico, é um dos aspetos da política internacional<sup>3</sup>.

Para Tavares (2010), a política externa é tida como a atividade que permite uma interação entre os Estados, agindo, reagindo e interagindo entre si. Neste conceito, há evidências de que a política externa não é um processo isolado e que as decisões a ela subjacentes são frutos da interação entre as partes envolvidas.

Os entendimentos de alguns autores, segundo Freire e Vinha (2011), manifestam uma certa semelhança naquilo que consideram da política externa. Isto é, esses autores consideram-na como a forma de modificar situações desfavoráveis, ajustar políticas internas de um dado Estado às políticas internacionais ou, ainda, tomam-na como estratégia dos Estados para fazer face aos assuntos de âmbito internacional atual. Tendo em conta essas considerações, verifica-se que, tendencialmente, os atores emergentes que afiguram no campo das relações internacionais não são tidos em conta, entrando deste modo em choque com o que se verifica atualmente, ou seja, a influência ativa de entidades supra e sub-estatais no desenho da política externa.

Por conseguinte, do ponto de vista pessoal, os dois autores atrás referidos, nos seus estudos sobre a matéria<sup>4</sup> consideram que a política externa abarca objetivos, estratégias, assim como os resultados não esperados, definindo-a como *“o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas acções”*. Todas essas características fazem da política externa a forma primordial de um Estado ser reconhecido internacionalmente e, quando traçada tendo em conta a realidade, isto é, dentro dos padrões de cooperação, pode conduzir ao desenvolvimento.

Não obstante as posições dos diversos autores, o certo é que por detrás da política externa estão objetivos e interesses nacionais, que são as bases da sua formulação e condução. Os objetivos devem ser definidos de forma clara, focando os pontos relevantes do que se pretende alcançar. Para isso, é necessário conhecer os limites e potencialidades internos que permitem identificar os meios a mobilizar e estratégia a adotar a fim de viabilizar a sua materialização. Tendo em linha de conta os principais elementos que devem integrar a sua elaboração, utilizando os meios próprios para a sua condução, o país ganha credibilidade e reputação internacionalmente.

A elaboração da política externa prende-se muito a visão que se tem do país, do sistema internacional e dos objetivos desejados e, tudo isto é sujeito a mudanças à medida que são postos em prática, ou seja, durante a ação. É nesta perspetiva que, se considera que a política externa não se processa de forma isolada, isto é, não deve ser formulada unilateralmente, uma vez que, o seu processo não é linear. Assim, em conformidade com Freire e Vinha (2011), a política externa é de carácter biunívoco, relacionando o

---

<sup>3</sup> A política internacional por seu lado segundo o autor, refere às interações que se verificam entre os diversos Estados, compreendendo ao conjunto de diferentes políticas externas nacionais.

<sup>4</sup> Política Externa – As Relações Internacionais em Mudança (2011:18)

contexto interno e externo. Com efeito, os autores procuram ultrapassar a crença tradicional de que ela é dirigida por aspetos internacionais. Deste modo, sustenta-se o contexto interno como uma variável importante no estabelecimento das prioridades da política externa.

Em outro sentido apesar dessa constatação, Almeida (2009) considera que a política externa poderá não estar totalmente associada aos seus fundamentos internos contrariando assim essa ideia e a de Clausewitz quando afirma que ela é outra forma de prosseguimento da política interna. De igual modo, contraria a ideia de co-relação entre fatores interno e externo atrás referido. O argumento pelo qual justifica essa tese, é a possibilidade de um governo democrático conseguir a projeção externa de forma imperialista, do mesmo jeito que, uma autocracia pode dirigir uma política externa cautelosa, sem excessos e cumpridora do direito internacional.

De facto, os contextos, externo e interno, são dois campos de atuação diferentes mas que puxam pelos mesmos objetivos que tem a ver com a manutenção e estabilidade nacional. Assim, pressupõe dizer que a política externa funciona como ferramenta que facilita a concretização dos objetivos traçados no plano interno, isto é, desenvolvimento económico, cultural e social do país. Ela é por conseguinte, uma atividade desenvolvida pelo Estado e outros intervenientes em relação aos demais Estados, bem como entidades de relevância internacional, a fim de materializarem seus objetivos. Deste modo, quanto mais objetiva for e mais meios o Estado tiver a disposição, mais eficaz ela poderá ser.

Não obstante, ao longo dos tempos teve-se a perceção de que a política externa é da exclusividade dos Estados e questões ligadas à segurança e defesa eram tidas como as mais importantes e imprescindíveis para qualquer Estado soberano. Nos meados do Século XX, o cenário internacional volvido pela bipolaridade trouxe alteração na forma de elaboração e condução da política externa. Emergiu e estabeleceu-se na década de 40 a visão realista<sup>5</sup> que assenta as suas bases na ideia de anarquia internacional e atribui a exclusividade da política externa aos Estados, situação que a conjuntura internacional atual desmente, apesar de, *a priori*, essa visão ter reconhecido a possibilidade de surgimento de outros intervenientes. Assim, enquadra o pensamento de Raymond Aron que, segundo Tomé (2011), o diplomata e o militar, são os autênticos representantes da comunidade política pelo facto de serem eles a estar presentes no campo das decisões e estratégias usando instrumentos próprios para cada momento. É nesta linha que essa escola elencou um conjunto de princípios<sup>6</sup> que considerou ser as leis principais, “*objectivas e permanentes*” (Cravinho, 2002:131), sob as quais o sistema político internacional se orienta.

---

<sup>5</sup> Ao lado do neo-realismo, constituem duas importantes correntes de estudo das teorias de relações internacionais. Considera que o cenário da política internacional é um palco apropriado para situações de conflitos, uma vez que os Estados são livres para decidirem.

<sup>6</sup> Consultar Cravinho (2002: 131-136).

A exclusividade do Estado nessa matéria, também foi defendida pela visão neo-realista<sup>7</sup>, mas argumentando que o comportamento deste está subjacente à natureza do sistema internacional (Cravinho, 2002:202), conclusão essa que baseia na dinâmica da sociedade internacional, tendo em conta os acontecimentos de repercussão mundial ocorridos na década de 1970 e que mexerem com a estrutura económica mundial e consequentemente da política externa.

Todavia, dado aos condicionantes que podem estar por trás da condução da política externa, é crucial ter em conta os elementos importantes na sua elaboração. Conforme avança Almeida (2009), deve-se ter em conta no mínimo quatro elementos essenciais na sua elaboração para que esta possa manifestar de carácter responsável. Assim o autor identifica os seguintes elementos: clareza de intenções, interação entre a diplomacia e a economia, aferição precisa dos meios disponíveis e, flexibilidade e abertura às inovações.

Na mesma linha, Gomes (1990), considera que no âmbito da política externa é preciso ter em conta alguns aspetos que se revelam fundamentais, como a comunidade internacional que é o campo onde a política se desenrola, os objetivos que estão por detrás da sua elaboração, sendo estes de carácter nacional e atual e, as normas que norteiam a sua elaboração e concretização, uma vez que, no cenário internacional há normas e critérios que devem ser respeitados. De entre as normas destacam-se algumas que contribuem para a eficácia da política externa designadamente a clareza e pertinência nos objetivos, flexibilidade e adaptação à conjuntura internacional, consenso nacional à volta daquilo que se pretende e quais os métodos a utilizar para a sua concretização, entre outras. Consideramos que estes pressupostos facilitam na compreensão do sistema político internacional moderno que conforme se pensa ainda nos tempos atuais é herdeiro dos efeitos da Segunda Guerra Mundial.

Para Gonçalves (2014), os objetivos devem respeitar os fatores importantes como: a tradição e os compromissos já contraídos pelo Estado com os demais atores do sistema internacional, a base de apoio político do governo, a conjuntura económica, a capacidade militar, a qualidade do pessoal diplomático, a ação dos grupos de pressão, a personalidade do chefe de Estado, as medidas e a opinião pública e, a posição que o Estado ocupa na estrutura do sistema internacional.

Como se deixou a entender a política externa é marcada por três etapas que conduzem ao desenvolvimento a destacar: a conceção, que passa pelo delinear dos objetivos estratégicos e a aferição de possibilidades de materialização tendo em vista o cenário internacional, o conteúdo, isto é, as ações políticas que são necessárias para a concretização dos objetivos e, a execução ou seja, a coordenação de mecanismos acionados pelos Estados e que facilitam a concretização dos objetivos, isto é, a utilização de instrumentos compatíveis.

---

<sup>7</sup> Representado por Waltz na década de 1970, quando a crise do petróleo pôs em causa o Estado como principal ator das relações internacionais.

### 1.1.2. A Diplomacia como instrumento da Política Externa

Sendo a política externa um importante meio de perseguição dos objetivos além-fronteiras, é crucial dispor de instrumentos eficazes que visam facultar a sua condução e alcançar tais êxitos. De entre os instrumentos de condução<sup>8</sup>, a diplomacia é considerada o mais importante, sendo utilizada desde os primórdios das relações e readapta ao cenário internacional a medida que o tempo evolui. Na verdade, desde os tempos das primeiras organizações de domínios políticos, começaram-se a fazer uso dos representantes do soberano para efeitos de contactos e negociações de assuntos de interesse dos mesmos.

A diplomacia é um instrumento pacífico e consideramo-la como meio mais compatível da política externa quando o principal objetivo de um determinado Estado é o desenvolvimento. Uma vez que, o propósito do nosso trabalho é analisar o processo de desenvolvimento e inserção internacional de um país com base na sua política externa e consequentemente na diplomacia, particularmente o caso de Cabo Verde, achamos conveniente destaca-la dos demais instrumentos. Assim, neste subponto, abordaremos questões relacionados à diplomacia na sua conceção tradicional, o seu conceito segundo diferentes autores e a sua evolução até aos tempos atuais em que se verificam que novas abordagens vêm reforçando as ferramentas diplomáticas, tendo os mesmos objetivos, isto é, os interesses nacionais.

#### 1.1.2.1. A Diplomacia: conceito e a abordagem clássica

A arte diplomática é a integração de diversos fatores de forma coerente, é o projetar de uma direção rumo aos interesses nacionais e isto faz com que muitos países alcancem resultados satisfatórios no âmbito da política externa, movidas pela capacidade de negociação dos atores credenciados na matéria.

Assim, de todos os conceitos evidenciados pelos diferentes autores a diplomacia é tida como arte de combinação e negociação entre atores da política externa, atendendo a constelação internacional. Calvet de Magalhães (2005:82), nas discussões em torno do assunto, aceita o termo “*negociação*” para falar da atividade diplomática, embora não identifica tal ação com diplomacia, uma vez que registam casos onde ocorrem negociações sem que haja interferência de mediadores ou agentes diplomáticos, isto é, as denominadas de negociações diretas. Por conseguinte, o autor admite que de modo abrangente, “*a diplomacia é um instrumento da política externa, que constitui a*

---

<sup>8</sup> Os instrumentos subdividem-se em dois grupos, sendo, os pacíficos e os violentos. No primeiro grupo, encontramos a negociação direta, a diplomacia e a mediação. No outro grupo, está a dissuasão, a ameaça, a guerra económica, a pressão militar e, a própria guerra. Magalhães (2005), subdivide os instrumentos pacíficos em dois subpontos, nomeadamente, os contactos plurilaterais ou negociações, que alberga os três instrumentos atrás referidos e, os contactos unilaterais, albergando a propaganda, a espionagem (tornada crime e punível por lei após a Guerra Fria), a intervenção militar e, a intervenção pública.

*negociação entre dois ou mais Estados...” e, em sentido restrito, “a negociação constitui a arte mais importante da actividade diplomática e, é uma actividade exercida pelos diplomatas”.*

Por seu turno, Mongiardim (2007), citado por Santos (2010:13), salienta que etimologicamente o termo diplomacia remete-nos para os procedimentos e instrumentos que viabilizam as negociações inter-estatais, numa articulação entre as políticas internas e externas. Ou seja, como *“o conjunto de actividades, de práticas, de documentos e de formalidades relativas às trocas e às negociações entre os estados, numa época em que a política interna e a política externa se revelam como dois domínios distintos na vida dos estados”*. Deste modo, constata-se que a diplomacia tem o papel de por em prática as intenções de um determinado Estado na arena internacional no âmbito da sua política externa.

Para Barata (1989:14), a diplomacia é tida em sentido lato da política externa, como o engenho de combinação de *“diferentes fatores de poder nacional”* de forma eficaz com intuito de se alcançar o sucesso na projeção dos objetivos internacionalmente, garantindo deste modo os interesses nacionais.

No entender de Tomé (2012), a diplomacia constitui um instrumento primordial da política externa de um Estado. Ela compõe a arte da negociação, incluindo um conjunto de meios utilizados para se conseguir materializar os objetivos da política externa. Isto é, traça-se os objetivos através da política externa e a diplomacia encarrega da sua execução através da negociação. Por outras palavras, a política decide e orienta e a diplomacia executa influenciando-se mutuamente. Essa arte de negociação é de forma pacífica e constitui o privilégio da política externa.

Segundo Moreira (2014:85), a diplomacia é *“uma arte de negociação ou conjunto de técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados”*.

Tendo em conta estes pressupostos, não obstante a não inclusão de atores não-estatais nos diferentes conceitos, considera-se a diplomacia como sendo o motor da política externa, isto é, o principal instrumento pacífico utilizado pelos diferentes atores em fazer valer a política externa de um determinado Estado. Assim, em concordância com a ideia de Moreira (2014), para uma maior eficácia na negociação ela deve orientar a negociação num clima de paz e envolver intervenientes com capacidades para tal ação. Além disso, é crucial manifestar uma certa delicadeza na condução das relações, uma vez que, consideramos que o envolvente nas conversações diplomáticas deve ser inteligente e demonstrar uma certa perspicácia no processo de negociação entre Estados.

O uso da diplomacia para assuntos de interesse nacional não é recente. Esse valioso instrumento de condução da política externa, ganhou destaque em França nos séculos XVII e XVIII quando em 1626, Richelieu criou o Ministério dos Negócios Estrangeiros. No entanto, as regras que nortearam a sua conceção clássica e defendiam a igualdade soberana dos Estados, foi estipulada no Congresso de Viena de 1815 e era baseada sobretudo em princípios de secretismo, isto é, fora do alcance da opinião pública e nem sequer era alvo de debates nos parlamentos. Além disso, não havia conferências entre

líderes, sendo que estas eram desaconselháveis<sup>9</sup>. As relações desenrolavam apenas entre os detentores do poder, ou seja, de soberano a soberano e, deste modo, a diplomacia assumia assim um carácter fundamentalmente bilateral, restrita e limitada movida pelas relações Estado a Estado tendo em conta o cenário internacional da época.

Essa realidade alongou-se até ao término da Grande Guerra, altura em que foi condenada pelo presidente dos EUA alegando a necessidade de uma política externa mais democrática e que valorizasse as vidas humanas. Na mesma linha, defende a ideia de que a opinião pública pode trazer a democracia e produzir a paz. Assim, o primeiro dos catorze pontos que apresentou para a configuração da nova ordem mundial nesse período foi a supressão da diplomacia secreta<sup>10</sup>, originando deste modo, um novo patamar da diplomacia.

A ordem internacional foi redesenhada através da Conferência de Versalhes<sup>11</sup>, marcando deste modo, o fim de uma era e o início de uma outra no campo das relações internacionais, na medida em que traçou alguns elementos considerados cruciais para orientar a ordem internacional, entre as quais a diplomacia multilateral<sup>12</sup>. Isto é, a atuação externa do Estado deixou de se limitar nos contactos bilaterais e passa a atuar em plataformas mais abrangentes, marcando por conseguinte, a nova realidade diplomática. Perspetivou-se assim, condições para que os Estados-membros interagissem com debates e discussões com vista a alcançar objetivos comuns.

Na verdade, a noção de multilateralismo remete-nos para a possibilidade de existência de mecanismo de coordenação de relações entre vários Estados. Segundo Magnotta (2011:5), o multilateralismo equivale a *“uma forma institucional que coordena as relações entre três ou mais estados com base em princípios generalizados de conduta, ou seja, princípios que especificam o comportamento adequado para uma série de ações”*.

Esse fenómeno ganhou ímpeto com a instituição da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>13</sup>, no fim de Segunda Guerra aquando da consagração da Carta das Nações

---

<sup>9</sup> Citado por (Moreira, 2014:89), Filipe de Comines era de opinião que *“dois grandes príncipes, que desejam estabelecer boas relações pessoais, nunca devem encontrar-se face a face mas sim comunicar através de bons e divertidos embaixadores”*.

<sup>10</sup> Advoga que para os tempos vindouros seria necessário *“convénios de paz abertos, negociados abertamente, depois do que não existirão mais entendimentos internacionais privados de qualquer espécie”* (Magalhães, 2005:72).

<sup>11</sup> Aconteceu em 1919, fortemente influenciado pelo presidente Wilson, que antes, a 8 de Janeiro do ano anterior, proclamou os *“14 pontos”*, que de entre estes, propunha a criação da Sociedade das Nações. Os objetivos traçados nessa Conferência revelaram fracassos pelo facto de passado pouco tempo depois eclodir a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos nunca chegaram a fazer parte dessa Sociedade devido a não ratificação da Convenção pelo Congresso.

<sup>12</sup> O multilateralismo já vinha dando sinais desde o Congresso de Viena em 1815, assim como o Tratado de Utreque em 1713 e a Conferência de Berlim de 1884-85, caracterizado por multilateral pontual tendo em conta as situações em que aconteciam. Ao lado dessas referências, ganha destaque também a criação da União Postal Universal em 1874 como forma de tratar em conjunto questões de interesse comum. Com a propagação do multilateralismo a política externa ganhou a propaganda como um novo instrumento.

<sup>13</sup> O principal objetivo da Organismo então criado é a manutenção da paz, devido ao clima em que se vivia no momento. Por conseguinte, manifestou ser mais avançado que a Sociedade das Nações pelo facto de



Unidas<sup>14</sup>, incluindo todas as comunidades nos assuntos internacionais. A aceleração do multilateralismo verificou-se partir de então, através de várias Instituições criadas, remetendo-nos para o multilateralismo Institucional. Daí, as relações diplomáticas passaram a ser pensadas também a nível das Instituições<sup>15</sup>.

Tendo em conta essas abordagens, constata-se que a negociação diplomática pode ser de carácter bilateral e ainda de carácter multilateral, envolvendo vários Estados e instituições em função de objetivos que serão partilhados. Apesar da abrangência do multilateralismo, verifica-se crescente utilização da atividade bilateral não propriamente no seu contexto tradicional de concertação dos interesses entre dois Estados, mas como indispensável para resolução de questões independentemente do quadro multilateral. Atualmente verifica-se uma certa relação entre a economia e diplomacia, fazendo emergir o conceito de diplomacia económica, cujo conteúdo abordaremos de seguida.

#### 1.1.2.2. **A Diplomacia Económica: a abordagem moderna**

A dinâmica da constelação internacional no âmbito das relações internacionais, faz com que seja necessário reajustes em termos de meios, técnicas e estratégias de condução das políticas internacionais de forma a responder as exigências atuais. De entre as várias distinções da diplomacia encontra a diplomacia económica, que no campo das relações externas cuida de aspetos inerentes à economia que é um dos fatores de desenvolvimento.

Se antes nas negociações diplomáticas a vertente económica não constava das estratégias e bases da política externa e, assuntos relacionados a comércio eram exclusivo de embaixadores, os tempos modernos apontam para uma nova realidade. Na verdade, o cenário internacional deu sinais de rompimento com as ideias realistas, na medida em que o grau de interdependência aumenta, fruto de flutuações na constelação internacional e de novas medidas políticas adotadas. Pela constante necessidade de incrementar o fluxo do comércio e o desenvolvimento económico ao longo dos tempos, as iniciativas que vêm sendo tomadas fizeram com que a visão tradicional cedesse lugar a novo conceito e instrumento de condução da política externa como é o caso da diplomacia económica.

---

juridicamente poder atuar em prol da segurança e da paz, caso verificasse situações consideradas ameaçadoras da paz.

<sup>14</sup> Assinada a 26 de Junho de 1945 e entrou em vigor a 24 de Outubro do mesmo ano.

<sup>15</sup> Várias Organizações especializadas foram criadas, nomeadamente: a Organização Internacional do Trabalho (OIT); a União Internacional de Telecomunicações; Organização da Aviação Civil Internacional; a União Postal Universal (UPU); a Organização Mundial da Saúde (OMS); a Associação Internacional de Desenvolvimento; o Banco Mundial; o Fundo Monetário Internacional (FMI) a partir do sistema Bretton Woods; a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO); a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO).

Contudo, a relação entre a política externa e a economia não é recente. Na realidade, a vertente económica vem fazendo eco na política internacional desde os primórdios da instituição dos cônsules. Conforme referimos anteriormente, um dos elementos da sociedade internacional estipulado no Tratado de Vestefália foi a promoção da economia de mercado e, os embaixadores tinham o privilégio de ocupar do desenvolvimento do comércio do seu país. Assim, a diplomacia económica sempre esteve a volta das negociações comerciais, sendo que, o comércio de mercadorias constituía a base fundamental das relações económicas internacionais. Porém, o seu processo evolutivo tornou-se evidente no século XIX, ganhando destaque em direção a modernidade a partir de meados do século XX, com maior ênfase nos finais do século, onde se verificou o desenvolvimento de uma intensa e complexa relação entre países, tanto em termos de objetivos, estratégias e instrumentos de cooperação.

É nessa lógica que Leal (2007), identifica três fases distintas da diplomacia económica. Para a autora, a primeira fase teve início na segunda metade do séc. XIX até à Primeira Guerra Mundial, período esse marcado pela política violenta da repartição do mundo. A segunda fase limita entre o fim da Primeira Guerra Mundial até aos anos 1970. Esse período foi marcado pelo colapso da então ordem económica internacional vigente e o facto da diplomacia económica estiver focada nas negociações e acordos multilaterais. Por último, a fase iniciada nos anos 1980 e arrasta à atualidade. Nesta fase fica em destaque a política de internalização e externalização, ou seja, momento em que todas as diretrizes apontam para políticas de atração de investimentos externos e exportação de bens e serviços.

O impulso que a diplomacia económica ganhou nos tempos modernos é fruto da nova forma de dependência entre Estados e a necessidade de incrementar medidas de interesse comum na pós-Segunda Guerra. Ou seja, é o fruto do despertar da consciência por parte da sociedade civil em relação a factos internacionais e questões alusivas à política externa que paulatinamente se traduz na participação ativa dos indivíduos, grupos e organizações, isto é, os atores não-estatais na vida política (Costa, 2009).

Assim, para além da criação da ordem económica pela conferência de Bretton Woods em 1946, um conjunto de medidas em prol da diplomacia económica foi também instituído<sup>16</sup>. Segundo Moreira (2014:102), a referência temporal desse marco do ponto

---

<sup>16</sup> As ocorrências anteriores, como a assinatura da Carta do Atlântico em Agosto de 1941 entre a Inglaterra e os EUA, estipulou como objetivos comuns a todos os Estados, o acesso ao comércio de matérias-primas que facilitariam o desenvolvimento económico e a segurança social. Posteriormente, a cooperação económica foi declarada na Carta da ONU e o Plano Marshall em 1947 foi a primeira grande manifestação económica. Na sequência, a 16 de Abril de 1948, foi assinada em Paris a Convenção de Cooperação Económica Europeia. Além disso, o Pacto do Atlântico Norte (NATO), de Abril de 1949, alertava para a necessidade de dar lugar a internacionalização não apenas em termos militares, como também as vertentes política, económica e social.

de vista doutrinal, ficou evidenciada na marcada obra de Rostow – *“As etapas do crescimento econômico”*.

Do mesmo modo, e pela necessidade de evitar erros do passado, aproveitar dos sucessos obtidos no campo econômico e a necessidade de reconstrução e desenvolvimento, ao longo dos tempos teve lugar uma série de acontecimentos, ou seja a criação de um conjunto de Organismos com vista a incrementar a economia e consequentemente a diplomacia econômica<sup>17</sup>. Em prol dos países menos desenvolvidos, estabeleceu-se um conjunto de procedimentos que ganharam destaque na diplomacia econômica, para além de outros (Leal, 2007), a ajuda técnica e financeira e a criação do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) pela Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED/UNCTAD) em 1967 com intuito de aperfeiçoar os acessos aos seus mercados. Em simultâneo, as preferências de acesso acabaram por integrar nos acordos de cooperação entre a Comunidade Económica Europeia (CEE) e Países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), do qual Cabo Verde é membro desde a sua ascensão à independência política.

No entanto, o fenómeno de repercussão mundial nos anos 1970, fez emergir a necessidade de uma nova ordem económica, obrigando os atores a adotar instrumentos, técnicas, mecanismos e estratégias que visam a salvaguarda da legitimidade política, em defesa de interesses nacionais. Ou seja, sentiu-se que era necessário a reformulação de estruturas institucionais, processos e condutas que propiciam a maximização das dinâmicas e sinergias interdepartamentais, baseando na interação de instrumentos políticos, diplomáticos e económicos. Assim sendo, enfatizamos o argumento de Barston citado por Santos (2010), que a diplomacia pode ser conduzida entre Estados, assim como outros atores, e isto torna ultrapassado os conceitos tradicionais, dado que houve uma mudança de paradigma tanto na *“importância das funções quer nos tipos de intervenção”*.

Neste âmbito, falar da diplomacia moderna, é referir-se a um conjunto de atividades em que objetivo, diversificação, complexidade e alcance, tem a ver com aspetos diferenciados de um processo evolutivo de adaptação a um ambiente relacional em mutação. Essa transformação é fruto acelerado processo de globalização, que fomenta a interdependência entre Estados, com forte impacto nas dimensões sociais e económicas. No entanto, as ferramentas tidas em conta perante essa nova abordagem, ou seja, as estratégias, os métodos, os instrumentos e as técnicas utilizadas não substituem a tradicional abordagem diplomática, pelo contrário, são complementos, uma vez que o centro das abordagens continua sendo a promoção do interesse nacional.

---

<sup>17</sup> A criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) em 1944; a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1945; a criação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) em 1947, substituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995; a criação da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) em 1948 que se fundiu em Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) em 1961; a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) em 1964; e a integração da Alemanha no concerto europeu, entre outros.

Todavia o cenário abrangente da globalização assumido com a queda do Muro de Berlim e o desmoronamento do império soviético fomentou a emergência de atores não-estatais de grande influência nos assuntos internacionais. As comunicações e transportes desenvolveram ainda mais, registou-se um alargamento e intensificação das relações internacionais, multiplicaram-se os encontros interministeriais, intensificaram as cimeiras de carácter internacionais, de modo que torna difícil diferenciar uma “*diplomacia pura*”, que era da tutela dos diplomatas face aos contactos diretos entre dirigentes políticos (Gomes, 1990:72).

A partir de então, as principais instituições económicas internacionais passaram a ser de amplitude mundial na medida em que integraram novos membros de peso como é o caso da China e gradualmente as barreiras foram removidas. O comércio ganhou espaço no campo das relações internacionais e as relações económicas e financeiras surgiram como novos vetores da política. Houve condições mais propícias para a internacionalização de bens, serviços e mercadorias e, conseqüentemente, atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), fazendo com que esta domine a diplomacia moderna. Tornou-se mais notório a noção de que a diplomacia e a economia interagem uma vez que a principal ambição aponta para os interesses económicos. Deste modo, a política externa e a diplomacia assumiram outra dimensão, na medida em que se deixou de preocupar mais com questões relacionadas com a paz e segurança, passando a dar ênfase às questões económicas, da saúde, da educação, do trabalho, entre outras, fazendo com que a vertente económica ganhasse mais importância no âmbito da política externa, motivando deste modo a reestruturação do conceito da diplomacia.

Em suma, tendo em conta essas abordagens, os diferentes Estados passaram a priorizar a promoção do comércio de modo que a segurança económica veio a ganhar destaque como principal objetivo na arquitetura da política externa. Deste modo, diplomacia económica é tida como um dos motores do desenvolvimento económico de um dado país e cabe a cada Estado fazer uso da sua diplomacia de forma mais eficaz, isto é, adotar medidas flexíveis que defendem objetivos de desenvolvimento, principalmente os Pequenos Estado, assunto que trataremos a seguir.

### **1.1.3. A Política Externa dos Pequenos Estados**

Numa posição inversa em relação aos países industrializados e com capacidade de influenciar a política internacional, estão os chamados Pequenos Estados. Estes, são conotados com algumas características que lhes são típicas e que de certa forma condicionam o desenvolvimento, nomeadamente a localização geográfica, o reduzido número de população e a falta de recursos naturais, a reduzida capacidade industrial e tecnológica e, o fraco poderio económico. Acrescem a esses condicionantes, o facto de alguns são antigas colónias como é o caso de Cabo Verde e, em consequência enfrentam situações de falta de infraestruturas básicas, para além de outras situações negativas.

Além disso, também há registros de casos relacionados com a política e desorganização social vividos por alguns, culminando em elevado índice de corrupção, guerras civis e, até casos de assassinatos de governantes, referindo concretamente á Guiné-Bissau<sup>18</sup>. Não obstante, apesar de estarem associados a aspetos negativos, os Pequenos Estados podem apresentar algumas características que revelam ser grande interesse internacional, tendo em conta a conjuntura em que se vive, de modo que podem revelar-se de muita importância, podendo essas características serem a posição geográfica ou outro recurso valioso como os recursos naturais.

Nos tempos atuais, a utilização elevada de novas tecnologias por parte de Estados que não são tidos como potências, as influências e interferências dos mesmos nas diversas políticas de interesse comum, acrescidos do elevado grau de eficiência nas relações tanto com as grandes potências, tornou visível a incapacidade das tradicionais potências de exercerem controlo eficaz e de forma exclusiva de novas ocorrências em torno da política internacional. Isso demonstra que também os Pequenos Estados passaram a ter mais participação na vida política internacional. Como forma de exercer maiores influências nesse domínio, estes são chamados a apostar numa política externa credível, cujo conteúdo defende interesses comuns. Ou seja, é preciso que estes tenham em conta os elementos essenciais no desenho da política externa. Os objetivos a serem apresentados nesta matéria, para além de outros critérios, devem ser traçados de modo próprio e exclusivo, de acordo com a dimensão do Estado, a sua história e situação geográfica, a vertente cultural e as eventuais ameaças a que estão sujeitas (Gomes, 1990). Agindo desta forma criam-se condições para garantir a sobrevivência da nação, a manutenção da independência, a integração em estruturas regionais e internacionais de cooperação económica.

É importante que os Pequenos Estados tenham em conta os determinantes que norteiam a política externa contemporânea, principalmente priorizando as áreas no campo do comércio, da segurança, da indústria, e da tecnologia, da proteção ambiental, isto é, destacando os meandros que norteiam a diplomacia económica, sendo esta, o foco atual das políticas externas. De igual modo, é crucial a compatibilização dos instrumentos e objetivos, a fim de evitar o risco de ambicionar metas que ultrapassam a própria capacidade de materialização. Ainda, é essencial que os Pequenos Estados, além de manifestar a capacidade de perceber e acompanhar as mutações da política internacional, saibam antecipar situações, sobretudo nas relações com novos atores emergentes e intervenientes na política externa. É igualmente relevante que estes suportem nas suas especificidades que apresentam, dando primazia a uma política externa marcada pela coerência, de forma que lhes permita reclamar uma posição a nível internacional. Nesta linha, enquadra-se a noção de que *“a política externa de um pequeno país só pode ser, na verdade, a administração inteligente das suas potencialidades estratégicas”* (Costa, 2012:229).

---

<sup>18</sup> Tomamos em consideração o exemplo da Guiné-Bissau, devido ao passado histórico comum com Cabo Verde desde a luta da independência e a unidade política nos primeiros anos da independência.

É crucial que optem por medidas que visem explorar as suas vantagens e potencialidades por via de políticas económicas coerentes, integração a diferentes níveis e, cooperação e envolvimento na comunidade internacional. Assim, são estratégias fundamentais a considerar, nomeadamente, políticas de cooperação e parcerias bilaterais, multilaterais e regionais, a abertura política e implantação de regimes democráticos, o respeito pelos direitos humanos, os princípios de boa governação, a preservação do ambiente, o combate a ameaças globais, bem como a inclusão de outros assuntos de interesse global na formulação da política externa. Adotando essa estratégia estarão em condições de conquistar a boa reputação e prestígio internacional, haverá mais confiança dos investidores estrangeiros, mais financiamentos por parte de organismos e parceiros internacionais, mais condições de externalização das suas mercadorias e, conseqüentemente mais desenvolvimento e possibilidade de conquistarem visibilidade internacional. Agindo desta forma, isto é, estabelecendo a concordância entre fatores de concepção da política e objetivos que se pretendem, propiciam condições para obter resultados satisfatórios do conteúdo e execução da política externa e consideramos que se propiciam condições para falar da trilogia: política externa, inserção internacional e desenvolvimento. Assim, enfatizamos a visão de Castells e Cardoso (2005), de que a política externa resulta de uma opção estratégica sobre a forma como lidamos com incertezas ou com a realidade vivida pelas populações, em prol de um desenvolvimento harmonioso e sustentável, fazendo dela a ferramenta principal dos Pequenos Estados em defesa dos objetivos de desenvolvimento.

Em suma, os Pequenos Estados devem ter em conta os elementos principais da política externa atrás referidos, ou seja, definir com clareza os objetivos, uma vez que é imprescindível que estes tenham a noção dos desafios e facilidades no processo de inserção internacional.

## 1.2. O Desenvolvimento

As disputas a diferentes níveis que se registaram ao longo dos tempos entre diferentes povos e nações e, as medidas políticas adotadas pelos Estados quer a nível interno como externo, bem como outras medidas importantes levadas a cabo por organismos internacionais, tiveram e continuam tendo como principais objetivos o crescimento e o desenvolvimento de países e regiões, principalmente aqueles que são confrontados com situações de carência. Porém, as guerras mundiais registadas outrora, assim como outras de libertação das colónias, as disputas de interesses existentes em cada país e os conflitos entre as classes, acrescido de exploração irracional das matérias-primas pelas metrópoles, tiveram impactos negativos no processo de desenvolvimento para muitos países. Assim, a medida que o tempo passa, esses episódios fizeram despertar a consciência da realidade e passou-se a enxergar as desigualdades que existem entre os

diferentes Estados e a necessidade de implementar medidas políticas adequadas que conduzissem ao desenvolvimento de forma equiparada.

O desenvolvimento, em si é um processo complexo, cujo conceito é sujeito a várias transformações ao longo dos tempos e de forma pouco consensual tendo em conta as diferentes perspetivas que o aborda. Todavia, durante muito tempo a noção referente ao processo de desenvolvimento foi intimamente associada ao crescimento económico, pensando ser este o fator fundamental para determinar a melhoria das condições de vida das pessoas. O subdesenvolvimento é a outra vertente do desenvolvimento e é uma realidade e característica típica dos Pequenos Estados. Nesta ótica, tentaremos nesta secção apontar algumas medidas adotadas pelos organismos internacionais no combate ao fenómeno e tentaremos identificar as teorias económicas que dominaram o século XX, de forma a nos permitir compreender e analisar os meandros que norteiam o incremento do seu processo pelos organismos e internamente por parte dos Estados, mormente, o caso particular de Cabo Verde após a sua ascensão à independência política.

#### 1.2.1. O processo de Desenvolvimento: conceito e referencial teórico

Um dos primeiros passos na criação da teoria do desenvolvimento ficou marcado na obra de Adam Smith de 1776<sup>19</sup>, apesar da redescoberta de interesses nessas áreas só acontecerem no Séc. XX. Foi nesse período que se abordou de forma explícita e pela primeira vez por Schumpeter<sup>20</sup> e doravante, tornou-se uma das referências dos clássicos da economia, Julião (2001), ganhando mais voga sobretudo após Segunda Guerra. Na realidade, ao longo desse século, diversos autores debruçaram sobre esta questão e com pontos de vista diferentes, fazendo surgir por conseguinte, novas características a respeito. Das diferentes teorias<sup>21</sup>, modelos e conceitos que abordaram no âmbito do desenvolvimento económico ao longo desse século e que marcaram a evolução do conceito, destacam a inovação, a teoria de estágios lineares, o modelo de transformações estruturais, a teoria do capital humano, a contra-revolução neoclássica e o desenvolvimento endógeno (Debali, 2009). Deste modo, pode-se constatar que a visão sobre desenvolvimento vem sendo reajustada ao longo dos tempos no sentido de identificar as deficiências e promover um nível mais elevado de bem-estar social e consequentemente, melhor conceitualiza-lo.

---

<sup>19</sup> Defende que O princípio fundador da ciência económica emergente, estampado na “*A Riqueza das Nações*” é que o desenvolvimento resulta da maneira como se coordenam as ações humanas.

<sup>20</sup> A partir da publicação da obra “*Teoria do Desenvolvimento Económico*” em 1911.

<sup>21</sup> A Inovação é defendida por Joseph A. Schumpeter (1910); Teoria de Estágios Lineares por: Roy Forbes Harrod, Evsey David Domar e Walt Whitman Rostow (1940-1960); Modelo de Transformações Estruturais por: Lewis e Chenery (1960-1970); Teoria do Capital Humano por: Theodore Schultz, Dennison, Gary Becker e Jacob Mincer (1960-2000); A contra-revolução Neoclássica por: Lord Peter Bauer, Deepak Lal, Ian Malcolm David Little, Harry Johnson, Bela Balassa, Jagdish Bhagwat e Anne Krueger (1970-1990); e Desenvolvimento Endógeno defendido por Antonio Vasquez Barquero (1980-2000).

Denota-se com isso, que existem diferentes perspectivas teóricas que abordam questões relativas ao desenvolvimento. No entanto, nos séculos XIX e XX, baseado nos paradigmas Clássico<sup>22</sup> e Keynesiano<sup>23</sup>, tinha-se o desenvolvimento como sinónimo de crescimento económico. Pensou-se que o crescimento económico era mais importante quando se quer o desenvolvimento isto é, o termo desenvolvimento era abordado referindo apenas aos aspetos económicos<sup>24</sup>, surgindo assim com pouca diferença em relação ao conceito de crescimento económico. Além de direcionarem quase exclusivamente ao crescimento económico, os economistas de inspiração keynesiana, destacam a importância do papel do Estado em influenciar o processo.

Nessa perspectiva, Adam Smith, David Ricardo e Keynes, os mentores dessas teorias consideram o crescimento económico como determinante da riqueza *per capita* através da acumulação de capital. Mais preocupado com a estabilidade do crescimento económico, sustenta que o pleno emprego passa pela rigidez e coordenação das políticas, independentemente de fatores técnicos. Enquanto se tinha o crescimento económico como a base do desenvolvimento, utilizou-se o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* como instrumento de medição do processo. Estes instrumentos, apesar de serem uma média, não exprimem com precisão as assimetrias individuais dentro de um país, na medida em que, apenas têm em conta o rendimento, sem incluir fatores indispensáveis ao bem-estar.

Na verdade, abordar questões relativas ao desenvolvimento é tratar de assuntos muito mais abrangentes que não podem ser vistos só pela vertente do crescimento económico, mas sim, numa amplitude que incorpora transformações sociais que se traduzem na melhoria das condições de vida das pessoas. Essa melhoria tem a ver com investir nas necessidades básicas do homem, nomeadamente saúde, educação, alimentação, segurança, entre outros, que contribuem para o aumento da autoestima das pessoas.

Nestes termos, no decorrer dos tempos, devido às insuficiências do crescimento económico em traduzir em real desenvolvimento, entendeu-se que era necessário adotar outras medidas que vão além da quantificação de bens. De facto, em termos conceituais por um lado, o crescimento remete-nos para a ideia de quantidade, uma vez que prima mais pela dimensão quantitativa e é medido pelos indicadores macroeconómicos. Por outro lado, quando se fala em desenvolvimento, este remete-nos para a ideia de mudança, sobretudo da transformação económica e social, isto é, não apenas quantitativa, mas também qualitativa e em nível mais elevado.

---

<sup>22</sup> A base do pensamento da Escola Clássica é o liberalismo económico, isto é, a concorrência como impulsionador do mercado e que consequentemente faz girar a economia.

<sup>23</sup> Teoria económica do começo do século XX, baseada nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes, que defendia a ação do estado na economia com o objetivo atingir o pleno emprego, criticando a Teoria Clássica.

<sup>24</sup> Os clássicos já relacionavam a economia com a natureza, conforme se pode constatar nas obras dos autores como David Ricardo, François Quesnay, Thomas Malthus e Stuart Mill, citado por (Debali, 2009). Só a partir da metade do século XX é que ressurgiu essa preocupação.



Deste modo, conforme Nali de Jesus de Souza, citado por Debali (2009:6), não existe uma única definição para o termo desenvolvimento económico, uma vez que esta depende da corrente que o aborda. O autor defende a existência de duas correntes a respeito, sendo uma de inspiração mais teórica<sup>25</sup> e outra voltada para a realidade empírica<sup>26</sup>. Deste ponto de vista, citando a mesma referência anterior, Sandroni (1999), definiu o termo como sendo, “*Crescimento económico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia*”, considerando ser este, um dos significados atuais para o termo.

Na mesma linha, Julião (2001:16-17), define o termo como “*o processo de transformação económica e social dos países, traduzindo-se no atingir de uma etapa superior na transformação da sociedade que se obtém de uma evolução estável e harmoniosa dos seus registos quantitativos e qualitativos*”. É o resultado da acumulação de rendimento e da incorporação de conhecimento ou de progresso técnico à produção que contribuem para elevação dos padrões de vida dentro de cada estado-nação, como um todo (Bresser-Pereira, 2006). É deste modo que, após a Segunda Guerra, tentou-se incrementar condições que garantissem um desenvolvimento harmonioso a todas as nações.

Contudo, baseado na inspiração teórica ainda após a Segunda Guerra Mundial, o crescimento e o desenvolvimento eram diretamente relacionadas. Alimentava-se da ideia de que o desenvolvimento era conseguido com base em fundamentos clássicos e consequentemente promovia-se o processo de crescimento e desenvolvimento por via industrialização e da produtividade sem antes promover a melhoria das condições de vida das pessoas. Essa posição chegou a ser considerada de “*eurocêntrica, industrialista urbanista e mecanicista, baseado numa visão racionalista e quantitativista*” (Tavares, P. 2010:44), pelo facto de ter como base a experiência europeia.

Se em tempos anteriores prevalecia o modelo clássico de desenvolvimento, a Grande Depressão<sup>27</sup> nos anos 30 veio expor-lhe as suas insuficiências. Doravante, o modelo Keynesiano que emergira nessa época, criticando visão clássica, dominou e influenciou a forma de encerrar o processo de desenvolvimento até aos anos 1970, momento em

---

<sup>25</sup> A que considera o crescimento como sinónimo de desenvolvimento - representada por autores de inspiração neoclássica e keynesiana.

<sup>26</sup> Destacando a importância do crescimento no processo de desenvolvimento, apesar de não ser a única condição para tal, representada por Lewis, entre outros.

<sup>27</sup> A chamada crise de 1929 iniciada a 24 de outubro de 1929, devido a alguns fatores como: a superprodução agrícola nos EUA com excedente, principalmente de trigo e a dificuldade de escoamento tanto a nível interno como externo; crescimento da indústria e diminuição do consumo que conduziu muitas empresas à falência; Livre Mercado, onde os empresários agiam com toda liberdade sem interferências ou controlo; Quebra da Bolsa de Nova York e a consequente desvalorização das ações – investimento de muitos americanos entre 1920 a 1929.

que manifestou ser incapaz de controlar o ímpeto dos acontecimentos que marcaram essa época<sup>28</sup>.

No entanto, no fim da Segunda Guerra começou-se o processo de descolonização e a partir dali começou-se a conscientizar sobre o problema do subdesenvolvimento e iniciou-se a Cooperação para o Desenvolvimento entre Estados. Para além do objetivo de evitar outra guerra, procurou-se também com isso evitar outra depressão económica de escala mundial, bem como garantir um bem-estar económico e social global (Afonso e Fernandes, 2005). A Conferência de Bandung<sup>29</sup> criticou essa situação e a influência negativa dos países ricos em relação aos pobres, alegando que contrariamente da realidade conflituosa Leste-Oeste, reinava-se a ideia de conflito norte-sul, isto é, que os países desenvolvidos impediam frequentemente os países pobres do desenvolvimento.

Na década de 60, a ONU declarou Década do Desenvolvimento das Nações Unidas com metas estipuladas até 1970, traçando como um dos objetivos, a industrialização dos países após a independência (Braidotti et al, 2000). Fica clara a noção de que se preocupou com o problema de subdesenvolvimento. Não obstante resultados parcialmente satisfatórios no que diz respeito ao crescimento do PIB, constatou-se que as medidas adotadas não foram eficazes na redução da pobreza, do desemprego, do subemprego e no combate à desigualdade. Ainda, para além de verificar discrepância em termos de equidade de gênero, registou-se casos relacionados com o respeito à liberdade e aos direitos humanos. Nesta perspetiva, considerou-se que o termo subdesenvolvimento veio qualificar a outra vertente originada do processo de desenvolvimento adotado e o comportamento dos países recém-libertados em termos do progresso. Porém, pensou-se o subdesenvolvimento não como um simples atraso, mas como *“a outra face do desenvolvimento”* marcada por diferentes características estruturais, que existem nos diferentes países (Satrústegui, 2013:42). Ou seja, como o resultado da má condução do processo de desenvolvimento.

Tornou-se então visível a lacuna deixada pela não inclusão das necessidades básicas no processo de desenvolvimento adotado. Na verdade, a incorporação das necessidades básicas no processo cria condições para o desenvolvimento físico, mental e social do indivíduo, para além de proporcionar igualdade de oportunidades. Entendemos ser nesta lógica, que Gunnar Myrdal citado por Ribeiro (2010), constatou que o subdesenvolvimento pode ser combatido se se imputar igualdade de oportunidades.

Em resposta, gradualmente foi-se ajustando o conceito de desenvolvimento tendo em conta as novas realidades, ou seja, aos poucos passou-se a inserir também aspeto social e questão da sustentabilidade ao considerar o bem-estar social como parte de seus

---

<sup>28</sup> Devido às consequências do choque petrolífero que abalou os países industrializados, em consequência as economias do Sul, motivou o clamar de uma Nova Ordem Económica Internacional e a necessidade de incrementar outras medidas políticas.

<sup>29</sup> Realizada em Bandung, na Indonésia a 24 de Abril de 1955, entre 29 países do chamado Terceiro Mundo. Dali surgiram ideias de responsabilização por parte dos países colonizadores para com os colonizados, ideias essas que foram abafadas pelos países de maior influência no plano internacional. Também, criou-se condições para o movimento dos não-alinhados que aconteceu na Conferência de Belgrado de 1961, onde o objetivo principal era o desenvolvimento.

objetivos. Essa ideia quis demonstrar que o desenvolvimento não associa somente aos aspetos puramente económicos mas também, sociais e ambientais, centrando o processo na qualidade e no bem-estar das pessoas como condição essencial para o crescimento económico sustentável. Assim, com a meta a atingir ligeiramente superior que a do primeiro Decénio, no segundo, já na década de 70, registou-se mais enfoque para ajuda internacional, promoção de emprego, de educação e da saúde. A promoção do desenvolvimento nesses moldes foi adotada pelo Banco Mundial como uma condição para questões ligadas ao crédito, mas também, pelas organizações multilaterais, bilaterais e não-governamentais, que preocupam com o desenvolvimento.

Nesse período, a escola neoliberal<sup>30</sup> da economia questionou a utilidade do desenvolvimento adotado, sugerindo desse modo a ideia de mercado livre e liberal. Essa escola defende que o progresso técnico é que vai determinar o crescimento a longo prazo, sem no entanto revelar forças económicas inerente a esse progresso técnico, o que motivou novas discussões á respeito.

Todavia, em prol do desenvolvimento numa amplitude global denota-se que medidas foram sendo tomadas constantemente e reajustadas de acordo com as necessidades verificadas. De um modo geral, constata-se que os modelos de crescimento adotados não deixaram vago o processo, apesar de não conseguirem abarcar todas as vertentes do processo e colmatar as assimetrias existentes de forma satisfatória. A ONU durante a década de 60 deu passos importantes em prol do desenvolvimento, não só pela declaração do Decénio, mas também pela criação de organizações, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) e o Programa Alimentar Mundial (PAM), além de medidas que visam fomentar um desenvolvimento humano e sustentável.

### 1.2.2. O Desenvolvimento Humano e Sustentável

Como referimos anteriormente, no âmbito das Nações Unidas, foram tomadas providências com intuito de fomentar o progresso económico, ambiental e social, como forma de combater o cenário de subdesenvolvimento. Deste modo, para além de diligências ocorridas durante a década de 70 em prol da melhoria do ambiente e condições de vida das pessoas, é importante referir ao Relatório Brundtland de 1987, que sob auspícios de um “*futuro comum*”, deu pistas para uma nova forma de encerrar e promover o desenvolvimento em detrimento de única e exclusivamente por expansão económica. Esse documento alertou para o facto do uso desregulado dos recursos

---

<sup>30</sup> O ressurgimento de ideias associadas ao liberalismo económico com início nas décadas de 1970 e 1980, defendendo a liberalização económica, livre comércio e a redução da despesa pública como forma de reforçar o papel do setor privado na economia. Para além do favorecimento das políticas macroeconómicas dos países desenvolvidos, defende a liberação dos mercados e a redução da atuação do estado nas atividades económicas nos países subdesenvolvidos.

naturais, aumento da poluição, entre outros, sem que no entanto melhorar a situação de vida de grande parte das populações. Assim, despertou-se a consciência da importância e necessidade de preservar o meio ambiente pensando tanto no presente como no futuro. A partir desse Relatório, motivou algumas conferências de amplitude mundial como forma de juntos encontrarem respostas para o problema. A primeira dessas providências foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD)<sup>31</sup>, traduzindo deste modo no primeiro passo na busca de equilíbrio económico, social e ambiental. A partir desta preocupação originou-se o termo desenvolvimento sustentável.

Com essa iniciativa e a nova estratégia de desenvolvimento pretendeu-se incrementar de forma integrada a conservação e manutenção do ecossistema e, uma utilização sustentável dos recursos. Fez ainda um apelo ao equilíbrio dos sistemas económico, sociocultural e ambiental, em sintonia com políticas institucionais relacionadas com o princípio de boa governação por parte dos Estados. Ou seja, o Índice de Desenvolvimento Sustentável apresenta como base a trilogia: progresso económico, a justiça social e proteção do meio ambiente.

Desse ponto de vista, em termos conceituais, o desenvolvimento sustentável é entendido como um processo que responde as necessidades atuais, de forma a não embarçar os procedimentos das gerações futuras na satisfação das suas necessidades. Isto demonstra evidentemente, para além da necessidade de condução e uso racional de recursos, ao mesmo tempo revela ser uma manifestação de solidariedade para com as próximas gerações. De um modo geral, este termo aponta para alterações do estilo de vida, situação que é encarrada em amplitudes diferentes perante os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Se para os primeiros essa noção quer dizer *“reciclagem, eficiência energética, conservação e recuperação ambiental”*, para os segundos, significa *“equidade, justiça, respeito pela lei, criação e redistribuição da riqueza”* (Castro, 1995:5).

Porém, na realidade a ideia de desenvolvimento sustentável prende-se a dois motivos distintos (Julião, 2001), que passam pelo desmentir a ideia de que o desenvolvimento de um país associa-se apenas às evidências que faz para esse fim, assim como fazer com que o Ambiente seja tido em conta no primeiro plano ao desenhar políticas de desenvolvimento. Na mesma linha de pensamento, Richard Norgaard, citado por Tavares P. (2010), defende que por detrás dessa noção está o direito das gerações futuras e a intenção de lhes reservar melhor qualidade de vida a longo prazo.

Deste modo, a sustentabilidade remete-nos para a ideia de combinar atitudes humanas com a preservação da natureza e espelha a noção de progresso em simultâneo no que diz respeito ao acesso aos serviços de saúde e da educação, à alimentação, à habitação, à água, ao saneamento, às questões de género e à democracia. Tudo isso retrata a multidimensionalidade do processo de desenvolvimento, sem esquecer questões que

---

<sup>31</sup> Convocada pelas Nações Unidas em 1989 a partir do Relatório Brundtland e realizada no Rio de Janeiro em 1992 para debater questões contidas no referido relatório.

prendem com a segurança tanto económica quanto física, sendo esta uma componente que não pode ser dissociada do processo de desenvolvimento.

Assim sendo, apela-se a uma política que pautada pela conciliação de interesses em prol da sustentabilidade tanto de países desenvolvidos como os subdesenvolvidos. Se durante a realização da CNUAD em 1992, atrás referida, os objetivos das partes envolvidas divergiam entre as causas ambientais para os ricos e, a eliminação da pobreza mesmo degradando o ambiente, para os pobres (Castro, 1995), torna-se necessário uma política externa que convergente e em sintonia com organismos internacionais e Organizações-Não-Governamentais (ONG's) com vista a encontrar uma solução comum, dado que, nenhum Estado isolado<sup>32</sup> consegue fazer face aos efeitos adversos da degradação ambiental. É nesta linha, que o Relatório alerta para o facto da interdependência mundial e a necessidade de questões alusivas ao ambiente serem abordados de forma global, assente numa estratégia comum de crescimento, baseado na sustentabilidade ambiental.

Em 1990, promovido pelo Banco Mundial e o PNUD lançou-se o Relatório de Desenvolvimento Humano. Esse instrumento constitui mais um passo a favor da melhoria de bem-estar social, uma vez que também perfilha a ideia de que para medir a melhoria da qualidade de vida de uma população é preciso ter em conta as necessidades do homem, ou seja, as vertentes sociais, culturais e políticas para além da vertente económica. Nesse Relatório, constou a análise da evolução do desenvolvimento humano a partir de 1960 (Diniz, 2006), altura em que se registou o movimento de libertação das colónias. Por esse motivo, apareceu mais em condições de abordar questões alusivas ao desenvolvimento e reafirmar a necessidade de introdução de novas dimensões de medição do processo.

O conceito de Desenvolvimento Humano segundo Braidotti, et al. (2000), preocupa com duas ideias fundamentais, como sendo, investir nas pessoas e centrar o desenvolvimento no ser humano. Neste âmbito, privilegia as dimensões como a democracia, liberdade económica e social, a criatividade, a produtividade, e o respeito pela garantia dos direitos humanos fundamentais. Assim sendo, em termos conceituais, este é definido como *“processo que conduz ao alargamento das possibilidades oferecidas a cada indivíduo”* Diniz (2006:35-36), criando deste modo, condições para o progresso, a medida que evolui ao longo dos tempos.

Acompanhado desse Relatório, lançou-se o Índice de Desenvolvimento Humano<sup>33</sup> (IDH) que é composto por indicadores socioeconómicos específicos, defendendo quatro componentes essenciais para o processo de desenvolvimento humano, entre as quais, a igualdade de oportunidades, a sustentabilidade, a produtividade e o empoderamento. Ademais, salienta que as possibilidades de desenvolvimento inerentes a cada indivíduo

---

<sup>32</sup> O próprio Relatório Brundtland fez menção que *“a ideia de que os países em desenvolvimento fariam melhor vivendo apenas dentro dos seus meios limitados é uma ilusão”* (Rodrigues, 2009:39).

<sup>33</sup> Ficou exposto no primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano que o objetivo que está na base do desenvolvimento é criar um ambiente que favoreça o gozo vidas longas, saudáveis e criativas às pessoas (RDH, 2006:263).

devem implicar a concretização de condições essenciais, nomeadamente: saúde, educação e rendimento, para além das dimensões atrás mencionados.

De acordo com (Machado e Pamplona, 2008), apesar da consciência dessa inovação, para além de algumas críticas a respeito, o próprio Relatório que apresentou o IDH também deixou claro que não se pode sintetizar o desenvolvimento apenas a estas questões. Nesta linha surgiu em Setembro de 2000, a Declaração do Milénio, sob o lema "*Desenvolvimento e erradicação da pobreza*", onde estipulou-se os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Na mesma linha, na tentativa de melhor medir o desenvolvimento e, tentar soluções que antecipam situações desagradáveis assim como foi o caso da última crise, lançou-se o Relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi em 2009, a pedido do então presidente francês Nicolas Sarkozy. Com um conjunto de objetivos, entre os quais, para além de outros, determinar os limites apresentados pelos indicadores clássicos de medição do desenvolvimento, isto é, o PIB e o IDH e identificar formas necessárias de os aprimorar e torna-los em indicadores de progresso social mais pertinentes.

Essa "*Comissão sobre a Mensuração de Desempenho Económico e Progresso Social*" formada, dividiu-se em três grupos para tratar de questões relacionadas com instrumentos clássicos de medição, criar novos indicadores de avaliação da qualidade de vida e bem-estar e, procurar novas medidas de sustentabilidade ambiental de forma a mitigar os efeitos do impacto da economia sobre os ecossistemas. Os especialistas dos três grupos deixaram uma série de doze recomendações<sup>34</sup> e esperam que hajam debates relacionados e que estas venham a favorecer a pesquisa de melhores instrumentos de medida que facilitarão uma melhor avaliação do desempenho económico e o progresso social. Exortou para a necessidade de proceder as avaliações pensando no bem-estar das famílias em detrimento da produção; que "*o bem-estar é multidimensional*" e envolvido por um conjunto de princípios nomeadamente o bem-estar em termos materiais, a saúde, a educação, as atividades pessoais, a participação na vida política e na governança, os laços e relações sociais, o meio ambiente atual e futuro e, a segurança física e económica; por último, pensou-se também na possibilidade de haver um indicador relacionado a concentração de gases de efeito estufa.

Tendo sido plasmado essas recomendações, cabe aos esforços conjuntos, isto é, evidências a nível nacional e internacional no sentido de desenharem políticas viváveis que favoreçam uma medição do desenvolvimento de forma equilibrada. Deste modo, no momento em que globalização fomenta a interdependência das nações, é importante ter em conta que os vetores que assegurem o desenvolvimento humano e sustentável passam pela capacidade de gestão dos limites internos e externos, capacidade de negociação e o reforço das relações com demais parceiros.

---

<sup>34</sup> Conforme disposto no Relatório traduzido, páginas 18-27.

### 1.3. Relação entre a Política Externa e o Desenvolvimento

A política externa e o desenvolvimento, pela forma como se influenciam mutuamente, estão intimamente relacionados. *“Na verdade, através da política externa procura-se assegurar o máximo de influência e projecção internacional do Estado, de modo a garantir as condições ideais de desenvolvimento e afirmação do todo nacional, mas isso, por sua vez, depende em larga medida do poder, da força da coesão civil e ideológica da nação, da credibilidade dos poderes públicos e da riqueza que o Estado e os seus nacionais souberem criar internamente através das restantes políticas ou estratégias sectoriais. Estamos aqui num sistema de vasos comunicantes em que cada política reforça a outra e cria sinergias para o desenvolvimento do país”* (Gomes, 1990:63-64).

O processo do desenvolvimento além de ser complexo, exige uma articulação entre os diferentes fatores de carácter interno e externo, fatores esses de ordem política, económica, social, cultural e demográfica. A nível interno por um lado, os fatores que influenciam diretamente o processo de desenvolvimento, têm a ver com a capacidade económica, a disposição de recursos naturais e boa exploração dos mesmos, o equilíbrio social e demográfico, o consenso nacional por parte das fações políticas, etc. Por outro lado, a nível externo relaciona ao ambiente internacional e política externa do Estado e consequentemente, a capacidade diplomática em influenciar a concretização dos objetivos traçados no âmbito dessa política. De entre as políticas que um Estado deve demonstrar boa capacidade de condução, principalmente um Estado sem recursos, consideramos as políticas a favor da integração dos emigrantes, das ajudas ao desenvolvimento e, cooperação em áreas diversas, uma vez que, estes favorecem a mobilização de recursos, referindo concretamente ao exemplo de Cabo Verde.

Partindo desse pressuposto, torna-se evidente a existência de relação entre a política externa e o desenvolvimento, desde que sejam adotadas políticas que revelarem ser exequíveis perante os objetivos propostos. Nesse aspeto, apela-se uma vez mais, a importância do conhecimento do ambiente internacional e do desenho de uma política externa que responde as exigências pontuais. Na realidade, a estrutura da política do desenvolvimento, varia ao longo da história da cooperação entre Estados, refletindo a evolução não só das teorias e correntes de pensamento sobre modelos de desenvolvimento, assim como também da própria conjuntura geopolítica internacional.

Para se sentir os efeitos positivos da política externa sobre o desenvolvimento, é fundamental encetar parcerias e cooperação<sup>35</sup> a nível bilateral e multilateral, uma vez que, a ação diplomática além da representação externa do Estado e das relações políticas internacionalmente, passa também pelo fomento do comércio, atração de IDE e externalização de empresas nacionais, incremento de laços culturais, incentivo e defesa de medidas sustentáveis, entre outras que visam um desenvolvimento harmonioso. Atendendo às circunstâncias da conjuntura internacional, nenhum Estado

---

<sup>35</sup> Cooperação implica por si mesma a ideia de reciprocidade em que ambos os Estados envolvidos satisfazem os seus interesses através de acordos.

sobreviverá em termos de desenvolvimento sem uma política externa arguta e voltada para o efeito. A memória das relações internacionais deixa marcas visíveis nessa matéria.

A disposição de recursos naturais e matérias-primas é um fator fundamental em determinar a capacidade económica de um Estado mas, não o suficiente. Além disso, é saber aproveitar desses recursos. De facto, existem casos em que países apresentam boas perspectivas de desenvolvimento tendo em conta esses fatores e que carecem de capacidades técnicas em termos humanos e materiais, assim como a visibilidade política que facilitam uma adequada exploração, acabando muitas vezes em estado de subdesenvolvimento. Perante essas situações é de capital importância o papel da política externa e dos seus instrumentos, mormente, a diplomacia em encetar a cooperação e negociação com organismos multilaterais, assim como parcerias bilaterais com vista a qualificação da mão-de-obra, investimento em equipamentos, assim como outras medidas de interesses e em prol do desenvolvimento. Nessa ótica, enfatiza a noção que se tem do desenvolvimento, isto é, o processo que visa multiplicar as capacidades humanas.

Como vimos, a necessidade de incrementar dimensões que pautam pela qualidade e bem-estar das pessoas são reconhecidos internacionalmente e, conseqüentemente, reflete no processo de desenvolvimento no seu sentido lato. Em outro sentido, tendo em conta o exemplo atrás, registam-se situações de países sem recursos naturais mas que a política externa é tida como principal ferramenta no incremento do desenvolvimento, quando traçada de forma isenta, responsável e focada nos objetivos. Independentemente dos meios técnicos e matérias-primas, o regime político adotado internamente, o prestígio e credibilidade do país, a coordenação das instituições de governação e organizações sociais, têm grande influência nessa matéria.

Entretanto como vimos anteriormente, à política externa compete a defesa dos interesses nacionais do Estado. Nessa perspectiva, é preciso ter em conta os objetivos, sendo estes traçados de forma clara e focada para os interesses que o norteia. Assim, na linha de pensamento de (Gomes, 1990) em prol do desenvolvimento, a política externa pode defender um conjunto de objetivos entre os quais, a manutenção da paz internacional e regional, a defesa do ambiente com vista a um desenvolvimento sustentável, a reposição ou instauração da ordem internacional e luta contra a fome e, o cenário de subdesenvolvimento. Ainda, a política externa está relacionada à situação de afirmação e inserção de um dado Estado na cena internacional, por meio da língua, da cultura, exportações de produtos, entre outros que contribuem para o bem-estar económico, social e cultural do país. Tudo isso passa por um planeamento estratégico por parte dos responsáveis da política externa.

É essencial definir e coordenar políticas integradas e de forma consistente. A nível interno, é importante que se tenha em mente o princípio de boa governação, a transparência e boa gestão da coisa pública, a democracia e a abertura ao mundo, tendo sempre em linha de conta os objetivos de interesses comuns. Essa estratégia é fundamental, sobretudo para um Pequeno Estado onde as principais fontes de financiamento são as ajudas ao desenvolvimento, isenção de tarifas e Fundos de



Cooperação concedidas pelos parceiros internacionais. É agindo de forma isenta e responsável que o Estado ganha credibilidade e prestígio internacional e, conseqüentemente, trilha o caminho do desenvolvimento.

A abertura ao mundo, como estratégia para o desenvolvimento, passa pela cooperação internacional. Esta por sua vez, depende diretamente da vontade política de duas ou mais Estados ou entre aqueles e as Organizações. Porém, uma política corrompida, além de não merecer crédito dos organismos internacionais e parceiros bilaterais, pode comprometer o processo de desenvolvimento, contribuindo deste modo, para o agravamento da situação do país, caso de situação de subdesenvolvimento.

Não apenas questões económicas devem ser valorizadas no âmbito da política externa focada para o desenvolvimento. A conjuntura atual para além dessas abordagens, abarca uma complexidade de fenómenos devido a crescente rede de interdependência, que suscitam novas demandas na estrutura das políticas externas quando se trata do desenvolvimento humano e sustentável. Na linha de pensamento de Costa (2012:226), devem incluir no desenho da política, questões como os *“direitos humanos, questões ambientais, crescimento populacional e migrações, alimentação e políticas energéticas, bem como ajuda externa”* e questões relativas à segurança internacional, tendo em conta as novas ameaças e, tudo isso deve ser reforçado por uma boa capacidade diplomática.

Em suma, entendemos pois, que face a uma política externa cautelosa, focada nos objetivos de desenvolvimento e conduzida dentro dos parâmetros internacionais, efetivamente contribui positivamente para o processo. É importante ter a consciência das vulnerabilidades internas e as possibilidades externas, de forma a permitir maiores espaços de circulação no cenário internacional. Particularmente, um Pequeno Estado, como é o caso de Cabo Verde, a situação de carência de recursos naturais, a localização geográfica e a dispersão das ilhas, a reduzida dimensão territorial e a realidade da conjuntura internacional aquando da independência política, despertaram a consciência de que a política externa e a boa governação são as bases fundamentais do desenvolvimento.

#### 1.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Ao longo deste capítulo falamos da política externa e do desenvolvimento e a relação existente entre eles. Podemos constatar que desde os tempos remotos a política externa esteve sempre presente nas relações entre diferentes povos e na defesa dos seus interesses. A assinatura do Tratado de Vestefália em 1648 veio decretar a independência dos Estados na medida em que estipulou e regulamentou as relações entre eles, criando por conseguinte condições para se falar da política externa. Essa ferramenta de influência internacional vem ganhando destaque no contexto das relações devido ao facto de constituir a principal ferramenta dos Estados nas suas relações além-fronteiras, isto é, ela cuida dos objetivos propostos por um determinado Estado. A concretização desses objetivos pode ser por via de integração, de cooperação,

de acordos, entre outros que se manifestarem pertinentes com base em instrumentos próprios.

De entre os seus instrumentos a diplomacia afigura fundamental na prossecução dos objetivos de desenvolvimento uma vez que ela baseia nos princípios do diálogo e da negociações pacíficas com os demais atores das relações internacionais. Com a propagação da globalização em que a vertente económica passou a estar mais presente nas negociações e um dos elementos centrais no desenho das políticas externas, expandiu também o conceito de diplomacia económica, não obstante as diligências em prol da economia sempre estiveram presente nas relações e caracterizam-se por etapas distintas. Por conseguinte podemos considerar que os impactos das inovações tecnológicas, a força da opinião pública, o envolvimento de novos atores na política externa, a abrangência do multilateralismo, entre outros que caracterizam a globalização, aceleraram a expansão desta nova faceta da diplomacia atual.

Entretanto, a política externa e a diplomacia são imprescindíveis para o fomento do desenvolvimento quando revelaram ser credíveis, responsáveis e apresentarem objetivos concretos, dando pistas de relação e influência mútua com o desenvolvimento.

O desenvolvimento por sua vez é um processo complexo e não refere apenas ao crescimento económico mas sim, passa também pela mudança em termos económico, cultural, social e ambiental de uma sociedade e, faz cruzar os ganhos tanto quantitativos e qualitativos. A forma de o promover ao longo dos tempos não revelou ser a mais adequada devido ao facto de muitos países não conseguirem acompanhar o desenrolar das medidas adotadas, fazendo no entanto surgir o conceito de subdesenvolvimento. Este termo surgiu para qualificar países que continuam sendo dependentes financeira ou tecnologicamente dos países desenvolvidos. Ou seja, é apontado para designar os países que dispõem de níveis de desenvolvimento económico limitado, com baixos índices de qualidade de vida, de consumo, de produtividade e elevadas taxas de pobreza e concentração de renda. É nessa perspetiva que emergiu a noção do desenvolvimento humano sustentável e este tornou-se preocupação de organismos internacionais, principalmente da PNUD que é o principal organismo de desenvolvimento das Nações Unidas. A noção do desenvolvimento sustentável surgiu pensando nas gerações futuras, isto é alerta para o uso racional no presente para que não se pagam consequências negativas no futuro.

Desse ponto de vista, surgiram novos debates em torno do desenvolvimento e o seu respetivo Índice, criando pistas para adoção de novos mecanismos de medição da performance dos diferentes países em relação ao processo. Cabe no entanto a cada Estado investir inovar e relacionar com os demais parceiros de forma a fomentar a competição e garantir a inserção internacional com base numa boa política externa.

## **CAPITULO II: A POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE E A SUA ORIENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**

Neste capítulo trataremos da política externa de Cabo Verde desde os primórdios da independência até a atualidade. Para melhor entendermos as motivações da sua ação no plano externo, achamos pertinente fazer uma abordagem sucinta referente ao seu passado histórico no que concerne ao seu descobrimento, povoamento e processo de descolonização. Deste ponto de vista, abordaremos a gênese da nação, a luta e a libertação e a caracterização económico, social e cultural pós-independência. Vamos fazer uma breve referência sobre o contexto histórico internacional aquando da independência a fim de situarmos e entendermos o seu posicionamento em termos da política interna enquanto país independente em prol da garantia e defesa da soberania, autossustento, desenvolvimento e projeção internacional. Posteriormente debruçaremos em concreto sobre a questão da política externa e sua evolução em cada contexto histórico.

### **2.1. Uma retrospectiva histórica e a gênese da nação**

O arquipélago de Cabo Verde, descoberto aquando das primeiras navegações marítimas portuguesas, alberga em si uma longa história, entre outras, o próprio descobrimento, a fase de colonização ao longo dos tempos e a luta de libertação na segunda metade do século XX em unidade com a Guiné-Bissau, que culminou com a sua independência política em 1975.

A história relata como sendo o início da segunda metade do século XV, concretamente em 1460, o período em que o país foi descoberto. Antes da chegada e instalação dos portugueses, as ilhas eram desabitadas embora haja indícios, sem registo formal, de pelo menos, algumas delas tinham já sido frequentadas por outros povos. Oficialmente pertencentes à Coroa portuguesa, nesse período as ilhas apresentaram ser de grande valor estratégico no fomento das relações com outros povos nos moldes tidos por convenientes, evoluindo para a fase embrionária da diplomacia económica.

Entretanto, apesar de condições naturais pouco satisfatórias, a sua posição geográfica revelou ser muito importante na determinação da sua ocupação. Por conseguinte, iniciou-se o processo de povoamento e o país tornou-se numa importante placa giratória em termos comerciais, isto é, na redistribuição dos escravos, uma das principais mercadorias da época, a diferentes pontos do globo. Porém, o início ao processo deu-se em 1462, começando pela ilha de Santiago. Na altura, pensou-se em dar seguimento ao processo em moldes iguais aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, mas não foi simples, tendo essa tentativa falhada, devido aos condicionantes que pesaram contra. De facto, para o país tudo foi trazido, recriado e construído e, os condicionalismos geográficos e naturais tiveram grande impacto, afetando negativamente o seu normal

andamento. No entanto, primeiramente o arquipélago recebeu povos da região de Alentejo, que dedicavam à agricultura, sobretudo ao cultivo de algodão, da cana-de-açúcar e da fruticultura (biblioteca do cidadão, 2011). Posteriormente chegaram povos de outras paragens, com destaque para escravos, assim como negros livres, fomentando deste modo, a miscigenação da nação. Este facto fez com que desde muito cedo o país ficasse ligado ao resto do mundo e à Europa, particularmente à Metrópole, apesar da sua proximidade e pertença histórica e geopolítica à África. A confirmação desta pertença está na sua adesão à Organização da Unidade Africana (OUA), ao Tratado da Comunidade Económica do Desenvolvimento do Estados da África Ocidental (CEDEAO), ao grupo dos países ACP, entre outros (Furtado, 2012).

Perante cateterísticas adversas das ilhas que motivaram algum receio por parte dos novos moradores, foram feitos esforços a nível da Coroa para a atração dos mesmos, concedendo-lhes algumas regalias<sup>36</sup>. Localizado de forma estratégica entre Europa, África e América, o país tornou-se referência no que diz respeito ao comércio, para além de servir de base instrução de escravos antes de seguirem outros destinos, como também serviu de ponto de escala para abastecimento e reparação navios.

Porém, além dos condicionantes naturais que levaram o arquipélago a viver situações de secas cíclicas e conseqüentemente de fome e outros constrangimentos, ao longo dos tempos a população foi-se instalando, embora a percepção foi de que a Coroa votou o país ao estado de abandono e isto posteriormente motivou a luta pela independência. Assim, desde muito cedo os moradores começaram a aventurar-se na emigração a diferentes pontos do globo, como forma de fugir da fome e outras situações desastrosas. Em consequência, as remessas dos emigrantes tornaram num dos fatores importantes da economia do país após a independência.

Pese embora o sentimento de abandono por parte dos nacionais, no entender de alguns observadores a Metrópole era considerada “*bom colonialista*” e tinha capacidade de fazer das colónias países como Brasil (Lopes, 2002:77-78), fazendo alusão de que tudo ia bem entre as duas partes. Numa outra perspectiva, perante os olhos dos dirigentes que estiveram a frente do processo de libertação, a realidade era inversa, de modo que essa constatação não foi suficiente para evitar a denúncia da forma como era conduzida o processo de colonização<sup>37</sup> que, segundo eles, o povo sobretudo das ilhas, sentia-se abandonado, uma vez que a metrópole nada fazia para apaziguar os efeitos da seca, da fome e da miséria que dizimavam a população.

Todavia, em 1961 o campo social a nível das colónias e Cabo Verde em particular conheceu alguma melhoria com a intensificação na escolarização da população, devido ao aumento do número de estabelecimentos escolares, embora tal medida não era visto com bons olhos por parte da Coroa. Cabo Verde em particular, desde 1955 não tinha um

---

<sup>36</sup> Através da Carta Régia de 1466 que concedia direitos de exercício do comércio de escravos, algodão e outros produtos de grande valor na época, a partir da costa africana.

<sup>37</sup> Aconteceu em Londres, em Dezembro de 1960, por parte de Cabral numa conferência de imprensa.

estatuto definido<sup>38</sup>. Estas e outras situações constituem as bases que motivaram a luta pela independência nacional. Deste modo, os movimentos nacionais de contestação do regime e a favor da independência que antes agiam na clandestinidade ganharam mais força e desencadeou-se o processo de luta pela emancipação do jugo colonial.

### **2.1.1. O processo de libertação do país**

Na realidade, na segunda metade do século XX emergiram focos em prol da libertação das colónias tanto a nível de Movimentos, como por parte da ONU e por iniciativa individual por parte das colónias. Nessa linha, o arquipélago após séculos sob domínio português e perante as suas constatações, não quis ficar indiferente. Terminada a Segunda Guerra Mundial em que a Europa ficou numa situação devastadora e consequentemente as suas colónias, era necessário que algo fosse feito para minimizar o impacto. Porém, o estado de subdesenvolvimento a que os territórios não libertados estavam sujeitos motivou negociações para independência destes entre potências colonizadoras e o Movimento independentista através da Conferência de Bandung de 1955. A partir dessa Conferência, esse Movimento disponibilizou em apoiar a independência de povos submetidos ao regime colonial, pedindo que as potências libertassem as suas colónias.

No âmbito da ONU, aprovou-se a Declaração da Independência dos Países e Povos Coloniais (Almada e Santos, 2011), em Dezembro de 1960. No tocante a este assunto, é de ressaltar o peso que teve a União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS). Na realidade, a ideia de propor um plano a favor da descolonização apresentado à Assembleia-geral das Nações Unidas surgiu dessa potência, apesar de posteriormente surgir proposta alternativa por parte de grupo de países que queriam distanciamento da realidade conflituosa que reinava. No entanto, considera-se que as colónias francesas e inglesas<sup>39</sup> foram as beneficiadas nesse processo (Fernandes, 2007), uma vez que, a libertação das colónias portuguesas só aconteceu na década de 1970<sup>40</sup>. Contudo, a iniciativa da ONU foi bastante importante para o processo, uma vez que, permitiu que as colónias lusófonas mantivessem sempre ligadas à conjuntura atual da época, o que muito facilitou o processo. A nível da África, foi criada em 1963 a Organização da Unidade Africana (OUA), atual União Africana, sediada em Adis Abeba, que na sua

---

<sup>38</sup> Na verdade, desde 1882 que já se falava em conceder ao arquipélago um estatuto diferenciado das demais colónias, pelo facto da população ser considerada como civilizada e com certo grau de assimilação cultural, tendo em conta os padrões definidos pela Metrópole. Por se considerar o povo das ilhas de “cidadãos portugueses”, oficialmente não se incluía no estatuto a que era atribuído aos povos das outras colónias que eram considerados como “não-assimilados”. No entanto, foi um processo longo e com entendimentos diferenciados, que contribuíram para o seu arrastamento (Lopes, 2002: 132).

<sup>39</sup> De acordo com Fernandes (2007), aproximadamente 20 novos Estados nasceram em África devido ao processo de descolonização levado a cabo em 1960.

<sup>40</sup> Apesar da resolução que decretava a independência das colónias, Portugal pouco fazia á respeito, pelo facto de ter a proteção dos EUA e da NATO, na medida em que o arquipélago dos Açores servia de base geoestratégico para os EUA no contexto de guerra fria (Fernandes, 2007).

constituição elege como objetivos primordiais, a promoção da unidade entre os estados africanos, a defesa da soberania, integridade territorial e independência dos Estados africanos e, a erradicação das diversas formas de colonialismo perpetuado em África.

Entretanto, no momento em que o mundo vivia o cenário da Guerra Fria, Cabo Verde partiu para a luta<sup>41</sup> contra o regime ora implantado em unidade com a Guiné-Bissau em 1961. Esta iniciativa teve como base o princípio da autodeterminação defendida no ponto 2 do 1º artigo da Carta das Nações Unidas. Como suporte, foi criado em 1956, fortemente influenciado pelo regime socialista, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), de carácter binacional, que teve grandes feitos na mobilização de meios materiais e humanos em ambas as colónias, assim como ajudas das duas potências da época, apesar de não haver melhores relações com os EUA.

As primeiras ações do Partido então criado foram orientadas sob os desígnios da diplomacia, na medida em que este instrumento da política externa foi tido como suporte fundamental das atividades a desenvolver. Com efeito, um dos primeiros passos nessa direção foi a tentativa embora falhada, de estabelecer o diálogo pacífico com a Metrópole, com intuito de convence-la em abandonar as terras ocupadas. Ademais, Amílcar Cabral, líder máximo do movimento ora criado, através do uso desse instrumento pacífico, conseguiu estabelecer contactos com diversos líderes em diferentes países do globo, bem como nas Nações Unidas. Este feito revelou ser muito importante na altura, assim como no período pós independência. Nos EUA onde não tinha muitas afinidades, o Partido conseguiu mobilizar várias personalidades, clubes e associações, o que facilitou na divulgação das motivações e pretensões da luta.

Assim, é possível notar que a diplomacia sempre esteve presente nas ações dos dirigentes do dessa organização política, tanto na procura de apoio político e militar noutros países, como em ações de sensibilização às populações em conscientizarem da importância da luta de libertação (Pereira, 2013). Pode-se constatar a presença dos elementos constitutivos da atividade diplomática, ou seja, a representação, a informação, a negociação, a promoção, a proteção e, a extensão externa do serviço público (Magalhães, 2005), nas posições tomadas por parte dos dirigentes do Partido pese embora o arquipélago não tinha estatuto de Estado. Justifica-se esta constatação nas evidências do Partido em incentivar a criação de outros movimentos contra o regime, tanto dentro, como fora do território<sup>42</sup> e na envolvimento do mesmo em conferências internacionais e na aproximação a líderes e Movimentos, tendo em vista a propagação dos seus objetivos. Esses pressupostos, acrescidos da singularidade e

---

<sup>41</sup> É de salientar que na segunda década do século XIX, verificou a primeira tentativa de desvincular o arquipélago de Portugal, devido à sua ligação Brasil, tendo em conta os acontecimentos relacionados verificados na época (Lopes, 2002:34).

<sup>42</sup> A “Casa dos Estudantes do Império”, fundada em 1951 sob a ideia de unificação e integração de toda a nação portuguesa, que acabou por facilitar encontros dos estudantes africanos; o Centro de Estudos Africanos; e o movimento anti-colonial (MAC) em 1957 com objetivo de coordenar a ação dos africanos na luta contra o colonialismo, apesar deste último reinar por pouco tempo, transformando noutras Organizações sucessivas.

coesão social justificam a tese de que a existência da nação cabo-verdiana antecedeu o surgimento do Estado (Carvalho, 2013).

Entretanto, não se registaram situações de luta armada no arquipélago por estratégia dos dirigentes devido às dificuldades geográficas e outros condicionalismos mas verificaram casos de resistências clandestinas contra o regime conduzidas sobretudo, por intelectuais nacionais. Assim, destacam-se também a importância da cultura e da literatura que contribuíram positivamente para o processo<sup>43</sup>. Independentemente disso tudo, pautaram pela prudência em relação a certas atitudes, mostrando estarem conscientes das debilidades do país que para além de outras, era frequentemente fustigada pela seca. Nesta perspetiva, numa entrevista concedida por um dos dirigentes da época, conduzida e transcrita por Lopes (2002:229), afirmou-se que “... *com o desembarque das nossas forças, ou púnhamos os portugueses a correr daqui em dois tempos e, mesmo assim, seríamos depois cercados e morreríamos de fome, ou então acontecia o contrário: o próprio povo chacinaria em dois tempos os dirigentes da luta armada em Cabo Verde, antes que ele próprio morresse de fome*”. Daí, toda cautela era necessário porque, conforme se pensou, podiam cometer erros que saíam caros ao país.

O resultado da resistência e luta traduziu-se no consentimento da libertação. Realça-se que após negociações para a independência entre Portugal e os dirigentes do PAIGC, a 19 de Dezembro de 1974, na presença destes, rubricou-se o Acordo constituído por 19 pontos que iria conduzir o país á libertação no período de seis meses. Entretanto, a 5 de Julho de 1975, hasteou-se a bandeira nacional, altura em que nação cabo-verdiana passou designar-se de República de Cabo Verde. De salientar que a Guiné-Bissau na qual o país lutou em unidade, autoproclamou-se independente em 1973, tendo esse facto reconhecido por muitos países, assim como pela ONU e posteriormente por Portugal em Agosto de 1974. Contudo, a independência de Cabo Verde ocorreu após às fragilidades da metrópole em controlar a situação, sobretudo o Movimento das Forças Armadas (MFA), que acabou por perpetuar golpe militar<sup>44</sup> e, conseqüentemente, pondo fim ao regime.

### **2.1.2. O contexto internacional e a situação socioeconómica pós-independência**

Alcançado o estatuto de independente com a população estimada em 280 mil habitantes, o objetivo primordial era delinear estratégias de governação do país. Contudo, a conjuntura internacional no momento histórico da independência nacional

---

<sup>43</sup> Referimos sobretudo ao movimento claridoso surgida em 1936, que incentivou o movimento cultural e literário no arquipélago. Segundo se afirma, a iniciativa visava refutar a situação vivida nas ilhas e é considerado a primeira independência do país (Lopes, 2002).

<sup>44</sup> Segundo Fernandes (2007), a notícia da revolução começou a fazer sentir no país através do jornal o arquipélago, no suplemento de 27 de Abril. No dia 30 desse mês, o povo despertou a gritar independência sem a real consciência do que se tratava.

não era muito favorável. Para além de situações adversas impostas pela natureza e situação social e económica precárias, vivia-se a Guerra-Fria nas suas fases mais ativas, tendo todos os PALOP a tenderem para o lado soviético, embora a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe com menos influência. Acrescido dessas situações, vivia-se a crise financeira mundial devido ao choque petrolífero e, a nível regional, a África que saíra do regime do colonialismo, enfrentava situações de conflito interno. Esses condicionalismos fizeram com que muitos considerassem não haver motivos de festejo da independência, alegando que tal facto era uma aventura arriscada se não, um ato de loucura, de modo que muitos nacionais preferiram ficar do lado dos portugueses.

Na verdade, nessa altura sentia-se com maior ímpeto o fluxo da interdependência dos Estados e os novos acontecimentos tiveram impactos diretos na economia e inflação mundial. O neoliberalismo impôs reformas na economia, contestando a política económica keynesiana que vinha sendo adotada pela ONU, algo que trouxe consequências para as políticas de desenvolvimento e relações exteriores. O neorealismo por seu turno trouxe novas evidências, desmentindo algumas premissas realistas, na medida em que defende que a estrutura determina os padrões que influenciam as tomadas de decisões dos agentes. Ou seja, que a conjuntura internacional limita e molda o comportamento dos sujeitos de decisão, evitando-o ou induzindo-o a certas atitudes. No campo da política externa e do seu instrumento pacífico de condução, concretamente a diplomacia, dava indícios de maior ligação à economia, dando indícios da terceira fase da diplomacia económica. Deste modo, o país não podia ficar indiferente, embora algumas atitudes não fossem ao encontro dessas visões.

Doravante, face aos acontecimentos pouco abonatórios, a certeza era que a luta surtiu efeito e que um dos primeiros passos passaria pela criação de condições que possibilitassem a implementação de políticas como Estado soberano, afirmação no plano internacional, garantia do sustento da população e a viabilidade do Estado. Deste modo, era necessário uma investida diplomática prudente e eficaz, capaz de traduzir em resultados favoráveis, que permitiriam a sobrevivência da nação. Porém, alguns especialistas ao analisarem a situação económica do país, chegaram a concluir que não havia condições para o país aguentar seis meses como Estado independente.

Na verdade, a situação herdada do então império era motivo de preocupação por parte dos novos dirigentes. O país era sufocado pela carência e grande parte da população se encontrava do limiar da pobreza. Economicamente o país encontrava-se totalmente devastada. As ligações entre as ilhas eram muito deficientes e ao encargo dos pequenos veleiros, o que não respondiam a todas as demandas em termos de abastecimento das ilhas, contribuindo deste modo para assimetrias regionais em termos de desenvolvimento. A agricultura, além de ser subsidiária vinha sendo fustigada pela seca ao longo dos últimos oito anos e o setor da transformação era quase nulo. Do reduzido número de indústrias que existia, não apresentavam boas condições, resumindo-se em menos de meia dezena de padarias, uma fábrica de tabacos e duas de conservação de



pescado<sup>45</sup>. O setor da saúde também manifestava grandes lacunas. Com o 25 de Abril, registou-se a saída dos poucos médicos que existiam, chegando à independência apenas 15 para o total da população. A nível da educação, além de desnutrição no seio dos alunos, havia cerca de 74 por cento de analfabetismo motivados pelo abandono e reprovações sucessivas e em algumas áreas chegava a rondar 90 por cento no sexo feminino. O corpo docente era composto por 1400 professores, sendo que menos de trinta deles possuíam qualificação vocacionada para ensino.

Entretanto, as preocupações e dúvidas em como garantir meios de subsistência à população enquanto país independente e colmatar as dificuldades registadas, surgiram no dia seguinte ao festejo da independência em São Vicente a 8 de Julho, manifestadas pelo presidente Aristides Pereira, que confessa sentir grandes responsabilidades e certo receio em responder às necessidades do povo, sobretudo quando chegou a vez de fazer as contas para se apurar o que havia em termos de meios. A constatação é de que não havia recursos nenhuns e que era fundamental a ajuda de outros países para poderem dominar a situação (Lopes, 2002).

Esta realidade despertou a necessidade de contactos a diferentes paragens, sobretudo em África e as relações travadas com diferentes Estados aquando da luta foram importantes nessa fase. Foi reconhecida assim, a pertinência de incrementar uma política que fosse ao encontro da realidade atual, isto é, a fraqueza económica e social e, fragilidades externas. Assim, ficou patente a necessidade de conjugação das dimensões interna e externa, dando alusão ao carácter co-constitutivo da política externa, isto é, que esta não processa de forma isolada em matéria da defesa dos interesses do Estado. Foi nessa corrente que o programa de governo apresentado, tido como “*Salvação Nacional*”, procurou lançar as bases para a reconstrução nacional.

No entanto, durante os primeiros anos o país mantinha firme o propósito de unidade com a Guiné-Bissau<sup>46</sup>, focando a sua ação diplomática no processo de desenvolvimento e captação de ajudas. Terminada a unidade política aquando do golpe de Estado perpetuado naquele país<sup>47</sup> a 14 de novembro de 1980, houve modificações na política económica do país. A Naguecave criada em 1977, o mais significativo projeto de facilitação de trocas comerciais existentes entre as duas partes desmoronou-se. O país privilegiou outras ancoragens, com vista a impulsionar mais o processo de desenvolvimento, tendo em mira sempre uma política externa prudente, isenta e que espelha credibilidade no seio de parceiros internacionais. Contudo, as relações entre ambos só foram reatadas em Junho de 1982, já num segundo momento da política externa cabo-verdiana.

---

<sup>45</sup> As unidades, Congel em São Vicente e Ultra na Boa Vista já estavam em estado de falência.

<sup>46</sup> Segundo Pereira (2013), houve vozes que se levantaram contra o princípio de unidade entre os dois Estados, alegando ser uma decisão unilateral, de iniciativa dos deputados guineenses, ainda sem que Cabo Verde fosse independente, considerando ainda, que a ideia da unidade ia em contramão com as normas do Direito Internacional, uma vez que, pretendia-se anexar o arquipélago à Guiné-Bissau.

<sup>47</sup> Acusando a ala cabo-verdiana de ser colonialista e hegemónica, João Bernardo (Nino) Vieira, insurgiu-se contra o Governo e liderou o golpe que ficou conhecido como Movimento Reajustador

O Estado centrava todo processo de desenvolvimento, tendo decretado exclusividade no campo económico, tanto na exploração da zona económica exclusiva, na organização económica e social do país, no controlo do comércio externo, entre outros, defendidos legalmente nos artigos 9º a 12º da primeira Constituição. Denota-se a presença da diplomacia económica, mesmo de forma tímida, sobretudo no disposto do ponto 3, artigo 12º, estabelecendo que *“o Estado pode autorizar o investimento de capital estrangeiro desde que seja útil ao desenvolvimento económico e social do país”*. No entanto, esse aspeto tornou a base da política do desenvolvimento do país após a instauração do regime democrático na década de 1990.

Salienta-se que sob os auspícios de Partido único e com tendências ideológicas, o período da independência até a abertura política multipartidária, foi determinante para a consolidação do Estado e para o desenvolvimento da própria sociedade. Na vigência desse período, os primeiros anos, isto é até 1980, o país não tinha uma Constituição da República propriamente dita. Pese embora este facto que limita a averiguação quanto a constitucionalidade de certos atos, considera-se que as ações levadas a cabo foram satisfatórios, uma vez que, direcionou o país aos níveis de desenvolvimento.

Sempre atento à constelação internacional, criou-se condições para a democratização do país em 1990 e, a partir de então focou o processo de desenvolvimento na liberalização do mercado, privilegiando a diplomacia económica. Com essa iniciativa, o país tornou um dos primeiros da África a pautar pela democracia e abertura ao mundo, enfrentando os novos desafios que emergiram num contexto internacional diferente mas, encarrada sem grandes sobressaltos. Essa foi devido uma política externa bem orientada, focado para os quatro cantos do planeta, independentemente da ideologia dominante, respeitando a cada momento histórico nacional e internacional, de modo que tornou-se merecedor do respeito e credibilidade internacional nos tempos atuais.

## **2.2. As diferentes fases da Política Externa de Cabo Verde**

Cabo Verde, um pequeno país atlântico, tem procurado na sua política externa uma forma de promover a viabilidade do Estado enquanto nação independente e trilhar o desenvolvimento e inserção no plano internacional. A diversificação das relações externas é tida como estratégia fundamental neste aspeto e é focado nesses objetivos que o país tem procurado imprimir políticas em sintonia com o cenário internacional. Neste âmbito, ao longo deste subponto, procuraremos abordar as evidências levadas a cabo no âmbito da política externa e a diplomacia do país, tentando situar em cada momento histórico, de forma a percebermos as razões que estão por detrás de cada atuação. Segundo alguns autores, a política externa Cabo-verdiana processa-se em fases. Deste modo, tendo em conta os novos acontecimentos e desafios a que o país sujeita, incidiremos nosso estudo na linha das apreciações de Costa e Pinto (2014), que destacam como sendo três os momentos que caracterizam-na, assim subdivididos: de 1975 a 1980; de 1980 a 1990; e de 1991-2014, conforme serão tratados a seguir.

### 2.2.1. O período entre 1975 e 1980: a sobrevivência no contexto bipolar

Cronologicamente, a política externa cabo-verdiana remonta a sua independência política em 1975<sup>48</sup>, embora em tempos anteriores já haviam movimentações nesse sentido. Na verdade, foi a partir desse marco, isto é com a formação e o reconhecimento do Estado que o país começou a encetar laços com os demais parceiros na busca de alternativas de subsistência e desenvolvimento por iniciativa própria, de forma autônoma e aberta. Todavia, a experiência da luta de libertação em unidade com a Guiné-Bissau, trouxe uma certa noção aos dirigentes em estabelecer contatos com parceiros internacionais.

O estágio de subdesenvolvimento no qual o país se encontrava, aliado aos escassos recursos naturais e materiais, assim como a condição de insularidade e dispersão das ilhas, fizeram com que se pensasse numa forma de garantir a subsistência da população e tentar trilhar caminho de desenvolvimento. Na realidade, o país enfrentava crise alimentar e social e, economicamente vivia uma situação totalmente devastada (Graça, 2014).

É ciente nessa condição de fragilidade que a base da política externa cabo-verdiana se estriba. Assim, despertou-se a consciência de que o país só podia dar passos rumo ao desenvolvimento, se ancorado em parcerias e cooperações, sendo que antes de mais, havia que conquistar parceiros, na medida em que urgia a necessidade de angariar recursos que visam assegurar a sustentabilidade interna. Deste modo, a criação do Ministério dos Negócios Estrangeiros foi uma estratégia fundamental para a questão de mobilização de parceiros. Apesar de decisões diplomáticas tinham que sair do seio do partido como um todo, que como se viu tinha jurisdição binacional, essa iniciativa deixou marcas distintas na ação diplomática do país. Entretanto, logo em 1975, solicitou-se à Comissão de Política de Desenvolvimento das Nações Unidas (CPDNU) a admissão do país ao grupo do Países Menos Avançados (PMA). Com o mesmo propósito, a Assembleia-Geral da ONU, através da resolução 31/17 de 1976 lançou o mesmo apelo, reforçando ainda com o desafio aos países mais avançados e as Organizações da ONU em conceder ao país os mesmos benefícios dos demais países desse grupo (Fialho, 2014). Contudo, só em 1977 as Nações Unidas reconheceu-o como membro dessa categoria permanecendo até a sua elevação à categoria de País de Desenvolvimento Médio (PDM) que será abordado mais a frente.

Assim, as primeiras evidências da política externa foram feitas na procura de estabilização do país em termos de afirmação de instituições estatais instaladas, isto é, focaram para a defesa dos interesses nacionais em todos os sentidos. Definiu-se e estipulou no Programa de Governo de 1975-1980 os eixos fundamentais que irão orientar o relacionamento do Estado com o exterior, os seguintes desígnios: princípios de soberania, respeito pelas normas do Direito Internacional, não interferência nos

---

<sup>48</sup> Doze dias após a independência, ou seja, a 17 de julho o primeiro Governo tomou posse, constituído por 11 ministérios.

assuntos internos, igualdade e reciprocidade de vantagens, conjugados com a diversificação e multiplicação dos parceiros externos (Graça, 2004). Perante tais atitudes, ficou evidente que o país teve que enfrentar duas frentes de ação, nomeadamente: evitar que a fome dizimasse a população através de parcerias que facilitaríamos a captação de recursos e, convencer aos demais a viabilidade da independência nacional. Todo esse processo traduz-se na tentativa de concretização daquilo que se chamou de consolidação da identidade nacional<sup>49</sup>.

Com direitos reconhecidos no plano internacional após a independência, o país assumiu compromissos de promoção do desenvolvimento social e económico, assim como a defesa do território. Além disso e, apesar das limitações, é de ressaltar que o arquipélago já ambicionava progredir no âmbito da ciência e da tecnologia. Tendo em conta à condição de recém-libertado, a conjuntura internacional e a situação de precariedade que se vivia, para além de outros registos negativos que se faziam sentir, a concretização das ambições do país não pareciam de fáceis.

Um outro problema que o país enfrentava, tinha a ver com a ausência da Constituição da República. Inicialmente, adotou-se a Lei de Organização Política do Estado (LOPE) para o intervalo de 90 dias, período esse que estipulou-se para implementação da Constituição. Apesar desse constrangimento, as ações políticas do Partido-Estado<sup>50</sup> que delineavam os destinos do país manifestaram ser eficazes para a prossecução dos objetivos que elegeram como prioritários, na medida em que iam de encontro às preocupações iniciais. De facto, a sobrevivência da população dependia da política adotada pelos governantes e caso a diplomacia não fosse eficiente para além da sobrevivência, estaria também em causa a independência.

Na realidade, a aproximação e multiplicação de parcerias com outros países económica e tecnicamente mais avançados, assim como organismos internacionais, revelaram ser formas viáveis de perseguir os objetivos de desenvolvimento. É deste modo que como vimos, estipula-se a base fundamental em termos de opções políticas, no domínio das relações externas. Traçou-se na agenda a captação de ajudas<sup>51</sup>, negociação e parcerias com países e líderes de movimentos independentistas, com base na diplomacia. O país teve a preocupação de traçar uma política externa que despertava confiança da comunidade internacional. Com uma situação geográfica privilegiada, ambicionada no contexto da bipolarização, desde logo apercebeu-se disso como um trunfo para a sua política externa. É deste modo, conforme salienta Fortes (2012), que viu reforçado o seu papel enquanto elemento útil para fenómenos internacionais no embate ideológico Leste-Oeste.

---

<sup>49</sup> Segundo Correia (1991) citado por Pereira (2013:29), esta corresponde a última das 5 fases do processo de descolonização antecedido por: tomada de consciência, luta de libertação, transferência do Poder e, independência.

<sup>50</sup> O PAIGC que conforme consta no artigo 4º da primeira Constituição, autoproclamava-se como a força política dirigente da sociedade e do Estado.

<sup>51</sup> Na verdade, a ajuda externa começou enquanto colónia, aquando da grande fome em 1947-48.

Se outrora contava com apoio soviético na luta de libertação e essa ideologia inspirava os dirigentes e consequentemente o Partido de governo, em relação à política externa do Estado a tendência manifestou-se contrária. Os próprios dirigentes reconheceram que o pragmatismo na prática governativa contrariavam os discursos marcadamente ideológicos no seio do Partido. Entendeu-se por conseguinte, que era preciso alterar profundamente o sistema tradicional de alianças que o partido estabelecera. Assim sendo, cientes de que não seria fácil uma sociedade socialista no país, o realismo superou a visão ideológica que dominava a agenda internacional e a *realpolitik* caracterizou a sua política externa.

Com efeito, conforme ficou expressa nas palavras de Abílio Duarte<sup>52</sup> ao analisar a política externa do país, a defesa dos seus interesses fundamentais eram os norteadores da diplomacia. Replicou ainda que, *“para além de quaisquer motivações de ordem política ou ideológica, a nossa postura é de que não se podia de maneira nenhuma nivelar a política externa do Estado com a do partido não obstante as convergências possíveis”* (Carvalho, 2013:38). Essa afirmação demonstra que os interesses nacionais superaram as vontades do Partido, com a convicção de que a resolução dos problemas internos em termos de carência, não dependiam por si só da simpatia e visões ideológicas. Aliás, o próprio Primeiro-ministro na época reconheceu este facto, ao afirmar que as barreiras que o país tinha que atravessar enquanto Estado independente, superavam as convicções e simpatias ideológicas (Lopes, 2002), refutando ainda o que considerava errado, isto é, exemplos estrangeiros e que não combinam com a realidade interna. Estava-se ciente de que o país precisava de apoios, tanto de países imperialistas, como neocolonialistas para sobreviver mas, era preciso uma política cautelosa.

Todavia, a recusa a todo o custo do alinhamento a favor de qualquer dos blocos ideológicos na altura, foi pensada com o propósito de assegurar a liberdade de ação no plano externo, além de não comprometer a soberania do país<sup>53</sup> e a situação dos emigrantes, tomando em consideração o fluxo de residentes nos países ocidentais. No entanto, podemos acrescentar que ainda antes de independência nacional, os dirigentes foram exortados quanto à aproximação ideológica e às suas consequências. Movida pelos acontecimentos e simpatias a favor dos soviéticos em que Angola e Moçambique tornaram-se duas bases de grande valor para a estratégia desse bloco e, pelo facto de receberem grandes apoios deste e da Cuba, os dirigentes do PAIGC foram advertidos de que *“os EUA não iriam tolerar o nascimento de mais uma Cuba no Atlântico”* (Graça, 2004:217). Deste modo, aquando da instalação do Estado, instituiu-se a recusa de entrada de estrangeiros que traz inconveniências de ordem interna ou internacional, de forma legal de acordo com o disposto na alínea g) do artigo 14º da LOPE.

---

<sup>52</sup> Um dos fundadores do PAIGC e membro do governo na altura.

<sup>53</sup> Gonçalves (2010), na sua tese levanta a hipótese de a opção do país em não alinhar com o bloco soviético foi pensando nos emigrantes na diáspora que não encontravam soluções nos países socialistas e, que por ventura podiam sofrer com as consequências políticas e económicas nos países de acolhimento. Essa percepção levou a ala cabo-verdiana do PAIGC a ter consciência de que nas ilhas tinha que reinar um regime mais aberto e suave (Lopes, 2002).

Posteriormente, a manifestação de não-alinhamento<sup>54</sup> aparece de forma explícita no primeiro ponto do artigo 17º da primeira Constituição do país em 1980, conforme a seguinte transcrição:

*“A República de Cabo Verde estabelece e desenvolve relações com outros países na base do Direito Internacional, dos princípios da independência nacional, da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos e da reciprocidade de vantagens, da coexistência pacífica e do não-alinhamento”.*

Na realidade, Cabo Verde já manifestava tendência para o Movimento dos Não-Alinhados desde 1964 ainda nos tempos da luta armada. Porém, logo após a celebração da independência em Julho de 1975, solicitou a sua adesão a esse Movimento e, esta foi autorizada em Agosto do mesmo ano pelos Ministros de Negócios Estrangeiros do referido Movimento. A reafirmação do cumprimento dos propósitos dos não-alinhados aconteceu em 1981 pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros Silvino da Luz em Nova Deli.

Apesar de registarem certas pressões e até chantagens indiretas (Gonçalves, 2010), sobretudo em relação aos interesses nas ilhas para instalação de bases militares por parte dos soviéticos<sup>55</sup>, o país adotou uma postura firme de não-cedência e, até houve situações em que os dirigentes chegaram a duvidar da política soviética para com a África. Essa postura deixa evidente de que os dirigentes estavam cientes da conjuntura internacional marcada por múltiplas tensões e crises generalizadas que marcaram a época e, receavam das consequências posteriores a que podiam ficar sujeitos. Esse facto ficou marcado como uma das referências da política externa cabo-verdiana devido ao seu pragmatismo e o realismo.

A demarcação ideológica, que exigiu dos governantes na altura um certo malabarismo, distanciou o país de situações que o levaria ao descrédito por parte dos Estados Unidos. Na verdade, esse exercício de afastamento das ideologias foi preciso boa capacidade diplomática por parte dos dirigentes uma vez que, enquanto procuravam adotar posturas que davam credibilidade aos EUA, tinham que demonstrar habilidades que permitiam de certa forma manter ligação aos soviéticos. Essa situação de ambivalência foi pacificamente ultrapassada e o país obteve resultados positivos, uma vez que conseguiu ajudas para o desenvolvimento de ambos os lados.

Contrariamente de outros países do grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), o país demarcou sua posição em relação a situações conflituosas e

---

<sup>54</sup> Derivado da Associação de países que, durante a Guerra-Fria, não tinham nenhum compromisso formal com qualquer dos dois blocos. Essa ideia foi lançada a partir de 1960 por líderes de países em processo de independência e, que se recusavam ligar a qualquer uma das duas superpotências. O Movimento dos Não-alinhados, posteriormente foi reconhecido como o Grupo dos 77 (G-77).

<sup>55</sup> Não houve a confirmação oficial desses rumores, mas havia indícios nesse sentido refletidos nos discursos dos dirigentes. Os soviéticos prometiam continuar a apoiar o país, mas com contrapartida, para além de entre outros, a assinatura de alguns Acordos de cooperação na área das pescas e, a abertura dos mares com intuito de criar um porto de descanso ou manutenção de barcos para as suas tripulações embora esta não era referida de forma explícita. Até chegaram a deslocar ao país para assinatura de Acordos.

conseguiu construir uma política externa mais independente. Essa postura motivou algumas vezes a divergência de ideias com a Guiné-Bissau e restantes países do grupo, uma vez que, as únicas ambições eram evidenciar esforços que levariam ao desenvolvimento, propósito ambicionado e definido na LOPE. Essa foi uma das melhores iniciativas adotadas, uma vez que o desenvolvimento não se processa num clima de conflito, referindo a exemplos de outros países e ricos em termos de recursos naturais, que estiveram na mesma condição de recém-libertados.

Ainda, aliado a situação de não cedência às ideologias, o país procurava também transmitir à Comunidade Internacional uma imagem pacífica e a capacidade de lidar com situações, tanto as vividas enquanto colônia e as de caráter internacional num clima de paz, isto é, a capacidade de análise e posicionamento perante a política global na época e, o espírito de reconciliação. Este último ficou patente nas relações de amizade com Portugal, tornando deste modo, a primeira ex-colônia a manter laços de amizade com a ex-metrópole e, ainda em servir de mediador entre esta e restantes ex-colônias. Na verdade, embora as marcas deixadas eram de sofrimento e amargura, não impediram que as duas partes cooperassem. Essa convicção de natureza responsável, pensando ser de interesse de ambos, teve grande impacto para o país, na medida em que surtiram a partir de então, muitos acordos de cooperação importantes para o progresso do país, um dos quais recentemente a Parceria Especial com a União Europeia. Fica aqui explícita a noção de que os dirigentes souberam projetar o país para relações vantajosas tanto a curto como a médio-longo prazo.

Como se viu anteriormente, o país conseguiu coabitar de forma pacífica com as duas superpotências. O objetivo era tranquilizar os parceiros a cerca do futuro do arquipélago e tentar manter a afabilidade conseguida anteriormente. Conquistar a confiança dos EUA também era um dos objetivos. Foi assim que três meses antes da proclamação da independência, uma delegação deslocou a esses territórios com vista a expor as suas preocupações e manifestar a sua neutralidade perante o cenário que se vivia. Estes, em resposta mostraram-se solidários com a situação do arquipélago e acabaram por fazer diferença. Na realidade, foram um dos primeiros a dar um grande empurrão económico ao país com a importante quantia de três milhões de dólares. Posta a disposição do país pela administração Ford distribuída em parcelas, foi uma das mais significativas ajudas que se conseguiu angariar. Para além desta, os EUA também contribuíram na luta contra a desertificação, ajuda alimentar, entre outros (Carvalho, 2013).

A URSS mantendo os laços anteriores, apoiavam de forma modesta na construção de portos, na área da saúde e formações de quadros superiores e de âmbito militar (Graça, 2014). No entanto, as ajudas concedidas pelos países socialistas por altura da independência eram de longe inferiores das que foram concedidas por países como Alemanha ou Suécia. Nesta lógica, suspeita-se que a contribuição pouco intensa da parte da URSS, contrariamente dos primeiros tempos, deveu-se à determinação do país em não-alinhar nas fileiras ideológicas, a não permissão para instalação de base militar e, a não assinatura de um acordo de pesca que não parecia ser de boa-fé, segundo os preceitos diplomáticos. Do lado da África por onde a diplomacia estava mais focada,

também houve apoios significativos. Países como Gabão, Costa do Marfim, Tanzânia, Nigéria e muitos outros contribuíram de forma satisfatória com ajudas monetárias, que tornaram assim em autêntico alívio para o país (Lopes, 2002).

No plano multilateral, o país conseguiu muitos apoios importantes que também contribuíram para a afirmação do Estado e a resolução das suas necessidades básicas. Tendo por base os interesses nacionais, o país sempre pautou pela boa gerência dos recursos postos á disposição, de modo a criar condições que permitissem mitigar a dependência externa, como por exemplo a criação da primeira empresa pública nacional, a EMPA<sup>56</sup>, a partir da ajuda alimentar concedida pela ONU no âmbito do Programa Alimentar Mundial (PAM). Essas ajudas, ao invés de serem distribuídas às populações conforme os propósitos do Organismo doador, foram vendidas, com intuito de angariar fundos que permitissem garantir emprego (Tavares, A. 2010).

A princípio, essa atitude foi mal vista por muitos, inclusive o próprio PAM por considerar ser uma postura não acertada e de caráter economicista, manifestando ainda receios de corrupção. Posteriormente, a Organização reconheceu as boas intenções que estiveram por detrás dessa iniciativa e acabou por concordar e encomendou-a a outros países como exemplo. No ano seguinte ao da independência, criou-se a Moave em São Vicente, a primeira grande unidade industrial para efeitos de refinação de trigo e demais cereais para abastecimento da população. Além disso, surgiram outras fábricas posteriores que serviram para lançar as bases da economia do país, sendo no período entre 1976 e 1980, dedicado sobretudo na industrialização e infraestruturação do país, consumindo 78 por cento dos investimentos e, tudo isso, graças às ajudas externas.

Perante os feitos enunciados atrás, constata-se a relevância da política externa e da ação diplomática dos dirigentes nacionais nas negociações. Manifestaram capacidades de imputar clareza e a firmeza nas suas posições, conscientes de que esta última não deve ser confundida com dureza e inflexibilidade nas negociações diplomáticas. Todavia, perante tais atitudes, denota-se a proteção, um dos elementos constitutivos da atividade diplomática. Este elemento em sentido restrito remete-nos para a proteção de determinados interesses específicos do Estado por um lado e, por outro, aponta para a proteção geral dos interesses dos cidadãos (Magalhães, 2005). É nesta perspetiva que o país conseguiu grandes feitos em termos de desenvolvimento, através de criação de empregos, infraestruturação, formação de quadros e modernização de alguns setores fundamentais, como é o caso do setor da agricultura. Para suprir as dificuldades no ramo da saúde e educação, recorreu-se à cooperação com parceiros que disponibilizaram mão-de-obra, como é o caso de Portugal, além da mobilização de bolsas de estudo para o exterior.

Ainda no âmbito da política externa, o país tomou outras decisões que manifestaram ser importantes para a economia nacional, pouco antes da independência e que foram merecedoras de críticas por parte de países dos PALOP, como é o caso da não adesão às

---

<sup>56</sup> Empresa Pública de Abastecimento: um dos dois responsáveis pelo abastecimento e distribuição dos principais produtos básicos em regime de monopólio juntamente com a MOAVE-Moagem de Cabo Verde. Esta última foi criada com intuito de importar e comercializar o trigo e seus derivados.



sanções contra a África do Sul<sup>57</sup> impostas a nível regional e internacional. Segundo Gonçalves (2010:31), essa “*parece ter sido uma das investidas diplomática mais importante levada a cabo pelos futuros governantes de Cabo Verde a bem do interesse nacional*”. Porém, os diplomatas conseguiram em 1978 que o país fosse incluído no grupo dos países com autorização para cooperar com a África do Sul, conseguindo deste modo manter a presença da linha aérea daquele país no aeroporto internacional da Ilha do Sal, que rendia muito ao Estado em termos económicos. Independentemente disso, como vimos anteriormente, o país recusava qualquer atitude suspeita de embaraçar os seus interesses. É nesta linha que também se recusou assinar um Acordo de domínio militar no âmbito da Comunidade Económica do Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) aquando da sua adesão à essa organização (da Luz, 2008). Contudo, no primeiro momento da política externa cabo-verdiana denota-se uma forte vocação e participação no contexto africano, envolvendo em questões de paz, inserção político-económica e reforço dos vínculos com organismos regionais.

Entretanto, para os primeiros anos da diplomacia cabo-verdiana (Lopes, 2002), destacam-se a importância do vetor político, por um lado, com os seus objetivos que foram cruciais para o país e, por outro, o vetor económico que tinha a missão de estabelecer contactos e laços de cooperação como forma de angariar ajudas para o desenvolvimento. Ainda essa vertente privilegiou a salvaguarda dos interesses dos emigrantes, um dos grandes impulsionadores da economia nacional. O realismo e a *realpolitik* foram determinantes, enfrentando por um lado, a dinâmica da construção do Estado que dependia essencialmente dos recursos externos e por outro, a luta anti-imperialismo e o não-alinhamento. Em concomitância a essas preocupações e como forma de atrair meios de subsistência e desenvolvimento, debruçou-se também na política de aproximação e soma de parceiros fora do quadrante regional e além da URSS e dos EUA através da política externa, tendo este processo demarcado um novo momento da política externa cabo-verdiana.

### **2.2.2. A fase entre 1980 e 1990: aproximação a blocos de cooperação que favorecem melhores condições de desenvolvimento**

Já com uma Constituição da República propriamente dita<sup>58</sup> e, sem preocupação com a unidade política com a Guiné-Bissau, para além de outras evidências, o país deu continuidade à política que vinha implementando anteriormente, em prol da redução das suas dificuldades. Isto é, a captação de recursos continua sendo objetivo, ao mesmo tempo que continuava sendo pressionado pelos dois blocos ainda de forma mais intensa.

---

<sup>57</sup> Devido às suas pretensões imperialistas e ao regime do Apartheid implementado.

<sup>58</sup> Aprovada a 5 de Setembro de 1980, promulgada a 7 Outubro e, publicado no Boletim Oficial (BO) n.º 41, no dia 13 desse mês.

O princípio de não-alinhamento mantinha-se, defendido já na Constituição, ao mesmo tempo que o Partido-Estado continuou com a política de cooperação. Os propósitos eram claros, isto é, deixar transparecer uma imagem de neutralidade e moderação nos discursos, atendendo à situação específica do país. Segundo Costa e Pinto (2014), Paul Kennedy defende que o princípio de não-alinhamento por parte dos países do Terceiro Mundo era uma maneira de influenciar os acontecimentos internacionais, na medida em que, estes não estavam dispostos em tornarem-se satélites de uma superpotência, mesmo com ofertas de ajudas diversas.

Também com as mesmas intenções, o país demarcou no fomento dos princípios de paz no Continente, servindo assim de mediador de conflitos principalmente na África Subsariana (Gonçalves, 2010). Como principal objetivo era o desenvolvimento, entendeu-se que a paz tanto interna como a nível externa, uma das condições cruciais para o incremento do processo. Assim, foi em defesa dessa ideologia que o país comprometeu as relações com o Reino Unido por um bom período pelo facto de não facilitar a sua posição geoestratégica para servir de base logística aquando da guerra com as Malvinas em 1982. Porém, defende-se que a posição geoestratégica do arquipélago não podia servir de facilitador de situações de conflito e nem de agressões mútuas entre Estados.

Entretanto, a cultura da paz, tanto internamente e a nível da vizinhança, bem como o princípio de não-alinhamento externamente tornam-se elementos fundamentais de coesão nacional, defesa dos interesses nacionais e um dos pontos fortes do país na a sua projecção internacional. Nesse aspeto, o país começou a merecer respeito, prestígio e credibilidade no contexto internacional, graças a seriedade e coerência na política interna e uma política externa firme nos princípios e focada para a paz e o diálogo.

Nessa linha, é de realçar que o então Presidente Aristides Pereira<sup>59</sup> foi designado pelos representantes dos PALOP como Coordenador dos assuntos ligados á diplomacia na região da África Subsariana<sup>60</sup>, representando desse modo a Organização. Além disso, numa amplitude mais vasta, o mesmo Presidente, em 1981 foi credenciado para representar o grupo africano na Conferência Mundial dos vinte Países Menos Avançados em Paris (Carvalho, 2013). O envolvimento do país nessa matéria, segundo se considera, serviu de mais um facto que contribuiu para o reforço da credibilidade internacional em relação à capacidade diplomática dos dirigentes nacionais em intervir a favor da resolução de questões de interesse não só internas como também a nível da região. Assim, paulatinamente o país começou a dar nas vistas, independentemente da sua exiguidade territorial, carência e dependência de doadores externos. Deste modo, considera-se que essa opção pela paz moldou o posicionamento do país a nível externo no concerto das nações e em termos de resolução de questões de âmbito nacional e

---

<sup>59</sup> Secretário-Geral do PAIGC e primeiro Presidente da República da independência até 1991, altura das primeiras eleições multipartidárias.

<sup>60</sup> De Dezembro de 1982 a Março de 1985 o país serviu de palco para um conjunto de encontros importantes, tendo os governantes nacionais como mediadores (Gonçalves, 2010:35-36).

global “*por via das instituições multilaterais e dos mecanismos de concertação político-diplomática no seio da comunidade internacional*” (Costa e Pinto, 2014:191).

No âmbito da busca de parcerias e cooperação no plano externo, sem perder de vista as relações com os comunistas como o caso da Cuba, após o rompimento político com a Guiné-Bissau, procurou-se a aproximação ao ocidente na tentativa de estabelecer cooperação com grupos económicos mais dinâmicos e que garantem a captação de recursos para o desenvolvimento, no caso da Europa e nas américas. Assim, aproximou-se de países como Alemanha, França, Espanha, o grupo Benelux e demais países europeus, assim como o Brasil. Ao mesmo tempo procurou-se mais envolvimento nas Organizações multilaterais, na tentativa de reivindicar a sua utilidade na política internacional. Essas medidas, ao lado do espírito pacífico, enfatizam aquilo que Costa (2012:237), designa de “*a coerência dos princípios e o pragmatismo da acção*”, isto é, os ângulos norteadores da acção externa cabo-verdiana. Entende-se que, a coerência dos princípios tem a ver com a busca pela garantia, viabilidade e sustentabilidade dos desígnios do país, enquanto que o pragmatismo da acção preocupa em responder de forma articulada e estratégica as demandas do país, nomeadamente, o bem-estar, o seguimento de um desenvolvimento sustentável e a aproximação e o reforço de laços que garantem suporte económico ao país (Costa e Pinto, 2014).

Todavia, a busca de novas ancoragens está associada à situação fragilidades no que diz respeito à sua condição de insularidade, inexistência de recursos naturais e a dispersão das ilhas que além de outros fatores interferem negativamente no processo de desenvolvimento. Para além dessas situações, acrescenta ainda o facto de estar geograficamente próximo de regiões com tendências sociais e políticas menos pacíficas, traduzindo em casos de Estados frágeis ou falhados e que poucas garantias políticas e económicas apresentam ao arquipélago.

Entretanto, sob os desígnios do Partido Africano da Independência de Cabo Verde<sup>61</sup> (PAICV), o Partido-Estado continua tendo poder na definição da política externa e centrava todo o processo de desenvolvimento, isto é, fazendo do Estado o único ator na elaboração e condução dessa política de modo que não dava hipóteses de instalação de investimentos estrangeiros privados. Constata-se assim que, o regime implementado ainda andava nas rédeas da teoria keynesiana, no que diz respeito às políticas de desenvolvimento e promoção do emprego. Deste modo, continuava a ser o principal empregador na medida em que empregava<sup>62</sup> um número considerável de população.

O primeiro Plano de Desenvolvimento Nacional (1982-1986) apresentado ao país abriu pistas para o processo de industrialização de base, com a criação de uma série de indústrias, visando a satisfação das necessidades internas, a partir do financiamento externo. Em simultâneo, investiu-se na educação, no setor dos transportes, comércio,

---

<sup>61</sup> Designação do Partido criado a 20 de janeiro de 1981, após as divergências com a Guiné-Bissau.

<sup>62</sup> Trabalho intensivos nas áreas do desenvolvimento rural e de construção e obras públicas através das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO) que permitia uma remuneração base.

indústria, água e energia (Tavares, P. 2010), à medida que se promoveu o desenvolvimento económico interno, bem como a criação de postos de trabalho.

O segundo Plano de Desenvolvimento traçado para o período 1986-1990, para além de dar continuidade aos objetivos do primeiro, visava também limitar as importações embora em menor expressão e, fomentar exportações de alguns produtos, mesmo de carácter subsidiária, enfatizando a diplomacia económica, uma vez que a tendência ideológica começou a perder ênfase. Ao longo desse período, o país começou a preocupar-se com questões económicas de âmbito global. Efetivamente, à medida que o cenário internacional dava sinais de movimentação e alteração no plano económico, internamente se fazia sentir esses reflexos. Isto é, as mutações na conjuntura internacional mudaram de configuração as políticas adotadas internamente. Na verdade, surgiram os primeiros indícios de atenção aos setores dos serviços, da pesca e do turismo e gradualmente começou-se a liberalizar a economia através de financiamento de pequenas empresas e apoio ao setor privado. Isto é, reconheceu-se que estas desempenham um papel importante no fomento do setor industrial mas, para isso, é necessário criar ambiente favorável. Assim, começaram as primeiras ideias de mobilização de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), dando sinais de estar em sintonia com a nova diplomacia e mais pró-ativa, a partir do 3º Congresso do partido realizado em 1988, que originaram nas primeiras reformas políticas com a revisão constitucional. Doravante, a política externa intensificou a sua atuação através de um maior envolvimento nas instituições multilaterais e a nível bilateral para melhorar a performance do no contexto do desenvolvimento.

No entanto, no plano internacional os acontecimentos iam mudando de configuração e consequentemente o rumo das relações, na medida em que o mundo encaminhara a bom ritmo para afirmação capitalista, tendo em conta os novos cenários. Na realidade, o Muro de Berlim tinha sido desfeito e de seguida, o bloco soviético. No campo das relações internacionais, houve uma mudança de paradigma no tocante às estratégias de desenvolvimento e consequentemente no desenho da política externa. Sob hegemonia dos EUA, para além do capitalismo, defendia-se também os princípios como a democracia e a liberdade.

Na linha desses acontecimentos, sentiu-se certa pressão internamente devido a registos de casos relativos a manifestações de descontentamentos<sup>63</sup> com o regime em vigor que realmente os procedimentos deixavam transparecer uma certa onda de repressão (Tavares, A., 2010). Ademais, a nível da diáspora sobretudo a camada intelectual, começaram-se a ouvir ecos de oposição ao regime, além do registo de quebra no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) devido a diminuição das ajudas externas e das remessas dos emigrantes (Reis, 2000). Entendeu-se pois, da necessidade de pôr fim

---

<sup>63</sup> Alguns casos de revolta dos estudantes de Mindelo em 1987, distúrbio na Ilha do Maio em 1989, manifestações por parte dos agricultores, a oposição crescente levada a cabo pela Igreja Católica, entre outros (Carvalho, 2013).

á política que vigorava durante quinze anos, procedendo à abertura política<sup>64</sup> em 1990. Isto é, houve a renovação do sistema político como uma necessidade de se adequar às novas realidades impostas pela globalização, de modo que ficou marcada como uma nova fase da política externa cabo-verdiana.

### **2.2.3. Da transição política à atualidade: o enfoque na Diplomacia Económica**

A partir desse período, os novos acontecimentos mundiais que trouxeram novas abordagens nas relações externas, renovaram os desafios do país devido à necessidade de centrar nos novos vetores que delineiam a política internacional. Assim, *“com a abertura e a alternância política em 1991, as autoridades cabo-verdianas começam a preocupar com as questões económicas no âmbito da diplomacia com o proclamado lema “Inserção de Cabo Verde na Economia Mundial”, medida basilar na estratégia do MPD e, neste quadro surge o Promex, centro de promoção das Exportações que integra as empresas francas e cria-se um pacote legislativo favorável ao investimento externo (isenções fiscais, agilidade na instalação e importação, etc.)”*<sup>65</sup>.

Com uma transição bem-sucedida do regime, um caso raro no contexto africano e particularmente nos PALOP, o país estava perante novos desafios, uma vez que projetou-se o desenvolvimento focado na promoção da economia baseada na iniciativa privada, isto é, através do fluxo das privatizações<sup>66</sup>, investimentos privados e outras diligências que decorreram a seguir, trazendo novas abordagens no desenho da política externa. Assim, o Estado deixou de ter o domínio total sobre bens de produção e fontes de riqueza, situação que segundo Carvalho (2013), deu vazão ao Estado *“laissez faire, laissez passer”*.

Ao contrário daquilo que defende a teoria estruturalista da democracia<sup>67</sup> (Tavares, A., 2010), isto é, a impossibilidade de democratização nos países pobres, Cabo Verde conseguiu instaurar o regime democrático e a partir de então, procura projetar na senda internacional, tendo iniciado o processo de consolidação da democracia em comunhão com as normas da comunidade internacional. Com efeito, houve uma mudança na Constituição que altera as perspetivas de desenvolvimento e da estruturação social do país, criando deste modo condições para a inserção dinâmica na economia mundial, uma vez que esta torna-se o setor de destaque na demarcação de posição dos atores no

---

<sup>64</sup> Anunciada a 19 de Fevereiro, que culminou com a revogação do artigo 4º da Constituição, sendo as primeiras eleições legislativas livres e democráticas acontecerem a 13 de Janeiro de 1991, onde disputaram dois partidos, o PAICV no poder e, o Movimento para Democracia (MPD) recém-criado.

<sup>65</sup> Conforme exposto na página oficial do Ministério das Relações Exteriores (MIREX) de Cabo Verde.

<sup>66</sup> Como forma de garantir um suporte jurídico, em 1992 foi aprovada a lei de base das privatizações e, posteriormente desencadeou-se o processo em comunhão com o Banco Mundial.

<sup>67</sup> Segundo Tavares. A (2010), os defensores da escola estruturalista da democracia, alegam que as possibilidades de um Estado vir a tornar-se democrático, relacionam-se com o nível de desenvolvimento económico. Ou seja, consideram que a base económica é fundamental na transição para a democracia. Em posição inversa, a escola de contingência, defende a não existência de qualquer tipo de reciprocidade entre os requisitos socioeconómicos e socioculturais no processo de transição democrática.

campo das relações internacionais. Essa modernização de estrutura que suporta a política externa do país (Costa e Pinto, 2014), teve a finalidade de torna-lo mais eficiente e congruente às normas que regulam as relações de poder no âmbito da política internacional.

A inserção dinâmica na economia mundial que alimentou a política de desenvolvimento adotada na década de 1990, foi definida nas Grandes Opções do Plano (1997-2000) como o *“processo de ajustamentos sucessivos em que se vão somando os ganhos resultantes das transformações dos fatores internos que condicionam essa inserção aos ganhos potenciais que resultam da dinâmica da evolução do meio envolvente”* (Reis, 2000:128). Para efetivação dessa política, duas medidas foram fundamentais, nomeadamente a *“abertura da economia à concorrência internacional e promoção e diversificação das exportações”* (DECRP, 2004:12)<sup>68</sup>. Neste contexto, projetou-se uma construção gradual da economia, um desenvolvimento sustentável, a partir da diversificação de parcerias e medidas de influências adotadas para esse propósito, na tentativa de maximizar os benefícios desse processo. Foram suprimidas barreiras à importação, os direitos aduaneiros sobre os produtos importados foram simplificados e reduzidos e, a EMPA deixou de ter o monopólio de importação de produtos alimentares.

Por conseguinte, a promoção do desenvolvimento sustentado e o reforço da visibilidade e credibilidade externa do país passaram a ser também, os eixos basilares da política externa cabo-verdiana. No momento em que os desafios da globalização desvalorizaram as fronteiras geográficas e que o Estado deixou de ter o privilégio como ator exclusivo da política externa devido a uma maior congruência entre a diplomacia e a economia, o país viu-se na condição de focalizar a sua estratégia de desenvolvimento para os novos vetores da política externa. Torna-se notório que o país face a política de inserção internacional em conjugação com os seus desafios tem privilegiado o princípio do *smart power*<sup>69</sup>, isto é, a adoção de medidas estratégicas inteligentes numa combinação harmoniosa e as vezes subtil (Brito, 2010), das suas vantagens e os objetivos que pretende alcançar.

Assim, procedeu-se à abertura do mercado e conseqüente liberalização comercial embora com alguns limites<sup>70</sup> e o incentivo a outros investimentos. Nessa corrente de ideias, é de realçar que o governo além desses procedimentos, elencou um conjunto de medidas e reformas a serem implementadas em todos os domínios, isto é, no campo económico, social e político de forma a implementar um novo dinamismo na política do país. Essas iniciativas ficaram explícitas nos instrumentos adotados, designadamente o Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1993-1996), as Grandes Opções do Plano (1997-2000) e, o Plano Nacional de Desenvolvimento (1997-2000). Ademais, no Programa de Ação Nacional (2001-2010) o governo traça os meandros do país como

---

<sup>68</sup> DECRP - Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução Da Pobreza

<sup>69</sup> Conceito criado em 2003 por Joseph Nye que *“valoriza a importância de agir com inteligência, doseando as formas de actuação em função das necessidades concretas: o contexto nacional e internacional; as características culturais, o sistema político vigente; as influências económicas”* (Brito, 2010:3).

<sup>70</sup> Os direitos aduaneiros sobre determinados produtos sujeito a importação continuavam relativamente elevados e continuava havendo barreiras não tarifárias, essencialmente de ordem administrativa em alguns sectores (DECRP, 2004:12).

sendo um país aberto ao exterior, com uma economia suportada no setor de serviços, de modo a proporcionar o desenvolvimento sustentado em todas as ilhas.

Todavia, as evidências em prol do desenvolvimento económico nessa década com destaque para o setor privado<sup>71</sup> e a privatização, traduziram-se em incentivos aos pequenos produtores e à perda de influência do setor público. Porém, a configuração do sistema económico do país passou a ser numa posição inversa ao modelo adotado nos primórdios da independência conforme avançamos anteriormente, ou seja, setor privado, pequenos produtores e por último, setor público.

Deste modo, para além da continuidade da política de diversificação de parceiros no âmbito da política externa, nota-se que a diplomacia económica, que de forma tímida iniciara nos finais da década de 1980, passou a estar mais em voga. Doravante, esse instrumento da política externa na sua conceção moderna, passou a estar em evidência devido ao atrás mencionado fluxo de privatizações das empresas nacionais levados a cabo. Consequentemente houve políticas de atração de investimentos privados, sob orientação do terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento, cenários que ganharam destaques com a abrangência da globalização. Entretanto, fica claro que os tradicionais modelos de desenvolvimento a partir de ajudas externas, remessas de emigrantes e a diplomacia apenas ao encargo dos tradicionais diplomatas já não são tidos como bases do desenvolvimento sustentado mas sim, que este se processa com base na abertura e inserção mútua no contexto internacional, isto é, levar o país ao mundo através de políticas atrativas, de modo que venha atrair o mundo para o país, envolvendo por conseguinte outros atores.

A globalização aprofundou o grau de interdependência entre Estados, o comércio ganhou destaque, ao mesmo tempo que aumentou o grau de insegurança. Nesta ótica, os Estados são chamados a congregar sinergias, tornando deste modo uma oportunidade para os Pequenos Estado de se posicionarem na senda internacional através das suas políticas de cooperação e inserção. Particularmente Cabo Verde também focou a sua política externa para questões de segurança e defesa. Com uma situação geográfica privilegiada, o país surge como um ator importante no combate ao mundo do crime, capaz de despertar interesse para questões de segurança cooperativa. É nesse âmbito que acolheu alguns exercícios militares a nível da NATO, da CPLP, dos EUA, além de entre outras, ter envolvimento em questões de resolução de conflitos e manutenção da paz e segurança a nível da CEDEAO.

Denota-se porém, que as evidências da política externa e da diplomacia cabo-verdiana sempre tiveram em conta as suas vulnerabilidades, tanto económica, demográfica, geográfica e em termos de segurança. Confirma-se assim a tese de que as condições internas de cada Estado influenciam diretamente na elaboração da política externa. Ela como vimos anteriormente, é uma ferramenta útil na busca de alternativas para o

---

<sup>71</sup> Foi criado um conjunto de sistemas de apoio à iniciativa privada designadamente: Apoio à Iniciativa de Jovens Empresários (AIJE), Programa de Fomento Empresarial (PROFE), Caixa de Crédito Rural (CCR), Fundo de Desenvolvimento das Pescas (FDP) e Fundo de Desenvolvimento Turístico (FDT).

desenvolvimento e inserção internacional. Essas alternativas passam pela aliança entre Estados, cooperação, ajudas para o desenvolvimento, etc., num clima de diálogo e negociações pacíficas. Deste ponto de vista, conforme Tavares, A. (2010), os interesses nacionais constituem os determinantes fundamentais da política externa.

Assim, com base na defesa dos interesses nacionais e adoção de princípios internacionalmente defendidos, o país conseguiu reconhecimentos importantes da parte de comunidade internacional que, não obstante novos desafios, traduziram em avanços como: a transição da categoria de Países Menos Avançados (PMA) para o grupo dos Países de Desenvolvimento Médio (PDM), o benefício pela segunda vez consecutiva dos fundos do Millenium Challenge Account (MCA) dos EUA, a parceria especial com a União Europeia e a adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros que contribuem para uma maior viabilidade e equilíbrio no contexto internacional. Porém, com esses registos, torna-se necessário ao país a readaptação e maior uma abertura a novas parcerias de desenvolvimento, que facilitam a inserção internacional, com base na articulação da diplomacia económica, securitária e cultural (Costa e Pinto, 2014), afim poder contornar algumas vulnerabilidades e potenciar novas oportunidades.

Em suma, constata-se que a reorientação do regime político adotado internamente e a abertura ao mundo influenciaram a estruturação da política externa e tiveram impactos positivos no processo de desenvolvimento do país, apesar de alguns autores defenderem que os regimes políticos não justificam o crescimento e desenvolvimento económico (Tavares, A., 2010). Acresce ainda o argumento de Silveira (2005:81-82), que defende que a terceira vaga de democratização<sup>72</sup>, revelou importante uma vez que *“a transição para a democracia foi determinada, nesse caso, entre outros factores, pelo aumento do PIB...”*. Avança ainda que nos países do Terceiro Mundo *“a democracia corresponde não a uma forma de cultura, mas sim a uma estrutura de organização do governo”* que ao enquadrar a sua política externa aos parâmetros internacionais e conduzir o seu processo interno pensando na superação das suas dificuldades, chega-se ao estágio de desenvolvimento e inserção, como é o caso de Cabo Verde.

### **2.3. SÍNTESE DO CAPÍTULO**

O quadro sobre a evolução histórica de Cabo Verde, marcado pelo passado colonial e carência de recursos naturais e condições climáticas adversas, deixam pistas de que sobreviver nas ilhas ao longo desses tempos foi marcado por diversas formas de luta e vitórias associadas, sendo uma das quais a independência nacional. Face às contradições próprias que a natureza lhe impõe desde os primórdios da sua história, ao longo dos

---

<sup>72</sup> A primeira onda democrática aconteceu no período entre 1828 a 1926 e a segunda, de 1943 a 1962 (Silveira, 2005). A terceira onda de democratização deu-se especialmente com a democratização dos países comunistas nos anos 1990.



tempos vem sendo agraciado com alguns benefícios por parte dos parceiros internacionais e outras formas de cooperação que tem influenciado positivamente o seu processo de desenvolvimento. Posicionado de forma estratégica no oceano atlântico, desde muito cedo revelou ser de importância a nível mundial, servindo deste modo de base para o comércio triangular, ou seja, a distribuição de mercadorias entre a África, a Europa e as Américas. De população mestiça devido a mistura de raças durante o seu povoamento, o arquipélago sempre foi reconhecido pelo seu espírito pacífico pela Coroa, desígnio que ainda se regista nos tempos atuais. Ascendendo à categoria de Estado independente nos finais do século XX, teve que travar sérias batalhas diplomáticas como forma de sarar as sequelas deixadas pelo regime colonial, assegurar meios de subsistência e posteriormente reivindicar o seu lugar no ambiente internacional, destacando das suas congéneres africanas.

Não obstante o forte pendor ideológico que reinava no seio dos governantes durante os primeiros 15 anos, a política externa sempre foi desenhada de forma isenta, com base nos princípios de “Não-alinhamento” e focada para objetivos de desenvolvimento. Entretanto, esse posicionamento deveu-se estritamente ao realismo do país, a sua condição de exiguidade e descontinuidade territorial, acrescidos de outras situações atrás referidas e a preocupação em garantir espaços de manobra no ambiente internacional que se caracterizava pela bipolaridade. Nesse âmbito, o país recusou algumas formas de cooperações que lhe foram oferecidas por certos Estados com intuito de influenciar a sua posição, ou seja, aquelas cuja essência não pareciam ser de “boa-fé”, isto é, as que segundo Magalhães (2005), ocultavam as reais intenções e, que tendencialmente priva-lhe o direito de traçar e conduzir a sua política externa de forma autónoma. Isto mostra que o país estava ciente de que ambas as partes dominantes na altura eram importantes perante as suas ambições e consideramos que isso enfatiza aquilo que se considerou que nos primórdios enquanto Estado independente, parecia ter o Partido a Leste e o Estado a Ocidente (Tavares, P., 2010).

A ambição de conquistar credibilidade internacional vem desde cedo e isto é tida como uma estratégia útil de alcançar o estágio de desenvolvimento. Entretanto, torna-se preocupação de traçar uma política externa prudente própria de um Pequeno Estado e capaz de despertar interesse de parceiros. É nesta perspetiva que o país disponibilizou em tornar-se num órgão de intervenção social, deixando transparecer uma imagem de paz e respeito pelos direitos humanos. Assim, a maior preocupação dos sucessivos governos é o estabelecimento de laços de cooperação com demais parceiros tanto de caráter bilateral e multilateral como forma de assegurar o desenvolvimento a longo prazo.

O Estado era o principal empregador, estando a política externa focada para angariação de meios que facilitassem esse propósito e, o setor privado não era permitido no país, não obstante a abertura de forma tímida registada nos finais dos anos 80. Porém, a democratização e abertura política no início da década de 90, fruto não só de

manifestações internas contra o regime mas também da vontade política do Partido e da própria constelação internacional, reverteu a situação. A partir de então, o país privilegiou a abertura do mercado, adotando a diplomacia económica como a força motora do desenvolvimento e inserção internacional. Essa medida foi bem pensada, uma vez que contribuiu para o aumento do crescimento do país, a melhoria de condição de vida das populações e da sua posição internacional. O baixo índice de corrupção, a boa governação, a boa gestão e transparência das ajudas postas à disposição, assim como outros atributos, contribuem para que o país é tido como modelo de governação e democracia em África, sobretudo na sub-região onde se insere.

Em traços gerais, constata-se que ao longo dos tempos, a política externa cabo-verdiana vem adaptando às circunstâncias internacionais, atuando sempre em defesa dos seus interesses e ambições, de modo que vem consumando resultados importantes, não obstante os novos desafios a que está disposto. Denota-se porém que, ao longo dos tempos o país procurou alcançar o desenvolvimento, afirmar no mundo e defender os interesses da diáspora as com base na diplomacia. O foco da atuação diplomática aponta para três domínios designadamente, a afirmação do país como nação global, o fomento da paz e da segurança mundial e regional e, a materialização de uma agenda económica que visa o desenvolvimento. Por conseguinte, para a materialização dessas aspirações, a política externa do país destaca como linhas de força, a diplomacia no âmbito da política, da economia, da segurança, das questões públicas que sirvam a comunidade e por fim, a diplomacia cultural (Costa e Pinto, 2014:222). Assim, entende-se que a implementação desses pressupostos criará condições que permitem enfrentar os desafios futuros e aumentar a competitividade do país.

### **CAPITULO III: CABO VERDE NO CONTEXTO INTERNACIONAL: O processo de Desenvolvimento, as relações económicas externas e as relações de cooperação**

Depois de abordar o papel ativo da política externa do país ao longo dos tempos como a principal ferramenta de desenvolvimento, no presente capítulo vamos analisar o seu processo de desenvolvimento. Assim, é nossa intenção ver como o país tem comportado perante o contexto externo, quanto ao seu processo de desenvolvimento, tendo em conta as suas vulnerabilidades e limitações. Nesta linha, vamos abordar o processo de desenvolvimento, a abertura ao exterior como forma de captar ajudas e atrair o Investimento direto Estrangeiro (IDE), Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), assim como o papel determinante dos emigrantes nesse processo através do envio de remessas. De igual modo, analisaremos a evolução do comércio externo com os diversos parceiros.

De seguida, vamos dar destaque ao seu envolvimento nas relações de cooperação como estratégia de dominar as suas fragilidades, enfatizando tanto as relações multilaterais, as bilaterais, assim como seu processo de integração regional, nomeadamente na Comunidade Económica do Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). No que diz respeito às relações, vamos destacar alguns dos principais parceiros, principalmente os que desde os primeiros momentos comprometeram com o seu desenvolvimento.

#### **3.1. Relações Económicas Externas e o processo de desenvolvimento**

O desenvolvimento de Cabo Verde é baseado nas relações de cooperação com os demais parceiros externos de onde provém a maior parte de fatores, nomeadamente as ajudas, as remessas de emigrantes, os investimentos e também onde se estabelecem as relações comerciais.

Desse ponto de vista, de seguida vamos analisar como é que esses fatores de desenvolvimento têm evoluído em Cabo Verde ao longo dos tempos e tentar perceber como é que os mesmos têm influenciado o crescimento e o desenvolvimento do país.

##### **3.1.1. O processo de crescimento e Desenvolvimento Humano**

Desde sempre, viver no arquipélago não revelou ser fácil, dada a situação da carência de recursos internos, daí as preocupações quanto ao seu desenvolvimento desde os primeiros momentos fizeram-se sentir no seio dos governantes. Essa situação motivou a procura de soluções, seja através de cooperação a nível multilateral, regional e bilateral, como estratégia de minimizar seus efeitos.

Nos primeiros anos pós independência as políticas governamentais orientaram-se para uma estratégia de planificação central da economia e o processo de desenvolvimento centrou-se na satisfação das necessidades básicas e na valorização dos recursos internos, sendo o período que o Estado assumiu como a fase da reconstrução nacional. Foi nesta linha, como vimos no capítulo anterior, que se desencadeou um intenso esforço diplomático que culminou na assinatura de vários Protocolos de cooperação, os quais procuraram angariar recursos externos e conceder proteção aos emigrantes cabo-verdianos nos países de acolhimento.

As mudanças na cena internacional foram determinantes para mudar o rumo do país quanto ao seu processo de desenvolvimento. Na verdade, a terceira vaga da democratização referida anteriormente, despertou em Cabo Verde a intenção e consciencialização de se harmonizar com as normas internacionais, isto é, aproximar-se e ajustar-se às medidas políticas defendidas por instituições e parceiros internacionais, através da abertura política e económica.

Com essa atitude, o país procurou estar em sintonia com a comunidade internacional e prosseguir com a política de inserção na economia mundial, objetivo esse assumido com a liberalização do comércio e com os distintos instrumentos de governação adotados. Assim, com a instauração da democracia de forma pacífica e ciente da necessidade de mudança, deu-se o primeiro passo em prol do objetivo de inserção internacional. A alteração da Constituição da República no início da década de 90 confirma essa passagem, na medida em que foram criadas condições favoráveis para as relações comerciais externas e abriram-se as portas para o investimento externo.

Com esse procedimento, o Estado deixou de ser ator principal do processo, enquanto o setor privado passa a assumir papel determinante, tornando-se um dos principais intervenientes do processo de desenvolvimento, por via do plano de privatizações de empresas estatais. Foi nesta perspetiva que as Grandes Opções do Plano (1997-2000)<sup>73</sup> definiram as linhas orientadoras para impulsionar o desenvolvimento do país.

Assim, foram estabelecidas metas consideradas fundamentais para o desenvolvimento sustentável como *“o desenvolvimento do mercado e da iniciativa privada; o aproveitamento das vantagens da regionalização e da globalização; a valorização dos recursos naturais; o desenvolvimento dos sistemas de transportes, comunicações e energético; a promoção do saneamento e a defesa do meio ambiente; a consolidação e desenvolvimento da democracia; a promoção do desenvolvimento humano e social”* (Reis, 2000:127). Entende-se pois que o país tenha adotado um conjunto de princípios em conformidade com os critérios do desenvolvimento sustentável defendidos pelo PNUD.

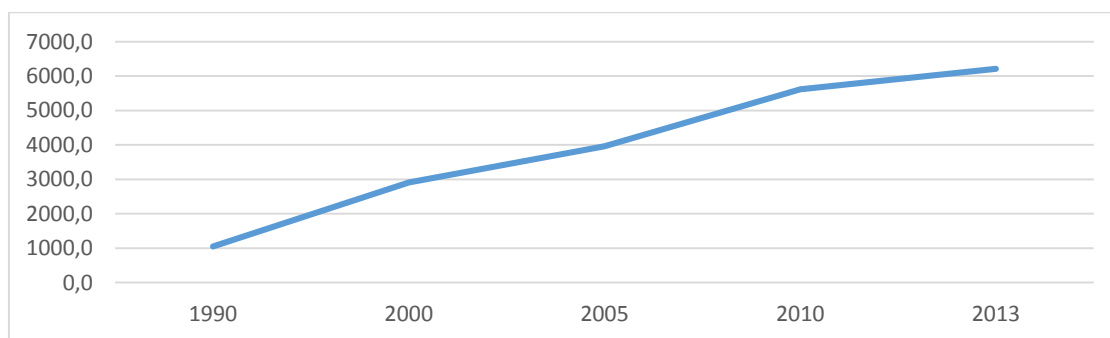
---

<sup>73</sup> Perspetivam a imagem do país a longo prazo como “um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura. Uma sociedade solidária, de paz, justiça social, democrática, aberta e tolerante. Um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida” (Borges e Morais, 2012:6).

Do registo de um crescimento robusto e das preocupações em investir no capital humano resultaram melhores condições de vida das populações. Ao longo dos tempos registou-se uma redução considerável da pobreza e o país alcançou uma das mais impressionantes performances socioeconómicas de África no período 1991-2008. Não obstante, registaram-se algumas discrepâncias em termos de desenvolvimento entre as ilhas e mesmo em relação às zonas rurais e urbanas (BAD, 2014).

O gráfico a seguir mostra a evolução do rendimento ao longo dos tempos.

**Gráfico 1:** Evolução do Rendimento Nacional Bruto de Cabo Verde

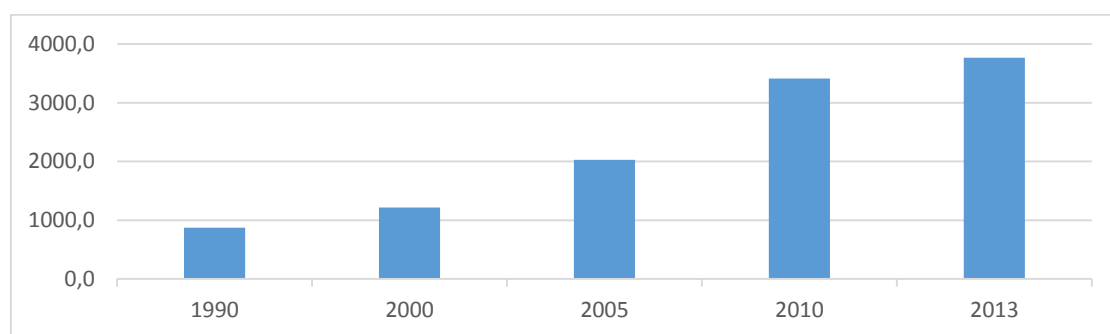


**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do Banco Mundial

Deste modo, reconhecemos que o PIB registou um crescimento contínuo, embora menos robusto nos últimos anos, na sequência da crise económico-financeira que deflagrou em 2007. É notório que após uma evolução até 2010 o crescimento tem registado um ritmo menos acelerado.

O gráfico a seguir apresenta a dinâmica do crescimento do PIB em termos de capitação média pela população.

**Gráfico 2:** Evolução do PIB *per capita* (a preços correntes em dólares).

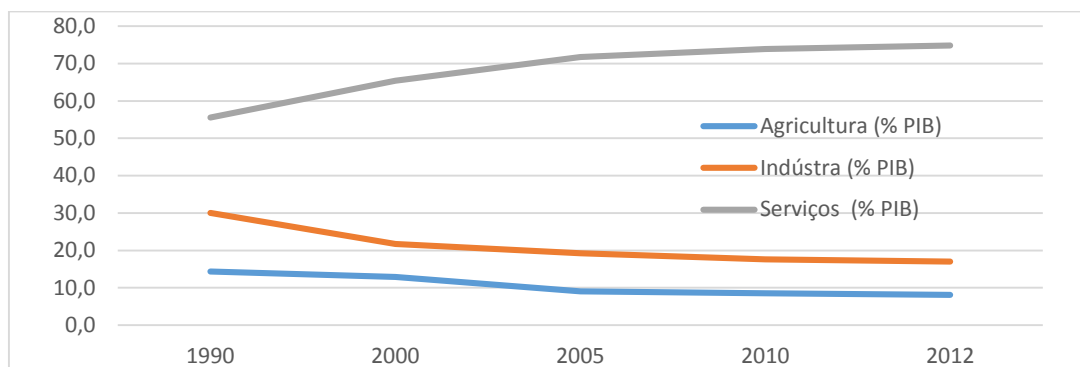


**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do Banco Mundial

Pode-se verificar uma progressão muito significativa ao longo dos anos. Cremos que esse crescimento foi fruto de implementação de um conjunto de instrumentos estratégicos que estimulam o desenvolvimento e consequentemente se traduzem num bom desempenho económico, o qual segundo Borges e Morais (2012), foi um dos critérios mais decisivos para a elevação do país à categoria de PDM em 2008.

No que respeita à contribuição dos diferentes setores para o crescimento económico, entendemos ser útil apresentar a repartição setorial do PIB. Deste modo, mostramos a contribuição dos grandes setores de atividade económica em percentagem do PIB, conforme podemos verificar no gráfico que se segue.

**Gráfico 3:** Distribuição setorial do PIB em %.

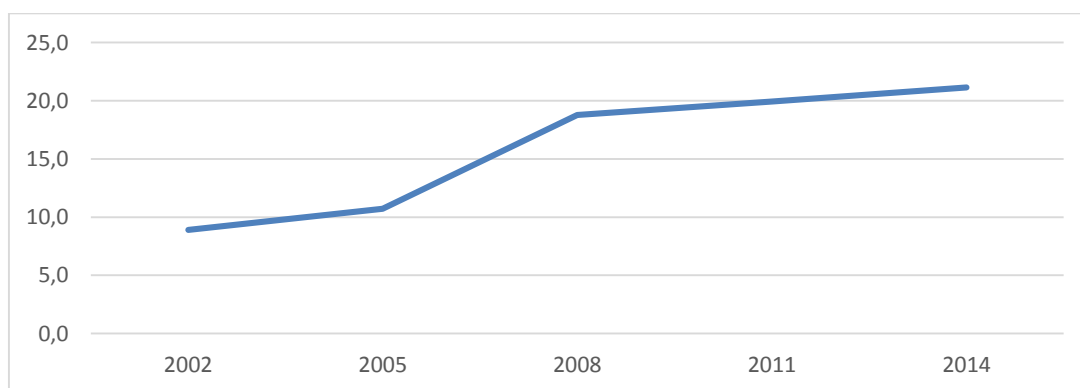


Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Mundial

Perante os dados, podemos constatar que o setor dos serviços tem vindo a registar uma dinâmica positiva no crescimento do PIB, representado nos últimos anos um valor superior a 70%. Este setor tem sido impulsionado pelo dinamismo do turismo, o qual tem gerado uma contribuição relevante para o crescimento económico (INE, 2015). Em sentido contrário, os setores primário e o secundário, onde a agricultura, a pecuária e a pesca são setores importantes para a alavancagem do crescimento, tendencialmente têm declinado e perdido peso na estrutura do PIB..

Deste modo a atestar o que referimos antes, verificamos que as receitas obtidas pelas atividades ligadas ao turismo têm apresentado uma evolução crescente significativa, sendo responsáveis por uma contribuição direta para o PIB superior a 20% ao logo dos últimos anos. Assim, tem havido impactos positivos sobre o emprego e sobre a entrada de divisas que se têm constituído como fatores de desenvolvimento da economia cabo-verdiana, embora esta situação torna a economia muito dependente de um único setor, tornando-a algo vulnerável às tendências gerais do turismo em termos mundiais.

**Gráfico 4:** Dinâmica da contribuição do turismo em % do PIB



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco de Cabo Verde

O turismo é importante para o país e tem resistido, não obstante oscilações no plano internacional com repercussões negativas no desempenho económico. Apesar dessas oscilações com interferências nefastas em alguns setores-chaves do desenvolvimento, o setor tem mantido uma dinâmica de crescimento positiva.

No cômputo geral, não obstante as fragilidades do país e o contexto internacional algo instável, ao longo dos tempos registou-se uma gradual tendência de melhoria das condições de vida da população e isso está refletido nos progressos contínuos da performance do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Este Índice, produzido no âmbito do PNUD, conforme vimos anteriormente, considera que o desenvolvimento humano é determinado por várias dimensões, as quais são sintetizadas em três pilares fundamentais, designadamente: educação, saúde e rendimento *per capita*. Assim, é entendido que o IDH expressa as dinâmicas dos países em termos de capacidade das suas populações acederem ao conhecimento, progredirem no seu nível de vida e na sua longevidade.

Os dados disponibilizados apontam para uma melhoria desses indicadores no que respeita a Cabo Verde, tendo levado o país à posição 123ª no plano das classificações. O quadro seguinte indica-nos a evolução registada ao nível das componentes do IDH.

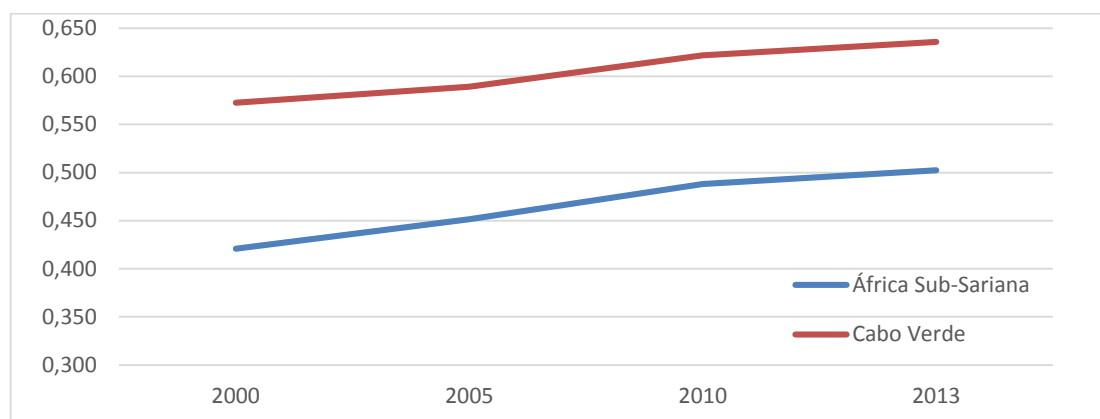
**Quadro 1:** Evolução temporal das componentes do IDH em Cabo Verde

	Esperança de vida á nascença	Anos de escolaridade esperados	Média de anos de escolaridade	RNB per capita (2011 PPP \$)	Valor do IDH
1980	60.3	11.6		1,770	
1990	66.1	11.6		2,453	
2000	69.8	11.7	3.5	3,914	0.573
2005	72.1	11.7	3.5	4,570	0.589
2010	74.1	12.8	3.5	5,712	0.622
2013	75.1	13.2	3.5	6,365	0.636

**Fonte:** Reforma do Estado/CV – RDH (2014)

Atestando a progressão revelada, apuramos que Cabo Verde tem registado valores médios superiores aos verificados para o conjunto dos países da África Subsariana em termos do IDH nos últimos anos. De facto, os elementos referentes a Cabo Verde, disponíveis a partir do ano 2000, certificam essa dinâmica, conforme expressa o gráfico que de seguida apresentamos.

**Gráfico 5:** Evolução do IDH de Cabo Verde e da África Subsariana.



**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do Banco Mundial

É de referir ainda que Cabo Verde aceitou em 2003 o desafio lançado pela ONU no início da década no que diz respeito a implementação de medidas políticas denominadas “Objetivos do Desenvolvimento do Milénio” (ODM)<sup>74</sup> para serem realizadas até ano 2015. Nesta perspetiva, após a iniciação da campanha em 2003 e apresentação do primeiro relatório em 2004, procedeu-se à realização de um conjunto de investimentos no âmbito das infraestruturas, transportes, agricultura, ambiente, educação, juventude, segurança, saúde, entre outros, com vista à melhoria das condições de vida das populações, assim como dar resposta aos desafios.

Assim, de acordo com a ONU/Cabo Verde, o país atingiu o objetivo nº 5, concretamente os cuidados da saúde materna<sup>75</sup> e está a bom ritmo de conseguir os outros. Entretanto, pese embora a vulnerabilidade estrutural da economia e as diferenças regionais que persistem com impactos diretos na vida das populações, os vários indicadores de desenvolvimento do país constituem-se como exceções positivas na região (MIREX, 2012).

Contudo, o desenvolvimento harmonioso em Cabo Verde não se tem processado sem a colaboração de parceiros externos que contribuíram com ajudas ao desenvolvimento e também das remessas de emigrantes. A quase totalidade dos investimentos públicos no país tem dependido do financiamento externo sob forma de Ajuda Pública ao Desenvolvimento em mais de 90% (Nações Unidas/CV:2012).

Os maiores doadores bilaterais de APD a Cabo Verde são Portugal, Luxemburgo, Estados Unidos, Espanha, Holanda e França, sem contar ainda com outros importantes que não incluem nas estatísticas do CAD/OCDE, nomeadamente o Brasil, a Cuba e a China e que a cooperação entre ambos tem vindo a intensificar (IPAD;MIREX:2012). Em termos

<sup>74</sup> 1-Eradicar a extrema pobreza e a fome; 2- Alcançar a educação primária universal; 3- Promover a igualdade de gênero e empoderamento da mulher; 4- Reduzir a mortalidade infantil; 5- Melhorar a saúde materna; 6- Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças; 7- Garantir a sustentabilidade ambiental; 8- Desenvolver Parceria Global para o Desenvolvimento.

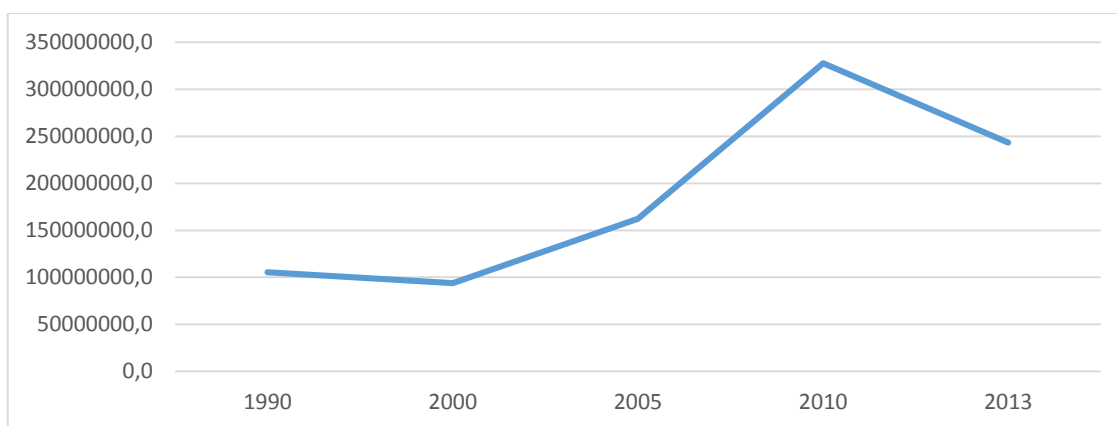
<sup>75</sup> Notícia de 04 de Maio de 2015, disponível em <http://www.un.cv/arquivo-donativosaude.php>



multilaterais, a União Europeia (UE) afigura-se como o principal doador na última década, seguido pelo Banco Mundial e pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

Os dados disponíveis e representados em gráficos a seguir mostram a evolução da APD em dólares desde a década de 1990 a 2013 e o seu respetivo valor em percentagem do PIB.

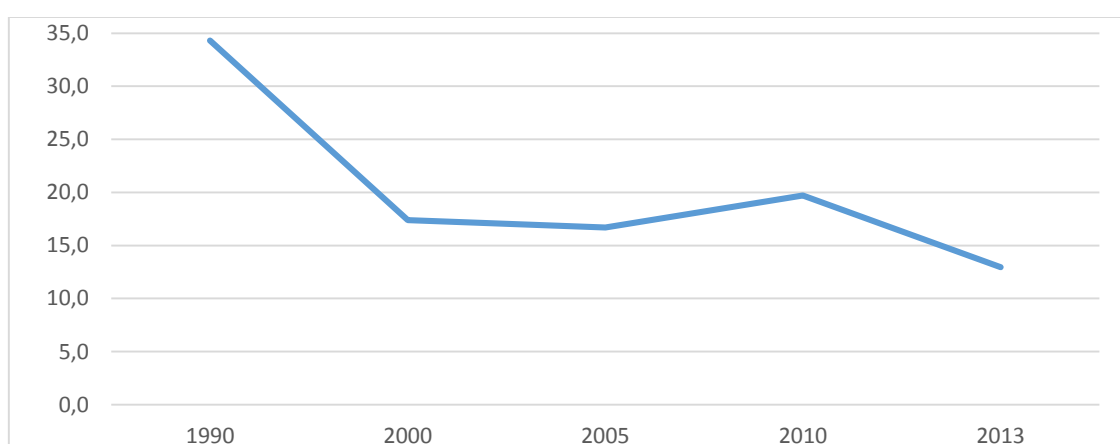
**Gráfico nº 6:** Evolução da APD (preços correntes em dólares)



**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do Banco Mundial

Constata-se assim que o montante das ajudas tem tido uma tendência crescente, atingindo o pico em 2010 em mais de 300 milhões de dólares, sendo que a partir daí tem sido notório algum abrandamento do ritmo dos apoios. Deste modo, também a contribuição da APD para o PIB tem registado oscilações, perdendo peso gradualmente desde a década de 90, sendo este decréscimo mais pronunciado a partir de 2010, conforme sugere o gráfico que se segue.

**Gráfico nº 7:** Volume da APD em % PIB



**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do Banco Mundial

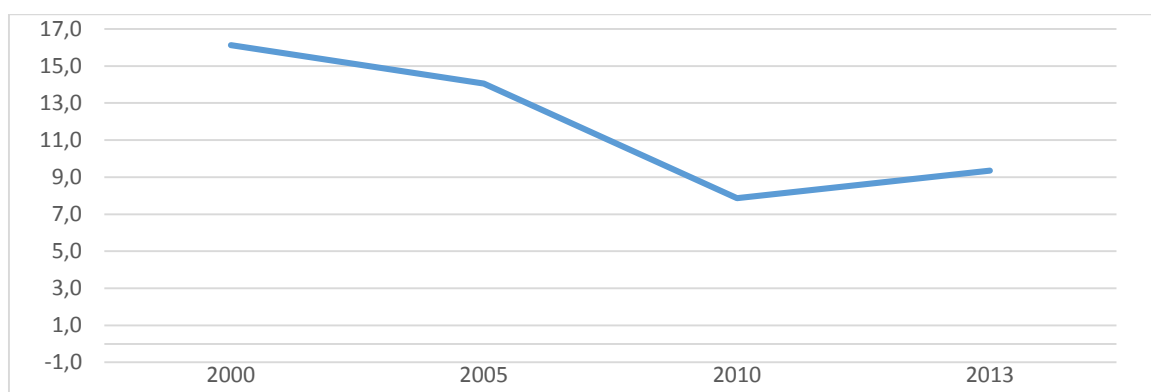
Como sugere Carvalho (2013), a diminuição que se tem registado nesta modalidade de financiamento pode estar associada ao processo transição do país para a categoria de

PDM e às novas modalidades de parcerias que o país vem estabelecendo nomeadamente, a ajuda orçamental e os empréstimos concessionais<sup>76</sup>.

De igual modo, as remessas dos emigrantes têm sido importantes no processo de desenvolvimento do país, embora o cenário evidencia uma desaceleração contínua no setor, dando sinais de recuperação desde o início da última década em análise.

Como importante fator de equilíbrio da balança de pagamentos, os dados do Banco Mundial expressos no gráfico a seguir mostram-nos como é que as remessas têm atuado na formação do PIB ao longo dos últimos anos.

**Gráfico nº 8:** Remessas de Emigrantes em % do PIB

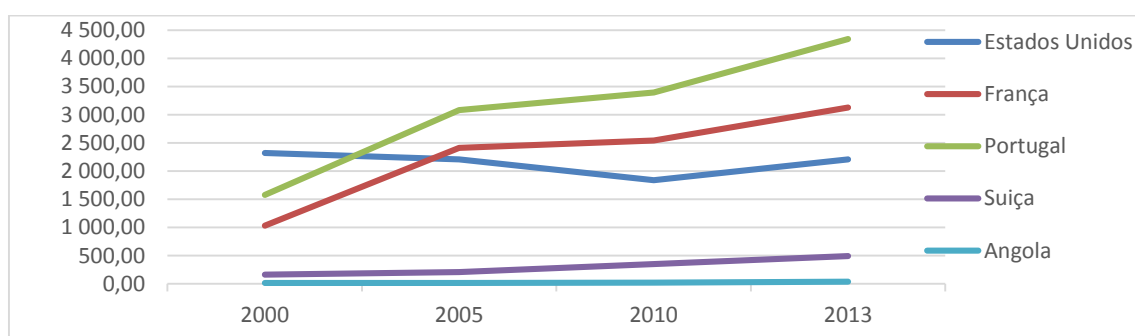


**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial

Atestando uma redução contínua desde o início da década de 2000 e com maior intensidade em 2005, pode-se verificar que a partir de 2010 a tendência tem sido de crescimento, passando de valor aproximado de 8% para mais de 9% em 2013.

Em relação aos diferentes países de origem, as remessas têm mantido nos últimos anos uma dinâmica contínua conforme podemos ver no gráfico seguinte.

**Gráfico nº 9:** Remessas de Emigrantes por país de origem (milhões de escudos)



**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do Banco de Cabo Verde

Os dados mostram o domínio dos países de Europa no envio de remessas e não obstante algumas oscilações, a dinâmica tem sido positiva estando Portugal como maior emissor,

<sup>76</sup> Taxas de juros mais baixos e período de amortização de dívidas mais alargados.

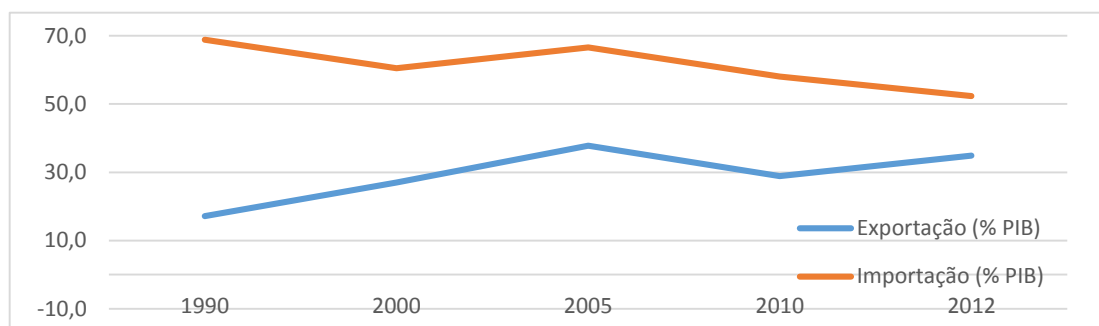
seguido da França. Fora do continente europeu, os EUA apresentam uma tendência crescente na última década, depois de ter estado em declínio desde o ano 2000.

### 3.1.2. O comércio externo e o Investimento Direto Estrangeiro

O comércio externo permite caracterizar melhor uma economia e ajuda a identificar as suas potencialidades, assim como as suas debilidades (Romão e Costa, 1997). Neste âmbito, vamos analisar de forma breve a evolução do comércio externo de Cabo Verde com vista a identificar o seu comportamento e os traços fundamentais da sua Balança Comercial.

As condições geográficas conferem ao país uma certa relevância no campo do comércio a nível regional, pelo facto de estar no centro das principais rotas comerciais. No entanto, a sua fraca capacidade produtiva, a necessidade de importar bens que não produz internamente e a sua inserção em mercados de maiores dimensões, tornaram-no numa economia aberta ao exterior. Porém, em sentido estrito, o grau de abertura, enquanto peso do comércio externo no PIB, tem vindo a diminuir tendencialmente, após atingir o pico em 2005. O gráfico seguinte reflete o panorama das exportações e importações ao longo dos tempos.

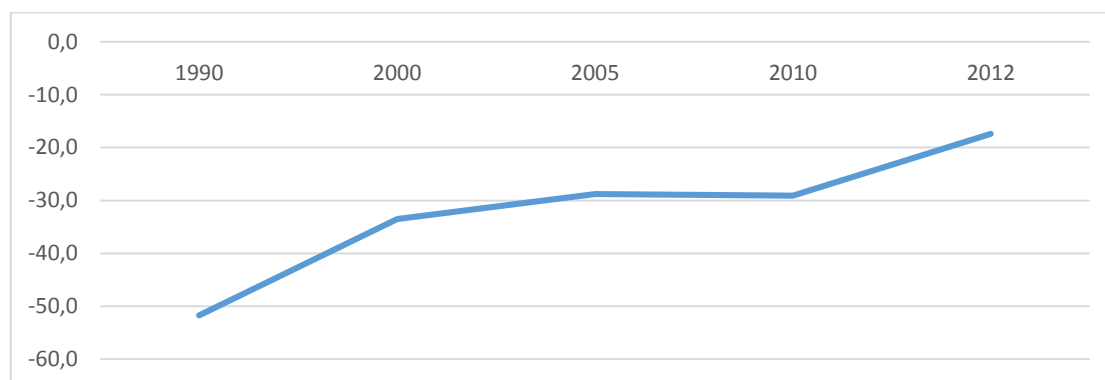
**Gráfico nº 10:** Evolução das componentes do Comércio Exterior de Cabo Verde em % do PIB (bens e serviços)



**Fonte:** elaboração própria com base nos dados Banco Mundial

Da observação do comportamento das exportações e das importações, reiteramos que Cabo Verde tem vindo de forma progressiva a reduzir a sua dependência relativamente aos produtos vindos do exterior e, simultaneamente, tem aumentado o peso das suas exportações. Em resultado, apesar de a Balança Comercial continuar deficitária em todo o período analisado, a dimensão do défice tem-se vindo a reduzir. Esta situação está reportada no gráfico seguinte, onde se verifica que o défice nos anos mais recentes atingiu 17% do PIB, o que, sendo um valor elevado, mostra uma melhoria, já que nos anos 90 aquele valor chegou a representar cerca de 50%.

**Gráfico nº 11:** O comportamento e a evolução da balança comercial % do PIB

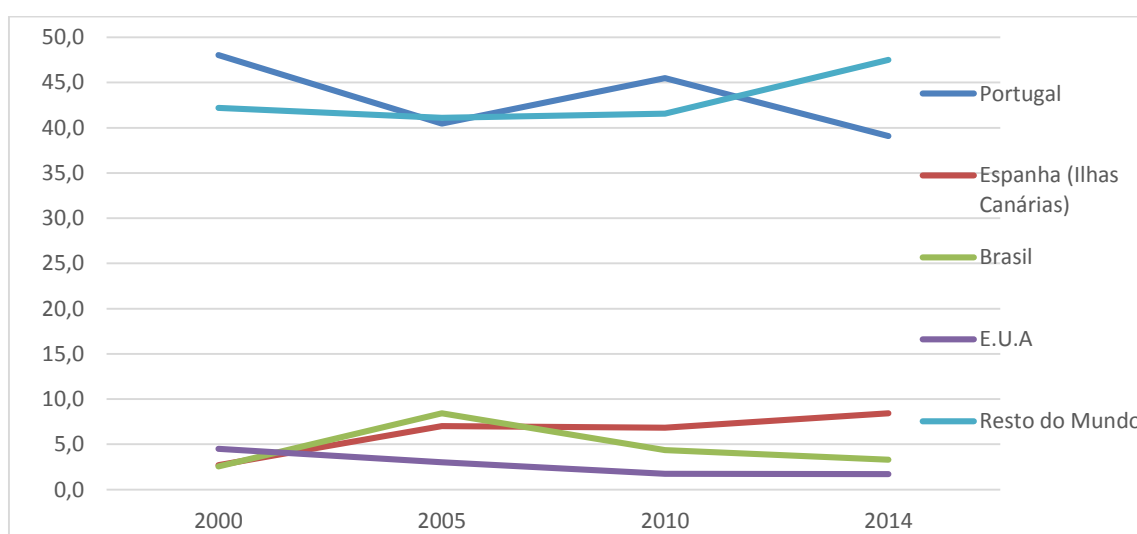


**Fonte:** elaboração própria com base nos dados Banco Mundial

O déficit da balança do país deve-se ao fraco desempenho do setor da produção e da reduzida competitividade externa da economia nacional (Livramento, 2013). Contudo, conforme podemos verificar no gráfico anterior, a redução do déficit tem tido uma dinâmica positiva, registrando valores significativos de entre 1990 e 2005. A partir de 2010, após um ligeiro agravamento, retomou-se a dinâmica registrando uma redução na ordem dos 12% em 2012, situação que segundo dados do Banco de Cabo Verde (2014), essa tendência deve-se a forte dinâmica das exportações.

O comércio externo cabo-verdiano em termos da distribuição geográfica mostra de forma clara que a Europa é a principal proveniência das importações de Cabo Verde, mantendo ao longo do período uma quota de cerca de 80% neste mercado. Não obstante algumas oscilações ao longo dos tempos, verifica-se que esta situação tem natureza estrutural e reflete a forte dependência do país face aos mercados europeus, em especial o mercado português, conforme atesta o gráfico que se segue.

**Gráfico nº 12:** Principais países de importação em % (milhares de escudos)



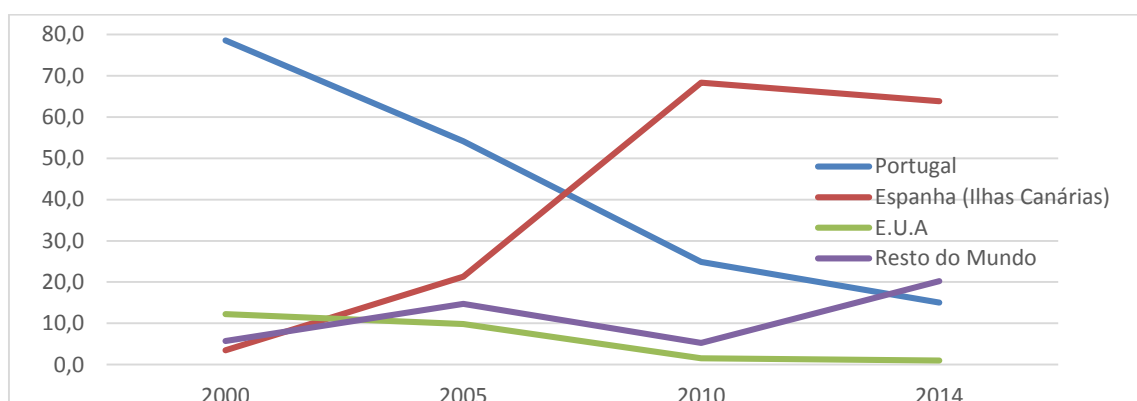
**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística

OBS: Dados provisórios

Da observação do gráfico podemos confirmar que Portugal é a principal origem das importações de Cabo Verde com mais de 40% da quota de mercado, não obstante ter vindo a perder peso depois de 2010. Ainda na Europa, uma referência para a Espanha (devido ao comércio com as Canárias) que em 2014 se assumiu como 2º maior fornecedor de Cabo Verde. Fora do continente europeu, o Brasil e a China atingem valores na ordem dos 4%, embora uma evolução negativa em relação a 2010, estão bastante acima dos parceiros africanos que têm uma expressão insignificante no mercado cabo-verdiano.

No que respeita às exportações, a situação não é muito diferente daquela que identificámos nas importações, já que a Europa é também o mercado de destino de aproximadamente 80% das exportações de Cabo Verde, embora se tenha registado uma desaceleração no mercado das exportações nos últimos tempos. O gráfico a seguir deixa-nos o panorama das exportações por principais países de destino.

**Gráfico nº 13:** Principais países de exportação em % (milhares de escudos)



**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística

**OBS:** Dados provisórios

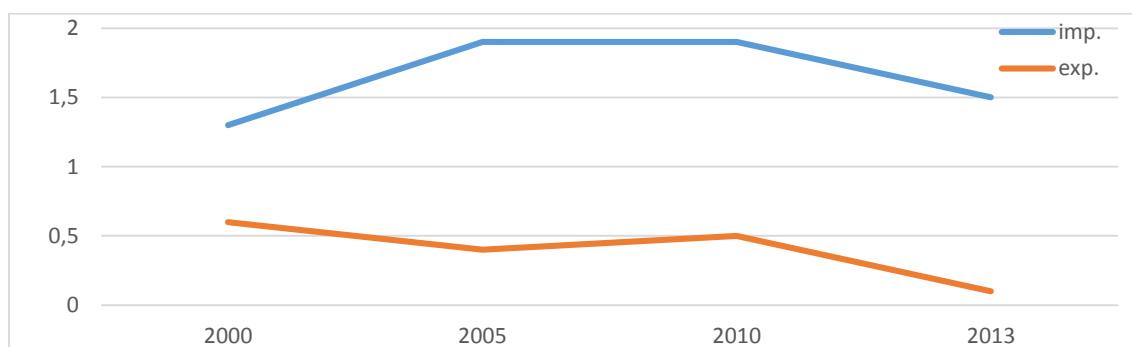
No que respeita aos principais destinos das exportações de Cabo Verde após breve análise do gráfico, verificam-se alterações bastante significativas ao longo do tempo, já que as ilhas Canárias tornaram-se o principal cliente de Cabo Verde com mais de 60% do valor global exportado, tendo substituído Portugal que em 2014 não absorveu mais de 15% do total (em 2000 este valor tinha sido da ordem dos 78%). Refira-se que, com exceção de Marrocos que absorveu cerca de 5% das exportações de Cabo Verde, os países africanos não tiveram relevo como parceiros comerciais.

Deste modo, podemos concluir que a estrutura geográfica do comércio exterior do país é pouco diversificada e denota a elevada dependência dos mercados europeus, sendo de referir ainda que os países asiáticos têm uma expressão bastante reduzida enquanto parceiros comerciais. Uma última nota para mencionar que o comércio com os países do continente africano, apesar de ainda pouco significativo, tem vindo a adquirir alguma expressão no contexto geral.

O gráfico que de seguida apresentamos confirma a pouca relevância dos fluxos comerciais com a CEDEAO, principalmente enquanto destino das exportações de Cabo

Verde que não chegam a ultrapassar 0,6% do total e inclusivamente têm-se reduzido nos últimos anos. A situação ao nível das importações é um pouco diferente, embora a contribuição dos parceiros africanos não tenham alcançado 2% das importações cabo-verdianas, para além da tendência de desaceleração nos últimos anos. De acordo com os dados do Banco de Cabo Verde, apenas se têm registados alguns fluxos comerciais com Senegal, Costa do Marfim, Guiné-Bissau e Gana.

**Gráfico nº 14:** A CEDEAO no Comércio de mercadorias de Cabo Verde (% do total)

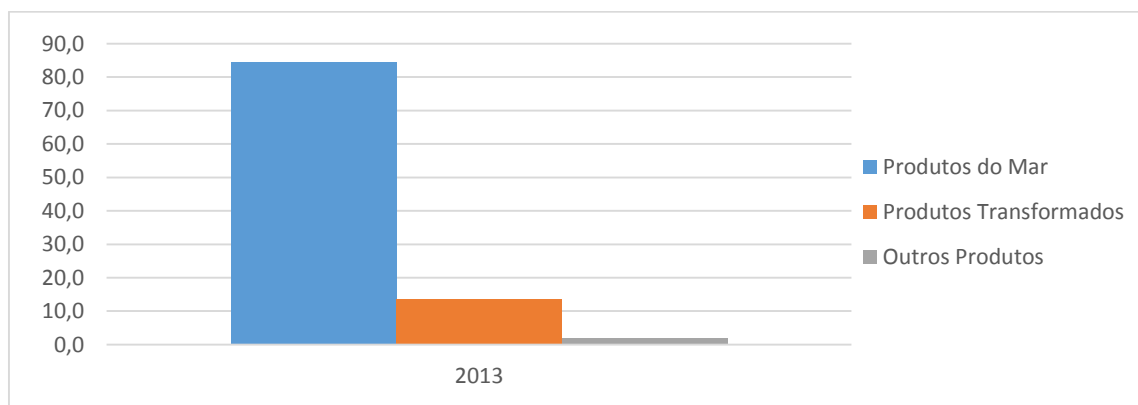


**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do Banco de Cabo Verde

Creemos assim que os aspetos mais relevantes têm a ver com o facto de a economia cabo-verdiana manifestar uma gradual expansão do comércio com as ilhas da macaronésia, enquanto as suas relações com os países parceiros do bloco regional CEDEAO continuarem a ser pouco relevantes, evidenciando claramente que o potencial desta parceria continua por explorar e que no futuro este aspeto pode ser reponderado.

De um modo geral, a reduzida capacidade de produção e diversificação de produtos atrás referidas, dificultam o comércio externo de Cabo Verde. O fluxo das exportações do país incide sobretudo nos produtos do mar que albergaram mais de 80% das exportações, seguido dos produtos transformados cujos valores rondaram aproximadamente 14% em 2013. Da análise do gráfico que se segue, podemos atestar a tendência das exportações de Cabo Verde.

**Gráfico nº 15:** Estrutura setorial das exportações de Cabo Verde em % (milhões de escudos)

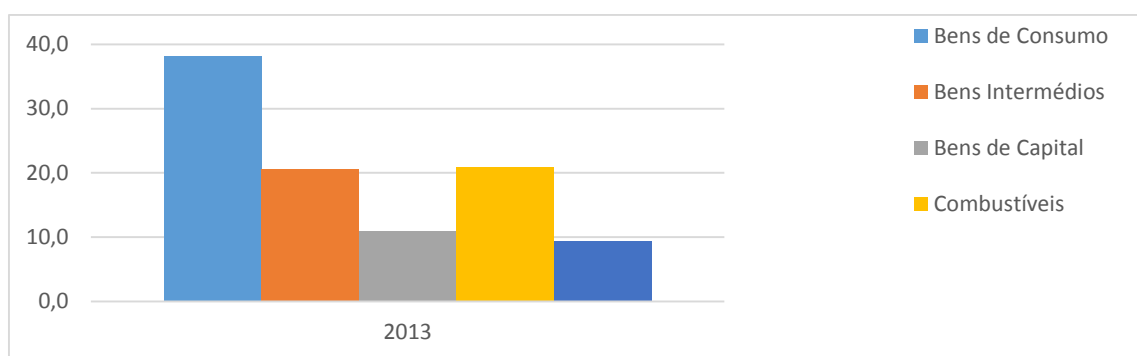


**Fonte:** elaboração própria com base nos dados Banco de Cabo Verde

Constata-se deste modo a predominância da exportação dos produtos da pesca. É de salientar que a incidência das exportações desses produtos recai sobre os congelados que cobriram mais de 50% das exportações, seguido dos enlatados cujos valores rondaram 46%. No que diz respeito aos produtos transformados, o valor da exportação de calçados esteve á volta dos 54%, seguido de vestuários em 46%.

No que respeita às importações, a situação difere em muito em relação a que identificámos nas exportações, uma vez que é ampla a necessidade do país nesse domínio. De acordo com os dados disponíveis pelo Banco de Cabo Verde, a maioria das importações do país em 2013 recai sobre bens de consumo, seguidos de combustíveis e de bens intermédios. As importações em menores proporções incidiram sobre os bens de capital e artigos não especificados, conforme se expressa na gráfico a seguir.

**Gráfico nº 16:** Estrutura setorial das importações de Cabo Verde em % (milhões de escudos).

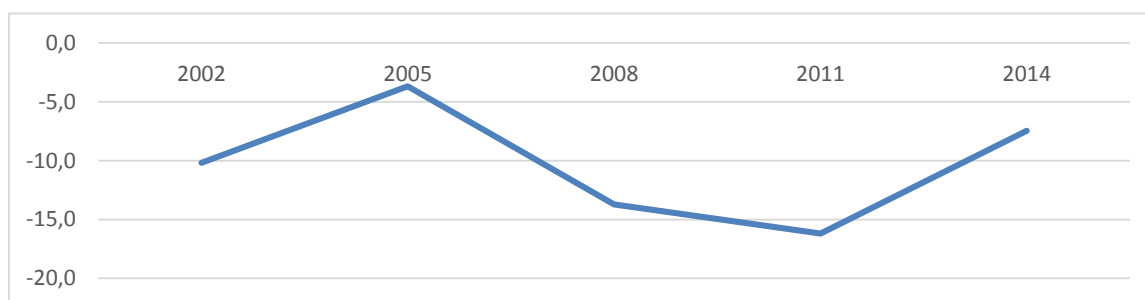


**Fonte:** elaboração própria com base nos dados Banco de Cabo Verde

Com este panorama, entende-se a disparidade da estrutura das importações e exportações de Cabo Verde.

Em termos gerais, o desequilíbrio das relações comerciais tem tido como consequência um défice permanente da balança das transações correntes, conforme sugere o gráfico seguinte.

**Gráfico nº 17:** Balança corrente em % do PIB

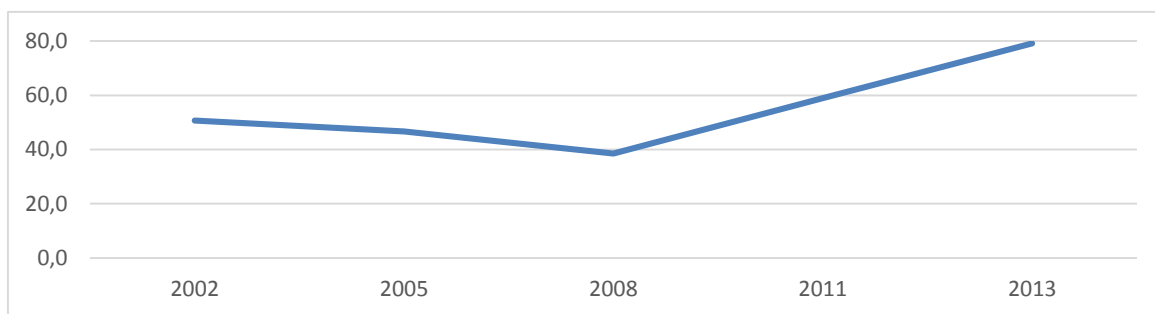


**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do Banco de Cabo Verde

Podemos verificar que após uma recuperação na ordem dos 7% entre 2002 e 2005, a balança corrente registou um agravamento contínuo, pese embora com oscilações, apresentando em 2014 um registo positivo a volta dos 9% após uma queda acentuada em 2011.

Deste modo, tal situação tem contribuído para um gradual aumento da dívida externa de Cabo Verde, a qual tem mesmo aumentado de forma sustentada ao longo dos tempos, conforme se expressa no gráfico que de seguida apresentamos.

**Gráfico nº 18:** Peso da dívida externa em % do PIB

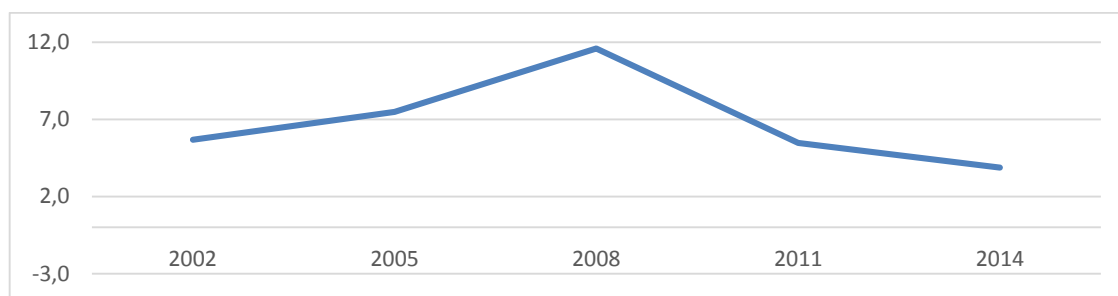


**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do Banco de Cabo verde

Atestamos que após uma diminuição contínua na ordem dos 22% entre 2002 e 2008, o peso da dívida externa tem aumentado em ritmo acelerado, registando um agravamento em 40% em 201, com o valor a rondar 79%.

Outro domínio que confirma a dependência externa da economia de Cabo Verde são os fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Na realidade, o gráfico seguinte evidencia que a economia cabo-verdiana tem tido na captação de fluxos de IDE uma via de melhorar a carência de recursos domésticos e ao mesmo tempo de modernizar o tecido económico. Porém, esta tendência que progrediu favoravelmente até 2008 com valores em mais de 11%, passou a declinar o que parece indiciar que o país revela menos atratividade para as empresas estrangeiras, também elas mais condicionadas nas suas estratégias de investimento no seguimento da crise económica. Assim, em 2014 o peso dos fluxos de IDE no PIB não foi além de 3,9%, mostrando as já referidas dificuldades de atração de capitais externos.

**Gráfico nº 19:** IDE em % do PIB

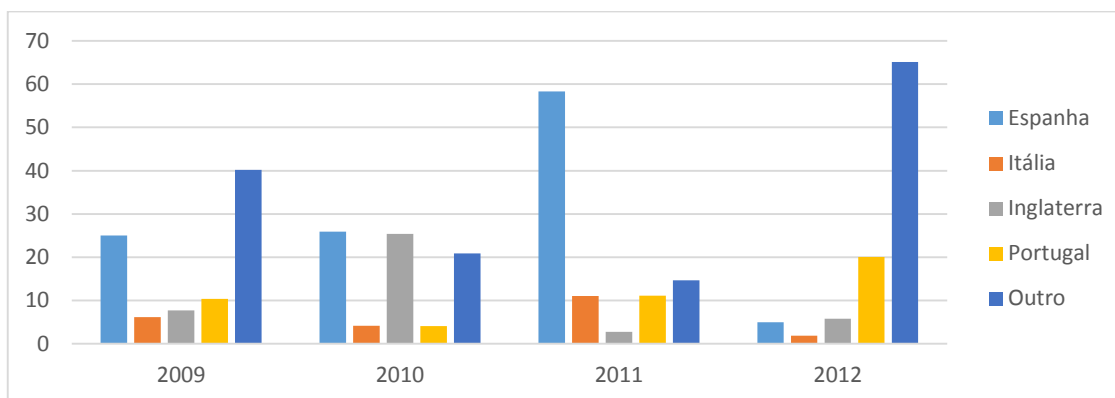


**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial



Creemos ser relevante verificar a repartição geográfica dos fluxos de IDE em Cabo Verde, pois esta decorre de um conjunto de fatores históricos, culturais e económicos que devemos ter em linha de conta. Assim, o gráfico que se segue mostra-nos a percentagem do comportamento do IDE por país de origem nos últimos anos.

**Gráfico nº 20:** Fluxos de IDE por país de origem (% do total)



**Fonte:** elaboração própria com base nas Estatísticas do BCV (2012), acesso através de Rocha (2013).

De um modo geral, conforme sugere a análise do gráfico precedente, os maiores fluxos de investimento estrangeiro são provenientes de países europeus. Nos anos mais recentes a liderança dos investimentos tem sido protagonizada pela Espanha, embora em relação ao último ano em análise Portugal lidere a tendência. Denotamos também que a Inglaterra tem registado alguns valores, chegando a atingir os 25% em 2010. Os restantes investimentos são provenientes dos diversos parceiros, sendo de realçar que em 2012 este grupo remanescente justificou mais de 60% do IDE total em Cabo Verde, estando por detrás alguns países como Angola, Irlanda, Itália, Togo, entre outros (Espírito Santos Research, 2014).

Face ao reduzido fluxo do comércio externo, o crescimento e desenvolvimento do país estão na base da indústria do turismo, da taxa de investimento, das remessas dos emigrantes e da APD. Isto faz com que os progressos registados em Cabo Verde têm sido em função da constelação internacional, isto é, dependendo dos fatores dali provenientes e de acordo com as flutuações registadas.

No cômputo geral, o processo de desenvolvimento do país tem acompanhado essas flutuações e identifica-se com 3 períodos distintos, conforme defende Estevão (2015). Assim, de acordo com o autor, o desenvolvimento económico cabo-verdiano fica marcado numa primeira fase, onde o Estado privilegiou o mercado interno e assumiu o monopólio do comércio. Salienta-se que nessa fase o regime adotado internamente não favorecia condições para as relações económicas externas.

O segundo período de desenvolvimento associa-se à abertura do mercado em 1991, com vista a inserção na economia mundial, onde privilegiou-se a captação de investimentos externos. Nesse período, as relações externas entre os parceiros ganharam mais força no âmbito comercial e o país sentiu a necessidade de adotar

critérios internacionais para se lançar no mercado. A partir de 2000, o setor dos serviços ganhou destaque na estruturação da economia, tendo registado uma dinâmica fluente do turismo que assume ser o principal motor de crescimento.

O terceiro e último período caracteriza-se com o momento em que começou-se a fazer sentir os reflexos da crise económica, a partir da primeira metade da década de 2000. Os seus efeitos tiveram impactos negativos nos investimentos estrangeiros e no turismo e, condicionaram ainda mais o país em relação ao comércio externo. Ainda, esse fenómeno despertou para a necessidade de diversificação da produção, bem como a necessidade de novas orientações políticas para fazer face ao cenário e imprimir a dinâmica de crescimento.

De um modo geral, essa passagem mostra que o modelo de desenvolvimento de Cabo Verde, além de depender em grande parte do exterior, depende também da sua capacidade de diversificação e criação de condições atrativas aos parceiros externos. Contudo, o país ao longo dos tempos tem estabelecido laços de cooperação nos diversos domínios que revelaram ser importantes na solução dos problemas internos, cujo assunto trataremos na secção a seguir.

### **3.2. As Relações de Cooperação de Cabo Verde**

Perante as múltiplas vulnerabilidades que vem fazendo do país um dependente de fatores externos, das remessas dos emigrantes e, ajudas e formas diversas de investimentos estrangeiros, a abertura e o reforço das relações com os parceiros tornaram-se um imperativo da sua política externa. Assim, ao longo dos tempos enquanto país independente os objetivos tidos como prioritários da diplomacia cabo-verdiana, passam pelo estabelecimento de relações e parcerias com diversos países e organizações multilaterais e regionais, com vista a atração de ajudas. Essa vocação foi reforçada com a intenção de inserção do país na economia global após a abertura política na década de 1990, num mundo globalizado e interdependente e com renovados desafios.

Deste modo, ao longo desta secção vamos abordar as diferentes relações do país, isto é, as bilaterais, multilaterais e regionais. Deste ponto de vista, priorizamos as bilaterais com Portugal não só pelo facto de ser o maior doador de APD bilateral ao país e ser o mercado preferencial das importações mas também por envolverias em outros domínios que facilitam a materialização dos seus objetivos. Igualmente os EUA, embora não existissem bons laços comerciais entre ambos, estes tem contribuído ao longo dos tempos no processo de desenvolvimento do país. A UE, além de ser o maior doador multilateral, as relações com o país desde a independência manifestaram ser determinante para o seu processo de desenvolvimento. A OMC por sua vez, pelo facto de regular o comércio mundial, a adesão e estabelecimento de boas relações facilitam o país perante o objetivo de inserção na economia mundial. A nível da integração

regional, debruçaremos concretamente na CEDEAO, sub-região na qual o país está inserido.

### **3.2.1. Relações de Cabo Verde no plano bilateral**

As circunstâncias próprias do tempo fazem com que desde sempre o povo cabo-verdiano procurasse alternativas de sobrevivência e a sustentabilidade do desenvolvimento além-fronteiras. O contacto com diferentes povos e nações e o ânimo pela emigração ao longo da sua história fez com que o arquipélago criasse laços com outras nações, tornando num país da emigração e conseqüentemente, a diáspora tornou-se numa das importantes fontes de ajudas ao desenvolvimento através do envio de remessas. Doravante, enquanto país independente politicamente, os princípios basilares da sua política externa, em defesa dos interesses, apontam para o estabelecimento e manutenção de laços de cooperações bilaterais como forma de assegurar o bem-estar da comunidade emigrada e conseguir outras formas de ajudas importantes para o desenvolvimento do país.

A vocação para cooperações neste sentido, apontam para os quatro cantos do globo e, o reforço e o estabelecimento de novos laços são também objetivos da política externa. De todas as relações bilaterais do país e que revelaram muito importantes no processo de desenvolvimento, Portugal, marcado por laços históricos, culturais, linguísticos e políticos e, os EUA foco dos primeiros fluxos migratórios, são dois exemplos de cooperação distintos nos quais incidiremos nesta seção. Não apenas esses motivos justificam a nossa pesquisa nesta matéria mas também, os acontecimentos recentes que marcam positivamente o processo de desenvolvimento e inserção de Cabo Verde no cenário internacional.

#### **3.2.1.1. Relação com Portugal**

Nos primórdios da independência política, Cabo Verde traçou o plano de ampliar e diversificar o número de parceiros com vista a relativizar ou diminuir a sua extrema dependência externa. Portugal, por razões históricas não podia deixar de ser um dos importantes focos da diplomacia do país. Na realidade, a necessidade de reestruturação interna nas mais diversas áreas, fez com que cedo o país apostasse na cooperação portuguesa como uma das possibilidades de enfrentar os desafios. Isto torna de Portugal um parceiro tradicional de Cabo Verde e, pela sua sensibilização e envolvimento no processo de desenvolvimento do país, tornou como vimos, num dos maiores doadores bilaterais de Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Entretanto, os meandros para as relações entre os dois Estados ficaram traçados no Protocolo de independência assinado em Dezembro de 1974. O Acordo Geral de Cooperação e Amizade entre os dois países, deixou expresso no artigo 12º que Portugal

*“declara, solenemente, a sua intenção de, até à declaração da independência e depois dela, prestar ao Estado de Cabo Verde a assistência financeira, técnica e cultural ao seu alcance, em ordem a manter e estimular perfeitas relações de amizade e cooperação activa com o novo Estado, numa base de independência, respeito e compreensão mútuos e reciprocidade de interesses”*<sup>77</sup> (Decreto nº 78/76:1). No artigo 14º do mesmo Protocolo, Cabo Verde comprometeu-se em salvaguardar o povo português radicado no país, bem como seus interesses como forma preservar e reforçar laços de afinidade cultural e de amizade.

Aludindo ainda ao mesmo Protocolo, ficou também expresso o compromisso de celebrar com o Estado de Cabo Verde, acordos bilaterais de cooperação em todos os domínios. Constatase assim, que o enunciado atrás transcrito, e as duas últimas referências deixam claro a génese e o compromisso de relações entre os dois Estados. Essa declaração de compromisso ficou mais tarde reforçada no âmbito das relações com os PALOP, cujo país é membro, quando se afirmou que boas relações com essa Organização são uma prioridade para Portugal.

Como vimos anteriormente, Cabo Verde na altura da independência padecia de uma desestruturação em todos os setores e as preocupações quanto a viabilidade económica e institucional do país era grande. Neste domínio, as relações de cooperação com a ex-Metrópole foi sem dúvida uma mais-valia, ainda mais que esta mostrou-se disponível em apoiar a concentração de ajudas no apoio às ex-colónias. Entretanto, segundo Gonçalves, (2010), coincidente com a data da independência, assinou-se o primeiro acordo de cooperação entre os dois Estados, visando a Cooperação Científica e Técnica, dado a falta de pessoal qualificado para as funções administrativas no país.

Ao longo dos tempos o arquipélago orientou a sua política externa para a captação de Ajudas Pública ao Desenvolvimento (APD), por razões já apontadas. Portugal como vimos e era de esperar, afigura-se como um dos principais contribuintes dessa modalidade de promoção do desenvolvimento, que além da APD bilateral coopera com o país com base no Programa Indicativo de Cooperação (PIC). Esse documento surgiu na sequência de anteriores programas e teve em consideração as prioridades tanto de Portugal definidas no documento *“Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”*, assim como as de Cabo Verde estipuladas no Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza II (DECRP) (IPAD;MIREX:2012:16).

Segundo Martins (2009:71), o PIC trata-se de *“um documento de estratégia que define os principais eixos de intervenção, trienais, que são efetuados com base em Planos Anuais de Cooperação (PAC)”*. Assim, entende-se que o período de vigência de cada PIC é de 3 anos, excetuando no período 2008-2011, traçado para 4 anos, devido à necessidade ajustar o ciclo de programação do desenvolvimento dos dois lados (IPAD, 2011). Entretanto, nessa altura o país já se encontrava numa nova fase de desenvolvimento devido ao facto da graduação á categoria de PDM e de ter aprofundado as relações com a UE, daí a necessidade de reestruturar as modalidades

---

<sup>77</sup> Disposto no Decreto nº 78/76, de 27 de Janeiro de 1976.

de cooperação. Deste modo, incluiu-se instrumentos inovadores como foi o caso da Ajuda Orçamental e a abordagem bi-multi<sup>78</sup>.

Ao longo dos tempos, até ao PIC referente ao quadriénio em vigor, 2012-2015, os eixos de concentração desses programas de ajuda sujeitaram-se à cobertura de diversas áreas designadamente: valorização dos recursos humanos e culturais, promoção das condições sociais e de saúde, apoio ao desenvolvimento socioeconómico, boa governação, participação e democracia, desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza e, *cluster* da cooperação, entre outros, envolvendo boas quantias em dinheiro (IPAD, 2011; Instituto Camões). Destaca-se também as relações no campo da segurança marítima, no combate ao tráfico e outros ilícitos de modo a favorecer melhores condições para o desenvolvimento do comércio não só entre as duas partes mas também numa amplitude global.

Entretanto, das avaliações feitas ao PIC para o período 2008-2011, os resultados são considerados satisfatórios para todos os setores incluídos no Programa, uma vez que embora com algumas anomalias, como foi o caso de redução do orçamento devido a crise financeira, os resultados foram vivíveis e considerados úteis, na medida em que responderam as prioridades identificadas no DECRP. Este Programa foi ainda considerado satisfatório, uma vez que revelou melhorias em relação ao PIC anterior (IPAD;MIREX:2012).

No horizonte 1999 a 2010, a Ajuda portuguesa teve maior foco para infraestruturas e serviços sociais, consumindo 54% do total das ajudas, seguido de infraestruturas e serviços económicos, para as quais foram 32% do montante disponibilizado. O restante direcionou-se a outros setores e em menores proporções. Do total de Ajudas destinadas às infraestruturas e serviços sociais, a educação foi a grande beneficiada, consumido 73%. Confirmando a tese de maior doador a Cabo Verde, pese embora a crise económica que abalou a economia mundial, em 2010 Portugal teve uma participação de 42% do total das Ajudas recebidas em Cabo Verde (Cardoso, 2011).

De acordo com a publicação do Espírito Santo Research (2014), a APD bilateral Portugal – Cabo Verde no período entre 2010 e 2013 apresenta algumas variações em termos orçamentais, apresentando maior valor em 2013, isto é, 119,3 milhões de euros. Desde 2010, o arquipélago afigura como um dos principais beneficiários da APD proveniente de Portugal, num total de 85 milhões entre 2008 e 2012. Atualmente, a presença portuguesa no arquipélago incide particularmente no campo industrial, no setor bancário, na energia, no turismo e também na construção civil.

Constata-se porém por essas evidências, que as relações entre os dois Estados têm contribuído para o desenvolvimento do país, na medida em que a situação económica e social em termos de desenvolvimento apresenta hoje uma melhoria bastante significativa em comparação com a situação do país décadas atrás (IPAD, 2011). Essas

---

<sup>78</sup> Instrumento de harmonização e diálogo entre doadores de forma a assegurar complementaridade e sinergias que promovam a eficácia da ajuda e a alavancagem de financiamento nos países prioritários da cooperação portuguesa.

melhorias não se limitam exclusivamente aos apoios recebidos de Portugal mas, o certo é que esse parceiro tem demarcado um lugar distinto no desenvolvimento de Cabo Verde. As melhorias verificadas no país são frutos da adoção de medidas políticas apropriadas e da boa governação que permitiram que a Ajuda internacional em conjugação com o investimentos privados internos e externos fossem geridos de forma transparente e vocacionados para os alicerces do desenvolvimento.

Na expectativa de implementar políticas macroeconómicas sólidas e a criar um ambiente estável para o investimento e a expansão da atividade económica, Cabo Verde também tem contado com forte apoio da cooperação de Portugal. Assim, podemos constatar que a abertura do mercado no início da década de 1990 com a privatização das empresas estatais houve envolvimento sobretudo de empresas portuguesas, tendo Portugal assumido a quase exclusividade do Investimento Direto Estrangeiro no país em 1997 (Leite, 2004). Este processo foi determinante para o país, uma vez que serviu de um novo impulso no processo de desenvolvimento, permitindo modernizar e investir em alguns setores importantes. Contudo, atualmente conforme podemos ver, Portugal deixou de ter o domínio nessa matéria, mas continua a ser de forma inquestionável um importante parceiro de desenvolvimento.

Nesta linha, podemos afirmar que o ponto alto das relações Portugal e Cabo Verde deu-se com o Acordo de Cooperação Cambial (ACC)<sup>79</sup> que entrou em vigor em 1998. O ACC é composto por três elementos fundamentais, designadamente: fixação da moeda cabo-verdiana em relação à moeda portuguesa, facilidade de crédito para reforço de reservas cambiais ao país por parte de Portugal e, adoção por parte de Cabo Verde de critérios de referência adotados pelos Estados-membros da UE (Martins et al, 2008).

Na verdade, esse Acordo serviu de âncora para a estabilização cambial que aquando da política de abertura do mercado era dependente de ajuda externa e, sobretudo, das remessas dos emigrantes num total de cerca de 25% do PIB (IPAD, 2011). Por conseguinte, o ACC foi determinante perante as aspirações nacionais, na medida em que contribuiu para efetivação de duas opções centrais do país, tendo em conta o processo de crescimento e desenvolvimento económico. Isto é, permitiu uma ligação preferencial a Portugal, que por sua vez ligou o país à Europa, facilitando as relações comerciais e, permitiu um modelo económico estável, na medida em que diminui o risco cambial, dando mais garantias aos investidores. Ademais, o Acordo foi determinante tendo em conta o pressuposto de maior inserção na economia mundial.

Partindo desse pressuposto e, na linha de pensamento dos autores atrás referidos, constata-se que indubitavelmente as relações bilaterais com Portugal foram determinantes para as ambições do país. Na realidade, esse estreitar de laços através de cooperação económico-financeira, além de inspirar mais confiança dos investidores externos e estabilizar o país em termos da taxa de câmbio fixo, facilitou o país noutros patamares de negociação, ou seja, outros acordos a nível multilateral, com vista a

---

<sup>79</sup> Assinado em 25 de Julho de 1997, permitiu a adoção de uma taxa de câmbio fixa, com base num cabaz de divisas, primeiro em relação ao escudo português, em 1998, e depois em relação ao euro, a partir de Janeiro de 2000 (IPAD, 2011).

reduzir a pobreza e consequentemente, impulsionar o desenvolvimento. Referimos concretamente ao “*Acordo Stand-by (1998-2000), o Acordo Poverty Reduction and Growth Facility (2002-05) e Acordo Policy Support Instrument (2006-09) articulado com um Poverty Reduction Strategy Paper*” entre Cabo Verde e o Fundo Monetário Internacional (FMI), assim como previsto no protocolo da criação da facilidade de crédito.

Ainda no plano internacional no que respeita aos benefícios do ACC, segundo Carvalho (2013), as reformas de ajustamentos evidenciadas pelo país contribuíram para que este tenha representatividade nas instituições internacionais, mormente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), além de facilitação nas negociações para adesão à Organização Mundial do Comercio (OMC), que trataremos mais a frente.

Em suma, perante as evidências, constata-se que as relações bilaterais entre os dois países são positivas, ficando isto comprovado na terceira Cimeira Luso-Cabo-Verdiana realizada no final de 2014. O excelente nível de cooperação entre as duas partes no entender do Chefe do Governo cabo-verdiano<sup>80</sup> foi comprovado e reforçado com a assinatura de 11 instrumentos bilaterais no final da referida Cimeira. De entre esses instrumentos estão protocolos, memorandos de entendimento e um acordo, abrangendo vários domínios importantes para o desenvolvimento do país.

No cômputo geral, são evidentes aspetos positivos no âmbito das relações com Portugal que desde os primeiros momentos Portugal tem sido determinantes no desenvolvimento de Cabo Verde, sobretudo pelo facto de ser o país da Europa com o maior número emigrantes cabo-verdianos, que como vimos são determinantes no processo de desenvolvimento para Cabo Verde. Ainda, é de realçar o papel preponderante que teve no processo de inserção de Cabo Verde no cenário internacional não só nos procedimentos acima expostos mas também, no envolvimento ativo no processo de transição do país para a categoria de PDM e no empenhamento na aproximação do país para o estreitar de relações com a UE. Neste último aspeto, é de referir o caso concreto do apoio de Portugal à área das migrações como complemento do apoio à operacionalização dessa Parceria Especial (IPAD;MIREX: 2012). Ainda, a integração de Portugal em 2008 no grupo de Apoio Direto ao Orçamento do país tem esse propósito, uma vez que a ajuda ao orçamento tem como destino os setores relacionados ao Plano de Ação da Parceria Especial. Nestas circunstâncias, o reforço das relações traduzem em novas âncoras de sustentabilidade, de mobilidade social e de melhoria da performance de Cabo Verde no que diz respeito aos objetivos de inserção dinâmica na economia mundial.

---

<sup>80</sup> Notícia de 18 de Dezembro de 2014 no diário *on line* “*asemanaonline*”.

### 3.2.1.2. Relação com Estados Unidos da América

As ambições de Cabo Verde no que diz respeito ao desenvolvimento e inserção internacional fazem com que o sucesso democrático e a transparência na governação sejam fios de ligação com países que garantem condições para tal. De entre estes, no âmbito das relações bilaterais que são determinantes para tais ambições, os EUA têm sido uma das grandes alavancas do país desde os primórdios da independência. Comparticipam com ajudas de vária ordem, como no acolhimento de boa parte da diáspora cabo-verdiana.

As relações entre as duas partes vêm de longa data, designadamente na altura em que ainda o arquipélago não figurava na lista de países independentes. De acordo com Amado (2014), por um lado, pode-se considerar que os primeiros passos nessa direção aconteceram nos primeiros anos do século XIX. Isso deve-se ao facto de em 1818 abrir uma representação consular no arquipélago de forma a facilitar o abastecimento de alguns produtos oriundos das ilhas, nomeadamente peles de cabra, situação que permitiu reforçar o comércio e diplomacia representativa entre ambos.

Cardoso (2014), por outro lado, considera que o início das relações entre os dois povos datam do século XVIII, aquando da pesca da baleia. Contudo, o aprofundamento das relações nessa altura foi importante para o país na medida em que, para além do recrutamento de trabalhadores para a atividade piscatória, o país beneficiou de ajudas humanitárias privadas em situações de fome que se faziam sentir nesse período. Ademais num período mais recente, os esforços feitos pelo PAIGC na procura de apoio junto de Associações e entidades aquando da luta de libertação referidos anteriormente, comprovam as relações das ilhas para com aqueles territórios. Denota-se no entanto que o arquipélago desde cedo começou a cimentar as bases para um bom relacionamento com aquele país independentemente do seu reconhecimento como Estado soberano.

Porém, falar de relações oficiais entre Estados, de acordo com a perspetiva realista, pressupõe o estatuto e reconhecimento de independência de um dado território. Assim, enquanto país independente, no ato de reconhecimento da independência nacional, os EUA comprometeram-se em estender a ajuda humanitária e a assistência técnica, além de deixarem claros a possibilidade e oportunidade das duas nações trabalharem em conjunto em prol da paz, da liberdade e do bem-estar da humanidade (Cardoso, 2014). Deste modo nos primeiros anos, ou seja, da independência até a abertura ao pluripartidarismo, as ajudas concedidas ao país passaram exclusivamente pela ajuda alimentar e a gestão de projetos, sendo este ao encargo da USAID<sup>81</sup>, agência que coordena e executa a ajuda externa dos EUA. Destaca-se também o papel determinante dos EUA em aproximar o arquipélago a outras paragens, como é o caso do Japão e a Coréia do Sul.

---

<sup>81</sup> Acrónimo de: United States Agency for International Development.



O posicionamento externo do país perante a bipolaridade que prevalecia na altura da independência foi determinante. Cabo Verde teve que travar uma ação diplomática forte a fim de poder convencer os EUA do seu posicionamento perante situações beligerantes e conseguir cativar ações de solidariedade de lá provenientes. Argumenta-se que os EUA, ciente do valor estratégico do arquipélago, disponibilizaram ajudas como forma de impedi-lo de um possível alinhamento com a URSS, a qual o país manifestava certa simpatia. Justifica-se essa tese pelo facto de seus programas de ajudas deixarem de vigorar logo após o fim da disputa bipolar. Ao mesmo tempo, entende-se essa posição na medida em que as modalidades de cooperação tiveram de ser adaptadas à nova realidade no contexto das relações internacionais.

Com a transição democrática no país, houve uma reativação dos programas do Corpo da Paz<sup>82</sup>, estabelecendo uma nova abordagem nas relações entre as duas partes. No entanto, com a intensificação das medidas de segurança após os atentados de 11 de Setembro de 2001<sup>83</sup>, a conceção de ajudas mudou de configuração. Com o reacender da importância da África, desta feita por razões de segurança face à luta contra o terrorismo organizado, surgiram vários programas de assistência, entre os quais ao Millennium Challenge Account (MCA), que exige dos países um conjunto de requisitos para poderem ser beneficiários.

Doravante, ficou então delineado um novo modelo de cooperação e assistência aos países em desenvolvimento por parte dos EUA, defendendo que a forma de combater o terrorismo passava pelo apoio ao desenvolvimento. Deste ponto de vista ficam explícitas duas prioridades fundamentais da política norte-americana, designadamente: o incentivo aos países em desenvolvimento em envolver em questões como a segurança coletiva e o compromisso assumido em apoiar o desenvolvimento (Costa, 2011). Cabo Verde em particular, as suas limitações e dependência despertam-lhe a consciência de que sobreviver no mundo globalizado e interdependente cujas mutações são constantes, é fundamental uma diplomacia hábil e ciente da partilha de princípios globalmente defendidos. Torna-se então crucial aprofundar a defesa de princípios que lhe permitem aproveitar das janelas de oportunidades que surgem no plano internacional e prosseguir o processo de desenvolvimento.

Salienta-se que Cabo Verde pelo facto de cumprir com os requisitos exigidos foi um dos oito países Africanos que beneficiaram pela primeira vez em 2005, e novamente contemplado pela segunda vez com os fundos desse Programa em Novembro de 2012, tendo conseguido um valor aproximado de 170 milhões de dólares nos dois programas. O país tem sabido gerir bem os fundos disponibilizados, de modo que é avaliado positivamente pelo Millennium Challenge Corporation (MCC), instituição norte-americana que gere os fundos do MCA.

---

<sup>82</sup> Programa dos EUA, criado pelo Presidente Kennedy em 1961, em que cidadãos em regime de voluntariado destinam-se ao serviço de comunidades nos países recetores. Este Programa terminou no país em 2012 (Amado, 2014).

<sup>83</sup> Esse fenómeno despertou uma maior interação dos países ricos na luta contra a pobreza no mundo (Afonso e Fernandes, 2005)

As trocas comerciais entre ambos, conforme podemos ver, têm pouca intensidade em relação a outros parceiros. Da reduzida capacidade de exportação do país, a African Growth and Opportunities Act (AGOA<sup>84</sup>) permite-lhe a isenção de taxas e quotas alfandegárias nas exportações para aqueles territórios. Esse programa, para além de outros Acordos, constituem estímulos ao aumento da capacidade produtiva e consequentemente da exportação (AIP, 2014).

Outro ângulo de cooperação entre os EUA e Cabo Verde tem sido a assistência militar. Iniciada em 1984, o país vem contando com a parceria dos EUA, através do acesso aos seus programas de treinamento e acesso às escolas militares. Para além disso, houve apoio em outros programas como o Financiamento Militar Estrangeiro em que o país teve acesso aos equipamentos daquela potência. Com o reacender da importância geoestratégica do país, a envolvimento em assuntos militares ganhou mais ênfase. O arquipélago passou a envolver mais nas questões de segurança internacional, sobretudo no controlo de fronteiras e combate à criminalidade organizada. Houve contrapartidas em outros programas no âmbito da segurança, nomeadamente combate ao narcotráfico e controlo das águas territoriais, disponibilizadas pelos EUA (Amado, 2014). Destacam-se operações de patrulhamento marítimo em conjunto no âmbito da AFRICOM, o Comando dos EUA para África, assim como investimentos no âmbito de aeroportos.

Em suma, as relações bilaterais Cabo Verde – Estados Unidos, trouxeram vantagens ao arquipélago, tendo em conta os objetivos de ancoragem em relações estáveis que favorecem a prossecução do desenvolvimento. As sucessivas avaliações positivas ao país quanto à sua envolvimento em assuntos ligados à segurança e defesa internacionais, à democracia e boa gestão, entre outros, têm contribuído para aumentar o prestígio e o seu bom nome, para além de ser os critérios para beneficiar dos fundos do MCA. O acesso a esses fundos, segundo Câmara de Comércio Indústria e Turismo (PT/CV) traduzem em resultados visíveis que contribuem para o desenvolvimento do país, uma vez que são aplicados em setores-chave como remodelação de portos, agricultura, mobilização de água, entre outros.

No cômputo geral, os EUA desde os primeiros momentos têm sido um parceiro inquestionável de Cabo Verde, que no âmbito das relações têm trazido algumas contrapartidas que imputam novas responsabilidades e desafios ao país e, consequentemente requerem cada vez mais um exercício de diplomacia eficaz. A esse respeito, queremos realçar a intenção de inserção da economia do país no mercado internacional como estratégia de desenvolvimento e a envolvimento em questões de interesse global, como é o caso da segurança.

Deste modo, os Acordos de cooperação comercial no âmbito da AGOA atrás referido e Acordos no âmbito da segurança, nomeadamente, no âmbito do programa *Safe Skies*, conferem ao país possibilidades que condizem com os seus objetivos. O melhoramento das condições de segurança e do turismo, o lucro direto na economia que o país teve na

---

<sup>84</sup> Programa assinado em 2000 no quadro do Programa Trade and Development Act of 2000 em que permite facilidades de mercado ao país através do Sistema Generalizado de Preferências.

sequência do programa atrás mencionado e a envolvimento dos EUA no processo de adesão do país à OMC através de assistência técnica (Embaixada dos EUA/CV), faz-nos acreditar que as relações entre ambos revelam ser benéficas para Cabo Verde.

### **3.2.1.3. As relações com a União Europeia**

A procura de soluções institucionais capazes de assegurar a viabilidade do Estado e garantir o desenvolvimento, foram desde sempre eixos orientadores da política externa cabo-verdiana, daí a motivação de priorizar plataformas continentais estáveis em termos económicos e de segurança.

Nesta perspetiva, além de outras parcerias importantes como as já mencionadas, a União Europeia (UE) pelas suas características favoráveis e, não podia deixar de ser ponto de atração diplomática, uma vez que como vimos, ali se concentram os maiores parceiros de desenvolvimento do país em termos do comércio, investimentos, APD e ainda alberga grande parte da diáspora cabo-verdiana. Tudo isso faz dela um importante parceiro do desenvolvimento e um dos principais focos da política externa e da ação diplomática do país. Ainda, analisando os traços históricos, políticos, culturais, religiosos, humanos e linguísticos, entende-se a razão pelo qual o arquipélago se interessa em estreitar essas relações. Isto é, compreende-se o porquê que *“o espaço comunitário europeu sempre constituiu um centro político e cultural de referência para a formação da cultura política cabo-verdiana”* (Costa 2011:129).

A desvinculação do país em relação a Portugal e conseqüentemente da Europa com a independência não constituiu grandes barreiras para as relações entre ambos, devido a uma política externa virada para o plano externo em busca de soluções de desenvolvimento. Entretanto, a ligação, proximidade e intensificação das relações de Cabo Verde com a Europa vem nos últimos tempos ganhando certa ênfase dado aos movimentos a favor de maior proximidade das duas partes. Além, dos esforços diplomáticos do país nesse sentido, personalidades como Mário Soares (Silva, 2008), Adriano Moreira<sup>85</sup> (2014) e outras figuras portuguesas<sup>86</sup> defendem mais ligação entre os dois lados de forma que o país venha tirar mais proveito a favor do seu desenvolvimento.

Contudo, os primeiros passos das relações bilaterais, desde que Cabo Verde se tornou independente, remontam aos primórdios da independência, através do acesso aos fundos disponibilizados no âmbito da Cooperação com os países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP)<sup>87</sup>. Na verdade, a adesão do país em 1977 à Convenção de Lomé I, marca

---

<sup>85</sup> Ali o autor alega ser um dos assinantes em 2005 de uma petição favorável ao estreitamento das relações de Cabo Verde com a Europa.

<sup>86</sup> Podemos referir em concreto ao Eurodeputado Ribeiro e Castro, com base numa entrevista concedida ao diário *asemanaonline* aquando da comemoração do 8º aniversário da Parceria Especial.

<sup>87</sup> Segundo Vieira (2012), essa cooperação constitui um dos acordos coletivos mais amplos da UE com os países do Sul.

o início das relações entre ambos e manifestou ser importante, na medida em que o acesso às verbas do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)<sup>88</sup> foi essencial para o processo de desenvolvimento.

Os recursos dos sucessivos Fundos, a partir de 1985, conseqüentemente o Lomé III e o 6º FED, passaram a ser distribuídos em Programas Indicativos Regionais (PIR) e Programas Indicativos Nacionais (PIN), como forma de melhor identificar as prioridades de financiamento. Na sequência desses Programas, Cabo Verde particularmente foi beneficiário de um leque de projetos setoriais entre os quais Programa Regional Solar I, Programa Regional Gás, Projeto de Informação-Formação para o Ambiente (PFIE), entre outros que revelaram ser importantes pelo impacto positivo que tiveram em prol do desenvolvimento sustentado (Silva, 2008).

Os benefícios do FED são abrangentes, na medida em que abarca vários setores de desenvolvimento, afetando direta ou indiretamente a vida das populações. Contabilizando em montante financeiro, desde o 4º FED, altura em que país teve acesso pela primeira vez a esses Fundos, as ajudas da UE ultrapassam os 300 milhões de euros. Destacam-se entre os principais setores beneficiados, os transportes aéreos, água e saneamento, energia, educação, ajuda orçamental, entre outros (Pinto, 2012).

A relação UE-ACP deixa entender as preocupações com o desenvolvimento, assim como interesses de estabelecer laços de cooperação por parte da UE para com países em desenvolvimento e, particularmente Cabo Verde. Justifica-se essa passagem pela forma como as relações entre as duas partes se desenrolam ao longo dos tempos, isto é, passando por várias convenções com o intuito de adapta-las á novas realidades. É assim que em resposta a novas exigências, essas relações evoluíram até ao Acordo de Cotonou<sup>89</sup>, assinado em 2000. Esse Acordo introduziu o Acordo de Parceria Económica (APE) e juntos, vieram reforçar as relações, estando em vigor até 2020. Cabo Verde em particular assinou alguns Documentos Estratégicos de Cooperação, tanto no decurso do decurso do 9º FED, para o período entre 2002-2007 (Silva, 2008) como também durante o 10º FED<sup>90</sup> estipulado para o período 2008-2013 (Vieira, 2012), em que em ambos, os fundos disponibilizados foram priorizados para o combate á pobreza e o fomento ao crescimento sustentável. Atualmente está em vigor o 11º FED, para o período 2014-2020, cujo país foi contemplado com um montante de 55 milhões de euros, valor muito superior em relação a certos países do grupo ACP, movido pelo facto de Cabo Verde e a UE estreitarem os laços de cooperação.

Entretanto conforme podemos ver, Cabo Verde conta com mais da metade da Ajuda Pública proveniente da União Europeia, fazendo dela um parceiro inquestionável do

---

<sup>88</sup> O FED é constituído pelo conjunto de contribuições dos Estados-membros da União Europeia destinadas ao financiamento de atividades e projetos de desenvolvimento dos países ACP.

<sup>89</sup> O acordo de Cotonou constitui o instrumento primordial de ajuda da UE para Estados da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e permite a cooperação para o desenvolvimento, privilegiando a redução da pobreza, financiada essencialmente pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

<sup>90</sup> Estima-se que o valor de 51 M€ comprometidos pela UE, aproximadamente 86 % foram canalizados através do apoio ao orçamento geral de Cabo Verde com vista a promover a redução da pobreza e o crescimento económico de maneira sustentável assim como para a promoção da Parceria Especial UE/CV.

desenvolvimento. O triângulo das vulnerabilidades básicas do país, isto é, vulnerabilidade económica, vulnerabilidade demográfica e a vulnerabilidade ecológica e geográfica que fazem com que o arquipélago enfrente situações de dependência, fundamentam a procura do estreitar de laços de forma a materializar mais ajudas para o desenvolvimento. Estas, além das razões históricas e outras inicialmente referidas, afiguram como outros motivos do ancoramento do arquipélago à UE e, é neste contexto que se afirma que *“Cabo Verde sempre colocou a relação com a Europa num patamar cimeiro da sua ação diplomática”* (Vieira, 2012:69).

Com o reacender da importância geográfica de Cabo Verde no contexto da globalização e a própria motivação do país em envolver em assuntos de carácter global, as relações com a UE deixaram de ser meramente nas condições doador-beneficiário. Isto é, além do Acordo de Cotonou e recursos do FED, as relações foram pensadas de forma a abrangerem outros domínios como a governação, a segurança, a sociedade civil, entre outros. Assim, atento ao cenário internacional e no importante papel que poderá desempenhar no âmbito dessas relações, Cabo Verde manifestou interesses em expandir as relações além do quadro existente, colocando-as num novo patamar e procura atingir um nível de cooperação maior e mais significativo (Parceria Especial CV-UE, 2008).

Neste particular, vamos-nos debruçar sobre aquilo que é considerado o ponto alto da diplomacia cabo-verdiana no que diz respeito às relações com a UE, designadamente o Acordo da Parceria Especial. Apesar disso, esta é considerada uma das singularidades que une as duas partes, fruto do relacionamento saudável e de vantagens mútuas, se levarmos em consideração os imperativos do mundo globalizado. Na realidade, se é sabido que a nível mundial a União tem um número limitado de Parcerias deste tipo e, neste âmbito, *“estender uma Parceria a Cabo Verde é o resultado do reconhecimento da importância que este país tem para a UE...”* (Teixeira, 2012:1).

Em termos conceituais essa Parceria *“representa uma abordagem política que ultrapassa a mera relação de dador-beneficiário e responde assim a outros interesses comuns em matéria de segurança e desenvolvimento”*<sup>91</sup>. Estriba-se no Acordo de Cotonou e visa estreitar e alargar a cooperação existente, à medida que abre possibilidades de explorar novas pistas de relacionamento.

A Parceria Especial debruça-se sobre 6 pilares tidos como áreas de ação prioritárias, designadamente: a boa governação, a segurança/estabilidade, a integração regional, sendo esta a dois níveis distintas, isto é, ao nível das Regiões Ultra Periféricas (RUP), integrando ao espaço da Macaronésia, assim como a nível da CEDEAO, a convergência técnica e normativa, a sociedade do conhecimento e, a luta contra a pobreza e desenvolvimento. Cabo Verde perante as suas vulnerabilidades estreitar relações em molde de Parceria Especial, faz toda diferença e constitui forma de criar condições viáveis à prossecução dos objetivos de desenvolvimento.

---

<sup>91</sup> Conforme disponível no *site* da Delegação da UE em Cabo Verde, consultado em 16 de Maio de 2015.

Estabelecer uma Parceria Especial, requer alguns requisitos tidos como fundamentais no contexto das relações internacionais e na prossecução de um desenvolvimento sustentável. Tais requisitos passam por bons indicadores sociais, económicos, políticos e culturais e, isso estimula os países a cultivá-los. Cabo Verde além das insuficiências que o caracteriza conseguiu estar em condições de cumprir com esses preceitos graças ao seu pragmatismo e o realismo da política externa na procura de soluções sociopolíticas e institucionais que são os determinantes da sua estruturação, consolidação e afirmação (Costa, 2011). Desse ponto de vista, a viragem política internamente, privilegiando a democracia, a defesa dos direitos humanos, a transparência e a boa governação, foram determinantes nessa questão.

A Parceria Especial além de afirmar-se como o novo instrumento de cooperação e de natureza dinâmica estando em vigor desde Novembro de 2007, também veio demonstrar que as relações entre ambos atingiram um novo patamar. Passou a estar mais presente o diálogo político entre as partes e isso é tido como instrumento de conhecimento, concertação e aproximação das partes e, revela ser uma característica inovadora nessas relações. Os objetivos desse instrumento são a identificação, a promoção e defesa de interesses comuns, como a segurança e desenvolvimento sustentável, incluindo a convergência técnica e normativa em sectores importantes para Cabo Verde. *“Cabo Verde é um país vizinho da União Europeia daí a importância de unirmos esforços para a defesa de interesses comuns”* (Teixeira, 2012:1).

No âmbito da Parceria Especial, outras iniciativas importantes foram lançadas, como é o caso de uma nova Parceria para a Segurança e Estabilidade, a Parceria para a Mobilidade e iniciou-se a Convergência técnica e normativa<sup>92</sup>, cooperando nos sectores da segurança alimentar, qualidade, produtos farmacêuticos e educação superior<sup>93</sup>. Considera-se que a Parceria para Mobilidade é um dos instrumentos que, no âmbito da Parceria Especial UE-CV beneficia de forma positiva e com impactos diretos e imediatos, uma vez que está vocacionada para um conjunto de benefícios que afetam positivamente o país. Dos benefícios que se esperam e que possam contribuir para o desenvolvimento do país estão *“a facilitação da circulação dos seus nacionais para estadias de curta duração no território europeu; a disponibilização de mais e melhor informação de modo a facilitar o acesso às oportunidades de trabalho no espaço europeu; e a promoção de uma melhor integração dos emigrantes cabo-verdianos nas sociedades de acolhimento”* (IPAD, 2011:273).

A Parceria para a Mobilidade surgiu da necessidade de estabelecer um quadro político de diálogo e de cooperação reforçados no campo da migração, e está focalizado em iniciativas concretas das Partes. Atua nos domínios da luta contra a imigração ilegal e da readmissão. Nesta linha, o país assinou em 2012 o Acordo de Facilitação de Vistos<sup>94</sup> e

---

<sup>92</sup> Segundo ex- Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, citado por Gonçalves (2010), esta vai permitir a legislação do país estar em sintonia com a da Comunidade Europeia.

<sup>93</sup> Noticiado no diário *on line* expressodasilhas em 12 maio 2015.

<sup>94</sup> De acordo com a necessidade de se deslocar ao espaço de Schengen, com frequência e com rapidez nas suas decisões. Este Acordo não é para facilitar a emigração para a UE.

em 2014 o Acordo de Readmissão<sup>95</sup> com a União Europeia. Ainda no âmbito dessa Parceria, para além da negociação dos dois Acordos atrás descritos, há outras manifestações concretas como a abertura no país do Centro de Acolhimento ao Migrante no País de Origem (CAMPO), visando orientar os candidatos que pretendem migrar para UE; negociação, por vários Estados-Membros, de acordos sobre as migrações temporárias de trabalhadores; implementação de melhorias nos controlos fronteiriços aeroportuárias através de introdução de novas tecnologias; acordos de cooperação com a EUROPOL e FRONTEX, entre outras iniciativas importantes.

No cômputo geral, analisando as intervenções da UE em favor do desenvolvimento do país, principalmente pelos fundos do FED, podemos concluir que não obstante algumas contrapartidas, as relações têm sido positivas. Fruto das intervenções da UE, ao longo dos anos têm se registado melhorias sociais com intervenções nos mais diversos domínios do desenvolvimento sustentado do país, além de do papel fundamental que esta teve durante o processo de transição a PDM e inserção na OMC.

O estreitar de laços com a UE tanto a nível do Acordo de Cotonou, como da Parceria Especial, teve impactos não só no desenvolvimento do país, como também na influencia da política externa cabo-verdiana no que diz respeito á integração regional oeste africana. Se houve momentos que a questão da integração não fazia muito eco na política externa do país, nos tempos atuais regista-se mais ímpeto nesse sentido. Mais uma vez pode-se ver a intenção da UE em impulsionar o comércio e consequentemente diversificação da produção, aumentando produtividade e competitividade do país.

### **3.2.2. As Relações de Cabo Verde no plano multilateral**

Desde sempre que o plano internacional tem sido foco da política externa cabo-verdiana, isto é, como fator importante para o seu processo desenvolvimento. Assim, o reconhecimento da importância vital e a consequente aproximação a Instituições multilaterais foi sempre uma vocação manifestada ainda muito cedo, considerando que o multilateralismo *“privilegia o primado da cooperação multilateral como mecanismo de afirmação internacional e de resolução dos problemas globais (e internos) numa plataforma compromissória e de diálogo sistemático...”* (Costa, 2011:119). Confirma-se a intenção de Cabo Verde neste sentido com a adesão á ONU e á OUA aquando da independência política.

No mundo interdependente e suscetível á oscilações com repercussões globais, é preferível que as economias dos países em desenvolvimento e não só, estejam ancoradas em Organismos e Instituições sólidas e credíveis, capazes de garantir-lhes o conforto e o favorecimento de condições no âmbito de mercado global. Nesta

---

<sup>95</sup> O país comprometeu-se em aceitar no princípio da readmissão os migrantes que tenham entrado no solo europeu a partir dali. Isso acarreta o maior grau de exigência e de controlo necessário para evitar situações ilegais, partindo do território.

perspetiva, Cabo Verde em particular perante os objetivos da sua relação externa, aproximar de instituições multilaterais, revela ser uma estratégia importante. O país procura cada vez mais imprimir políticas de proximidade e estreitamento de laços de cooperação e estar em sintonia com políticas de âmbito global, uma vez que a Parceria para o Desenvolvimento supõe a existência de reciprocidade e utilidade para todos.

Entretanto, se ao longo dos 40 anos como país independente Cabo Verde conheceu avanços em termos de desenvolvimento, estando atualmente na categoria de PDM, em grande medida estes devem-se aos laços de cooperação multilateral e o papel ativo de parceiros internacionais no seu processo de desenvolvimento.

No entanto, os primeiros momentos pós-independência conforme pudemos ver, o regime interno adotado não favorecia as relações comerciais e isto em boa medida teve repercussões negativas para o país. Em consequência, no fim da década de 1980 começaram a sentir-se os efeitos das dificuldades e da incompatibilidade do regime não só em termos económicos, mas também, sociais e políticas, levando o país a reorientar a sua estratégia política de desenvolvimento. Assim, a reforma económica interna verificada após a abertura política em 1990, teve como propósito dar respostas à insustentabilidade da centralidade do Estado, aos desafios da conjuntura política e económica internacional atual e, à lógica da inserção do país na economia mundial. A consequente política de abertura do mercado despertou no país mais interesses nas questões de integração, procurando envolver em assuntos de um maior número possível de Instituições de caris Internacional. A medida visa garantir mais confiança aos investidores e criar mecanismos de atração de IDE e ajudas ao desenvolvimento e alargar a sua base económica. Assim, a nova orientação política do país focalizou-se mais para o alargamento das relações com atores e Instituições multilaterais, permitindo-lhe uma maior representatividade nessas Instituições, que por sua vez, tiveram uma maior envolvimento no processo do desenvolvimento nacional.

Destacam-se algumas Instituições multilaterais que contribuem para inserção internacional de Cabo Verde, nomeadamente: Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Unidade Africana (UA), Organização das Nações Unidas (ONU) e suas Agências Especializadas.

Doravante, de todas as Organizações multilaterais com as quais o país tem estabelecido relações, sem descurar da importância das demais, o Banco Mundial e a OMC têm tido um papel preponderante no processo de desenvolvimento interno, cujo numa breve reflexão passamos a descrever.

O Banco Mundial é um grupo de instituições financeiras criado em 1944 através da conferência de Bretton-Woods em que objetivo principal é fomentar o crescimento económico e a cooperação a nível global, facilitando a promoção do processo de desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento. Consequentemente tem sido um dos principais financiadores dos Projetos de Desenvolvimento em Cabo Verde.

O processo de privatização levado a cabo no país após a abertura do mercado no início da década, atrás referida, contou com o supervisionamento dessa Instituição financeira



mundial, de modo a garantir e assegurar que o processo fosse conduzido dentro de parâmetros internacionais. Para além dessa intervenção, Cabo Verde conta ainda com o financiamento do Banco Mundial nas várias vertentes, nomeadamente a nível da gestão de políticas macroeconómicas, da restrição da dívida, das reformas institucionais, recursos humanos, dos Programa de Redução da Pobreza, assim como a nível da infraestruturização, dos transportes e da energia, com vista a aumentar a sua competitividade.

A promoção dos princípios globalmente defendidos como a estabilidade política, a boa-governança, a democracia, entre outros, são alguns dos instrumentos primordiais de que o país dispõe para influenciar laços de cooperação internacionais. Em contrapartida, a análise desses indicadores, acrescidas de informações disponibilizadas por Instituições internacionais entre elas o Banco Mundial, são fundamentais para a promoção e inserção do país, servindo de bases para facilitar acesso a certos Programas de desenvolvimento, como é o caso do MCA atrás referido, assim como a outros Programas de financiamentos, provenientes dos diferentes parceiros internacionais.

No que diz respeito a OMC, as relações com Cabo Verde vieram marcar uma nova era no campo do comércio externo e renovar-lhe os desafios de inserção internacional. Particularmente, essa Organização cujas atividades iniciaram em 1995, surgiu em 1994 durante a Conferência de Marraquexe na sequência do *General Agreement on Tariffs and Trade*<sup>96</sup> (GATT) e assinado em 1947. Essa Organização é uma instituição de carácter internacional, cuja atuação incide na fiscalização e regulamentação o setor do comércio a nível internacional. Para além dessas duas missões, a Organização tem ainda funções de resolver conflitos a nível do comércio no seio dos Estados-Membros, gerir acordos comerciais no âmbito da diplomacia económica, atuar no supervisionamento do cumprimento dos acordos estabelecidos por parte do Estados-membros, promover cooperação com outras organizações internacionais, entre outras (ARAP, 2014).

O Acordo que estabeleceu a Organização determinou-lhe os seus objetivos. Estes passam pelo compromisso de construir um sistema comercial económico harmonioso com vista a melhorar as condições de vida das populações garantindo-lhes pleno emprego, aumentar o fluxo dos rendimentos, assegurar o desenvolvimento da produção e do comércio, entre outros (Thorstensen, 1998).

É nesta linha que, movido por uma visão política virada para a participação e aproximação á parcerias multilaterais, no contexto de abertura ao mundo, o país efetuou o pedido formal de adesão à Organização em Novembro de 1999. Para averiguar a viabilidade da pretensão do país, na reunião de 17 de Julho do ano seguinte, foi criado um Grupo de Trabalho pelo Conselho Geral da OMC sob presidência do Embaixador dos EUA, David Shark. Esse Grupo surgiu em conformidade com o

---

<sup>96</sup> Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - o único organismo regulador do comércio mundial surgido com o fim da Segunda Guerra, que visa facultar uma correta aplicação das regras do sistema comercial multilateral, embora apresentava algumas lacunas na fiscalização das trocas comerciais.

estipulado no artigo 12º do Acordo de Marraquexe que institui a Organização, (OMC, 2007).

O processo de adesão do país configura-se em fases distintas. Terminado o período das negociações diretas e, 7 anos após de instituído o Grupo de Trabalho, isto é, em Dezembro de 2007, aprovou-se o Protocolo de adesão, durante a reunião do Conselho Geral da OMC em Genebra, correspondendo a primeira fase do processo de adesão. Depois do Protocolo ter sido aprovado pelo Parlamento Nacional sob Resolução nº 73/VII/2008 e ratificado em Junho do mesmo ano, Cabo Verde tornou-se no 153º membro da OMC. Deste modo, tornou-se o primeiro país Africano e o terceiro País do grupo dos PMA a conseguir este importante marco pela via negocial, demarcando a segunda fase desse processo. A terceira e última fase passa pela implementação de um serviço de notificação e supervisão dos Planos de Ação Setoriais, estipulado para um período de 10 anos, ou seja, até 2018 (MECC, 2009), período esse que é destinado ao ajustamento das legislações internas às normas da Organização.

Sendo membro ainda na condição de PMA, e com direito a um tratamento especial e diferenciado, solicitou de acordo com as disposições do Acordo, o país pediu *“apoios nas áreas de propriedade intelectual; mediação e arbitragem; agricultura; segurança alimentar; medidas sanitárias e fitossanitárias; protecção da saúde humana, da flora e da fauna; obstáculos técnicos ao comércio; e procedimentos aduaneiros”* (Gonçalves 2010:136).

Todavia, numa análise sucinta, podemos constatar a eficácia e o empenhamento do país nas negociações de carácter internacional e, em defesa interesses nacionais que traduz numa fase importante da sua agenda de transformação económica. Assim sendo, enfatizamos aquilo que se considerou que a dimensão territorial de um dado Estado nada tem a ver com a grandeza das suas opções (Costa, 2012). O posicionamento do país evidencia a consciência de que sua sobrevivência e afirmação no sistema internacional marcado pela interdependência está subjacente a uma diplomacia pragmática e em comunhão com princípios globalmente partilhados.

É nosso entendimento que a adesão do país à plataforma de controlo mundial do comércio e, sendo membro de pleno direito, facilitam na prossecução dos objetivos de captação dos investimentos externos e a inserção na economia mundial, uma vez que parecem estar criadas as condições que favorecem tais investimentos. Acreditamos pois, que esta constitui um passo importante para *“construir uma economia dinâmica, competitiva, inovadora e sustentável, com prosperidade partilhada por todos”* conforme expresso na Agenda Estratégica do Programa do Governo em vigor até 2016 (PGCV, 2011-2016:27).

### 3.3. O processo de Integração Regional

Com o fim da Segunda Guerra Mundial começaram a surgir agrupamentos regionais sobretudo na Europa, como elemento importante para o fomento das relações comerciais a nível internacional e a partir de 1950 o assunto começou a ganhar relevo. Surgiu com a necessidade de colmatar a incapacidade de os Estados isoladamente tratarem de assuntos comuns a várias nações e a ineficiência do multilateralismo na altura.

Neste âmbito, o processo de descolonização em África fez surgir também a ideia de coordenar e impulsionar o desenvolvimento através do processo de integração. Assim sendo, a história da integração económica na região remonta aos primórdios dos anos 1960<sup>97</sup> e foi movida pela necessidade de eliminar barreiras em relação ao comércio e proporcionar um nível equilibrado de desenvolvimento entre as diferentes nações.

Há indícios de anteriormente já tinham ocorrido algumas manifestações a esse respeito, com o surgimento da Organização para a valorização do Rio Senegal (OMVS) em 1952, composta por Senegal, Mauritânia e Mali e, a criação do Conselho de Entente (CE) em 1959 formado por Burkina-Faso, Níger e Togo (Gomes, 2009). O autor sustenta que com o estabelecimento de uma integração efetiva, há maiores possibilidades de aproveitar as potencialidades de cada um em benefício coletivo e estar melhor preparado para enfrentar desafios comuns. Contudo, ainda segundo o mesmo, o caso da África é único no mundo, uma vez que emanaram um conjunto de mais de uma dezena de comunidades económicas que são consideradas os motivos para o insucesso da integração económica.

Segundo Tolentino (2014), uma integração regional deve obedecer a quatro princípios fundamentais que permitem compreender a sua razão de ser designadamente: a soberania, a subsidiariedade, a solidariedade e a variabilidade. Ou seja, a não interferência em assuntos internos de um dado Estado, a tomada de decisão por parte da organização supranacional, maior congruência entre Estados independentemente da sua capacidade e por último, a aceitação de todos os Estados com interesses no processo. Entretanto, a integração regional segundo o autor atrás mencionado, torna-se num projeto, quando os atores envolvidos agilizam em prol de objetivos comuns.

A integração regional é um processo lento e complexo, onde os fatores internos interagem com fatores políticos, económicos, culturais e religiosos, a fim de se poder alcançar ganhos comuns a todos os implicados. Assim, entende-se que quando a médio e longo prazo o processo não se traduzir em melhorias no crescimento e bem-estar das respetivas populações, torna-se num projeto fracassado. Deste modo, em termos de conceito, a integração regional remete-nos para a ideia de *“um determinado número de países ligados pela Geografia e uma certa Interdependência negociada que acaba por*

---

<sup>97</sup> De acordo com Gomes (2009), em 1963, aquando da primeira reunião da Organização da Unidade Africana em Adis Abeba, a Comissão Económica da ONU para a África, referiu pela primeira vez a ideia da criação sistemática de agrupamentos económicos regionais em África.

*adquirir características próprias de um Estado soberano, tais como política económica, a promoção do bem público e a autonomia”* (Tolentino, 2014:350). É um processo que visa intensificar as relações comerciais, económicas e políticas entre Estados ou outros envolventes, com base em certo grau de interdependência e negociações tendo em vista objetivos comuns.

Com base no enunciado atrás exposto, vamos de seguida analisar a génese da CEDEAO e o processo de integração de Cabo Verde.

### **3.3.1. A génese da CEDEAO e adesão de Cabo Verde**

Particularmente na África Ocidental, depois de uma serie de procedimentos e negociações difíceis ao longo dos anos em prol da integração, a “*Declaração sobre a Cooperação, o desenvolvimento e a Independência Política*” em África de 1973 (Gomes, 2014:366), alertou sobre a importância de integração económica. Esse documento fez referência á cooperação nos domínios monetários e das comunicações como soluções viáveis para o processo de desenvolvimento. Diligências posteriores levadas a cabo pelos chefes de Estados, culminaram com a institucionalização em Maio de 1975 da Comunidade Económica do Desenvolvimento da África Ocidental (CEDEAO), sediada em Lagos, capital da Nigéria, formada por 15 Estados independentes<sup>98</sup> e com objetivos previamente definidos. Isto é, alargar o mercado com vista á promoção do desenvolvimento sub-regional, tendo o objetivo económico e comercial como o motor fundamental do processo de integração. Esse objetivo passaria pela construção de uma união aduaneira num período de quinze anos a partir da entrada do Acordo em vigor em 1979 (Santos, 2014). Convém realçar que a Comunidade surgiu da influência da Organização da União Africana e da Comissão das Nações Unidas para a África em sintonia com os líderes da sub-região, sob a hegemonia da Nigéria.

Em Novembro do ano seguinte da sua criação, os países da Comunidade rubricaram em Lomé, Togo, um conjunto de cinco Protocolos que visam facilitar as condições para a instalação das instituições que regem a Comunidade, assim como organizar a gestão da integração económica regional prevista para entrar em vigor partir de 1 de Janeiro de 1977. Deste ponto de vista, com as condições já instaladas a Comunidade parecia estar em condições de promover o desenvolvimento e ser uma plataforma capaz de garantir condições estáveis para Estados de fracos recursos, como é o caso de Cabo Verde. Foi assim que o país aderiu ao Tratado a 16 de Março de 1977, tornando-se o 16º elemento da Comunidade.

Em relação aos restantes membros da Comunidade, Cabo Verde apresenta-se com características singulares. Único país insular e arquipelágico, marcado pela exiguidade territorial, possuindo a menor dimensão de todos e enfrenta a escassez de recursos

---

<sup>98</sup> Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Mauritânia, Niger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

naturais, para além de diferenças étnicas, culturais e sociais. Entretanto, essas diferenças, embora não muito significativas na altura, não foram tidas em conta, face aos objetivos do país. Na verdade, o país tinha objetivos de agregação a espaços que garantissem condições de autossustento e desenvolvimento e, a CEDEAO com os seus objetivos económicos<sup>99</sup> parecia ser uma saída viável para as prioridades do país. Além disso, integrar uma Comunidade da sub-região africana para o país, era a convicção de estar a retornar às origens (Estevão, 2014), uma vez que ainda antes da independência já se defendia a ideia da unidade africana<sup>100</sup>.

Doravante, após a ratificação do Acordo, o país passou a ser membro de pleno direito e ficaram assim criadas as condições para uma plena integração, pelo menos do ponto de vista teórico e formal e de acordo com as normas estipuladas. Contudo, os objetivos iniciais não revelaram ser eficazes devido às várias ocorrências que pesaram contra, nomeadamente situações de instabilidade na região que traduziram-se em casos de guerras civis e conflitos armados internos em alguns Estados-membros (Uzoehina, 2014), e consideramos serem estas algumas das razões que motivaram o país a priorizar outras plataformas de cooperação.

Com o passar do tempo e com base nesses episódios negativos, surgiu a necessidade de readaptação à nova realidade, bem como a introdução de mecanismos que favorecem a Comunidade e, isso motivou o pedido da revisão do Tratado da CEDEAO em 1990. A revisão só aconteceu 3 anos mais tarde, isto é, em 1993 aquando da décima sexta Conferência dos Chefes de Estados e de Governo, realizada em Cotonou, onde se deu com a reestruturação da Organização em termos de instituições. Com o reajustamento da Comunidade, pretendeu-se criar uma união económica entre os seus Membros a partir da integração de produtos e, da abertura de fronteiras e de mercado (Gomes, 2014). Isto é, estabeleceu-se o livre movimento de capitais e a circulação de pessoas entre os países membros da comunidade. Convém realçar que mais tarde, no ano 2000 a Mauritânia, pelo facto de não concordar com certas políticas, como é o caso da livre circulação, desvinculou-se do grupo e a Comunidade passou a contar de novo com 15 membros.

Com a revisão do Tratado, Cabo Verde com as suas peculiaridades, teoricamente passou a ter algumas regalias para além das que constavam do artigo 25º sobre questões de assimetrias, segundo o que consta no capítulo XIII, artigo 68º do Tratado, que parecem ser uma mais-valia. Segundo esse artigo, os Estados Membros que se encontrarem em dificuldades económicas e sociais e particularmente os Estados-membros insulares e sem litoral, têm a possibilidade de caso necessário, ter um tratamento especial. Essa particularidade tem a ver com a facilidade quanto à aplicação de certas disposições

---

<sup>99</sup> Os artigos 12º e 13º do Tratado da Comunidade destacam a liberalização do comércio entre membros. Ainda o artigo 25º, reconhecendo as assimetrias entre Estados-membros, propõe a criação de um fundo compensatório em favor dos membros prejudicados com a queda das tarifas aduaneiras (Treaty of ECOWAS, 1975).

<sup>100</sup> Na linha de pensamento de Santos (2014), essa ideia deixa pista de interesses comuns focados mais á interesses políticos com vista à independência dos Estados, a afirmação das soberanias e a valorização e construção de identidades próprias.

contidas no Tratado, assim como o fornecimento de qualquer outra assistência que venha a ser necessária (Tratado Revisto, art.º 68º).

No entanto, os principais objetivos da Comunidade traçados inicialmente ainda estão por cumprir. Constata-se, porém, que a integração nos moldes pensado inicialmente tem sido um projeto teórico devido ao aparente estado de inércia registado na Comunidade. Nesta perspetiva, Évora (2011), aponta 4 razões que justificam essa paralisia no seio da sub-região. São estas, a prevalência de um entendimento deturpado relativo à noção de desenvolvimento e integração, a emergência de outras organizações onde se perde muito tempo com a harmonização dos programas, a submissão ao segundo plano das premissas do Tratado da Comunidade em situações de conflito e, por ultimo a Nigéria que reivindica legitimidade hegemónica da sub-região é confrontada com situações de fragilidade do Estado e casos de corrupção.

Na mesma linha, Tolentino (2014:359), considera ainda que devido a “*motivos geográficos, históricos, linguísticos, culturais e de governação*”, lida-se mal com o fenómeno de integração na África Ocidental. A mesma fonte defende ainda que o fraco desempenho dos membros das Comunidades sub-regionais africanas espelha-se nas situações de tráfico ilícito, corrupção e violações diversas e, pouca afluência em termos comerciais e isto faz recuar alguns membros. Todavia, a Comunidade vem nos últimos tempos apostar em iniciativas importantes em prol da integração regional, nas quais conta com o envolvimento ativo de Cabo Verde.

Os desafios atuais passam pelo combate à pobreza e a exclusão, domínio de situações conflituosas de carácter étnico, político e religioso, combate às doenças infecciosas, promoção da segurança alimentar, entre outros, embora a integração eficaz ainda é mera utopia e acarreta alguns desafios, sobretudo para Cabo Verde, tendo em conta as suas características diferenciadas dos demais membros. No entanto, estar envolvido numa plena integração, o país terá possibilidades de expandir o seu ambiente de comércio além da sub-região facilitando deste modo a concretização do objetivo de inserção na economia mundial. Deste ponto de vista, o país estará mais em condições de atrair IDE que é uma das formas de promover o desenvolvimento.

No entanto, esse processo não tem sido fácil na medida em que ao longo dos tempos os objetivos estabelecidos têm sido desviados dado a situações já mencionadas e, as peculiaridades e posicionamento do país tornam em dificuldades para uma plena integração.

### **3.3.2. As dificuldades de integração de Cabo Verde na CEDEAO**

Desde há muito que se debatia a questão da integração regional de Cabo Verde, tanto em relação à África como à Europa. Geograficamente, o arquipélago situa-se mais próximo da África do que da Europa, mas as razões históricas e culturais sempre fomentaram as discussões acerca da sua efetiva pertença a estes espaços. É verdade e

segundo Madeira, (2013), a mestiçagem cabo-verdiana, a assimilação da cultura europeia e mesmo o pensamento português do povo das ilhas, serviram de base para justificar as divergências em torno da integração do país no seio dos intelectuais e políticos nacionais. Contudo, a pertença africana foi oficializada tanto na integração regional à Organização da Unidade Africana (OUA), como sub-regional à CEDEAO, logo após a independência. De um modo geral, a adesão serviu para a materialização de alguns objetivos tanto políticos como económicos. A nível político por um lado, destaca-se o facto da afirmação da identidade nacional e geográfico e, o contributo em prol da unidade africana. Por outro lado, os objetivos económicos ganham destaque, se levarmos em conta o seu envolvimento nas negociações multilaterais no âmbito das relações UE-ACP, concretamente o Acordo de Parceria Económica, assim como no âmbito da Parceria Especial com a UE.

Apesar de o país ter aderido a essa Comunidade nos primeiros momentos da sua criação, pouca interferência e influência teve, tanto em benefício próprio, assim como para o grupo, na medida em que praticamente a sua presença em fóruns e outras atividades ali desencadeadas foi quase nula. Entretanto, de acordo com (Gomes, 2014), justifica-se essa posição pela alegada falta de afeto e também devido à noção de que o arquipélago fazia parte da periferia da Europa. Acresce ainda, se levarmos em consideração a política de promoção e defesa da paz e o não alinhamento que o país defende em relação ao ambiente pouco favorável que a Comunidade apresentava.

Na realidade, a Comunidade carece de instituições credíveis que dão garantias de desenvolvimento. Além disso, como vimos a sub-região é marcada por situações de conflitos em alguns membros, acrescidos de casos de corrupção, violação de direitos humanos, golpes de Estados em alguns casos traduzidos em assassinatos dos governantes, entre outros casos que contrastam com as políticas de desenvolvimento pretendidas pelo país. Embora o momento histórico aquando da adesão fosse marcado por disputas ideológicas, o país traçou como prioridade, a procura de bases para os problemas relativos à sua carência e criar condições de desenvolvimento, baseada numa diplomacia ativa, de forma a conquistar a confiança internacional.

Deste modo, sempre se questionou o processo de adesão à Comunidade, mormente, as vantagens e os desafios que acarretam ao país. Assuntos ligados á segurança, economia, política e cultura que caracterizam a região estiveram sempre presentes em torno desses debates entre políticos e académicos e as opiniões sempre divergem. Na realidade, os casos de instabilidade já mencionados traz consequências negativas se considerarmos a afluência de migrantes que na busca de melhores condições procuram o país e com objetivos diversos, sendo de faze-lo um ponto de escala para outras paragens ou de fixar residência, agravando a suas fragilidades.

Como reflexo das dificuldades de integração inicialmente sentida, há situações de não ratificação de certos protocolos importantes e a intenção de renegociação dos que foram ratificados anteriormente (Gomes, 2014). Existem ainda, outras evidências que fazem com que a prioridade da integração de Cabo Verde na sub-região aparenta ser contraditória Estevão (2014). Essas contradições assentam sobretudo no facto de quase

não existirem relações económicas entre o país e os restantes membros da Comunidade, conforme vimos anteriormente, estão ainda na ausência de políticas na sub-região a favor da democracia, da paz e da estabilidade política e social e, na ausência de políticas de valorização cultural e religiosa, numa Comunidade onde a grande maioria é islâmica e é marcada por conflitos. Deste modo, para além de outros motivos associados à sua criação, há quem considere que a CEDEAO é um projeto de integração condenado ao fracasso (Madeira, 2013). A falta de atenção à questão da cultura, da religião e da diversidade étnica que impedem um ideal comum foram e são determinantes na proliferação de conflitos a nível interno, bem como a nível de Estados, com consequências negativas diretas para o processo de desenvolvimento e redução da pobreza. Nesta perspetiva, ao longo dos tempos o país priorizou outras parcerias sobretudo com a UE e seus países-membros.

Não obstante tais situações, Cabo Verde após a implantação do regime pluripartidário, passou a dar mais ênfase à diplomacia económica e, neste âmbito, o foco das relações passou a privilegiar com mais firmeza as relações com Organismos multilaterais e regionais por questão de estratégia em relação aos seus objetivos. Assim, a integração regional ganhou um novo fôlego, sobretudo no âmbito das relações com a UE atrás referido. Aliado a esse pressuposto, o fenómeno da globalização fez ressurgir a sua importância geoestratégica no que diz respeito ao comércio não só a nível da sub-região mas também, a nível mundial. Daí, o interesse de parceiros<sup>101</sup>, mormente a UE numa plena integração do país na sub-região (AIP, 2014).

Perante essa abordagem política, encontra-se uma justificação para a orientação diplomática do país para a integração regional. Na realidade, nos últimos tempos esta é tida como um dos três eixos prioritários da diplomacia cabo-verdiana, apresentados no início da segunda década deste século pelas autoridades nacionais.

Outras razões são tidas como base dessa motivação, na medida em que há quem defenda que estão também motivos associados ao fracasso diplomático do país em relação à importância da sua localização geográfica. Segundo Estevão (2014), algumas referências confirmam essa tese, como é o caso da vocação de aproximação do arquipélago à Europa, o de ser palco dos exercícios *Steadfast Jaguar* da NATO, a intensificação das relações com a Macaronésia em que o país demonstrou interesse em beneficiar dos fundos dessa região e, as negociações com a UE que traduziram em Parceria Especial, apesar de certos objetivos ficarem por atingir e que tiveram impacto nas estratégias da política externa do país<sup>102</sup>.

Contudo, a integração na sub-região tem defrontado alguns obstáculos e constitui um desafio e tem sido um ponto fraco da política externa cabo-verdiana, conforme identificaremos na análise SWOT no próximo capítulo.

---

<sup>101</sup> Segundo notícias no sapo on line do dia 23 de Outubro de 2014, consultado em 22 de maio de 2015, a Argentina também quer Cabo Verde como porta de entrada da América do Sul na África Ocidental.

<sup>102</sup> Pelo período temporal desses acontecimentos, consideramos que essas justificações fazem sentido, uma vez que a integração sub-regional como um dos eixos da política externa foi assumida em 2010.



### 3.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Ao longo deste capítulo, procuramos analisar como tem desenrolado o processo de desenvolvimento do país e algumas relações de cooperação que contribuem de forma positiva nesse processo. De igual modo, também tratamos da integração do país na CEDEAO, bem como as dificuldades encontradas nesse processo ao longo dos tempos.

Em relação ao desenvolvimento, tentamos destacar os três momentos visíveis, isto é, o período em o Estado centrava todo o processo, o período em que a estratégia passa pela abertura do mercado e por último, o período onde o Estado procura adotar medidas que visam mitigar os efeitos das oscilações internacionais e diversificar fontes de financiamento e investimento.

Pudemos verificar que ao longo dos anos houve crescimento contínuo do PIB e o setor que mais contribui é o setor terciário. Esse crescimento reflete também no IDH que registou melhorias, se comparado com anos anteriores, traduzindo em mais educação, mais saúde e menos fluxo de pobreza.

A abertura ao exterior quanto ao comércio resulta numa balança comercial deficitária devido ao grande desequilíbrio existente entre a importação e a exportação. O comércio externo centra-se no mercado europeu, fazendo com que a nível da exportação a Espanha lidera o mercado, enquanto que em relação á importação as preferências vão para o mercado português. No que diz respeito á África e conseqüentemente a CEDEAO, há pouca influência no comércio externo de Cabo Verde. A conclusão que chegamos em relação ao comércio, é que torna importante adotar mecanismos que estimulam a diversificação da produção e a procura de novos mercados de forma a aumentar a competitividade do país.

Com uma dívida externa elevada, o país tem o contexto externo como sendo determinante no seu processo de desenvolvimento, pelo facto de contribuir com APD, emitir IDE e acolher os emigrantes que contribuem no processo de desenvolvimento através do envio de remessas. Em relação á APD, o país conta com diversos parceiros, tanto multilaterais como bilaterais, tendo a UE e Portugal como os principais colaboradores com essas ajudas.

As entradas do IDE no país, nos primeiros momentos da abertura do mercado, registavam-se com impulso crescente mas, a sua fraca capacidade em dinamizar investimento, acrescido do cenário da crise, contribuíram para uma redução significativa nos últimos tempos, trazendo conseqüências claras no crescimento do país. A Espanha ultimamente domina o setor dos investimentos, seguido de Portugal. Em relação às remessas dos emigrantes, a dinâmica é satisfatória, estando Portugal mais uma vez como maior emissor. Embora com ligeiro declínio nos últimos tempos, esses fatores são determinantes na estruturação do PIB.

Face ao cenário de carência, torna-se importante estabelecer e manter boas relações com os tradicionais parceiros e aproximar-se de outros que dão garantias de

desenvolvimento ao país. Nessa perspectiva, com base nas evidências, constatamos que Portugal e os EUA são dois grandes parceiros bilaterais de desenvolvimento do país. Estes têm contribuído positivamente nos avanços que o país tem tido em termos de desenvolvimento interno, assim como em relação ao objetivo de inserção internacional. Embora as trocas comerciais com os EUA não são muito significativas, o *AGOA*, constitui uma mais-valia nesse processo. O destaque nas relações com os EUA vão para o MCA que indiscutivelmente contribui para concretização dos anseios nacionais, na medida em que, além dos fundos que disponibiliza incentiva a adoção de princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentado.

Em relação á Portugal, além de outros feitos importantes, destaca-se o ACC que assegura a taxa de câmbio de forma fixa em relação ao euro, traduzindo em maior estabilidade ao país e mais segurança aos investidores externos.

A UE, é igualmente importante para o país uma vez que além de ser o destino de grande parte de comunidade emigrada e das ajudas que disponibiliza, tem uma Parceria Especial com o país que é considerada muito relevante face aos objetivos de desenvolvimento. Na linha dessa Parceria, já são visíveis alguns feitos que beneficiam o país, tanto na garantia e segurança aos emigrantes, assim como a inserção internacional do país. Neste último, o destaque vai para o campo da segurança, nomeadamente no controlo de fronteiras e outros acordos alusivos.

A nível multilateral, o país tem tido muitos benefícios. De entre os parceiros multilaterais ambos importantes, a OMC e o Banco Mundial, garantem alguma segurança no que diz respeito aos investimentos e ao comércio, na medida em que todo o processo se desenrola dentro de parâmetros internacionais.

A proximidade do país em relação aos 3 continentes, cria-lhe uma certa ambição em relação ao comércio mundial. Nessa perspectiva, a plena integração sub-regional na CEDEAO podem constituir uma mais-valia. A sub-região referida, cujo país é membro desde 1977, pelos objetivos económicos que tem enfatiza as pretensões do país quanto á expansão de mercado. Contudo, há motivos que a torna menos atrativa, dificultando por conseguinte a plena integração e o cumprimento dos objetivos propostos. Embora essas contradições nos últimos anos, Cabo Verde tem a questão da integração como um dos eixos principais da política externa, o que constitui um desafio a vencer, tendo em conta as suas especificidades e objetivos de desenvolvimento.

## **CAPITULO IV: ANÁLISE SWOT DA POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE EM PROL DO DESENVOLVIMENTO**

Após a abordagem nos capítulos anteriores da política externa e o processo de desenvolvimento de Cabo Verde, assim como o comércio externo e as parcerias consideradas importantes para o país, ficou claro o papel fundamental dessa ferramenta das relações exteriores na defesa dos objetivos de desenvolvimento, não obstante as debilidades do país no relacionamento com os parceiros. Deste modo, importa-nos agora identificar os pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e fraquezas que interferem no desenho e condução da política externa do país perante as suas aspirações de desenvolvimento numa análise SWOT.

Antes de avançarmos com a identificação dos pontos, vamos fazer uma breve referência sobre esta ferramenta de avaliação.

### **4.1. Analise SWOT: questões associadas**

A análise SWOT surgida em 1960, é uma ferramenta que permite identificar os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças de uma organização ou entidade, colaborando desse jeito para a melhoria do desempenho da mesma. Este tipo de análise é normalmente usado para assuntos ligados a empresas mas, também países, regiões ou outras entidades utilizam-na como estratégia de concretização dos seus objetivos.

A sua função primordial é criar possibilidades de escolha de uma estratégia que favoreça a materialização de certos objetivos. Segundo Appio, Scharmach et al, (2009), o acrónimo SWOT em versão inglesa traduz-se em Strengths/forças, Weaknesses/fraquezas, Opportunities/oportunidades e Thereats /ameaças.

As forças representam os aspetos positivos que aumentam a competitividade da entidade em análise e facilitam o alcance dos objetivos preconizados, enquanto que as fraquezas têm a ver com aspetos que fazem falta e que limitam ou dificultam a concretização desses objetivos. Ambos representam o momento presente e são fatores internos.

As oportunidades são os pontos que beneficiam positivamente a entidade em análise e estão relacionadas ao ambiente externo. As ameaças por seu lado, também relacionadas ao ambiente externo, têm a ver com situações que constituem obstáculos ou limitações para a concretização dos objetivos. Tanto as oportunidades e as ameaças representam o que a empresa ou entidade espera do futuro.

Assim, de forma a dar seguimento no cumprimento dos objetivos traçados para o nosso estudo, de seguida vamos identificar e descrever o processo de desenvolvimento de Cabo Verde numa análise SWOT, tendo em conta o enunciado atrás.

#### **4.2. Os elementos que compõe a SWOT de Cabo Verde em prol do Desenvolvimento**

Ao longo dos tempos como vimos, Cabo Verde tem deparado com diversos fatores, tanto de ordem interna, assim como externa que influenciam positiva ou negativamente o seu processo de desenvolvimento. Entretanto, com o intuito de reforçar os fatores de influência positiva e minimizar os efeitos dos fatores de influências negativas, desde muito cedo, tem-se apostado na política externa e nas relações externas e estes têm sido meios eficazes na resolução dos problemas, não obstante alguns desafios que ainda subsistem.

Nesta perspetiva, e como forma de dar cumprimento aos objetivos propostos no âmbito do nosso trabalho, achamos ser pertinente abordar o processo de desenvolvimento de Cabo Verde numa análise SWOT, com vista a identificar e caracterizar esses fatores e traçar algumas linhas de orientação estratégicas que consideramos pertinentes na consecução dos seus objetivos. Na verdade, o país tem algumas características importantes que constituem uma mais-valia mas, também é confrontado com inúmeros aspetos que condicionam as suas aspirações de desenvolvimento e inserção internacional. Consideramos pois, que com a identificação dos pontos fortes e fracos por um lado, ficam mais fáceis adotar medidas que visam facilitar a concretização dos propósitos de desenvolvimento. Por outro, a identificação das ameaças e fraquezas permitirão adotar medidas estratégicas que visam debelar seus efeitos e prosseguir com os objetivos de desenvolvimento.

É perceptível que muito o país tem feito com intuito de debelar as suas insuficiências em termos de recursos e conseqüentemente diminuir a pobreza e prosseguir com o processo de desenvolvimento. A aposta neste sentido tem sido feito na multiplicação e diversificação de parcerias, nas diferentes formas de integração e cooperação e outras medidas consideradas importantes. Ademais, destacam-se a contribuição da Diáspora, o empenho do país em conquistar a confiança internacional, a defesa e promoção de princípios globalmente partilhados, entres outros.

No entanto, não obstante essas intervenções, o país enfrenta alguns desafios no domínio do emprego, das energias, no comércio externo, na integração, entre outros. Para dar respostas eficazes a esses desafios, o país deve continuar a aposta em políticas de desenvolvimento eficazes.

Deste modo, nos quadros que se seguem vamos destacar os fatores internos e externos que influenciam o desenho e a condução da política externa cabo-verdiana e conseqüentemente o seu processo de desenvolvimento.

**Quadro nº 2:** Análise SWOT da política externa cabo-verdiana

<b>Pontos fortes</b>	<b>Pontos fracos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Posição geoestratégica privilegiada (entre África, América e Europa);</li> <li>b) Experiência adquirida nas relações internacionais;</li> <li>c) Parcerias estratégicas internacionais diversificadas;</li> <li>d) Pertença à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;</li> <li>e) Focalização na diplomacia económica e ambiente favorável aos negócios;</li> <li>f) Progressos registados nos indicadores de desenvolvimento humano sustentável;</li> <li>g) Diáspora cabo-verdiana envolvida ativamente no desenvolvimento do país;</li> <li>h) Estabilidade das instituições, do regime político e do ambiente social;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Reduzida dimensão do mercado doméstico que regista ainda uma elevada concentração;</li> <li>b) Debilidade na dotação de recursos naturais (hídricos, fundiários e biodiversidade) e da sua gestão;</li> <li>c) Elevada dependência do exterior, em especial tecnologia e energia, gerando custos fatoriais pouco competitivos;</li> <li>d) Dívida externa elevada que propicia uma dependência dos financiamentos e das ajudas exteriores;</li> <li>e) Débil participação nos movimentos de integração económica regional;</li> <li>f) Insuficiências e irregularidade na rede de transportes e comunicações;</li> <li>g) Desemprego na camada jovem e pouca diversificação da oferta formativa;</li> </ul>
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Mercado de turismo mundial em forte expansão;</li> <li>b) Valorização das práticas de boa governação e transparência nas relações internacionais;</li> <li>c) Aprofundamento das Cadeias de Valor globais, incluindo cada vez mais uma maior componente de Serviços;</li> <li>d) Desenvolvimento tecnológico do setor das energias renováveis;</li> <li>e) Perspetivas favoráveis ao crescimento e desenvolvimento de África;</li> <li>f) Desenvolvimento da Integração regional africana, nomeadamente da CEDEAO de que Cabo Verde é membro;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Alargamento da concorrência internacional no quadro da Globalização;</li> <li>b) Manutenção de focos de Instabilidade financeira internacional;</li> <li>c) Reforço dos fenómenos de instabilidade política na região;</li> <li>d) Novas formas de crime organizado à escala internacional que afetam a segurança individual e coletiva;</li> <li>e) Consolidação das tendências em curso sobre as alterações climáticas;</li> <li>f) Alteração do quadro da cooperação internacional, em especial nos Acordos entre a União Europeia e os países ACP;</li> </ul>

**Fonte:** Elaboração própria

Apresentados na matriz SWOT os elementos que influenciam a política externa de Cabo Verde na prossecução de um desenvolvimento harmonioso e a sua inserção internacional, de seguida vamos descreve-los e justifica-los, tendo em conta os feitos já consumados, a realidade atual e a expectativa futura.

#### **4.2.1. Pontos Fortes**

De seguida nesta secção, vamos justificar os elementos identificados como pontos fortes e capazes de influenciar a elaboração e condução da política externa no âmbito das relações.

##### **a) Posição geoestratégica privilegiada (entre África, América e Europa);**

O posicionamento geoestratégico do país é reconhecido e ambicionado desde os primórdios da sua história. Não obstante esse reconhecimento, aquando da independência o país teve um posicionamento neutro face a tendência reinante, em vez de se orientar para os propósitos de projeção política e ideológica. Esse posicionamento e continuidade da política baseada nos princípios internacionais e em prol do desenvolvimento foram determinantes para elevar a imagem do país na cena internacional e traduzir em progressos como é o caso da transição à categoria de PDM, a Parceria Especial com a UE, o benefício com Programas internacionais de desenvolvimento, entre outros, pese embora novos desafios e oportunidades a que ficou exposto.

O cenário da globalização fez reacender a importância geoestratégica e geoeconómica do país, na medida em que essa posição favorece a distribuição internacional de mercadorias e uma boa integração da economia global. Situada na encruzilhada entre a África, Europa e as Américas, de acordo com as orientações políticas internas, o país pode vir a afigurar-se como um *hub* da distribuição do comércio mundial, conforme a sua própria ambição, transformando assim a vantagem comparativa em vantagem competitiva.

##### **b) Experiência adquirida nas relações internacionais**

Aquando da luta de libertação, o país começou a ganhar experiências no relacionamento com a comunidade internacional, uma vez que desde então começou-se a ter alguns contactos importantes tanto a nível multilateral como a nível bilateral, baseando sobretudo nos princípios diplomáticos em busca de suporte para a causa da independência. Enquanto país independente, as suas características desfavoráveis e a continuidade dos esforços diplomáticos iniciais, despertaram nos atores políticos a necessidade de elaboração e condução de uma política externa sempre fiel ao princípio de salvaguarda dos interesses nacionais, acompanhando sempre a evolução dos acontecimentos internacionais na tentativa de tirar proveitos das suas potencialidades.

Se outrora a viabilidade do país foi questionada, as experiências adquiridas nas relações com demais parceiros foram determinantes para orientar a política a sua externa ao longo dos anos e mudar a situação e a sua visibilidade. Desde a vigência do partido-Estado foram estipuladas metas de desenvolvimentos ambiciosas, tendo o principal suporte a política externa. Posteriormente, a continuidade dessa política após a abertura democrática e económica orientada sob desígnios internacionais na expectativa de satisfazer as necessidades internas e de inserção internacional foram determinantes para o seu sucesso. Deste modo, esse pragmatismo da política externa cabo-verdiana

fizeram-no tornar possível uma realidade diferente, sendo atualmente País de Rendimento Médio, ao mesmo tempo que usufrui de certo prestígio internacional.

### **c) Parceiras estratégicas internacionais diversificadas**

O cenário internacional aquando da independência como vimos, era marcado pela bipolaridade onde a tendência era de alinhamento ideológico com uma das Potências da época. Porém, Cabo Verde ao traçar como um dos pilares das relações externas a multiplicação e diversificação de parceiros, definiu na Lei que orientou o funcionamento do Estado entre 1975 a 1980 os princípios norteadores da sua política baseados sobretudo no respeito pelas normas do Direito Internacional, não ingerência nos assuntos internos, igualdade e reciprocidade de vantagens, de forma a garantir espaços de manobra independentemente da visão ideológica. Isto demonstra que o país esteve ciente na interpretação dos sinais e das mutações internacionais de modo a não facilitar situações que pusessem em causa as opções seguidas a nível interno.

Deste modo, com o estabelecimento e o prosseguimento ao longo dos tempos de uma política equidistante e realista, o país conseguiu relacionar com demais atores das relações internacionais e atraiu ajudas de ambos os lados que foram cruciais para a satisfação das necessidades básicas. Conseqüentemente estabeleceu junto destes, sendo parceiros multilaterais, regionais e bilaterais, diversos Acordos e parcerias importantes para a projeção da sua imagem além-fronteiras. Assim, ao longo dos tempos estabeleceu relações com Organismos como a ONU e as suas organizações especializadas, a OUA, a CEDEAO, a CPLP, a UE, entre outros que são determinantes para o seu processo de desenvolvimento.

### **d) Pertença à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

O cenário internacional atual é marcado pela constante mutação, competitividade e interdependência, fazendo surgir por conseguinte novos desafios a vencer. No entanto, é necessário traçar políticas que visam responder essas demandas e prosseguir com o desenvolvimento. Partindo desse ponto de vista, o Programa de Governo (2011-2016) aponta a consolidação das antigas alianças e parcerias e, a construção de novas pontes de cooperação como forma de garantir o acesso ao financiamento e aos mercados de forma a criar competitividade e prosseguir com a agenda de transformação do país.

Uma vantagem do país neste sentido é a sua pertença à CPLP, uma vez que está ligado a diversos pontos de influência, isto é, a diferentes espaços regionais localizados nos quatro continentes nomeadamente, UE, CEDEAO, BRICS, MERCOSUL, SADC, ASEAN, entre outros. Esse privilégio pode permitir-lhe usufruir do triângulo de oportunidades para alcançar e fazer alcançar a outros mercados a nível mundial, tendo como base a influência da sua localização geoestratégica na redistribuição do comércio. Deste ponto de vista, há potencialidades de Cabo Verde aumentar as exportações, potenciar novas parcerias, assim como atrair investimento estrangeiro, partindo do pressuposto de um eventual incremento da cooperação e integração da Comunidade.

### **e) Focalização na diplomacia económica e ambiente favorável aos negócios**

Com a abertura da economia na década de 1990, o país adotou como orientação estratégica a inserção dinâmica na economia mundial. A política de privatização das empresas estatais pelos privados adotada no início dessa década, trouxe para o centro da política externa cabo-verdiana o novo vetor das relações externas assumido internacionalmente com a reorganização mundial, isto é, a diplomacia económica. Nessa perspetiva, passou-se a criar condições com vista à dinamizar e modernizar a economia, aumentar a concorrência e a competitividade global do país, assim como reforçar o empresariado nacional (PGCV, 2001-2005). Tornou-se assim necessário proporcionar um ambiente de equilíbrio e de gestão macroeconómicos que incitam o investimento privado e que transmitam confiança aos investidores, através de políticas e incentivos fiscais. Dado a grande abertura externa da economia com a orientação política atrás referida, a política externa, assim como o reforço da diplomacia económica, é encarada como um domínio fundamental para o país no estabelecimento e aprofundamento de laços de cooperação com demais parceiros do desenvolvimento.

Entretanto, o ajustamento de medidas às normas internacionais e o fomento de um ambiente negocial estável, tornam o país reconhecido a nível internacional. Na verdade, o país nos últimos anos tem merecido respeito das principais instituições internacionais, nas suas sucessivas avaliações. Destacam-se o Índice de Liberdade Económica, do Wall Street Journal e da Heritage Foundation em 2014, onde se posicionou como terceiro país africano melhor classificado na região da África Subsaariana<sup>103</sup>. Ainda em termos de classificação, destaca-se o indicador de facilidade em fazer negócios do World Bank, Doing Business 2014 em que no total 189 economias analisadas o país aparece na posição 121ª e 2ª na segunda posição em relação à África Central e Ocidental (Espírito Santo Research, 2014). Perante essas evidências, a competitividade do país em termos de economia fica reforçada, assim como maior atratividades aos investidores.

### **f) Progressos registados nos indicadores de desenvolvimento humano sustentável**

O combate à pobreza constitui preocupação dos governantes desde os primórdios da independência. Este, para além de ser um imperativo do desenvolvimento social e humano é também um ato de promoção da cidadania. Assim, é evidente que alguns dos progressos da nação registados nos últimos tempos estão relacionados ao facto de se ter registado uma redução considerável da pobreza ao longo dos tempos. Os esforços registados com vista em facilitar mais cuidados de saúde, educação, eletricidade, água potável e infraestruturas foram determinantes para o bom comportamento dos indicadores de desenvolvimento humano.

Particularmente, a aposta na educação e qualificação dos recursos humanos ao longo dos tempos e a ênfase na educação superior e profissional nos últimos anos foram algumas das políticas que o país adotou para impulsionar novos impactos no processo de desenvolvimento económico e social. Em consequência, os crescentes níveis de

---

<sup>103</sup> O país esteve apenas atrás de da Maurícia e do Botswana.



educação remetem para a possibilidade de empregos qualificados, de melhores salários e melhores condições de vida.

Em relação á saúde, também registou-se avanços significativos ao longo dos tempos e confirmados no último Relatório de Desenvolvimento Humano (2014). Ainda nesse aspeto, o grande objetivo aponta para a formação de médicos no país<sup>104</sup> e a expansão de serviços especializados e de especialidades.

#### **g) Diáspora cabo-verdiana envolvida ativamente no desenvolvimento**

Como vimos anteriormente, as circunstâncias naturais fizeram com que desde os primórdios a população cabo-verdiana começou a procurar soluções na emigração<sup>105</sup> para diferentes paragens a nível mundial. Deste modo, o país tornou-se numa nação da emigração e a diáspora passou a ter um peso influente no processo de desenvolvimento através do envio de remessas, de modo que ela tornou-se numa das dimensões estruturantes da política externa cabo-verdiana. É nesta perspetiva que logo após a independência o país preocupou-se com a abertura de consulados nos países onde se registava a concentração de emigrantes (Costa, 2011).

Entretanto, nos tempos atuais a importância da diáspora não só é reconhecida através da emissão de remessas. O país, perante a sua ambição de *“afirmar a nação global”* entende que a diáspora constitui um elemento-chave nesse domínio, daí a necessidade de políticas que visam imprimir ligações fortes entre as duas partes. Ademais, é entendimento do país que a construção do setor privado competitivo ou, a garantia da elevada produtividade, não se dá sem o envolvimento da diáspora (PGCV, 2011-2016), uma vez que esta é considerada como uma potencial fonte de investimento direto no país (Ministério das Comunidades, 2014). Assim justifica adoção de medidas políticas no sentido de lhe proporcionar melhores condições e atraí-la para o país, na condição de investidores, empresários e trabalhadores qualificados e especialistas, combatendo ao, mesmo temo a fuga de cérebros.

Este é o entendimento dos sucessivos governos do país e nesta ótica têm sido feito esforços com vista a criar e estabelecer parcerias, quer a nível nacional, quer internacional, de forma a definir políticas adequadas que incentivam cada vez mais o envolvimento da diáspora no processo de desenvolvimento.

#### **h) Estabilidade das instituições, do regime político e do ambiente social**

A projeção de Cabo Verde na cena internacional quer no plano político, quer no plano económico estriba-se em grande parte também na boa governação e estabilidade política e social. Com a abertura e transição política de forma pacífica, o país vê na estabilidade e a defesa de princípios democráticos, o respeito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e a promoção da boa governação como algumas das ferramentas

---

<sup>104</sup> Prevê-se o arranque para próximo ano letivo (2015/16) na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). O curso vai funcionar entre a Uni-CV, os hospitais nacionais e a Universidade de Coimbra.

<sup>105</sup>A estimativa é que o número de emigrantes e seus descendentes ultrapassam a população residente no país.

poderosas no contorno de certas vulnerabilidades e a escassez dos recursos naturais, ao mesmo tempo uma estratégia para a transformação. Na verdade, a observação desses princípios contribui para a estabilidade política, institucional e macroeconómica, elementos imprescindíveis ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo, constitui mais atração aos investidores, proporcionam mais visibilidade exterior do país e garantem acesso aos vários Programas internacionais de desenvolvimento.

Por conseguinte, a defesa e promoção desses princípios contribuem para a materialização do objetivo de inserção internacional, uma vez que fazem do país uma nação conhecida e muito bem posicionado no ambiente internacional, sendo uma referência a nível da sub-região Africana, em particular da CEDEAO. É prova disso, o posicionamento de Cabo Verde no que diz respeito a classificação no Índice Ibrahim de Governança em África em 2013, onde afigura em terceiro lugar no total de 52 países.

#### **4.2.2. Pontos Fracos**

Justificados os elementos de influência positiva na política externa cabo-verdiana, de seguida vamos justificar os pontos fracos que condicionam o processo de desenvolvimento do país e que exigem uma boa capacidade de resposta por parte da política externa.

##### **a) Reduzida dimensão do mercado doméstico que regista ainda uma elevada concentração**

O mercado cabo-verdiano é de pequena dimensão face aos objetivos de inserção internacional, tendo em conta a sua capacidade produtiva e de exportação. A carência de recursos naturais, a reduzida capacidade de produção agrícola<sup>106</sup> e o custo elevado de fatores de produção são os grandes obstáculos ao país na prossecução do desenvolvimento harmonioso, uma vez que limitam muito a produção e as exportações. Acrescido, a baixa capacidade tecnológica no setor da produção faz com que o mesmo apresente fraca competitividade a nível regional e internacional. Por conseguinte, esses condicionalismos fazem a base económica do país ser reduzida, estando concentrado em duas exportações, designadamente no turismo e na pesca, sendo estes os grandes impulsionadores na estruturação do PIB do país nos últimos tempos. Em sentido contrario, a necessidade do país em importar é grande durante todo o ano, fazendo com que a balança comercial apresente um saldo negativo ao longo dos tempos.

No que diz respeito aos destinos do comércio externo, os dados disponíveis mostram que a Europa é ao mesmo tempo o maior cliente e fornecedor, concretamente os mercados espanhol e português respetivamente. Face á conjuntura internacional e às limitações do país, a diversificação das exportações por produto e destino é uma realidade crítica e um desafio a contornar. Nesta linha, é entendimento do Governo de

---

<sup>106</sup> Cabo Verde produz apenas 20 a 30 por cento do consumo interno de alimentos, importando o restante (DECRP, 2011-2016).

que é necessário diversificar e expandir nos setores e *clusters* selecionados como parte da agenda de transformação económica (PGCV, 2011-2016), de modo a facilitar a construção de uma economia dinâmica, competitiva e inovadora. Deste modo, pretende-se fazer do arquipélago uma “*plataforma internacional de prestação de serviços de alto valor acrescentado com base em 7 clusters de competitividade*”, nomeadamente, turismo, economia marítima, serviços financeiros, tecnologia de informação e comunicação, agro-negócios, serviços financeiros, economia criativa e aero negócios (DECRP III, 2012-2016:22). A construção de novas parcerias, e a procura de novas fontes de financiamento são algumas ações da política externa nesse sentido.

#### **b) Debilidade na dotação de recursos naturais (hídricos, fundiários e biodiversidade) e da sua gestão**

A geografia de Cabo Verde e condições naturais adversas fazem com que fenómenos naturais como a seca, acrescido de uma utilização desajustada dos recursos naturais, particularmente água, solo e vegetação constituem seus grandes desafios. As chuvas escassas e irregulares e a existência de solos pouco férteis, determinam a tendência para a agricultura de sequeiro e subsidiária, estando a produção anual muito dependente da quantidade e distribuição da precipitação. Há registos no arquipélago de grandes períodos de seca e a pouca precipitação tem facilidades para um rápido escoamento devido a sua característica montanhosa e que por consequência é um dos agentes provocadores da erosão.

Todavia, os escassos recursos são determinantes na limitação do país, traduzindo em fraquezas com impactos diretos a nível interno. Grande parte da água para o consumo é dessalinizada, o que por sua vez consome grande esforço energético que para além do aumento da dependência desse fator, traz impactos sociais e ambientais.

#### **c) Elevada dependência do exterior, em especial tecnologia e energia, gerando custos fatoriais pouco competitivos**

A grande dependência e fragilidade do país, também se manifesta na grande necessidade de importação combustíveis fósseis. Por ser um setor estratégico do desenvolvimento, a energia exerce uma certa pressão sobre a estabilidade macroeconómica e os recursos ambientais do país. Ademais, a Agenda de transformação económica do país é muito condicionado à energia, uma vez que setores-chaves como o turismo e outras atividades económicas serão afetadas devido à grande dependência. Acresce ainda, o facto de o país não beneficiar da economia de escala devido à sua condição arquipelágica, fazendo com que cada ilha tenha necessidade das mesmas respostas em relação às infraestruturas (Brito, 2008). Referindo a mesma fonte, o consumo da energia fóssil em Cabo Verde é superior ao da União Europeia e esse consumo excessivo traz alguns desafios ao país, tanto de natureza estratégica, assim como de planeamento de infraestruturas.

Essa situação torna o país muito vulnerável aos choques externos com reflexos diretos no aumento de preços, tendo em conta uma eventual rutura no fornecimento mundial. Deste ponto de vista, torna-se importante que a política energética do país tenha em

consideração as oscilações dos preços internacionais e os impactos ambientais devido às alterações climáticas que afetam negativamente o desenvolvimento sustentado. Pressupõe deste modo, a necessidade de inovar privilegiando outras fontes de energias, concretamente as energias renováveis de forma a diminuir a dependência de importação, contribuindo para o equilíbrio da balança comercial, ao mesmo tempo que garante a sustentabilidade do ponto de vista ambiental, social, político e económico e, garante o fornecimento, distribuição e consumo de energia adequado a nível nacional (Brito, 2008), aumentando a competitividade do país.

#### **d) Dívida externa elevada que propicia uma dependência dos financiamentos e das ajudas exteriores**

Cabo Verde é um país estruturalmente vulnerável por razões anteriormente apontadas. Isso reflete na sua grande dependência dos financiamentos e das ajudas exteriores, designadamente, ajudas para o desenvolvimento em donativos ou empréstimos concessionais e também nas remessas provenientes da mão-de-obra a trabalhar no exterior. Com a globalização e a política de inserção no mercado internacional, o IDE tornou-se também num importante fator de desenvolvimento do país. Estes fatores juntos afiguram entre as principais fontes de financiamento da economia do país e conforme se constata, os maiores fluxos são provenientes da Europa.

No entanto, a necessidade de financiamento do setor público e, a fim de aproveitar as oportunidades no que diz respeito aos empréstimos concessionais junto de credores bilaterais, multilaterais e comerciais para a realização de investimentos fazem com que a dívida externa aumentasse de forma gradual, conforme avançamos, estando segundo os dados do Ministério das Finanças e Planeamento (2015), estimado a volta dos 82% do PIB em 2014.

Contudo, não obstante investimentos em setores importantes do desenvolvimento como infraestruturas portuárias e rodoviárias, agricultura, saúde, redução da pobreza e desigualdade social, água e saneamento e habitação social (Ministério das Finanças, 2014), o elevado nível de endividamento põe em perigo a sustentabilidade das finanças públicas e reflete negativamente na gestão orçamental e conseqüentemente no processo de desenvolvimento. Essa situação constitui um dos obstáculos na atração de investidores externos na medida em que manifesta indícios de alguma fragilidade económico-financeira do país e conseqüentemente situações de insegurança.

#### **e) Débil participação nos movimentos de integração económica regional**

Apesar de ter apostado muito cedo na integração sub-regional, a realidade é que o processo não tem sido fácil o país. Cabo Verde perante as aspirações de ancorar em plataformas estáveis e que proporcionassem melhores perspetivas de desenvolvimento, encontrou na sub-região onde se insere algumas situações que o motivaram a procura de novas ancoragens, isto é, parcerias mais dinâmicas.

Na realidade, a sub-região apresenta pouca atratividade comercial refletida no baixo fluxo do comércio, deixando pistas de que muito ainda falta por explorar nesse domínio.

Ademais, os sucessivos casos de instabilidade e a propagação de atividades criminosas que põe em causa a segurança individual e coletiva dos Estados, acrescidos às especificidades do país, traduzem em maiores obstáculos para uma plena integração. Contudo, não obstante os condicionalismos, nos últimos tempos o aprofundamento das relações tem sido um dos focos da política externa do país. O país abriga algumas instituições importantes nomeadamente, o Instituto da África Ocidental (IAO) cujo objetivo é fomentar a pesquisa internacional sobre integração regional e transformações sociais e o Centro para as Energias Renováveis e a Eficiência Energética da sub-região (CEREE) que poderão ser uma mais-valia no processo de integração.

#### **f) Insuficiência e irregularidade na rede de transportes e comunicações**

O desenvolvimento de Cabo Verde depende também do desenvolvimento do setor dos transportes. A insularidade e a descontinuidade territorial constituem grandes entraves na circulação de pessoas e mercadorias a nível nacional. Neste domínio, além da irregularidade, os altos custos também são constrangimentos críticos e assim sendo é necessidade prosseguir com investimentos nesse sector (PGCV, 2011-2016).

Sendo Cabo Verde um país com grande vocação turística onde o setor está em franco crescimento e com impactos diretos na economia, o desenvolvimento dos transportes tanto marítimos e aéreos além de melhorar a prestação dos serviços e facilitar maior integração inter-ilhas é uma necessidade fundamental. O reforço da legislação, da segurança e da fiscalização e investimentos neste domínio são imprescindíveis na salvaguarda dos interesses dos utentes<sup>107</sup>, uma vez que contribui para o bem-estar, facilita o turismo e ao mesmo tempo gera mais emprego e melhora as condições de vida das pessoas.

A nível internacional, como podemos ver a situação geoestratégica do país favorece o comércio mundial e é a intenção do país em aproveitar dessa potencialidade e fomentar o comércio nestes moldes, movido pela ambição de construir uma economia dinâmica, competitiva e inovadora com prosperidade partilhada por todos (PGCV, 2011-2016). No entanto, a exploração deste trunfo requer o desenvolvimento de infraestrutura para os padrões internacionais, aumentando deste modo a competitividade do país.

#### **g) Desemprego na camada jovem e pouca diversificação da oferta formativa**

Apesar dos esforços feitos para diminuir os efeitos da pobreza e os resultados positivos nesta matéria, ainda se registam casos de uma boa parte da população, sobretudo jovem de estarem desempregados. O desemprego em Cabo Verde atinge não só a classe menos qualificada mas também camadas com bons níveis de qualificação.

Essa situação revela a incapacidade do país em dar respostas a situações de emprego ou ainda mostra a desarmonia existente entre as ofertas formativas e as necessidades do mercado (DECRP III, 2012-2016). Ainda citando a mesma fonte, um estudo do Banco Mundial revela que, não obstante o país ter um mercado formal de emprego com características alternadas, a legislação referente ao mercado laboral pode ser

---

<sup>107</sup> Fazendo alusão ao naufrágio ocorrido em Janeiro deste ano numa das ligações inter-ilhas.

considerada rígida e um dos obstáculos ao investimento e, conseqüentemente, do emprego. Essa situação faz o país estar entre os piores classificados em relação aos países da África Subsaariana, com a notação de 3.75 num máximo de 7 e está classificado em 30º lugar, num total de 35 países.

Entretanto, nota-se a necessidade de flexibilidades legislativas de forma a impedir a redução da atratividade do país para investidores e a inibição da criação de emprego por parte de empresas nacionais. A nível da educação, é necessário a diversificação e introdução de novas componentes letivas como as TICs e a história, incluindo as línguas estrangeiras nomeadamente o inglês e o francês, de forma a proporcionar uma mão-de-obra competitiva.

### **4.2.3. Oportunidades**

Não obstante os pontos fortes e fracos que influenciam o campo relacional da política externa cabo-verdiana, o país também dispõe de algumas oportunidades que quando bem aproveitadas poderão traduzir-se em vantagens competitivas, melhorando a sua performance no mercado global. Assim, vamos de seguida discutir algumas dessas oportunidades no campo da sua política externa.

#### **a) Mercado de turismo mundial em forte expansão**

O turismo nos últimos tempos revela um setor que tem estado em franco crescimento a nível mundial, tendo registado um aumento de fluxo considerável, trazendo impactos positivos diretos na economia, á medida que ganha relevância no que diz respeito ao seu papel no desenvolvimento tanto económico pelo facto de gerar rendimento e empregos quer direto quer não, assim como impacto social (PEDT<sup>108</sup>/CV, 2010-2013). Segundo a mesma fonte, há boas perspetivas da expansão do setor no futuro e o “*turismo de sol e praia*”, tem dominado a procura, demonstrando o privilégio de territórios que reúnem essas características.

Deste modo, as características naturais específicas, acrescidos de outras condicionalidades favoráveis como a cultura e a história, traduzem em importantes atrativos de Cabo Verde em relação à sua competitividade como destino turístico. O reflexo disso está na constante procura do país como destino ao longo dos últimos anos e com impactos no crescimento do país, não obstante os efeitos negativos da crise económico-financeira.

Na linha da crescente procura e, baseando na política de alargamento da base económica do país e no registo de algumas fragilidades concorrenciais registadas no norte de África<sup>109</sup>, revelam ser algumas oportunidade para o país no reforço de investimentos nessa área, tanto a nível das infraestruturas, da qualificação de quadros,

---

<sup>108</sup> Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde.

<sup>109</sup> Referimos ao atentado registado na Tunísia a 26 de Junho do corrente ano.

dos incentivos aos operadores, da segurança, da saúde, entre outros, de forma a aumentar a competitividade e dinâmica de crescimento.

#### **b) Valorização das práticas de boa governação e transparência nas relações internacionais**

A boa governação e a transparência tem sido ferramentas importantes de Cabo Verde nas suas relações com os parceiros internacionais, na medida em que desde muito cedo o país tem apostado nessas condicionalidades para conseguir apoios externos e prosseguir o desenvolvimento. Agenda de Transformação do país, enquanto visão para o desenvolvimento a longo prazo e o caminho para potenciar o crescimento sustentado e expansão da economia de forma dinâmica, competitiva e inovadora, constitui uma oportunidade de continuar a apostar na expansão e no reforço da boa governação e da transparência.

De salientar que o país tem uma Parceria Especial com a União Europeia e beneficia dos fundos do MCA, cujo um dos pilares constituintes dessas relações é a Boa governação. No âmbito da Parceria, a possibilidade que o país tem de participar em algumas políticas e programas da UE, a convergência técnica e normativa onde beneficia da experiência da UE, constitui oportunidade de continuar a apostar na boa governação. Ademais, partindo do pressuposto de que atualmente *“a transformação sustentável a longo prazo somente é possível quando uma nação é bem governada”* (PGCV, 2011-2016:30) e no objetivo de continuar a colaborar com parceiros internacionais e países da região, a aposta na valorização das práticas de boa governação e transparência nas relações internacionais assumem de capital importância.

#### **c) Aprofundamento das Cadeias de Valor globais, incluindo cada vez mais uma maior componente de Serviços**

A Agenda de Transformação económica do país dependerá em grande medida da envolvimento do setor privado, sobretudo na capacidade de resposta á novas oportunidades, assim como no desenvolvimento de ideias inovadoras, criação de empresas, atração de parceiros estratégicos, aumento da produtividade, bem como a competitividade no mercado global (PGCV, 2011-2016). De facto, o país deverá depender mais da sua capacidade interna, inovando e abrindo o mercado para competir.

A nível nacional, os Serviços posicionam-se como determinantes na economia nacional estando o setor em franco crescimento. Entretanto, parece oportuno aproveitar ao máximo essa dinâmica e promover o crescimento inclusivo e a criação de empregos. Existem grandes oportunidades de ampliação da base económica e de desenvolvimento, através de cadeias serviços que acrescentem valor à produção nacional.

Entretanto, de acordo com o relatório sobre as Perspetivas Económicas em África (2014), não obstante algumas oscilações e concorrências, o país tem conseguido integrar nas cadeias de valor globais do turismo, resultando no crescimento económico do país. No entanto, pese embora o crescimento, o setor não conseguiu criar empregos e estimular outros setores da economia. No fluxo crescente desse setor, há uma

oportunidade aprofundar as cadeias de valor determinadas nos três setores principais, nomeadamente o turismo, o trabalho e os produtos do mar. Consideramos que pode-se desenvolver investimento em áreas-chaves, com exemplo a pesca, a agricultura e pecuária, entre outros, em estreita ligação com o turismo, fomentando assim a expansão da produção e o abastecimento de produtos e serviços da marca nacional. A verdade é que a capacidade do país perante esses desafios ou prioridades trará algumas demandas cujo desenvolvimento dos *clusters* identificados no Programa de Governo responderão.

Aproveitando novas oportunidades de negócios que aumentem a competitividade internacional do país através da ampliação e a diversificação da base produtiva, o país terá bases para se transformar numa plataforma de serviços internacionais conforme estipulado no Programa do Governo (2012-2016).

#### **d) Desenvolvimento tecnológico do setor das energias renováveis:**

Nos tempos atuais, o mercado das energias renováveis tem captado alguma atenção nos debates das questões de desenvolvimento, sobretudo quando se trata da promoção de um desenvolvimento sustentável (Borges e Morais, 2012).

Particularmente em Cabo Verde, a grande dependência de combustíveis fósseis para a produção de energia é um dos fatores que influenciam negativamente a economia. Com as suas condições naturais favoráveis neste sentido, designadamente o vento e o sol, a aposta nas energias renováveis é uma viável forma de reduzir a dependência de combustíveis e prosseguir com o desenvolvimento em defesa do ambiente. Neste sentido, o país vem ao longo dos anos apostar na implementação de energias renováveis no sentido de garantir melhores condições para o crescimento e competitividade da economia, assim como a melhoria do conforto e da qualidade de vida (PGCV, 2006-2011). Entretanto, consideramos que o facto de o país sediar o CERE, atrás referido, constitui uma oportunidade de continuar a apostar nessas fontes de energia.

#### **e) Perspetivas favoráveis ao crescimento e desenvolvimento de África**

A emergência de novas influências na economia mundial, inclusive em África constitui uma oportunidade para o país alargar e intensificar as suas relações comerciais. Segundo o Relatório do Progresso em África (2014), em grande parte da região tem registado crescimento económico. Isso deve-se à expansão das exportações, ao fluxo crescente do investimento estrangeiro e conseqüentemente da diminuição da dependência da ajuda. Acrescidos, a defesa dos princípios democráticos e a transparência devido a reformas registadas na governação estão a transformar o panorama político da região e estes constituem fortes motivos para otimismo.

Ainda de acordo com a mesma fonte, atualmente a África alberga algumas das economias de mais rápido crescimento do mundo. Algumas áreas-chave como a banca, a transformação de produtos agrícolas, as telecomunicações e a construção estão a ser dinamizados por grupos empresariais da região. Deste ponto de vista, denota-se porém



a possibilidade do país expandir a sua área de cooperação tanto a nível do comércio, assim como da segurança.

**f) Desenvolvimento da Integração regional africana, nomeadamente da CEDEAO de que Cabo Verde é membro**

Cabo Verde é membro da CDEAO desde os primeiros momentos da sua independência. Porém, a integração não tem sido fácil por motivos já apontados. Entretanto, como forma de aumentar a competitividade internacional, o país ambiciona transformar-se numa plataforma internacional de serviços de alto valor acrescentado e isso não se concretizará sem a plena integração em blocos económicos. Aliás, segundo o BAD (2014), para facilitar tal pretensão, o aprofundamento da cooperação económica e integração do país na região será uma condição necessária e fundamental.

Aliada a essa oportunidade, existem ainda outros motivos que impulsionam a aprofundamento da integração. Referimos concretamente à Parceria Especial que o país tem com a União Europeia, cujo um dos pilares é a integração regional e ainda o facto de o país ter demonstrado algum interesse nesse domínio como é o caso de ter sediado o Instituto da África Ocidental (IAO), conforme referido anteriormente. Entretanto, o desenvolvimento da integração na sub-região, podem abrir as portas a rede de empresas regionais, poderá facilitar acesso a novos consumidores e conseqüentemente poderá aumentar o fluxo das exportações nacionais.

#### **4.2.4. Ameaças**

Foram identificadas também alguns elementos que ameaçam as perspectivas de Cabo Verde face aos seus objetivos de melhorar a sua performance na competitividade global, que de seguida passaremos a descrever.

**a) Alargamento da concorrência internacional no quadro da Globalização**

A concorrência ao lado da interdependência é também característica da globalização. Isso desperta a necessidade de diversificar e adotar medidas políticas adequadas para se poder competir no mercado atual.

Cabo Verde em particular, face às suas características e dependência do exterior, a concorrência o faz confrontar com novos desafios perante a visão de incrementar dinamismo, competitividade e inovação que beneficie a todos conforme se ambiciona se não diversificar, modernizar e investir na qualificação dos recursos humanos de forma a torna-los capazes de competir no mercado concorrencial.

Deste ponto de vista, pressupõe dizer que já não é tão eficaz atrair investimentos pela via de incentivos fiscais aduaneiros, na medida em que cada vez mais é visível a importância dos chamados “*novos elementos de competitividade*”, designadamente: a acessibilidade aos mercados de exportação, a capacitação dos recursos humanos, a existência de capacidades nacionais tanto nos sectores público e privado capazes de envolver nas políticas e negociações internacionais, a existência de infraestruturas de

comunicação e transportes nos domínios rodoviário, marítimo e aéreo e com preços acessíveis, a facilidade do crédito, a disposição de plataformas de informação e comunicação viáveis e a acessibilidade nos custos, assim como a disponibilidade de fatores de produção, principalmente energia e água. Entende-se deste modo que estes fatores traduzem-se em elementos fundamentais da competitividade da economia (DECRP III, 2012-2016:34), na medida em que melhora as competências em encerrar a concorrência.

#### **b) Manutenção de focos de Instabilidade financeira internacional**

A economia de Cabo Verde como vimos anteriormente, é caracterizada como sendo pequena e aberta, fortemente condicionada pela conjuntura externa, devido a grande dependência do comércio internacional, sobretudo de importações de energia e de alimentos. Associado, inclui os fluxos de capitais provenientes do estrangeiro, nomeadamente remessas de emigrantes, IDE e ajudas ao desenvolvimento. Ainda, a taxa de câmbio indexada ao euro faz com que o crescimento do país ficasse condicionado ao crescimento da zona euro, além do fluxo de investimento estrangeiro e outros fatores de crescimento, assim como as relações comerciais com o exterior em mais 50%, estão mais concentradas nas economias europeias.

Desse ponto de vista, é notório nos últimos tempos um abrandamento no crescimento do país devido a influência negativa da conjuntura global que afetou fortemente o mundo e a Europa, trazendo algumas incertezas para a economia do país. Além dessas evidências, acresce ainda casos de tensão geopolítica no Médio Oriente que, segundo o FMI, podem trazer consequências negativas ao país no que respeita aos preços internacionais do petróleo (DECRP III, 2012-2016). Denota-se no entanto, que as oscilações internacionais trazem algumas incertezas no que respeita aos fluxos de recursos provenientes do exterior e dão indícios de que a economia do país continua a registar um ritmo moderado de crescimento, pondo em causa o cumprimento de certos objetivos estipulados.

#### **c) Reforço dos fenómenos de instabilidade política na região**

A sub-região onde o país se insere é marcada por notáveis casos de instabilidade que afetam profundamente a integração e conseqüentemente o processo de desenvolvimento. Motivados por casos de golpes de Estados, conflitos armados, circulação ilegal de armas, corrupção entre outras situações, traduzem na instabilidade que de certa forma tem sido alguns dos obstáculos á política de intensificação das relações na região e ao mesmo tempo ameaçam à segurança.

Cabo verde com a sua característica de insularidade e vastidão marítima, a predominância e o reforço desse fenómeno não deixa de ser uma ameaça, na medida em que apresenta alguma atratividade. Algumas dessas conseqüências remetem para situações ilegais como é o caso da migração por mar, onde o país tem servido de escala para outras paragens ou para fixação de migrantes. Neste caso, se a vigilância não for eficaz ou caso venha a diminuir, esse problema poderá intensificar ainda mais os problemas do país, podendo afetar os setores-chaves do crescimento do país, como é o

caso do turismo, na medida em que põe em causa a sua segurança e a boa imagem. Deste modo, consideramos esse problema como uma das verdadeiras ameaças aos seus objetivos.

**d) Novas formas de crime organizado à escala internacional que afetam a segurança individual e coletiva**

A globalização também se caracteriza pela expansão da criminalidade e Cabo Verde em particular não está imune aos seus efeitos. Essas situações despertam para a necessidade de imprimir mais e melhores mecanismos de segurança e combate de forma a prosseguir com desenvolvimento harmonioso e sustentado, partindo do pressuposto que a segurança favorece desenvolvimento e vice-versa. A nível internacional, o aumento do tráfico assim como situações de pobreza e falta de oportunidades aliciam a formação de quadrilhas para atividades criminosas. De entre os crimes transnacionais de proporção mundial e que ameaçam a segurança dos Estados, destacam-se o terrorismo, o narcotráfico, a imigração ilegal, a proliferação de armas, a pirataria marítima e os ataques cibernéticos.

Cabo Verde em particular insere numa região onde o fluxo da criminalidade tem ganho proporções preocupantes que conseqüentemente tornam uma das maiores ameaças a escala mundial. Referindo-se ao narcotráfico que tem tido grandes fluxos na sub-região e a via marítima tem sido uma das maiores preferências, não obstante ter-se registado também casos onde o transporte aéreo é usado para evacuação de drogas (UNODC, 2013). Ainda é de referir a predominância de grupos radicais que perpetuam insurreições violentas, constituindo por conseguinte verdadeira ameaça.

Perante essas evidências, sendo Cabo Verde um país insular e de grande extensão marítima e, movida pela sua vocação de transformar-se *“num hub internacional de serviços em áreas tais como a pesca, o trans-shipment (passageiros e carga), as finanças, o turismo de elevado valor acrescentado, as tecnologias de informação e a indústria cultura”* (PGCV, 2011-2012:37), é de suma importância adotar mecanismos que visam maior controlo e fiscalidade e, conseqüentemente garantir a segurança nacional. Sendo que nenhum Estado pode combater de forma isolada e com sucesso esses ilícitos, apela-se a uma maior colaboração e a cooperação com demais parceiros internacionais.

**e) Consolidação das tendências em curso sobre as alterações climáticas**

As Mudanças Climáticas ligadas em boa parte às atividades humanas cuja maior intensidade regista-se na era da globalização, afiguram-se como alguns dos sérios problemas que ameaçam a humanidade e o desenvolvimento sustentado. Relacionam a essas atividades a alteração do uso do solo, da agricultura, do tratamento de resíduos e dos processos produtivos, incluindo a queima de combustíveis fósseis. As conseqüências delas derivadas relacionam à degradação do ambiente e por conseguinte dos recursos naturais que são a base de produção da economia.

Nessa perspetiva, pressupõe que a construção de uma economia dinâmica, competitiva e inovadora e com prosperidade que beneficia a todos, referida anteriormente, passa

também pela preservação do ambiente, dado que as características naturais do país fazem-no ser muito suscetível á condições climáticas adversas. De acordo com o BAD (2014), desde a segunda metade do século XX, o cenário ambiental do país tem registado algumas variações e com projeções futuras como é o caso do aumento da temperatura, traduzindo num futuro mais quente e seco. As consequências apontam para ameaças a setores importantes como a agricultura, a pecuária, o turismo, as infraestruturas ao longo da costa<sup>110</sup>, a segurança alimentar, entre outros setores de capital importância para o país. Perante essa eventualidade, as situações do país no que diz respeito ao desenvolvimento e aos esforços de redução da pobreza podem agravar (PNUD-CV, 2012), fazendo apelo à adoção de medidas que visam minimizar esses efeitos.

#### **f) Alteração do quadro da cooperação internacional, em especial nos Acordos entre a União Europeia e os países ACP**

Cabo Verde ao longo da sua história como país independente, tem encontrado na cooperação internacional alternativas viáveis para a resolução dos seus problemas. Ao mesmo tempo, o país conseguiu atingir um certo patamar de desenvolvimento que contribuiu para a projeção da sua imagem na cena internacional, não obstante alguns desafios.

A União Europeia tem sido um dos importantes parceiros desde os primeiros momentos, disponibilizando os primeiros fundos de desenvolvimento ao país em 1977. Desde então, além desses fundos que ainda nos tempos atuais revelam ser de muita importância, o país tem beneficiado com outras preferências da UE no âmbito das relações com os países do grupo ACP, nomeadamente o Sistema de Preferências Generalizadas (SPG+)<sup>111</sup>, desde Dezembro de 2011.

Tendo em conta o limite do Acordo de Cotonou no qual estriba as relações entre as duas partes e, algumas divergências registadas ao longo dos tempos devido a introdução de novos mecanismos de cooperação, as relações dão sinais de rutura ou mesmo a continuidade em moldes diferentes num futuro próximo, de modo que poderá ser uma ameaça aos objetivos de desenvolvimento de Cabo Verde em particular.

### **4.3. Linhas de Orientação Estratégicas**

Após identificar na matriz SWOT e fundamentar os elementos que consideramos ser favorecedores, bem como aqueles que poderão restringir o processo de desenvolvimento de Cabo Verde, de seguida vamos apresentar algumas linhas de orientação estratégica que permitirão maximizar as forças e as oportunidades, ao

---

<sup>110</sup> Devido á subida do nível do mar

<sup>111</sup> “O SGP+ é um Acordo de Parceria Económica (APE) que garante um melhor acesso aos mercados europeus para os produtos e serviços cabo-verdianos, desde que haja um compromisso de implementação efetiva das 27 convenções internacionais mais importantes em termos de respeito pelos direitos humanos e laborais, pelo ambiente e boa governação” (Espírito Santo Research, 2014:28).

mesmo tempo minimizar os efeitos das fraquezas e das ameaças, permitindo assim prosseguir a dinâmica do desenvolvimento do país.

Deste modo, tendo em conta os ambientes interno e externo consideramos ser pertinentes as seguintes orientações estratégicas designadamente: aprofundar e desenvolver novos laços de cooperação e parcerias; reforçar a aposta na democracia, na liberdade e na boa governação; Diversificar e expandir a base produtiva para melhorar a competitividade; Reforçar o desenvolvimento das energias renováveis; Prosseguir a capacitação dos recursos humanos orientada para as necessidades mercado, além de outras estratégias possíveis.

#### **4.3.1. Aprofundar e desenvolver novos laços de cooperação e parcerias**

No mundo globalizado em que se vive atualmente cujo impacto dos fenómenos não limita fronteiras, as parcerias internacionais continuam sendo de extrema importância, mormente quando se trata de procura de soluções para assuntos de interesse global. Confrontamos assim, com a propagação de diversas situações que fomentam a interdependência e a competitividade e outras que ameaçam a paz e a segurança internacional que ao mesmo tempo interferem no processo de desenvolvimento. Assuntos ligados ao ambiente, á educação, á saúde, á segurança, ao comércio, entre outros elementos indispensáveis ao desenvolvimento humano sustentado, são algumas das questões que a globalização acarreta e que despertam para a necessidade de congregação de sinergias por parte dos diferentes atores internacionais, assim como aprofundar os laços de cooperação de forma a encontrar as melhores respostas.

Particularmente, Cabo Verde face as suas debilidades e ameaças a que está sujeito, o aprofundamento das boas parcerias conquistadas ao longo dos tempos, assim como estabelecimento de novos laços parecem ser estratégias imprescindíveis a desenvolver. É desse ponto de vista e na defesa de interesses nacionais que desde sempre a sua política externa esteve empenhado no estabelecimento de parcerias internacionais, definindo-as como importantes vias para a resolução dos problemas.

De entre os parceiros estratégicos do país por um lado, a UE, os EUA e Portugal ao longo dos tempos têm atuado em áreas-chave de desenvolvimento cujo impacto reflete nos avanços registados em termos de desenvolvimento e consequentemente na sua transição á categoria de PDM. Por outro lado, poderá explorar e aprofundar laços com outros parceiros, nomeadamente na Ásia e América Latina, pontos onde o eixo da economia mundial está a orientar-se. É igualmente importante aprofundar a participação e o envolvimento em organizações internacionais e regionais como as Nações Unidas, a União Africana, os ACP, a CPLP e as RUP, sem deixar de privilegiar as relações na sub-região africana, isto é, na CEDEAO. Essa iniciativa confere ao país mais espaços no que diz respeito à cooperação económica e empresarial tanto nos domínios público e privado e, melhora o ambiente de negócios e o seu nível de competitividade.

De igual modo, o aprofundamento dessas parcerias são cruciais no reforço da cooperação sobre segurança, mormente a relacionada com a segurança marítima, o combate ao tráfico ilegal e outras formas de criminalidade internacional que afetam o processo de desenvolvimento.

Assim sendo, dos elementos identificados na matriz SWOT, essa estratégia parece-nos ser de suma importância, na medida em que permitirá reforçar algumas oportunidades e potencialidades do país, ao mesmo tempo que facilitará nas respostas que visam mitigar algumas ameaças e fraquezas, conforme apresentamos no quadro que se segue:

**Quadro nº 3:** Interação LOE 1 – Forças, Oportunidade, Fraquezas e Ameaças.

<b>Linha de orientação estratégica (LOE 1)</b>	<b>Maximiza Forças</b>	<b>Maximiza Oportunidade</b>	<b>Minimiza Fraquezas</b>	<b>Minimiza Ameaças</b>
Aprofundar e desenvolver laços de cooperação e parcerias estratégicas	Posição geoestratégica privilegiada;  Experiência adquirida nas relações internacionais;  Pertença à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;	Perspetivas favoráveis ao crescimento e desenvolvimento de África;	Reduzida dimensão do mercado doméstico que regista ainda uma elevada concentração;  Débil participação nos movimentos de integração económica regional;	Novas formas de crime organizado à escala internacional que afetam a segurança individual e coletiva;  Alteração do quadro da cooperação internacional em especial nos Acordos entre a União Europeia e os países ACP;

**Fonte:** elaboração própria

#### **4.3.2. Reforçar a aposta na democracia, na liberdade e na boa governação**

Ao longo dos tempos, a defesa dos princípios democráticos, o respeito pelas liberdades e o fomento da boa governação revelaram ser determinantes para Cabo Verde no estabelecimento e reforço de laços com os principais parceiros de desenvolvimento. Ou seja, são as principais armas de atuação do país no ambiente internacional e são decisivos na captação de APD e o IDE, ao mesmo tempo que facilitaram a aproximação e maior envolvimento nos Organismos internacionais. Podemos referir a exemplos concretos, entre outros, a adesão á OMC, ao estabelecimento da Parceria Especial com

a UE e ao acesso aos fundos do MCA disponibilizados pelos EUA. É nesta linha que a promoção e a defesa desses princípios são consideradas como recursos estratégicos para a transformação do país e definidos nos sucessivos Programas do Governo, uma vez que *“o estímulo à liberdade, enquanto valor fundamental da consolidação da democracia, é o pilar para a construção de uma Nação empreendedora”* (PGCV-2011-2016:30). Isto é, estes são considerados como sendo uma necessidade básica para a transformação de uma Nação.

Entretanto, a aposta na defesa desses princípios pressupõe a existência de uma administração pública eficaz, a transparência na gestão dos recursos, o favorecimento do ambiente de negócios, a eficácia na justiça, a garantia da segurança aos cidadãos e das suas liberdades individuais, entre outros que facilitam o processo de desenvolvimento. Assim sendo, haverá maiores condições e liberdades de ação, mais credibilidade internacional e mais investimentos externos. Dado a pertença á uma Comunidade marcada pela instabilidade política e social, é fundamental que a experiência e a política externa do país atuem junto dos parceiros internacionais e países da sub-região com vista a garantir a paz e a segurança, ao mesmo tempo atrair investimentos que garantam a continuidade do processo de desenvolvimento e mais visibilidade internacional.

Consideramos pois, que a aposta na continuidade da defesa desses princípios é uma estratégia fundamental para o país e que terá impactos nos pontos identificados na matriz SWOT de acordo com o quadro que se segue:

**Quadro nº 4:** Interação LOE 2 – Força, Oportunidade e Ameaça.

<b>Linha de orientação estratégica (LOE 2)</b>	<b>Maximiza Força</b>	<b>Maximiza Oportunidade</b>	<b>Minimiza Fraqueza</b>	<b>Minimiza Ameaça</b>
Reforçar a aposta na democracia, na liberdade e na boa governação;	Estabilidade das instituições, do regime político e do ambiente social;	Valorização das práticas de boa governação e transparência nas relações internacionais;		Reforço dos fenómenos de instabilidade política na região;

**Fonte:** elaboração própria

#### 4.3.3. Diversificar e expandir a base produtiva para melhorar a competitividade

Os avanços de Cabo Verde registados no âmbito da sua política de desenvolvimento, como é o caso da sua graduação da lista dos Países Menos Avançados (PMA), em certa medida traduzem em renovados desafios que requerem dinamismo e inovação de forma a imputar maiores capacidades de resposta a esses desafios. Uma das consequências da graduação do país á categoria de PDM é a previsibilidade de redução da ajuda ao desenvolvimento por parte dos parceiros e a limitação do acesso a financiamentos concessionais a médio e longo prazos. Perante esses cenários, torna-se imperativo implantar novas medidas económicas que visam aumentar a produtividade e ao mesmo tempo reduzir gradualmente a dependência dos fluxos externos. De igual modo, é necessário adoção de normas e padrões para os produtos nacionais, fazendo-os estar de acordo com as melhores práticas internacionais.

A diversificação e expansão da base produtiva são condições necessárias para a garantia da competitividade económica do país. Nesse aspeto, o setor privado deverá assumir o papel de principal fonte de criação de riqueza. É com base nesse entendimento que se considera que é *“o sector privado quem lidera a inovação, cria empregos, tecnologias e manufactura produtos”* (PGCV, 2011-2016:19). Desse ponto de vista, a política externa e a diplomacia económica terão um importante papel a desempenhar na mobilização de investidores nacionais e externos e na promoção das potencialidades de investimentos oferecidas pelo país, de modo a fomentar a inovação e ampliar a capacidade produtiva e a competitividade do país. Um recurso importante a ser aproveitado desse ponto de vista é a diáspora que ao longo dos tempos tem demonstrado grandes interesses em investir em diversos domínios.

No entanto, é notória a dificuldade que o país enfrenta no que diz respeito á penetração em mercados internacionais, na medida em que as preferências dos seus produtos apresentam tendências decrescentes, estando limitadas em mercados muito reduzidos. Daí surge a necessidade de diversificar e expandir a economia com base nos sectores e *clusters* identificados. É nessa perspetiva que consideramos ser pertinente essa estratégia, na expectativa de que ela virá melhorar a performance do país e conduzi-lo a progressos a longo prazo. Serão fundamentais, a qualificação do capital humano, a inovação tecnológica, assim como a qualidade de políticas económicas propiciadoras.

A implementação dessa estratégia a nosso ver permitirá superar ou minimizar alguns constrangimentos que o país enfrenta na medida em que favorecerá o aumento da produção e a acessibilidade dos custos, assim como o surgimento de empresas capazes de competir em áreas-chave como o turismo, transportes, telecomunicações, energia, entre outros que se revelarem importantes. Assim, consideramos que terá impactos diretos nos elementos identificados na matriz SWOT, conforme á baixo discriminados:



**Quadro nº5:** Interação LOE 3 – Forças, Oportunidade, Fraquezas e Ameaças.

<b>Linha de orientação estratégica (LOE 3)</b>	<b>Maximiza Forças</b>	<b>Maximiza Oportunidade</b>	<b>Minimiza Fraquezas</b>	<b>Minimiza Ameaças</b>
Diversificar e expandir a base produtiva para melhorar a competitividade	Focalização na diplomacia económica e ambiente favorável aos negócios;  Diáspora cabo-verdiana envolvida ativamente no desenvolvimento do país;	Aprofundamento das Cadeias de Valor globais, incluindo cada vez mais uma maior componente de Serviços;	Insuficiências e irregularidade na rede de transportes e comunicações;  Dívida externa elevada que propicia uma dependência dos financiamentos e das ajudas exteriores;	Alargamento da concorrência internacional no quadro da Globalização;  Manutenção de focos de Instabilidade financeira internacional;

**Fonte:** elaboração própria

#### **4.3.4. Reforçar o desenvolvimento das energias renováveis**

A dependência de combustíveis fósseis para a produção da energia é um dos grandes desafios de Cabo Verde na prossecução de um desenvolvimento harmonioso e sustentado. A constelação internacional instável e os preços internacionais inconstantes são as grandes preocupações do país face ao fornecimento da energia, com interferências diretas em áreas-chave de desenvolvimento. Assim sendo, é de capital importância encontrar alternativas que facilitam o abastecimento e minimizar os impactos negativos que a importação de combustíveis trazem para a economia do país.

Dado a essa realidade, nos últimos tempos o país vem exercendo a influência da sua política externa junto de parceiros internacionais com o propósito de tentar amenizar a dependência desse recurso energético a longo prazo, apostando no investimento em energias renováveis. Pese embora os investimentos públicos nesse setor, considera-se que a envolvimento do setor privado nessa matéria será crucial na medida em que este permitirá a introdução de novas capacidades técnicas que contribuem para a melhoria no fornecimento. Convém realçar que Cabo Verde situa numa região onde *“a estrutura e quadros institucional, regulador, legal e tarifária são praticamente inexistentes ou mal implementados”* (CEDEAO, 2012:18), acrescidos do fraco incentivo ao investimento privado no setor das energias renováveis. Torna necessário porém, a concessão de incentivos fiscais em prol desse setor.

Um dos passos importantes nesse domínio e com vista a reverter essa situação no país foi o acolhimento do Centro para as Energias Renováveis e a Eficiência Energética (CEREE)<sup>112</sup> a nível da CEDEAO. Esse Centro conta com o apoio da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO)<sup>113</sup> e dos governos da Áustria, Cabo Verde e Espanha. Internamente como resultado dos esforços já feitos na implementação e desenvolvimento dessa fonte de energia, já se regista mais de 20% de cobertura, estando em previsão uma meta de 50% até o ano 2020. É crucial nesse domínio que a política externa do país continue a aposta na no estabelecimento de novas parcerias internacionais com vista a mobilizar mais financiamentos para a concretização desse desiderato.

Assim, é nosso entendimento que o desenvolvimento dessa estratégia e a sua materialização terá influências sobre os pontos identificados na matriz SWOT de acordo com o quadro abaixo:

**Quadro nº6:** Interação LOE 4 – Força, Oportunidade, Fraquezas e Ameaça.

<b>Linha de orientação estratégica (LOE 4)</b>	<b>Maximiza Força</b>	<b>Maximiza Oportunidade</b>	<b>Minimiza Fraquezas</b>	<b>Minimiza Ameaça</b>
Reforçar o desenvolvimento das energias renováveis;	Parcerias estratégicas internacionais diversificadas;	Desenvolvimento tecnológico do setor das energias renováveis;	Debilidade na dotação de recursos naturais (hídricos, fundiários e biodiversidade) e da sua gestão;  Elevada dependência do exterior, em especial tecnologia e energia, gerando custos fatoriais pouco competitivos;	Consolidação das tendências em curso sobre as alterações climáticas;

**Fonte:** elaboração própria

<sup>112</sup> Agência especializada da CEDEAO cuja responsabilidade é promover os mercados de energias renováveis e eficiência energética a nível da sub-região. Ademais, tem o objetivo de formular políticas, reforçar capacidades e criar mecanismos de garantia de qualidade, bem como elaborar planos de financiamento do setor.

<sup>113</sup> Acrónimo de United Nations Industrial Development Organization

#### **4.3.5. Prosseguir a capacitação dos recursos humanos orientada para as necessidades mercado**

Desde os primórdios da independência nacional, Cabo Verde tem feito grandes esforços no sentido colmatar o défice registado na educação tanto em termos de infraestruturização como no aumento do nível de escolaridade da população. A este respeito o país conseguiu resultados satisfatórios, tendo progredido gradualmente da escolarização básica á formação superior.

No entanto, os tempos atuais marcados pela concorrência, mostram que não basta apenas o conhecimento para competir no mercado global e fomentar o crescimento económico mas também, que depende da orientação que lhe é dado e a forma como utiliza-lo. Desse ponto de vista, pressupõe que um dos elementos que fomenta a competitividade é a coordenação entre a oferta formativa e as necessidades do mercado. Assim, a adoção dessa política contribuirá para prevenir o desajuste entre a mão-de-obra qualificada e a produtividade, contrariando cenários similares registados outrora no país (DECRP III). Porém, segundo a mesma fonte atrás referida, considera-se que o défice de mão-de-obra qualificada constitui um dos obstáculos de Cabo Verde na atração de investidores, uma vez as empresas não têm preferências em investir em países onde a qualificação em termos profissionais é deficitária.

Todavia, perante os desafios e ambições desenvolvimentistas do país, a diversificação da oferta formativa, ajustando-a *“em função das prioridades de desenvolvimento social, económico e cultural”* (PGCV-2011-2016:29), e o estabelecimento de programas que facilitam acesso a informações atualizadas sobre o mercado laboral são de capital importância para o fomento do crescimento económico, na medida em que cria capacidades e responde as demandas do mercado. Neste particular, a política externa do país deverá atuar junto dos parceiros, investidores e instituições vocacionadas a fim de estabelecer parcerias, desenvolver intercâmbios e outras iniciativas que se revelarem convenientes. De entre as várias áreas de interesse económico, o investimento na formação linguística será de capital importância, dado a grande vocação turística do país. De igual modo, é importante continuar a apostar na promoção do desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação e, na formação técnica de forma a assegurar a diversificação e garantir que haja padrões e qualidades, criando por conseguinte condições que permitam competir no mercado global.

Assim, entendemos que o desenvolvimento dessa estratégia terá impactos sobre os pontos identificados na matriz SWOT, designadamente:

**Quadro nº7:** Interação LOE 5 – Força, Oportunidade e Fraqueza.

<b>Linha de orientação estratégica (LOE 5)</b>	<b>Maximiza Força</b>	<b>Maximiza Oportunidade</b>	<b>Minimiza Fraqueza</b>	<b>Minimiza Ameaça</b>
Prosseguir a capacitação dos recursos humanos orientada para as necessidades mercado;	Progressos registados nos indicadores de desenvolvimento humano sustentável;	Mercado de turismo mundial em forte expansão;	Desemprego na camada jovem e pouca diversificação da oferta formativa;	

**Fonte:** elaboração própria

#### **4.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO**

Neste capítulo identificamos alguns dos elementos que compõe a matriz SWOT da política externa cabo-verdiana na prossecução do desenvolvimento. Identificados e fundamentados, traçamos algumas linhas de orientação estratégica que consideramos ser pertinentes para influenciar as relações do país na busca de alternativas de desenvolvimento e competir no mercado global.

As forças identificadas são aspetos que exercem influências positivas no quadro relacional e quando bem aproveitados poderão facilitar o país nas suas negociações com os demais parceiros internacionais. Volvido por uma série de vulnerabilidades, o aproveitamento eficaz das suas forças ao longo dos tempos fez com que seja possível minimizar certos efeitos, consumados no índice do desenvolvimento. Deste modo, com o fito de dar continuidade ao processo e posicionar na cena internacional, torna-se necessário o uso dessas influências.

Quanto às fraquezas identificadas e descritas ao longo desta secção, constatamos que relacionam sobretudo com a falta de recursos que o país enfrenta e a sua incapacidade em diversificar e fomentar as relações comerciais. A grande dependência externa deve ser minimizada através de adoção de políticas e medidas eficazes de modo a prosseguir um desenvolvimento humano e sustentado, o que consideramos ser importante a adoção das estratégias apresentadas.

As ameaças relacionam sobretudo com as suas fragilidades de ordem estruturais, nomeadamente a escassez de recursos que motiva a dependência do exterior, aspetos ligados ao ambiente e a segurança, que poderão ser minimizados através de envolvimento em parcerias.

Assim, aproveitando das oportunidades identificadas, o país poderá investir nas parcerias internacionais, na qualificação e diversificação da base produtiva com vista a

expandir o mercado numa estratégia de parceria público-privado, apostando nos recursos internos de forma a melhorar a sua performance no mercado global. Consideramos porém, ser possível mitigar os efeitos adversos e aumentar a competitividade, contando com os pontos fortes, mormente a experiência e o prestígio adquiridos no âmbito das relações internacionais ao longo dos tempos que consideramos ser uma mais-valia nesse aspeto.

## CONCLUSÃO GERAL

Ao longo da nossa investigação tivemos a oportunidade de fazer uma viagem ao percurso do desenvolvimento de Cabo Verde e ficámos convictos de que não basta um país ser dotado em termos de recursos materiais para conseguir trilhar o caminho de desenvolvimento. Na realidade, os recursos são necessários, mas acima de tudo é imprescindível capacidade de organização e de gestão e, uma estratégia adequada para prosseguir o relacionamento com os demais parceiros na cena internacional. A trajetória que Cabo Verde tem feito ao longo dos anos, tendo em conta os condicionalismos naturais e a sua situação socioeconómica aquando da independência, encoraja-nos a afirmar tal convicção, pois o seu exemplo demonstra que é possível conseguir fomentar o crescimento e o desenvolvimento, fazendo bom uso da sua política externa.

É nessa perspetiva que a política externa surge como uma ferramenta fundamental de um Estado no estabelecimento de relação com outros Estados. É ela que delinea as orientações do país além-fronteiras e quando manifestar-se de carácter responsável e em defesa de interesses comuns, normalmente concretizar-se-á em integração, cooperação, estabelecimento de acordos, entre outros provimentos que se manifestarem pertinentes. Assim sendo, ficam pistas de que efetivamente a política externa e o desenvolvimento de um Estado relacionam-se entre si.

A questão na qual estriba a nossa investigação procurou perceber como é que a política externa e diplomacia conseguiram influenciar positivamente a viabilização e afirmação do Estado e ao mesmo tempo tornaram fontes de transformação e desenvolvimento de Cabo Verde.

Entretanto, consideramos que a resposta á essa questão está intrínseca na equidistância, neutralidade e capacidade de relacionamento com demais atores na cena internacional e, na defesa e promoção de princípios globalmente partilhados. Consideramos pois, que basta olharmos para os tradicionais parceiros do país do ponto de vista das suas ideologias e valores, como é o caso dos exemplos da Cuba, dos EUA e da ex-URSS, para apercebermos da importância e da possibilidade de elaborar e conduzir de forma neutra a política externa em prol do desenvolvimento. Em certa medida, esse posicionamento pragmático no que diz respeito às relações internacionais, relaciona-se ao facto de Cabo Verde ser extremamente frágil em termos de recursos e dependente do exterior. Essas situações incita-o á procura de soluções que garantem o desenvolvimento baseando na sua política externa, cujos resultados espelham no estabelecimento de relações com diferentes parceiros internacionais. O resultado desse empenhamento manifestam a vontade e a capacidade que o país teve em projetar o seu *soft power* e melhorar a sua perceção a nível mundial.

Isso ressalta a importância do relacionamento entre o contexto interno e externo, conforme defende os analistas da política externa. No caso de Cabo Verde, a relação entre a política interna e externa teve grande influência no seu relacionamento além-fronteira. O país apercebeu-se que é necessário essa simbiose para que a política

externa se transforme em motor de desenvolvimento. Na verdade, ao longo dos tempos a boa governação, o respeito pelos princípios democráticos e Estado de direito, o respeito pelos direitos humanos e a boa gestão e transparência têm sido elementos importantes para o país na mobilização dos parceiros em prol do desenvolvimento e estes têm tido resultados positivos. Estes constituem recursos estratégicos de transformação do país, na medida em que garantem a paz social e a estabilidade política, institucional e macroeconómica necessárias ao desenvolvimento, assim como permite fazer a previsibilidade para o funcionamento da economia (PGCV, 2011-2016).

A dinâmica do crescimento do país tem sido constante ao longo dos tempos e o resultado tem demarcado de países bem dotado em termos de recursos materiais. Para nos facilitar nesta conclusão, achamos ser pertinente contextualizar o país na região onde está inserido, tendo em consideração a performance no crescimento e desenvolvimento. Assim, não obstante outras avaliações em o país ocupa lugares de topo, os dados da *World Economic Forum* contidos no Relatório da Competitividade 2014-2015 e outros relatórios internacionais, mostra-nos a dinâmica constante de crescimento do país, estando em média superior á região da África Subsariana ao longo dos tempos. Consideramos entretanto, que isso associa-se á capacidade da ação diplomática do país, cujo foco essencial é captar meios que garantem o desenvolvimento, estando ainda associado á sua capacidade de gestão de recursos postos á disposição. É nesta lógica que a política externa do país procurou sempre adaptar á realidade atual, atuando de acordo com cada momento histórico.

Destacam-se a esse respeito três momentos marcantes designadamente: o não-alinhamento nas fileiras ideológicas no contexto da Guerra Fria como forma de garantir espaços de atuação no cenário internacional (Graça, 2004) e atração de recursos para a satisfação das necessidades básicas; a abertura política e económica com enfoque na diplomacia económica no intuito de acompanhar as evoluções no ambiente internacional, período em que se presenciou uma transformação qualitativa fundamental na economia cabo-verdiana; e a adoção de novas medidas para fomentar o crescimento, assim como para responder aos efeitos adversos da crise económico-financeira global que se fez sentir ultimamente (Estevão, 2015). Denota-se assim, que a política externa do país ao longo dos tempos tem focado para os objetivos de desenvolvimento e, segundo a conceção de Costa e Pinto (2014:165), esse posicionamento tem sido de forma *“homogénea, coerente nos princípios, pragmática na acção e sem variações conceptuais substantivas”*.

Esse pragmatismo da política externa conduziu o país á procura de espaços que dão maiores garantias de desenvolvimento, situação que revela um afastamento de espaços marcados pela instabilidade como é o caso da vizinha região africana. Nessa linha, o país focou as suas relações sobretudo para a Europa e Estados Unidos da América e o resultado está marcado nas boas parcerias que conseguiu estabelecer. Através dessas parcerias o país conseguiu grandes feitos, investindo nas pessoas com vista a fomentar um Desenvolvimento Humano sustentado. Alguns exemplos desses investimentos remetem-nos para expansão e melhoria da eletrificação e abastecimento da água

potável, a expansão do ensino com foco para o meio rural onde registava grande percentagem de analfabetismo, a melhoria das condições de acesso à saúde, entre outras medidas importantes e de impactos diretos na melhoria de condições de vida. Essas melhorias foram determinantes na graduação do país à categoria de PDM. Ainda na linha das parcerias internacionais frutos do pragmatismo e coerência da política externa, o país conseguiu outros registos importantes nomeadamente, a adesão à OMC por via de negociações, o acesso aos fundos do MCA dos EUA e a Parceria Especial com a União Europeia que abre portas à novas oportunidades.

No entanto, não obstante esse pragmatismo e a coerência da política externa cujos resultados estão refletidos no Índice do Desenvolvimento Humano do país, ainda continuam a persistir desafios que requerem esforços para poderem ser contornados. Na realidade, ao longo dos tempos a APD, as remessas de emigrantes e o IDE afiguram como determinantes no crescimento da economia do país. A partir da década de 1990 até 2008, o país registou uma contínua recuperação económica refletida no crescimento do PIB, posicionando como uma das mais impressionantes performances socioeconómicas de África (BAD, 2014).

Dentre os sectores da economia, o setor dos serviços tem tido maior preponderância com os valores a rondar os 70% do PIB e o turismo tem destacado como setor de grande importância na medida em que passou a ter maior influência no crescimento, estando atualmente a sua contribuição acima dos 20%, ao mesmo tempo que é a maior atração do IDE. Contudo, registam-se cenários de algum abrandamento no ritmo de crescimento devido a situações de fragilidades e dependência do país dos fatores externos, situações que poderão afetar as suas perspetivas futuras do desenvolvimento.

Na realidade, registam casos que fazem apelo ao reforço da política externa e da diplomacia económica para serem contornados, isto é, para facilitar a continuidade da dinâmica de desenvolvimento. O comércio externo do país é de fraca dimensão e focado no continente europeu. A África, mormente a sub-região onde se insere a cotação do comércio externo é de fraca propensão. A balança comercial manifesta um desequilíbrio crónico devido à necessidade de importação de praticamente 70% de bens de que necessita. Porém, a agricultura é caracterizada por uma grande vulnerabilidade, levando em consideração a escassez dos recursos naturais, nomeadamente água e solo pouco fértil, acrescido de uma exploração inadequada dos mesmos, situações que fazem com que o setor esteja essencialmente voltado para uma produção de subsistência, estando as exportações acentuadas sobretudo nos produtos da pesca. A dívida externa do país é elevada pelo facto de registar grandes intervenções do setor público no financiamento interno devido ao fraco envolvimento de privados na economia. Ainda, os fatores de produção, nomeadamente água e energia são de elevado custo devido a grande dependência energética, entre outros aspetos que constituem exemplos de algumas fragilidades do país.

Acrescidos a essas fraquezas, estão ainda algumas ameaças que também fazem apelo à implementação de métodos e estratégias viáveis para minimizar seus efeitos. Referimo-nos a exemplos como, situações de concorrência no mercado global, casos de



instabilidade política na vizinhança, instabilidade financeira internacional sobretudo na zona euro na qual a economia do país se alavanca, alterações climáticas, entre outras.

Cabo Verde é caracterizado como sendo uma pequena economia aberta e condicionado às contingências dos desenvolvimentos económicos globais. No entanto, a sua adesão à OMC além de ser uma mais-valia, exorta para a necessidade de adotar medidas que permitem competir no mercado global. Isto é, deve depender mais de si mesmo e isso deixa claro a necessidade de diversificar e expandir a sua base de produção e exportação. A implementação dessas medidas, acrescida de mais flexibilidade no mercado de trabalho, são estratégias fundamentais na absorção dos choques a que está sujeito. Consequentemente, isso requer mais participação do setor privado, além do reforço e estabelecimento de novas parcerias que facilitem acesso aos mercados, mormente, face ao cenário em que se vê confrontado com a possibilidade de redução de ajudas ao desenvolvimento e a reconfiguração nas modalidades de financiamento.

É nesta perspetiva que o país é consciente de que é fundamental consolidar antigas alianças e parcerias e procurar estabelecer novos laços de cooperação na procura de benefícios mútuos (PGCV, 2011-2016). Os parceiros estratégicos do país desempenharão um papel importante não só no aprofundamento das relações e da integração, no caso da CEDEAO, mas também na facilidade de estabelecer acesso a outros mercados e a outras fontes de financiamento. A diplomacia económica terá um papel fundamental nessa matéria. A tese aqui defendida é que é necessário ao país adotar mecanismos capazes de estimular os parceiros com vista a alargar a sua base de cooperação.

O país tem uma posição geoestratégica privilegiada que facilita o comércio internacional. Aliás, a experiência passada nesta matéria dá-nos a convicção de que é possível Cabo Verde servir de entreposto comercial conforme se ambiciona. Essa ambição também traz consigo desafios a vencer que vão desde a disposição de meios e infraestruturas adequadas às condições de segurança e, nesse aspeto a política externa tem também um papel fundamental a desempenhar. Ou seja, fica exposta a necessidade da política externa e diplomacia defenderem o interesse nacional, neste caso a mobilização de recursos e investidores, assim como a promoção da paz e a segurança globais.

Concluimos dizendo que o desenvolvimento de Cabo Verde e a sua boa performance dependem das medidas adotadas internamente, à conjuntura internacional e às suas relações externas. O país é ciente de que os desafios que tem a vencer no futuro perante o ambiente competitivo e interdependente, isto é, a consolidação das conquistas consumadas e que influenciaram a sua transição à categoria de PDM, assim como reforçar as condições que visam reduzir a pobreza e fomentar a prosperidade partilhada por todos conforme se definiu no Programa do Governo para a oitava legislatura, dependerá da agilidade e respostas que for capaz de evidenciar e, da consolidação e estabelecimento de novas parcerias para garantir o acesso ao financiamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### LIVROS

BARATA, Óscar Soares (1989), *Estudos Políticos e Sociais – Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas* – Vol. XVII – Nº 1-2 – Revista trimestral do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas: Lisboa, 1989

BRAIDOTTI, Rosi et al. (2000), *Mulher, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Para uma síntese teórica* - Lisboa: Instituto Piaget (ISBN: 972-771-173-1)

CASTRO, Sónia Melo e (1995), *As grandes Conferências das Nações Unidas: Nova abordagem ao Desenvolvimento (Do Cairo a Beijing)* – Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Instituto da Cooperação Portuguesa, s.d.

COSTA, Carla Guapo (Org) (2009), *New Frontiers for Economic Diplomacy: Some Contributions on Strategic Issues Based on the international Conference "New Frontiers for Economic Diplomacy"* – Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

CRAVINHO, João Gomes (2002:62), *Visões do mundo – As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo* – Edição: Imprensa de Ciências Sociais (ISBN:92-671-093-6)

DINIZ, Francisco (2006), *Crescimento e Desenvolvimento Económico: Modelos e Agentes do Progresso* – Edições Sílabo

FERNANDES, António José (1991), *Relações Internacionais – Factos, Teorias e Organizações*, 1ª ed. - Lisboa: Presença, 1991 (ISBN: 972-23-1396-7)

LIVRAMENTO, José Luís (2013), *Cabo Verde, de uma economia de renda para um Modelo de Economia Sustentável* – Edições Almedina, S.A: depósito legal 367288/13

LOPES, José Vicente (2002), *Cabo Verde: Os bastidores da Independência* – 2ª ed. - Cidade da Praia – 2002: Spleen edições

MAGALHÃES, José Calvet de (2005), *A Diplomacia Pura* – Editorial Bizâncio

MOREIRA, Adriano (2014), *Ciência Política* – 6ª Edição – Edições Almedina, S.A

MOREIRA, Adriano (2014), *Teoria das Relações Internacionais* – 8ª Edição – Edições Almedina, S.A (ISBN:978-972-40-5551-0)

RODRIGUES, Valdemar (2009), *Desenvolvimento sustentável - Uma introdução crítica – Desenvolvimento sustentável* – Portugal

ROMÃO, António e COSTA, Carla (1997), *O Comércio Externo Português; in ICEP - Comércio e Investigação Internacional* - 2ª edição ICEP-Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal

SILVEIRA, Onésimo (2005), *A democracia em Cabo Verde* – Lisboa: Edições Colibri (ISBN 972-772-541-4)

TOMÉ, António Almeida (2012), *Relações Internacionais – Geopolítica e Geoestratégica: o estudo de caso* – Universidade Lusófona

#### **CAPÍTULO PUBLICADO EM LIVRO**

AMADO, Abel Djassi (2014), *“Dôs Pezod ou Liliputiano e o Colosso? As Relações Internacionais entre Cabo Verde e os EUA”*; in *As Relações externas de Cabo verde - (Re)Leituras contemporâneas* – Org.: Delgado et al, Edições ISCJS (ISBN:978-989-20-4419-4)

CARDOSO, Kátia (2014), *“Das Balleiras ao Millennium Challenge Account. Os desafios das Relações entre Cabo Verde e os Estados Unidos da América”*; in *As Relações externas de Cabo verde - (Re) Leituras contemporâneas* – Org.: Delgado et al, Edições ISCJS (ISBN:978-989-20-4419-4)

COSTA, Suzano e PINTO, Jorge (2014), *“A política externa cabo-verdiana num mundo multipolar: Entre a ambivalência prática e a retórica discursiva”*? in *As Relações Externa de Cabo Verde - (Re) Leituras Contemporâneas* – Org.: Delgado et al, Edições ISCJS (ISBN:978-989-20-4419-4)

ESTEVÃO, João (2014), *“Os percursos da Integração Económica Internacional e os Dilemas da Política Externa Cabo-verdiana”*; in *As Relações Externa de Cabo Verde - (Re) Leituras Contemporâneas* – Org.: Delgado et al, Edições ISCJS (ISBN:978-989-20-4419-4)

FURTADO, Cláudio (2012), *“Cabo Verde e a Integração Regional na África do Oeste: Dissonâncias Discursivas e Identitárias”*; in *Sarmiento e Costa (orgs): Entre África e a Europa - Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde* – Grupo Almedina (ISBN 978-972-40-5429-2)

GOMES, Joaquim (2014), *“Integração Regional: Cabo Verde na CEDEAO”*; in *As Relações externas de Cabo verde - (Re) Leituras contemporâneas* – Org.: Delgado et al, Edições ISCJS (ISBN:978-989-20-4419-4)

GONÇALVES, Williams (2014), *“Política Externa – Dimensões, Actores e Modelos”*; in *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) leituras Contemporâneas* – Org.: Delgado et al, Edições ISCJS (ISBN:978-989-20-4419-4)

GRAÇA, Camilo Leitão, (2014), *“A Noção do "Pragmatismo" na Política Externa de Cabo Verde: Interesse Nacional e Opções Identitárias”*; in *As Relações Externas de Cabo verde - (Re) Leituras Contemporâneas* – Org.: Delgado et al, Edições ISCJS (ISBN:978-989-20-4419-4)

MOREIRA, Adriano (2014), *“Ligação de Cabo Verde à Europa”*; in *As Relações Externa de Cabo Verde - (Re) Leituras Contemporâneas* – Org.: Delgado et al, Edições ISCJS (ISBN:978-989-20-4419-4)

TOLENTINO, Corsino (2014), *“A integração africana na política externa de Cabo Verde”*; in *As Relações externas de Cabo verde - (Re) Leituras contemporâneas* – Org.: Delgado et al, Edições ISCJS (ISBN:978-989-20-4419-4)

## TESES E DISSERTAÇÕES

CARDOSO, Sorraia Andreia De Sousa Medina: (2011), *“A Importância da Diáspora na Política Externa de Cabo Verde”*. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais – Universidade do Minho, [Consultado em 20 de Maio de 2015]. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/18814>

CARVALHO, Rik Apolo Pereira Sanches de (2013): Cabo Verde, *“O papel da política externa na projeção internacional e desenvolvimento de um Pequeno Estado arquipélago”*. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais – Universidade de Coimbra, [Consultado em 14 de Dezembro de 2014]. Disponível em: [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24544/1/Tese\\_Vers%C3%A3o%20Final\\_Rik%20Apolo.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24544/1/Tese_Vers%C3%A3o%20Final_Rik%20Apolo.pdf)

DA LUZ, Álvaro Flor (2008), *“Cabo Verde e o Não-Alinhamento”*. Trabalho de Investigação Aplicada – Academia Militar, [Consultado em 16 de Abril de 2015]. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/6958/1/TIA%20-%20Cabo%20Verde%20e%20o%20N%C3%A3o-alinhamento.pdf>

DEBALI, Juan Carlos (2009), *“Desenvolvimento Sustentável - Evolução e Indicadores de Sustentabilidade”*; Projeto de Monografia – Universidade Federal de Santa Catarina, [Consultado em 10 de Março de 2015]. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia291562>

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro (2007), *“Guiné – Bissau e Cabo Verde: Da Unidade à Separação”*. Dissertação de mestrado em Estudos Africano - Universidade do Porto, [Consultado em 22 de Abril de 2015]. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13063/2/tesemestguinebissau000069335.pdf>

FORTES, Silviane Duarte (2012), *“A importância da Política Externa de Cabo Verde nas relações com a CEDEAO”*. Trabalho de conclusão do Curso de graduação em Relações Internacionais – Universidade Federal de Rio Grande do Sul, [Consultado em 19 de Maio de 2015]. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71694/000880162.pdf?sequence=1>

GONÇALVES, António (2010), *“Política externa de Cabo Verde de 1975 a 2008”*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais – Universidade Lusíada de Lisboa, [Consultado em 12 de Janeiro de 2015]. Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/80/1/2010%20Antonio%20gon%C3%A7alves.pdf>

JULIÃO, Rui Pedro (2001), *“Tecnologias de Informação e Geográfica e Ciência Regional – Contributos Metodológicos para a Definição de Modelos de Apoio à Decisão em Desenvolvimento Regional”*. Tese de Doutoramento – Universidade Nova de Lisboa, [Consultado em 18 de Janeiro de 2015]. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/docentes/rpj/tese/TIGDR.pdf>

MARTINS, Amarilis Barbosa (2009), *“Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e Depois da Independência”*. Dissertação de Mestrado em Espaço Lusófono: Lusofonia e Relações Internacionais – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, [Consultado em 18 de Março de 2015]. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1090/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20Amarilis%20Martins.pdf?sequence=1>

PEREIRA, Ludemila Cardoso (2013), *“Cabo Verde: Da descolonização à abertura democrática”*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política-Cidadania e Governança - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, [Consultado em 5 de Abril de 2015]. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5837/Tese%20Ludmila.pdf?sequence=1>

RIBEIRO, Carine Pereira (2010), *“Desenvolvimento e Subdesenvolvimento segundo Celso Furtado: Influência no debate sobre a Questão regional brasileira”*. Monografia: Bacharel em Ciências Econômicas – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, [Consultado em 18 de Março de 2015]. Disponível em <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292769>

ROCHA, Hélvio (2013), *“Determinantes do Investimento Directo Canário em Cabo Verde: Período 2009-2012”*. Monografia: Licenciatura em Economia e Gestão-variante Administração e Controlo Financeiro – Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, [Consultado em 24 de Junho de 2015]. Disponível em: <http://bdigital.unipiaget.cv:8080/jspui/bitstream/10964/534/1/monografia%20actual%20REVISTO%20Helvio%2026%20Dez13.pdf>

SANTOS, Benilde Andreia Ferreira dos (2010), *“A Diplomacia Económica em Países Exportadores do Petróleo - Análise dos casos de Angola, Venezuela e Líbia”*. Dissertação de Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus - Universidade Técnica de Lisboa, [Consultado em 2 de Fevereiro de 2015]. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2924>

SANTOS, Celso Medina (2014), *“Integração Regional e Desenvolvimento: O Caso da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)”*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais – Universidade de São Paulo, [Consultado em 2 de Abril de 2015]. Disponível em: [http://www.iri.usp.br/documentos/defesa\\_2014-04-14\\_Celso\\_Medina\\_Santos\\_ME.pdf](http://www.iri.usp.br/documentos/defesa_2014-04-14_Celso_Medina_Santos_ME.pdf)

SILVA, Vera Joana (2008), *“As relações entre Cabo Verde e a União Europeia”*; Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus – Universidade de Évora, [Consultado em 15 de Junho de 2015].

TAVARES, Adilson De Jesus Cabral (2010), *“A importância da Política externa no processo do desenvolvimento: O Caso Paradigmático De Cabo Verde”*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – Universidade Nova De Lisboa, [Consultado em 10 de Novembro de 2014]. Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/5297/1/TESE%202010.pdf>

TAVARES, Pedro Borges (2010), *“Relações Cabo Verde-China: Balanço dos Trinta e Dois Anos de Cooperação”*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – Universidade Nova De Lisboa, [Consultado em 10 de Março de 2015] disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/5584/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20Pedro%20Borges%20Tavares.pdf>

VIEIRA, Adelina (2012), *“Política Externa Contemporânea de Cabo Verde: a aposta na política externa como motor de desenvolvimento”*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais – Universidade da beira interior, [Consultado em 10 de Março de 2015]. Disponível em: <https://ubithesis.ubi.pt/bitstream/10400.6/2823/1/Adelina%20Vieira.pdf>

#### **ARTIGOS EM REVISTA ONLINE**

ACORDO DE COOPERAÇÃO CAMBIAL entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, disponível em: <http://www.adelinotorres.com/relacoesinternacionais/Acordo%20Monet%E1rio%20entre%20Cabo%20Verde%20e%20Portugal.pdf>

AFRICAN DEVELOPMENT BANK (2014), *“Cabo Verde – Country Strategy Paper 2014-2018”*. ORWA Department/SNFO, [Consultado em 3 de Maio de 2015]. Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/2014-2018 - Cape Verde Country Strategy Paper.pdf>

ALMADA e SANTOS (2011), *“A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960”*. Os “ventos de mudança” e a descolonização, [Consultado em 6 de Fevereiro de 2015]. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n30/n30a04.pdf>

ALMEIDA, Paulo Roberto de (2009), *“Bases conceituais de uma política externa nacional”*. In: Estevão C. de Rezende Martins e Miriam G. Saraiva (orgs.) Brasil - União Europeia - América do Sul : Anos 2010-2020 (Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, 267 p.; ISBN: 978-85-7504-138-3; p. 228-243), [Consultado em 8 de Março de 2015]. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1929BasesConceitPEExtNacBook.pdf>

APPIO, Jucélia; SCHARMACH, Andréia Luciana et al. (2009), *“Análise SWOT como diferencial competitiva: um estudo exploratório na cooperativa Muza Brasil”*. Análise SWOT como diferencial competitivo: um estudo exploratório na Cooperativa Muza Brasil. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.3, n.3, p.01-18, Sem II. 2009. ISSN 1980-7031,

[Consultado em 14 de Junho de 2015]. Disponível em: <http://rica.unibes.com.br/index.php/rica/article/viewFile/291/270>

Associação Industrial Portuguesa - AIP Projeto - Lusofonia Económica (2014), *“Cabo Verde-Integração Regional na CEDEAO e relacionamento com países da CPLP”*.

[Consultado em 18 de Maio de 2015]. Disponível em: <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000061640/>

Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas - ARAP- (2014), *“Info ARAP - Informativo Trimestral”*. [Consultado em 29 de Maio de 2015]. Disponível em:

[http://www.arap.cv/index.php/decisooes/doc\\_download/175-infoarap-dezembro-2014](http://www.arap.cv/index.php/decisooes/doc_download/175-infoarap-dezembro-2014)

Banco de Cabo Verde-BCV (2014), *“Relatório De Política Monetária - Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas”*. [Consultado em 20 de Maio de 2015]. Disponível em:

<http://www.bcv.cv>

Biblioteca do Cidadão - Livro na rua: Cabo Verde (2011), Série: *“Diplomacia ao alcance de todos – Biblioteca do Cidadão”*. Coleção Divulgação – Incentivo á leitura. [Consultado em 14 de Abril de 2015]. Disponível em:

<http://funag.gov.br/loja/download/759-Livro-Na-Rua-Cabo-Verde.pdf>

BORGES, Moisés e MORAIS, Luísa (2012), *“Relatório à Conferência Rio+20 - Cabo Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável: Relatório à Conferência Rio+20”*.

[Consultado em 26 de Maio de 2015]. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1035capeverde.pdf>

BRESSER-PREIRA, Luiz Carlos (2006), *“O conceito histórico de desenvolvimento econômico”*. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006, [Consultado em 24 de Março de 2015]. Disponível em:

<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>

Brito, Brígida (2010), *“Hard, soft ou smart power: discussão conceptual ou definição estratégica?”* Notas e Reflexões, JANUS.NET e-journal of International Relations, N.º 1, Outono 2010. OBSERVARE Universidade Autónoma de Lisboa, ISSN: 1647-7251 Vol. 1, n.º 1 (Outono 2010), pp. 118-121, [Consultado em 13 de Janeiro de 2015]. Disponível em:

[http://janus.ual.pt/janus.net/pt/arquivo\\_pt/pt\\_vol1\\_n1\\_pdf/pt\\_vol1\\_n1\\_not3.pdf](http://janus.ual.pt/janus.net/pt/arquivo_pt/pt_vol1_n1_pdf/pt_vol1_n1_not3.pdf)

BRITO, José (2008), *“Política Energética de Cabo Verde - Construindo um futuro energético seguro e sustentável”*. Ministério da Economia Crescimento e Competitividade, [Consultado em 2 de Junho de 2015]. Disponível em:

[http://www.governo.cv/documents/politica\\_energetica.pdf](http://www.governo.cv/documents/politica_energetica.pdf)

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS E ESTATUTO DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. [Consultado em 6 de Março de 2015]. Disponível em: [http://unicrio.org.br/img/CartadaONU\\_VersolInternet.pdf](http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersolInternet.pdf)

CASTELLS, Manuel e CARDOSO, Gustavo – Org. (2005), “*A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política*”. Conferência promovida pelo Presidente da República, 4 e 5 de Março de 2005 – Centro Cultural de Belém. [Consultado em 3 de Fevereiro de 2015]. Disponível em: [http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade em Rede CC.pdf](http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf)

Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética (ECREEE) da CEDEAO (2013): newsletter nº 6, Março 2013; [Consultado em 2 de Julho de 2015]. Disponível em: [http://www.ecreee.org/sites/default/files/6th\\_newsletter\\_pt1.pdf](http://www.ecreee.org/sites/default/files/6th_newsletter_pt1.pdf)

Comunidade Económica do Desenvolvimento do Estados da África Ocidental (2012), “*Política da CEDEAO para as Energias Renováveis (PCER)*”. Projecto final, Setembro de 2012, [Consultado em 4 de Julho de 2015]. Disponível em: [http://www.ecreee.org/sites/default/files/documents/basic\\_page/181012\\_ecowas\\_renewable\\_energy\\_policy\\_pt\\_final.pdf](http://www.ecreee.org/sites/default/files/documents/basic_page/181012_ecowas_renewable_energy_policy_pt_final.pdf)

Comunidade Económica Dos Estados Da Africa Ocidental (CEDEAO) (1993), “*Tratado Revisto*”. Publicado pelo secretariado executivo da CEDEAO, Abuja – Nigéria, [Consultado em 27 de Maio de 2015]. disponível em [http://www.parl.ecowas.int/documents/Tratado Revisto CEDEAO.pdf](http://www.parl.ecowas.int/documents/Tratado_Revisto_CEDEAO.pdf)

COSTA, Suzano (2011), “*A Política Externa Cabo-verdiana e a União Europeia: da coerência dos princípios ao pragmatismo da acção*”. In BUSSOTTI, Luca & NGOENHA, Severino (Org.), *Capo Verde Dall’ Indipendenza a Oggi: Studi Post-Coloniali*, Udine: Aviani & Aviani Editori, 2011, pp. 105-146; [Consultado em 15 de Janeiro de 2015]. disponível em: [https://www.academia.edu/5891840/A Pol%C3%ADtica Externa Cabo-verdiana e a Uni%C3%A3o Europeia Da Coer%C3%Aancia dos Princ%C3%ADpios ao Pragmatismo da Ac%C3%A7%C3%A3o](https://www.academia.edu/5891840/A_Pol%C3%ADtica_Externa_Cabo-verdiana_e_a_Uni%C3%A3o_Europeia_Da_Coer%C3%Aancia_dos_Princ%C3%ADpios_ao_Pragmatismo_da_Ac%C3%A7%C3%A3o)

COSTA, Suzano (2012), “*A política externa cabo-verdiana na encruzilhada atlântica: Entre a África, a Europa e as Américas*”. In Silva, et al (Org.), *Estudos Comemorativos do V Aniversário do ISCJS*, 2012, pp. 331-372; [Consultado em 4 de Fevereiro de 2015]. Disponível em: [http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc\\_trabalho/16-SuzanoCosta.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/16-SuzanoCosta.pdf)

Decreto nº 78/76, de 27 de Janeiro de 1976, Instrumentos Bilaterais de Portugal (assinatura: 19-12-1974; publicação: 27-01-1976), [Consultado em 18 de Janeiro de 2015]. Disponível em: <http://www.gpp.pt/RI/InstrumentosBilaterais/#CV>

Desafios do desenvolvimento - Cabo Verde: Newsletter XIV – Parceria Especial entre a União Europeia e Cabo Verde (2014); [Consultado em 16 de Fevereiro de 2015]. Disponível em: <http://www.coerenciav.org/wp-content/uploads/2013/05/newsletter-14-numero-especial.pdf>



Espírito Santo Research (2014), *“Cabo Verde - Internacionalização e Desenvolvimento”*. Internacionalização das Economias, Lisboa 3 e 4 de Junho de 2014, [Consultado em 27 de Maio de 2015]. disponível em <http://www.portugalglobal.pt/PT/geral/Documents/DOCs2014/InternacionalizacaEconomiasEstudoCaboVerdeElaboradoEspiritoSanto.pdf>

ESTEVIÃO, João (2015), *“A Pequena Economia Insular como objecto de estudo: o exemplo de Cabo Verde (1982-2012)”*. CEsa/CSG/ISEG, Universidade de Lisboa – Seminários em Estudos de Desenvolvimento 2015 CEsa – Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, [Consultado em 8 de Junho de 2015]. disponível em: <http://pascal.iseg.ulisboa.pt/~cesa/templates/cesa/images/1 JE Apresentacao CEsa-MDCI 23-04-2015.pdf>

ÉVORA, Maurino (2011), *“Que regionalismo securitário para a África Ocidental?”* in - in progresso: 1º Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África, Coord. Iolanda Évora e Sónia Frias, uma edição CEsa, [Consultado em 22 de Maio de 2015]. disponível em: [http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc\\_trabalho/eBookInProgress2011 CEsa.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/eBookInProgress2011 CEsa.pdf)

FREIRE, Maria Raquel e VINHA, Luís da (2011), *“Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança”*. Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra, [Consultado em 17 de Dezembro de 2014]. Disponível em: [https://www.academia.edu/727495/Pol%C3%ADtica\\_externa\\_modelos\\_actores\\_e\\_din%C3%A](https://www.academia.edu/727495/Pol%C3%ADtica_externa_modelos_actores_e_din%C3%A)

GOMES, Joaquim (2009), *“A inserção de Cabo Verde na CEDEAO - O comércio e as migrações”*. Livros Electrónicos (coleção e-books), [Consultado em 20 de Maio de 2015]. Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/index.php?p=k&type=EB&pub=65&s=5>

GOMES, Santa Clara G (1990), *“A política externa e a diplomacia numa estratégia nacional”*. Nação e Defesa nº 56, [Consultado em 12 de Dezembro de 2014]. Disponível em: [http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2669/1/NeD56\\_GSantaClaraGomes.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2669/1/NeD56_GSantaClaraGomes.pdf)

GRAÇA, José António da (2004), *“A Génese Da Política Externa Cabo-Verdiana”*. Proelium – Revista Científica da Academia Militar, [Consultado em 22 de Janeiro de 2015]. Disponível em: <http://www.academiamilitar.pt/proelium-serie-vii-n.o-1/a-genese-da-politica-externa-cabo-verdiana.html>

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde - INE/CV (2015), *“Estatísticas do Turismo - Movimentação de hóspedes - 1º trimestre 2015”*, [Consultado em 5 de Junho de 2015]. Disponível em <http://www.ine.cv/actualise/publicacao/files/599592410462015Estat%C3%ADsticas%20do%20Turismo%20-%201%C2%BA%20Tr%20%202015%20rev2.pdf>

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde INE/CV (2013), *“Contas Nacionais 2007-2011”*, [Consultado em 5 de Junho de 2015]. Disponível em

<http://www.ine.cv/actualise/publicacao/files/875165316182013Contas%20Nacionais%202007-2011.pdf>

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2011): *Cooperação portuguesa – “Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento-1996-2010”*; disponível em: <http://www.plataformaongd.pt/conteudos/Documentos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Leitura%20cooperacao%20desenvolvimento1996-2010.pdf>

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento/ Ministério das Relações Exteriores de Cabo Verde (2012), *“Avaliação Conjunta do Programa Indicativo de Cooperação Portugal – Cabo Verde (2008-2011)”*, [Consultado em 5 de Junho de 2015]. Disponível em: <http://www.oecd.org/derec/portugal/Conjunta-Programa-Indicativo-Coopera%C3%A7%C3%A3o-Portugal-Cabo-Verde.pdf>

LEAL, Ana Catarina Pereira Mendes (2007), *“A Diplomacia Económica em Portugal no Século XXI – que Papel no Investimento Directo Português no Exterior”?* Negócios Estrangeiros 11.1 Julho de 2007 pp. 207-310, [Consultado em 7 de Janeiro de 2015]. Disponível em: <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000039001-000040000/000039786.pdf>

LEITE, Isabel Costa (2004), *“Entre África e Europa: Cabo Verde e sua estratégia de desenvolvimento”*. Comunicação apresentada na Conferência Internacional Ásia/África, Porto, UFP, [Consultado em 2 de fevereiro de 2015]. Disponível em [http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1016/2/Cabo\\_Verde%5B1%5D.pdf](http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1016/2/Cabo_Verde%5B1%5D.pdf)

MACHADO, João Guilherme Rocha e PAMPOLA, João Batista (2008), *“A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD”*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 53-84, abr. 2008, [Consultado em 1 de Março de 2015]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n1/a03v17n1.pdf>

MADEIRA, João Paulo (2013), *“África versus Europa: Cabo Verde no Atlântico Médio”*. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 4 (1), 2013, [Consultado em 18 de Janeiro de 2015]. disponível em <http://www.revistadeestudosinternacionais.com/index.php/rei/article/view/122>

MAGNOTTA, Fernanda Petená (2011), *“Multipolaridade e Multilateralismo: O G20 e a relação entre poder e governança no século XXI”*. 3º Encontro Nacional ABRI 2011, ISBN 2236-7381, [Consultado em 13 de Fevereiro de 2015]. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v2/a10.pdf><http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v2/a10.pdf>

MARTINS et al, (2008), *“Avaliação do Acordo de Cooperação Cambial Cabo Verde-Portugal”*. CEMPRE – Centro De Estudos Macroeconómicos e Previsão, [Consultado em 13 de Maio de 2015]. Disponível em: <http://www.gpeari.min-financas.pt/investigacao/publicacoes/avaliacao-do-acordo-de-cooperacao-cambial-cabo-1>

Ministério da Economia Crescimento e Competitividade - Direção Geraldo Turismo, *“Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (2010-2013)”*. PD Consult, [Consultado em 3 de Julho de 2015]. disponível em: [https://portoncv.gov.cv/dhub/porton.por\\_global.open\\_file?p\\_doc\\_id=763](https://portoncv.gov.cv/dhub/porton.por_global.open_file?p_doc_id=763)

Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade MECC (2009), *“Novas Oportunidades e Novos Desafios: A Adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio”*, [Consultado em 20 de Maio de 2015]. disponível em: <http://www.governo.cv/documents/brochura%20OMC.pdf>

Ministério das Comunidades (2014), *“Estratégia Nacional de Emigração e Desenvolvimento”*, [Consultado em 4 de Julho de 2015]. Disponível em: <http://www.mdc.gov.cv/index.php/testesd/794-estrategia-nacional-de-emigracao-e-desenvolvimento>

Ministério das Finanças e do Planeamento (2004), *“Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza”*. Edição revista, Setembro de 2004, [Consultado em 3 de Julho de 2015]. Disponível em: [http://www.governo.cv/documents/decrp\\_final\\_26julho04.pdf](http://www.governo.cv/documents/decrp_final_26julho04.pdf)

Ministério das Finanças e do Planeamento (2014), *“Proposta de Orçamento do Estado para 2015 – Relatório”*, [Consultado em 28 de Junho de 2015]. Disponível em: [http://www.governo.cv/documents/RELATORIO%20OE\\_2015.pdf](http://www.governo.cv/documents/RELATORIO%20OE_2015.pdf)

Ministério das Finanças e Planeamento (2012), *“Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza III (2012 – 2016)”*, [Consultado em 13 de Março de 2015] disponível em: <http://www.governo.cv/>

Ministério das Relações Exteriores/Nações Unidas Cabo Verde (2012), *“Quadro de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Republica de Cabo Verde (2012-2016)”*, [Consultado em 12 de Junho de 2015]. Disponível em: [http://www.un.cv/files/UNDAF%20Cabo%20Verde%202012\\_2016.pdf](http://www.un.cv/files/UNDAF%20Cabo%20Verde%202012_2016.pdf)

Ministério das Relações Exteriores (2014), *“Guia de Negócios – Cabo Verde”*. - Departamento de Promoção Comercial e Investimentos – Divisão de Inteligência Comercial, [Consultado em 15 de Junho de 2015]. Disponível em: <http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/comoExportar/GNCaboVerde.pdf>

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura/Governo da República de Cabo Verde (2012), *“Quadro Programático Ao Nível do País (QPP) - 2012 – 2016”*, [Consultado em 12 de Junho de 2015]. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/TC/CPF/Countries/CapeVerde/CVCPF20122016.pdf>

Organização Mundial do Comércio (2007), *“Relatório do Grupo de Trabalho Sobre a Adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio”*. WT/ACC/CPV/30 - (07-5413), [Consultado em 13 de Abril de 2015]. Disponível em: [http://www.governo.cv/documents/Adesao\\_OMC.pdf](http://www.governo.cv/documents/Adesao_OMC.pdf)

Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia (2008), “*Quadro Orientador para a Implementação*”. Versão 23 de Outubro de 2008, [Consultado em 14 de Maio de 2015]. Disponível em [http://www.governo.cv/documents/Parceria\\_especial\\_UE.pdf](http://www.governo.cv/documents/Parceria_especial_UE.pdf)

Perspetivas Económicas em África 2014, “*As cadeias de valor globais e a industrialização de África*”. ISBN 978-92-64-21262-6 (print), ISBN 978-92-64-21300-5 (PDF), [Consultado em 4 de Julho de 2015]. Disponível em: [http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/2014/PDF/E\\_book\\_Perspetivas\\_economicas\\_em\\_Africa\\_2014.pdf](http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/2014/PDF/E_book_Perspetivas_economicas_em_Africa_2014.pdf)

Perspetivas Económicas em África 2014, “*Países Africanos da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*”, [Consultado em 4 de Julho de 2015]. Disponível em: [http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/2014/PDF/Regional\\_Editions/Edition\\_Lusophone\\_web.pdf](http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/2014/PDF/Regional_Editions/Edition_Lusophone_web.pdf)

Programa das Nações Unidas Desenvolvimento/Cabo Verde – PNUD/CV (2012), “*Integração das Mudanças Climáticas em Cabo Verde: Avaliação de Riscos e Oportunidades Climáticas*”. Projecto: “Integração dos Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação Nacional das Nações Unidas”, [Consultado em 4 de Julho de 2015]. Disponível em: <http://www.preventionweb.net/files/FolhetoPNUD-CV-PT-Web.pdf>

Relatório do Desenvolvimento Humano 2006 (Resumo), “*Indicadores de desenvolvimento humano*”, [Consultado em 9 de Março de 2015]. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/idh/idh/indicadores\\_dh\\_2006.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/idh/idh/indicadores_dh_2006.pdf)

REPÚBLICA DE CABO VERDE (2006), “*Programa do Governo da VII Legislatura (2006-2011)*”, [Consultado em 4 de Março de 2015]. Disponível em: <http://www.governo.cv>

REPÚBLICA DE CABO VERDE (2011), “*Programa do Governo da VIII Legislatura (2011-2016)*”. [Consultado em 4 de Março de 2015]. Disponível em: <http://www.governo.cv>

República de Cabo Verde (1975), “*Lei sobre Orientação Política do Estado (LOPE)*”. [Consultado em 6 de Março de 2015]. Disponível em: <http://www.governo.cv>

REPÚBLICA DE CABO VERDE (1980), “*Constituição da República*”. [Consultado em 4 de Março de 2015]. Disponível em: <http://www.governo.cv>

SATRÚSTEGUI, Koldo Unceta (2013), “*Desenvolvimento, Subdesenvolvimento, Mau-desenvolvimento e Pós-desenvolvimento: um olhar transdisciplinar sobre o debate e suas implicações*”. Revista Perspectivas de Desenvolvimento 1ª Edição 2013 – um enfoque multidimensional, [Consultado em 20 de Março de 2015]. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/download/9834/7230>

Série de BRIEFING da Rodada de Doha (2005), “*Tratamento Especial e Diferenciado*”, [Consultado em 25 de Maio de 2015]. Disponível em: [http://www.gpp.pt/RI/OI/OMC/BreveDescricaoOMC/Doha13\\_TratamentoEspecial\\_Pt1\].pdf](http://www.gpp.pt/RI/OI/OMC/BreveDescricaoOMC/Doha13_TratamentoEspecial_Pt1].pdf)

Relatório da Comissão sobre a Mensuração de Desempenho Econômico e Progresso Social (2012), SESI. Departamento Regional do Paraná – Curitiba: SESI/PR, 2012: Projeto de Tradução do “*Rapport de la Commission sur la mesure des performances économiques et du progrès social*” – ISBN 978 85 61425 55 5, [Consultado em 24 de Março de 2015]. Disponível em: <https://dl.dropboxusercontent.com/u/1924641/Relat%C3%B3rio%20da%20Comiss%C3%A3o%20sobre%20a%20Mensura%C3%A7%C3%A3o%20de%20Desempenho%20Econ%C3%B4mico%20e%20Progresso%20Social.pdf>

TEIXEIRA, José Manuel Pinto (2012), “*Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde*”, [Consultado em 26 de Maio de 2015]. Disponível em: [http://eeas.europa.eu/delegations/cape\\_verde/documents/relacoes\\_entre\\_a\\_ue\\_e\\_c\\_v\\_2012\\_pt.pdf](http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/documents/relacoes_entre_a_ue_e_c_v_2012_pt.pdf)

Thorstensen, Vera (1998), “*A OMC – Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre comércio, meio ambiente e padrões sociais*”. Ver. Bras. Polít. Int. 41(2):29-58 [1998], [Consultado em 1 de Junho de 2015]. disponível em: [http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0034-73291998000200003&pid=S0034-73291998000200003&pdf\\_path=rbpi/v41n2/v41n2a03.pdf](http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0034-73291998000200003&pid=S0034-73291998000200003&pdf_path=rbpi/v41n2/v41n2a03.pdf)

Treaty of the Economic Community of West African States - ECOWAS (1975), Nº14843; vol. 1010, I-14843, [Consultado em 2 de Maio de 2015]. Disponível em: [http://www.internationaldemocracywatch.org/attachments/351\\_ecowas%20treaty%20of%201975.pdf](http://www.internationaldemocracywatch.org/attachments/351_ecowas%20treaty%20of%201975.pdf)

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime (2013), “*Criminalidade Organizada Transnacional na África Ocidental: Avaliação da Ameaça*”. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – Viena, [Consultado em 5 de Julho de 2015]. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/West\\_Africa\\_TOCTA\\_2013\\_PT.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/West_Africa_TOCTA_2013_PT.pdf)

UZOECHINA, Okey (2014), “*Reforma e Governança do Setor de Segurança na África Ocidental: Dos Conceitos à Realidade*”. Centro de Genebra para o Controlo Democrático das Forças Armadas (DCAF) – Série de Artigos sobre Políticas - Nº 35, [Consultado em 5 de Julho de 2015]. Disponível em: [http://www.dcaf.ch/content/download/159974/2489740/file/FINAL\\_PP\\_35\\_PT.pdf](http://www.dcaf.ch/content/download/159974/2489740/file/FINAL_PP_35_PT.pdf)

World Economic Forum (2014), “*The Global Competitiveness -Report 2014–2015*”, [Consultado em 27 de Junho de 2015]. Disponível em: <http://www.weforum.org/reports/global-competitiveness-report-2014-2015>

World Investment Report 2014 – Investing in the SDGs: An Action Plan - Country fact sheet: Cabo Verde, [Consultado em 5 de Junho de 2015]. Disponível em: [http://unctad.org/sections/dite\\_dir/docs/wir2014/wir14\\_fs\\_cv\\_en.pdf](http://unctad.org/sections/dite_dir/docs/wir2014/wir14_fs_cv_en.pdf)

## CONSULTAS ON LINE

<http://capeverde.africadata.org/pt/DataAnalysis/>, consultado em 31 de Maio de 2015

<http://ec.europa.eu/europeaid/node/13442>, consultado em 15 de Maio de 2015

[http://europa.eu/legislation\\_summaries/development/african\\_caribbean\\_pacific\\_states/r13018\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacific_states/r13018_pt.htm), consultado 10 de Maio de 2015

[http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-10-1137\\_pt.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-10-1137_pt.htm), Consultado em 02 de Fevereiro de 2015

<http://portuguese.praia.usembassy.gov/root/embaixada/seco-comercial.html>, consultado em 5 de Maio de 2015

<http://www.agenda21-ourique.com/pt/go/desenvolvimento-sustentavel>, consultado em 8 de Março de 2015

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/pacto-da-sociedade-das-nacoes-1919.html>, consultado em 2 de Março de 2015

[http://www.eeas.europa.eu/delegations/cape\\_verde/documents/news/150529\\_pt.pdf](http://www.eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/documents/news/150529_pt.pdf), consultado em 2 de Maio de 2015

[http://www.eeas.europa.eu/delegations/cape\\_verde/eu\\_cape\\_verde/political\\_relations/partnership\\_eu\\_cape\\_verde/index\\_pt.htm](http://www.eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/eu_cape_verde/political_relations/partnership_eu_cape_verde/index_pt.htm), consultado em 16 de Maio de 2005

[http://www.eeas.europa.eu/delegations/cape\\_verde/eu\\_cape\\_verde/tech\\_financial\\_cooperation/index\\_pt.htm](http://www.eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/eu_cape_verde/tech_financial_cooperation/index_pt.htm), consultado em 4 de Maio de 2015

<http://www.embcv.be/pt/cabo-verde/cooperacao-com-a-uniao/a-parceria-especial>, consultado em 10 de Maio de 2015

<http://www.instituto-camoes.pt/cabo-verde/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/cabo-verde>, consultado em 5 de Maio de 2015

[http://www.instituto-camoes.pt/index.php?Itemid=1560&option=com\\_moofaq&view=category&id=734](http://www.instituto-camoes.pt/index.php?Itemid=1560&option=com_moofaq&view=category&id=734)

<http://www.mirex.gov.cv/index.php/diplomacia-economica>, consultado em 24 de Fevereiro de 2015

<http://www.pnud.org.br/odm.aspx>, Consultado em 01 de Fevereiro de 2015

[http://www.pnuma.org.br/comunicados\\_detalhar.php?id\\_comunicados=213](http://www.pnuma.org.br/comunicados_detalhar.php?id_comunicados=213), consultado em 10 de Março de 2015

[http://www.portugalcabo-verde.com/news\\_detail.php?id=372&lang=0&id\\_channel=4&id\\_page=43](http://www.portugalcabo-verde.com/news_detail.php?id=372&lang=0&id_channel=4&id_page=43), consultado em 1 de Junho de 2015

[http://www.portugalcabo-verde.com/news\\_detail.php?id=487](http://www.portugalcabo-verde.com/news_detail.php?id=487), consultado em 18 de Maio de 2015

<http://www.un.cv/arquivo.php>

<http://www.un.cv/arquivo-donativosaude.php>, consultado em 4 de Maio de 2015

<http://www.un.cv/arquivo-HDRrepresentacao.php>, consultado 11 de Fevereiro de 2015

<http://www.unric.org/pt/actualidade/28684-centro-de-energias-renovaveis-para-a-africa-ocidental-apoiado-pela-onu-abre-em-cabo-verde>, consultado em 9 de Julho de 2015

<http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>, consultado 11 de Fevereiro de 2015

### **JORNAIS DIÁRIOS *ON LINE***

<http://asemana.publ.cv/spip.php?article105731&ak=1>, “MCC vai desembolsar USD 4 milhões” consultado em 11 de Novembro de 2014

<http://asemana.publ.cv/spip.php?article105804&ak=1>, “Portugal e Cabo Verde assinam 11 instrumentos bilaterais” consultado a 18 de Dezembro de 2014

<http://asemana.sapo.cv/spip.php?article104682&ak=1>, “Ministro Machete quer reforçar relações económicas com Cabo Verde” consultado em 11 de Novembro de 2014

<http://asemana.sapo.cv/spip.php?article109967&ak=1>, “Espero que a EU conceba um instrumento financeiro próprio de apoio à *Parceria Especial*” consultado em 18 de Maio de 2015

<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/exclusivo/item/44569-jose-manuel-pinto-teixeira-cabo-verde-perde-oportunidades-porque-o-ambiente-de-negocios-e-mau>, “José Manuel Pinto Teixeira: Cabo Verde perde oportunidades porque o ambiente de negócios é mau” consultado a 12 de Maio de 2015

<http://www.panapress.com/Comissao-Europeia-esclarece-acordo-de-parceria-economica-UE-CEDEAO---3-630429471-45-lang4-index.html>, “Comissão Europeia esclarece acordo de parceria económica UE-CEDEAO” consultado em 13 de Maio de 2015